

# Serviço Público no **Estado do Ceará:**

---

## práticas e reflexões

### Coordenação

Priscilla Dias Marreiras

**Volume 3**

### Organizadores

Fernanda Maria Diniz da Silva

Flávia Livino de Carvalho Costa

Inah Maria de Abreu

José Erivilson de Lima

Lorena Bastos Ximenes



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO  
PLANEJAMENTO E GESTÃO

A obra **Serviço Público no Estado do Ceará: práticas e reflexões** tem como objetivo incentivar práticas e atuações inovadoras e eficientes, bem como valorizar as reflexões acerca do serviço público desenvolvido no espaço cearense.

A publicação é composta por 50 artigos, distribuídos em três volumes. Trata-se de uma iniciativa do Comitê Executivo da Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará - EGPCE vigente em maio de 2021, composto por coordenadores e assessora especial.

A EGPCE tem como missão desenvolver o processo educacional em gestão pública, com vistas ao aprimoramento das competências dos atores públicos, possibilitando a melhoria da prestação dos serviços ao cidadão. Desse modo, espera-se que a publicação dos trabalhos incentive cada vez mais a busca por novos caminhos que fortaleçam a efetivação de direitos e a prestação de serviço público de qualidade, contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Agradecemos a atual diretora da EGPCE Priscilla Dias Marreiras pelo empenho e esforço dedicados à concretização dessa publicação.

**Os organizadores**

# Serviço Público no **Estado do Ceará:**

---

## práticas e reflexões

### Coordenação

Priscilla Dias Marreiras

**Volume 3**

### Organizadores

Fernanda Maria Diniz da Silva

Flávia Livino de Carvalho Costa

Inah Maria de Abreu

José Erivilson de Lima

Lorena Bastos Ximenes



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO  
PLANEJAMENTO E GESTÃO

## **EXPEDIENTE**

### **GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**

#### **Governador**

Camilo Sobreira de Santana

#### **Vice-Governadora**

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

### **SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO**

#### **Secretário**

Carlos Mauro Benevides Filho

#### **Secretário Executivo do Planejamento e Orçamento**

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto

#### **Secretário Executivo de Gestão**

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

#### **Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna**

Ronaldo Lima Moreira Borges

### **ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ**

#### **Diretora**

Priscilla Dias Marreiras

#### **Assessora Especial**

Lorena Bastos Ximenes

#### **Coordenadora da Assessoria de Desenvolvimento Institucional**

Flávia Livino de Carvalho Costa

#### **Coordenadora da Assessoria Jurídica**

Inah Maria de Abreu

#### **Coordenadora Pedagógica**

Fernanda Diniz Maria da Silva

#### **Coordenador Administrativo-Financeiro**

José Erivilson de Lima

# Serviço Público no **Estado do Ceará:**

---

## práticas e reflexões

### Coordenação

Priscilla Dias Marreiras

**Volume 3**

### Organizadores

Fernanda Maria Diniz da Silva

Flávia Livino de Carvalho Costa

Inah Maria de Abreu

José Erivilson de Lima

Lorena Bastos Ximenes



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO  
PLANEJAMENTO E GESTÃO

Fortaleza - CE  
2022

## **Coordenação**

Priscilla Dias Marreiras

## **Organizadores**

Fernanda Maria Diniz da Silva - Flávia Livino de Carvalho Costa  
Inah Maria de Abreu - José Erivilson de Lima - Lorena Bastos Ximenes

## **Revisão Ortográfica**

Cariny Cardoso

## **Projeto gráfico e Diagramação**

José Domingues - @mings\_artes

## **Conselho Editorial**

Profa. PhD. Francisca Aparecida Prado Pinto - Profa. PhD. Karine Pinheiro de Souza - Prof. PhD. Rosendo de Freitas Amorim - Prof. Dr. Antonio Helonis Borges Brandão - Profa. Dra. Betania Maria Gomes Raquel - Prof. Dr. Genivaldo Macário Castro - Profa. Dra. Mirna Gurgel Carlos Heger - Profa. Ma. Cristina Márcia Maia de Oliveira - Prof. Me. Francisco Elvis Rodrigues Oliveira - Profa. Ma. Ideigiane Terceiro Nobre - Prof. Me. Hylo Leal Pereira - Prof. Me. Jordana Carolina Gondim Gonçalves - Profa. Ma. Lindalva Costa da Cruz - Profa. Ma. Maria Fabiana Skeff de Paula Miranda - Profa. Ma. Paula de Carvalho Ferreira - Prof. Me. Paulo Venício Braga de Paula - Profa. Esp. Anna Cecilia Cavalcante Freitas

## **Ficha Catalográfica**

Bibliotecária: Perpétua Socorro Tavares Guimarães

-CRB 3 801-98

---

Governo do Estado do Ceará- Secretaria do Planejamento e Gestão

Serviço Público no Estado do Ceará: práticas e reflexões. Volume 3 /

Coordenação de Priscilla Dias Marreiras; Organização de Fernanda Maria Diniz da Silva, Flávia Livino de Carvalho Costa, Inah Maria de Abreu et al.- Fortaleza: Print Soluções Gráficas, 2022.

244. p. : il.

ISBN: 978-65-992143-9-4

1. Gestão pública 2. Políticas públicas I. Marreiras, Priscilla Dias II. Silva, Fernanda Maria Diniz III. Fernanda Maria Diniz da IV. Costa, Flávia Livino de Carvalho da V. Abreu, Inah Maria de VI. Título.

CDD: 360

---

As ideias e conteúdos expressos nos textos deste livro, a integridade dos dados e o uso adequado de materiais que eventualmente possam estar protegidos por direitos autorais são de exclusiva responsabilidade dos autores.

## ■ PREFÁCIO

O livro **Serviço Público no Estado do Ceará**: Práticas e reflexões, organizado pelo Comitê Executivo da Escola de Gestão Pública do Ceará (EGP), aborda temas ligados ao aprendizado adquirido durante a convivência com a Pandemia. É uma coletânea de trabalhos que trata de políticas públicas em diferentes ângulos.

Os impactos da Pandemia da Covid 19 tem trazido consequências graves para que o Estado possa dar continuidade da implantação às políticas públicas. Tais consequências atingiram os anos de 2020 e 2021 e, certamente se estenderão ao ano de 2022. Aliás, por muito tempo ainda, essas consequências deixarão um rastro de dor e perda na sociedade brasileira.

Os artigos relatam experiências escritas por autores cearenses em meio ao turbilhão da Pandemia que enlutou este século, concorrendo em desgraças como a Gripe Espanhola do século passado, e evidenciam a implementação e avaliação dessas experiências que se efetivaram como políticas públicas para enfrentar o abismo social resultante da Pandemia, que expôs fraturas e cicatrizes, que escancarou a desigualdade social, como também desigualdades que interferiram diretamente na elaboração das aprendizagens dos estudantes. As perdas e as dores deixadas pela Covid 19, ainda vão conviver conosco por muito tempo e suas consequências serão sentidas.

Os artigos publicados pelo livro darão ao leitor uma visão do que foi e continua sendo as consequências deixadas pela Pandemia,



mas trazem também como alento as ações empreendidas pelo Estado para recompor perdas de aprendizagens e de convivências nas escolas estaduais, o que o torna importante e oportuno nesse momento.

**Ada Pimentel Gomes Fernandes Vieira**

Presidente do Conselho Estadual de Educação do Ceará – CEE



## ■ SUMÁRIO

- **Capítulo 1** ..... 11  
**Protagonismo Juvenil na Gestão Ambiental: uma análise do Programa Agente Voluntário Ambiental (AVA) nas Unidades de Conservação Estaduais do Ceará**  
*Kátia Neide Costa Gomes*
- **Capítulo 2** ..... 31  
**Contribuição do Laboratório de Saúde Pública do Estado do Ceará (Lacen-CE) para o diagnóstico laboratorial da Covid-19 durante a Pandemia do SARS - CoV-2 no período de 2020/2021**  
*Liana Perdigão Mello*  
*Daisy Maria Meireles Arruda Loureiro*  
*Elza Gadelha Lima*
- **Capítulo 3** ..... 39  
**A implantação do Núcleo de Saúde Mental e o enfrentamento das demandas geradas pela pandemia**  
*Lídia Andrade Lourinho*  
*Cristiane Sales Leitão*  
*Rejane Sales Oliveira*  
*Ana Saskya Vaz de Araújo*  
*Ana Carmen Ferreira Freire*  
*Maria do Socorro Tavares Timbó*
- **Capítulo 4** ..... 47  
**Avanços da concepção do PPA no impulso às políticas de estado**  
*Luiz Carlos Holanda Antero*  
*Maria Aparecida Rodrigues Façanha*  
*Lara Maria Silva Costa*

|  |     |
|--|-----|
| ■ <b>Capítulo 5</b> .....  | 71  |
| <b>Os desafios da Coordenação Escolar em tempos de pandemia X ensino híbrido e/ou remoto</b>   |     |
| <i>Marcos Arruda Portela</i>   |     |
| <i>Betânia Tágela Portela Fernandes Canuto</i>   |     |
| ■ <b>Capítulo 6</b> .....  | 77  |
| <b>Implantação da modalidade online na Educação Corporativa de agentes públicos na área de Gestão Financeira e de Projetos de investimentos prioritários do Governo do Estado do Ceará: limites e possibilidades em tempos de pandemia</b> |     |
| <i>Marcos Medeiros de Vasconcellos</i>   |     |
| <i>George Kilmer Chaves Craveiro</i>   |     |
| <i>Daniele Passos de Lima Albuquerque</i>  |     |
| <i>Maria Carmelita Sampaio Colares</i>   |     |
| ■ <b>Capítulo 7</b> .....  | 95  |
| <b>A atuação da superintendência escolar em tempos pandêmicos: uma análise do acompanhamento dos indicadores de acesso e interação pedagógica em Escolas do Ensino Médio do Ceará</b>  |     |
| <i>Maria Aurilene Pinto Sampaio</i>  |     |
| <i>Francisco Rafael Mota de Sousa</i>  |     |
| <i>Marcos Andrade Alves dos Santos</i>   |     |
| ■ <b>Capítulo 8</b> .....  | 111 |
| <b>Metodologias ativas para o ensino de Língua Inglesa: uma experiência exitosa no ensino público estadual</b>   |     |
| <i>Marta Maria de Sousa Matos</i>  |     |
| ■ <b>Capítulo 9</b> .....  | 125 |
| <b>A importância da regularidade nas transferências de recursos aos consórcios públicos de saúde do Estado do Ceará, mediante</b>  |     |

**Contrato de Rateio, com objetivo de garantir a continuidade dos serviços assistenciais à saúde**

*Paulo de Tarso Cardoso Varela*

■ **Capítulo 10** ..... 137

**Sistema de Georreferenciamento Operacional do Ceará - da ideia à realidade**

*Ricardo Rodrigues Catanho de Sena*

*Flávio Nascimento Moreira Júnior*

■ **Capítulo 11** ..... 151

**Assédio moral aos servidores públicos: o uso opressor de aplicativos de mensagem e análise revisional das legislações estaduais**

*Rickardo Léo Ramos Gomes*

■ **Capítulo 12** ..... 167

**Observatórios de cultura: construção e desafios dentro de um conceito de democracia cultural**

*Sandro Luiz Cardoso Santana*

■ **Capítulo 13** ..... 185

**Política estadual de resíduos sólidos no Estado do Ceará e a inclusão socioproductiva de catadores(as): a experiência da Secretaria das Cidades**

*Suzana Pinho Lima Machado*

*Adryane Marques Moraes*

*Vanessa Luana Oliveira Lima*

■ **Capítulo 14** ..... 203

**Buscar, trazer e acolher – todos juntos na busca ativa**

*Valderice Farrapo Costa*

*Maria Osileusa Gomes Furtado*

*Nacélia Pereira de Oliveira*



|  |     |
|--|-----|
| ■ <b>Capítulo 15</b> .....   | 213 |
| <b>Gestão da bateria de poços no Distrito de Taíba, São Gonçalo do Amarante, Ceará</b> |     |
| <i>Zulene Almada Teixeira</i>  |     |
| <i>José Guilherme Filgueira da Silva</i>   |     |
| <i>Alexsandro dos Santos Garces</i>  |     |
| <i>Davi Martins Pereira</i>  |     |
| <i>Glauter Magalhães Coutinho</i>  |     |
| <i>Micaella da Silva Teixeira Rodrigues</i>  |     |
| ■ <b>Sobre os autores e as autoras</b> .....   | 230 |



# Protagonismo Juvenil na Gestão Ambiental: uma análise do programa Agente Voluntário Ambiental (AVA) nas Unidades de Conservação Estaduais do Ceará

• Kátia Neide Costa Gomes

## ■ 1 INTRODUÇÃO

Para introduzir a discussão sobre a gestão ambiental, faz-se necessário o resgate da legislação pertinente ao tema, começando pela Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), criada pela Lei Federal nº 6.938/1981 que foi um importante marco legal para a proteção ambiental no país. A PNMA define um modelo de gestão e os instrumentos ambientais que deverão ser praticados, dentre eles destaca-se a criação de espaços territoriais, especialmente protegidos pelo poder público. (BRASIL, 1981)

A Constituição Federal (CF) de 1988 vem ratificar a proteção ambiental no Brasil, quando estabelece no *caput* do Artigo 225 que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. (BRASIL, 1988).

A Lei Federal nº 9.985/2000 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), representando grandes avanços à criação e gestão das Unidades de Conservação (UC), nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), pois possibilitou uma visão de conjunto das áreas naturais a serem preservadas. Além disso, estabeleceu mecanismos que regulamentam a participação da sociedade na gestão das UCs, potencializando a relação entre o Estado, os cidadãos e o meio ambiente. As Unidades de Conservação são instituídas legalmente pelo poder público, através de Lei ou Decreto.

No Estado do Ceará, a Lei nº 14.950/2011 instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (Seuc), constituído pelo conjunto de Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais, totalizando 86 UCs, sendo 27 sob gerência estadual, 12 federais, 08 municipais e 36 particulares. (SEMA, 2021 *online*)

A Secretaria do Meio Ambiente (Sema) é o órgão central do Seuc, responsável por coordenar, gerir e avaliar a implantação do Seuc, propor a criação de UC no Estado, coordenar e implementar a Política de Fauna e Flora no Ceará.

O Programa Agente Voluntário Ambiental foi legalmente instituído pela Instrução Normativa nº 05/2015, que cria o Programa Agente Voluntário Ambiental (AVA) em Unidades de Conservação (UC) da Secretaria do Meio Ambiente.

Embora o programa AVA não seja voltado apenas para a população jovem, em sua maioria os participantes estão na faixa compreendida entre 18 e 29 anos, o que aponta para o protagonismo juvenil, pelo interesse e envolvimento das juventudes nas questões ambientais, especialmente por se tratar de uma experiência voluntária.

Este artigo tem como objetivo apresentar as experiências exitosas com a implantação do Programa Agente Voluntário Ambiental nas Unidades de Conservação Estaduais do Estado do Ceará, abordando, principalmente, o protagonismo juvenil na gestão ambiental. A sessão dois apresenta o caminho metodológico utilizado, a sessão três aborda o protagonismo juvenil. A sessão quatro contextualiza o Programa AVA, fundamentando sua criação, a seleção dos voluntários e sua implantação. A sessão cinco apresenta os resultados e as contribuições dos voluntários. Por último, as considerações finais que menciona a experiência exitosa do AVA e sugere a ampliação do programa.

## ■ 2 CAMINHO METODOLÓGICO

O caminho metodológico percorrido pode ser compreendido resumidamente, como o somatório de técnicas e processos executados na realização de uma pesquisa, através de técnicas, atividades sistematizadas e racionais, que possibilitam alcançar os objetivos e delinear a metodologia a ser seguida (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Dessa forma, foram empregadas duas técnicas neste estudo:

Análise de documentação indireta, que se refere ao levantamento de dados em fontes primárias e secundárias, através de pesquisa documental (realizada no acervo histórico de atuação de jovens em experiências em áreas protegidas) e pesquisa bibliográfica (levantamento, análise e interpretação de obras pertinentes ao tema de estudo, considerando os eixos: Protagonismo Juvenil; Agente Voluntário Ambiental; Gestão Ambiental; Unidades de Conservação.

Análise de documentação direta, que corresponde ao levantamento de dados nos arquivos da Secretaria de Meio Ambiente sobre o Programa AVA (no RH e na Coordenação do programa), assim como de dados produzidos pelos próprios voluntários, através de relatórios mensais de atividades, que são encaminhados à Coordenação do programa.

## ■ 3 PROTAGONISMO JUVENIL

Ao colocarmos em debate o protagonismo juvenil, algumas indagações nos parecem pertinentes: O que é ser jovem? O que caracteriza a juventude? Que significados permeiam o protagonismo juvenil no contexto de uma sociedade cada vez mais globalizada?

O Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) contempla a população de 15 aos 29 anos como jovens, com interface do Estatuto da Criança e do Adolescente, que oferece proteção adicional aos adolescentes de 15 a 18 anos (ECA, Lei nº 8.069/1990). Mas será que apenas a idade cronológica poderá definir quem é jovem? Parece

que não! Pensar a juventude e o protagonismo juvenil é antes de tudo, pensar com qual juventude estamos lidando. Isso mesmo, juventudes no plural, pois podemos identificar vários perfis de jovens, seja o jovem branco de classe favorecida, seja o jovem negro de periferia, seja o jovem pai ou jovem mãe, seja o jovem trabalhador, seja o jovem empreendedor, seja o jovem encarcerado, seja o jovem nas artes, seja o jovem na política.

Dayrell (2003), apresenta três imagens comumente relacionadas com a condição juvenil, que aos olhos do autor, são inconclusivas. A primeira imagem está relacionada com a juventude vista na sua condição de transitoriedade, na qual “o jovem é um “vir a ser”, tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido de suas ações no presente”, dando uma conotação de negatividade. (DAYRELL, 2003, p. 40)

Uma outra imagem estaria relacionada a uma visão romântica da juventude, que emergiu a partir dos anos 1960, resultado de uma indústria cultural e de um mercado de consumo dirigido ao público jovem, relacionado a moda, adornos, lazer, música e marcada pela vivência da liberdade, do prazer, da experimentação, do hedonismo. (DAYRELL, 2003, p. 40)

Uma terceira imagem relaciona a juventude como um tempo de crise, com conflitos de personalidade, distanciamento da família, “apontando para uma possível crise da família como instituição socializadora”. (DAYRELL, 2003, p. 41)

Essas construções e imagens sobre a juventude, ora romântica, ora negativa, parecem não compreender a juventude em sua totalidade, o que para Dayrell (2003) acarretaria prejuízos, pois “não conseguiremos apreender os modos pelos quais os jovens, principalmente se forem de camadas populares, constroem as suas experiências” (p. 41). Portanto, construir uma definição de juventude não é algo simples, considerando que os critérios que a definem são históricos e culturais. (DAYRELL, 2003)

Nessa mesma lógica, Peralva (1997) *apud* Dayrell (2003), também traduz a juventude sob diversos aspectos:

A juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. Se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, nas quais completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, é muito variada a forma como cada sociedade, e um tempo histórico determinado, e, no seu interior, cada grupo social vão lidar com esse momento e representá-lo. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, dentre outras. (DAYRELL, 2003, p. 42)

Outros autores como Mario Margulis e Marcelo Urresti (1996) *apud* Pereira (2007), propõem a superação de considerações sobre a juventude como mera categorização por idade e como portadora de características uniformes. Para eles, “a condição histórico-cultural de juventude não se oferece de igual forma para todos os integrantes da categoria estatística jovem” (PEREIRA, 2007, p. 1).

Para Boudier (1983) *apud* Pereira (2007),

A juventude é apenas uma palavra e as divisões por idade seriam apenas arbitrárias, pois “somos sempre o jovem ou o velho de alguém” [...] os cortes, em classes de idade ou em gerações, teriam uma variação interna e seriam objetos de manipulação. Portanto, juventude e velhice não seriam dados, mas construções sociais oriundas da luta entre os jovens e os velhos. (PEREIRA, 2007, p. 1).

Segundo Margulis e Urresti (1996) *apud* Pereira (2007), a discussão feita por Bourdieu leva a percepção da juventude como “mero signo”, como “uma construção cultural desgarrada de outras condições”. Assim, conforme estes autores, a noção, do modo como

ela é definida por Bourdieu, é desvinculada de seus condicionantes históricos e materiais. (PEREIRA, 2007, p. 1)

Frente à complexidade de conceituar as gerações, Weller (2010, p. 205) afirma que “o conceito de gerações vem sendo retomado nas análises sociológicas que apontam não somente para as diferenças de classe, mas também para as desigualdades de gênero, étnico-raciais, culturais e geracionais”, em consonância com o pensamento de Peralva (1997). Ao atualizar o conceito de gerações de Karl Mannheim (1928), a autora salienta que, de acordo com Mannheim:

Não basta haver nascido em uma mesma época, ser jovem, adulto ou velho nesse período. O que caracteriza uma posição comum daqueles nascidos em um mesmo tempo cronológico é a potencialidade ou possibilidade de presenciar os mesmos acontecimentos, de vivenciar experiências semelhantes, mas, sobretudo, de processar esses acontecimentos ou experiências de forma semelhante. (WELLER, 2010, p. 212)

Para compreender as gerações, portanto, é preciso ir além da classificação etária ou mudanças biológicas, mas compreender sua pluralidade, o contexto social e as práticas culturais onde estão inseridos as diversas juventudes.

A definição de protagonismo juvenil, segundo o educador Gomes da Costa (2000), parte do pressuposto de que o quê os jovens pensam, dizem e fazem pode ultrapassar os limites do seu entorno pessoal e familiar e interferir nos acontecimentos da vida comunitária e social mais ampla. Para Costa (2000), o protagonismo juvenil é uma forma de reconhecer que a participação dos jovens pode gerar mudanças decisivas na realidade social, ambiental, cultural e política onde estão inseridos. Dessa forma, a participação possibilita o envolvimento em processos de discussão, desenho e execução de ações, buscando através da solução de problemas reais, desenvolver o seu potencial criativo e sua força transformadora. (COSTA, 2000, p. 65)

O protagonismo juvenil, na compreensão do autor, deve priorizar a intervenção comunitária, com ações concretas por parte deles, contribuindo para uma sociedade mais justa, a partir da incorporação de valores democráticos e participativos, da vivência do diálogo, da negociação e da convivência com as diferenças sociais. Assim, o protagonismo das juventudes pressupõe sempre um compromisso com a democracia. (COSTA, 2000)

O Programa Agente Voluntário Ambiental, como uma iniciativa de participação voluntária, com atuação em situações reais de cuidado com o meio ambiente, com o envolvimento das comunidades, seja tradicional ou do entorno das UCs, além da expressão de valores democráticos, dialógicos e de convivência com as diferenças sociais, parece coadunar com o ideia de protagonismo juvenil defendida por Costa (2000).

#### **■ 4 CONTEXTUALIZANDO O PROGRAMA AGENTE VOLUNTÁRIO AMBIENTAL NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS NO CEARÁ**

O Programa Agente Voluntário Ambiental (AVA) foi legalmente instituído pela Instrução Normativa nº 05/2015, que cria o Programa AVA em Unidades de Conservação (UC) da Secretaria do Meio Ambiente. Este programa promove, incentiva e valoriza o voluntariado nas UCs do Estado do Ceará, bem como, articula a oferta e a demanda do trabalho voluntário, possibilitando o intercâmbio de experiências e ações entre os grupos de voluntários e os profissionais da Secretaria do Meio Ambiente. O Programa também potencializa a formação técnica e científica dos cidadãos interessados em atuar na gestão ambiental, permite a interação entre a sociedade e a Secretaria do Meio Ambiente e contribui com as ações da Sema através do empenho e colaboração voluntária em Unidade de Conservação.

Este Programa se destina a todos os cidadãos maiores de 18 anos, que queiram desenvolver atividades de manejo, gestão

e proteção nas Unidades de Conservação Estaduais do Ceará. O voluntário pode se engajar nas diversas atividades ofertadas pelas UC, nos mutirões propostos pela Sema ou por instituições públicas e privadas para desenvolvimento de ações específicas em prol da sustentabilidade ambiental das áreas protegidas.

A seleção para o programa AVA se dá por Edital de Chamamento, publicada no site da Sema, com a exigência de um cadastro eletrônico, envio de currículo, entrevista e posterior assinatura de Termo de Adesão entre a Sema e o voluntário. O processo seletivo leva em consideração os conhecimentos e experiências do voluntário nas atividades escolhidas, bem como os trabalhos desenvolvidos na UC, dando-se preferência aos que residem no entorno da UC, estudantes universitários tendo cursado no mínimo três semestres, graduados e pós-graduados nas áreas de turismo, ciências biológicas, ciências da terra, ciências sociais, ciências agrárias e afins. O prazo de validade do Edital de Chamamento é de 01 (um) ano, a contar da data de publicação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período. Os selecionados no programa recebem capacitação inicial, ministrada por técnicos da Sema, seguro acidente e certificado de participação (CEARÁ, 2015).

Para o Programa AVA, voluntário é toda pessoa que, por solidariedade e responsabilidade, doa seu tempo, trabalho e talento para ações que beneficiam outros e melhoram a vida de todos. Voluntariado é entendido como o movimento espontâneo de cidadãos em mutirão ou individualmente, que se engajem em ações solidárias, comprometendo-se em criar condições para que possam beneficiar a sociedade. (CEARÁ, 2015).

O serviço voluntário nas Unidades de Conservação contribui para aprimorar o manejo e a gestão ambiental, trazendo benefícios tanto para o meio ambiental, quanto para o voluntário. Segundo Nascimento (2017), o trabalho voluntário em UCs do Estado do Ceará pode ser uma importante ferramenta para a democratização

da gestão da UC, possibilitando um maior envolvimento da população na preservação dos recursos naturais. (NASCIMENTO, 2017, p. 21).

## ■ 5 RESULTADOS

O primeiro Edital de Chamamento do Programa AVA se deu em 2017, com a seleção de 10 (dez) voluntários para atuação no exercício 2017/2018 e previu vagas para 06 (seis) UCs e a Célula de Conservação da Diversidade Biológica/Coordenadoria de Biodiversidade (Cedib/Cobio).

**Tabela 1:** Distribuição de Voluntários nas UCs – 2017/2018

| MUNICÍPIO               | UC                                | Nº de voluntários |
|-------------------------|-----------------------------------|-------------------|
| Fortaleza               | Parque Estadual do Cocó           | 02                |
|                         | Cedib/Cobio                       | 01                |
| Caucaia                 | Parque Estadual Botânico do Ceará | 02                |
| Ipú                     | APA da Bica do Ipu                | 01                |
| São Gonçalo do Amarante | Estação Ecológica do Pecém        | 01                |
| Crato                   | Parque Estadual Sítio Fundão      | 01                |
| Pacoti                  | APA da Serra de Baturité          | 02                |
| Total                   |                                   | 10                |

**Fonte:** Ceará, 2017.

O segundo Edital de Chamamento ocorreu em 2019, para o biênio 2019/2020, havendo a ampliação do programa para mais três UCs e ampliação do número de voluntários, totalizando 20 (vinte) vagas para 09 (nove) Unidades de Conservação.

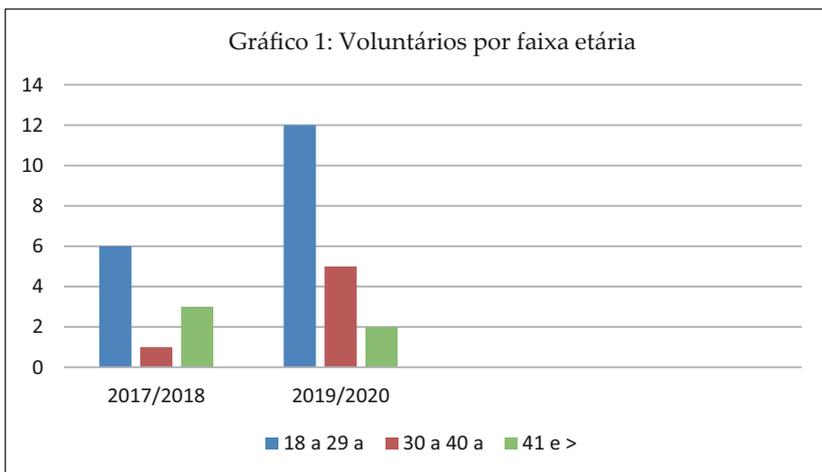
**Tabela 2:** Distribuição de Voluntários nas UCs – 2019/2020

| MUNICÍPIO               | UC   | Nº de voluntários |
|-------------------------|--|-------------------|
| Fortaleza               | Parque Estadual do Cocó                    | 04                |
|                         | Arie do Sítio Curió                        | 02                |
|                         | Cedib/Cobio                                | 02                |
| Caucaia                 | Parque Estadual Botânico do Ceará          | 04                |
| Ipú                     | APA da Bica do Ipú                         | 01                |
| São Gonçalo do Amarante | Estação Ecológica do Pecém                 | 02                |
| Crato                   | Parque Estadual Sítio Fundão               | 01                |
| Pacoti                  | APA da Serra de Baturité                   | 02                |
| Beberibe                | Monumento Natural das Falésias de Beberibe | 01                |
| Quixadá                 | Monumento Natural Os Monólitos de Quixadá  | 01                |
| Total                   |  | 20                |

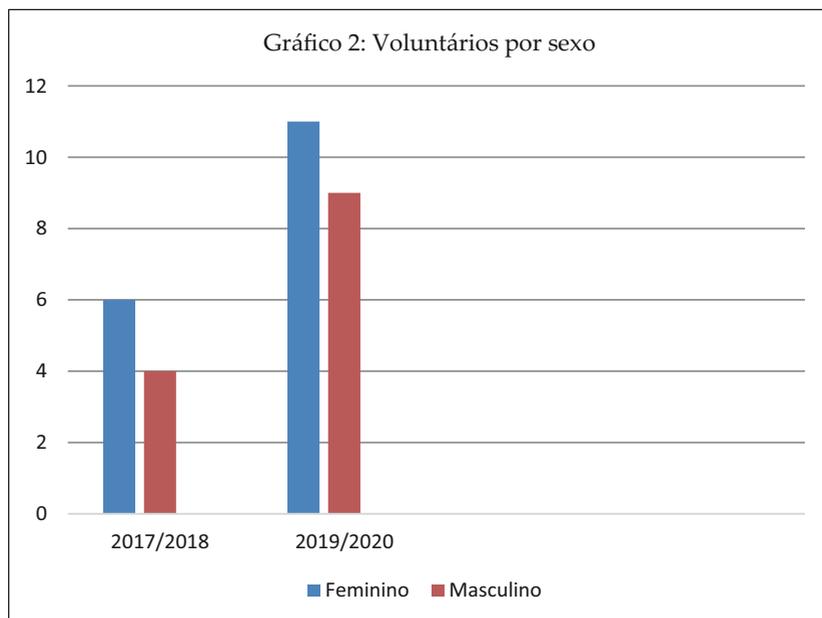
**Fonte:** Ceará, 2019.

Nas duas edições, o perfil dos voluntários aponta para 60% de jovens, na faixa etária entre 18 a 29 anos. Há predominância de mulheres (60% na Edição 1 e 55% na Edição 2), com 40% e 45% de homens, respectivamente.

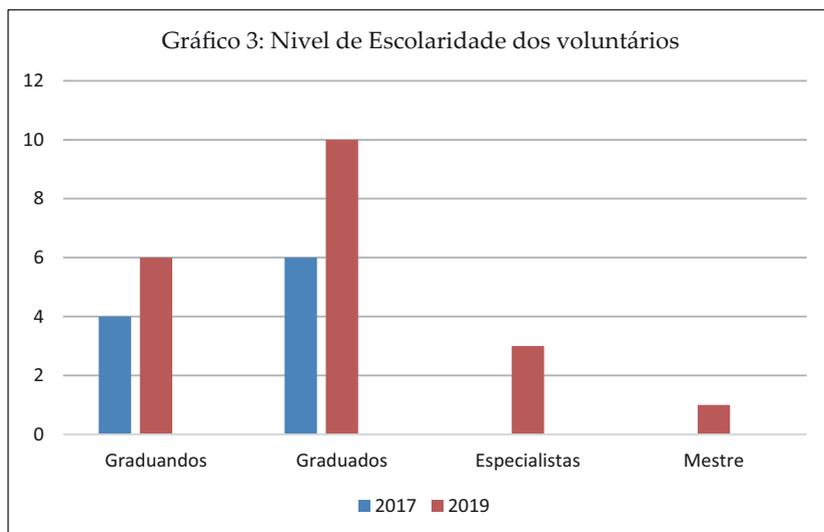
Quanto à escolaridade, percebe-se uma maior qualificação dos voluntários na edição 2019, com o aparecimento de voluntários pós-graduados (03 especialistas e 01 mestre). As áreas de formação acadêmica apresentam predominância das Ciências Biológicas, Geografia, Gestão Ambiental, Agronomia e tecnólogo em Gestão Ambiental.



Fonte: Gráfico Elaborado pela Autora.



Fonte: Gráfico Elaborado pela Autora.



Fonte: Gráfico Elaborado pela Autora.

Tabela 3: Áreas de Formação dos Voluntários – 2017/2018

| Curso                           | Nº de voluntários |
|---------------------------------|-------------------|
| Tecnólogo em Gestão Ambiental   | 02                |
| Agronomia                       | 02                |
| História                        | 01                |
| Gestão de Varejo                | 01                |
| Ciências ambientais             | 01                |
| Ciências Biológicas             | 01                |
| Engenharia Agrícola e Ambiental | 01                |
| Engenharia Ambiental            | 01                |

Fonte: Cadastro RH/Sema.

**Tabela 4:** Áreas de Formação dos Voluntários – 2019/2020

| Curso                            | Nº de Voluntários |
|----------------------------------|-------------------|
| Ciências Biológicas              | 06                |
| Geografia                        | 03                |
| Gestão Ambiental                 | 02                |
| Farmácia                         | 01                |
| Oceanografia                     | 01                |
| Engenharia Agrícola e Ambiental  | 01                |
| Engenharia Ambiental e Sanitária | 01                |
| Gestão Pública Municipal         | 01                |
| Gestão de Pessoas                | 01                |
| Planejamento e Gestão            | 01                |
| Pedagogia                        | 01                |
| Antropologia                     | 01                |

**Fonte:** Cadastro RH/Sema.

As atividades desenvolvidas pelos voluntários, em razão das especificidades e necessidades de cada UC, serão apresentadas por unidade, iniciando-se pelo Parque Estadual do Cocó, a saber:

- Prestação de informações aos visitantes, através de acompanhamento de grupos em trilhas, entrega e acompanhamento de questionários para os visitantes, atualização de banco de dados por visitação, elaboração e produção de material didático e educativo, *banners*, infográficos, painéis interpretativos, jogos, vídeos temáticos, com fins de possibilitar o processo interativo e interpretativo do visitante com a UC;

- Desenvolvimento de projetos de educação ambiental, através da elaboração e organização de exposições e cursos sobre temas relacionados com a UC, palestras e apresentações sobre o parque e sua biodiversidade, videoteca, material lúdico e pedagógico, dentre outros;
- Trabalhos administrativos na sede da UC, através de apoio e acompanhamento das atividades relacionadas a projetos técnicos e produção de material didático e educativo;
- Apoio às comunidades tradicionais e populações no entorno da UC, através de visitas a moradores do entorno para esclarecimentos e informações sobre a UC e apoio e acompanhamento das atividades socioambientais de grupos envolvidos com o Parque.

Trajetória de M. W. C. S. – 23 anos – AVA no Parque do Cocó: “No dia 08/03/2020, tivemos mais um dia de pintura no parque, para a alegria das crianças, tinha poucas por causa do tempo, estava chovendo. [...] também é dia de viveiro, onde temos a oficina de mudas, nesse momento a chuva tinha dado uma trégua para nós podemos trabalhar”.

Trajetória de M. J. S. F. – 23 anos – AVA no Parque do Cocó: “As atividades atribuídas aos voluntários do Parque Estadual do Cocó (PEC), referentes ao mês de setembro, voltaram a ser presenciais devido à estabilização dos contágios de Covid-19. Além de auxiliar em atividades administrativas, participei do levantamento do número de gatos no interior das trilhas e elaborei um relatório para auxiliar no planejamento de manejo desses animais. Acompanhei ações de vistorias externas ao PEC, a respeito de ocupações irregulares, contagem de grades e checagem de cercamento. Fiz o monitoramento diário no interior das trilhas, como também nas demais áreas externas do parque. Auxiliei na reorganização do viveiro de mudas aflorar para sua reabertura. Organizei e elaborei conteúdo para a II Semana Estadual de Proteção Animal, que

ocorreu virtualmente no *instagram* do PEC. Além disso, elaborei também outros conteúdos para serem postados nas mídias sociais do PEC”.

**Fonte:** Relatórios Individuais dos AVAs.

No Parque Estadual Botânico do Ceará, destacam-se:

- Desenvolvimento de projetos de educação ambiental e pesquisa, através da elaboração e organização de exposições e cursos sobre temas relacionados com a UC, manutenção e atualização dos acervos da UC, atualização do banco de pesquisas já realizadas e em andamento, roteiros de palestras e apresentações sobre o parque e sua biodiversidade, biblioteca, videoteca, material lúdico e pedagógico, dentre outros;
- Prestação de informações aos visitantes, com acompanhamento em trilhas, questionário para os visitantes, banco de dados de visitação, elaboração e produção de material didático e educativo, *banners*, infográficos, painéis interpretativos, jogos, vídeos temáticos, com fins de possibilitar o processo interativo e interpretativo do visitante com a UC;
- Manutenção de trilhas e instalações (limpeza e desobstrução de trilhas e percursos, projetos para criar, remanejar ou recuperar trilhas e monitoramento dos equipamentos de visitação).

Trajatória de M. A. F. N. – 19 anos – AVA no Parque Botânico: “Durante a pandemia, nos meses de abril, maio, junho, julho e agosto, tive teletrabalhos e reuniões virtuais via MESSENGER que acontecia toda semana. Fiz planos de aulas para a sala verde e criação de oficinas para quando pudesse voltar as atividades, essas atividades seriam realizadas. Criei oficinas de artesanato com materiais recicláveis, jogos educativos para crianças de 6 a 10 de idade”.

**Fonte:** Relatórios individuais dos AVAs.

Na Estação Ecológica do Pecém as atividades estão centradas na:

- Prestação de informações aos visitantes;
- Desenvolvimento de projetos de educação ambiental;
- Apoio às comunidades tradicionais e populações no entorno da UC;
- Atividades administrativas na sede da UC.

Trajatória de F. T. S. D. – 19 anos – AVA na Estação Ecológica do Pecém: “Os trabalhos estão sendo desenvolvidos na Sede Administrativa da Unidade de Proteção Integral, localizada no Distrito de Pecém, município de São Gonçalo do Amarante, no período do mês de Abril de 2020. Ao decorrer do mês foi realizado reuniões, planejamentos e treinamentos, tais atividades foram de forma remota, segundo a portaria Sema nº 35/2020 que dita a suspensão temporária de prazos administrativos no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará (Sema), em virtude do isolamento social por conta da Pandemia de Covid-19”.

**Fonte:** Relatórios individuais dos AVAs.

No Parque Estadual do Sítio Fundão, as atividades desenvolvidas incluem:

- Prestação de informações aos visitantes;
- Desenvolvimento de projetos de educação ambiental e pesquisa.

Na APA da Serra de Baturité, destaca-se:

- Desenvolvimento de projetos de educação ambiental e pesquisa;
- Recuperação de áreas degradadas / Manejo de plantas exóticas, através da integração com grupos organizados para execução de projetos de recuperação de áreas degradadas e manejo de espécies exóticas invasoras.

- Na APA da Bica do Ipú o trabalhos dos voluntários envolveu:
- A prestação de informações aos visitantes;
  - O desenvolvimento de projetos de educação ambiental e pesquisa;
  - O apoio às comunidades tradicionais e populações no entorno da UC;
  - A realização de trabalhos administrativos na sede da UC.

Trajatória de C. M. O. B. – 29 anos – AVA na Bica do Ipú: “Nossas atividades no mês de agosto de 2020 foram um momento prazeroso, fomos desafiados a elaborar em conjunto com a nossa gestora da UC, um texto de apresentação sobre a Unidade de Conservação, essa atividade tem o objetivo de compor o manual dos AVAs.”

**Fonte:** Relatórios Individuais dos AVAs.

- Na Arie do Sítio Curió as atividades em destaque são:
- Prestação de informação aos visitantes;
  - Trabalhos administrativos na sede da UC;
  - Desenvolvimento de projetos de educação ambiental e pesquisa;
  - Apoio às comunidades tradicionais e populações do entorno;
  - Auxílio na implantação de projetos e plano de manejo da UC.

Trajatória de C. R. S. M. – 23 anos – AVA no Sítio Curió: “Dia 14/09/20 realizamos monitoramento da flora e fauna, manutenção da floresta e dia 15/09/20 foi a inauguração da Areninha do Curió”.

**Fonte:** Relatórios Individuais dos AVAs.

No Monumento Natural das Falésias de Beberibe também predomina a prestação de informação a visitantes, projetos de educação ambiental, apoio a comunidades tradicionais, atividades administrativas na sede e auxílio na implantação do plano de manejo.

No Monumento Natural Os Monólitos de Quixadá, além das atividades similares às desenvolvidas nas Falésias de Beberibe, observou-se a participação dos voluntários em brigadas de incêndios.

Na Codib/Cobio as atividades dos voluntários estão relacionadas a trabalhos técnicos na sede da Sema, através do desenvolvimento de projetos de educação ambiental e atividades de pesquisa, incluindo produção de material didático sobre conservação da biodiversidade, planejamento e execução de atividades de campo e visitas educativas monitoradas para grupos.

Observa-se na análise dos resultados e nas trajetórias dos AVAs, que a contribuição dos jovens foi notória, mesmo em tempos desafiadores como em 2020, devido a pandemia Covid-19, onde as atividades remotas permearam o cenário das UCs, nas ações de educação ambiental, pesquisa e interação via redes sociais. Além disso, a ampliação do número de vagas e de UC atendida na segunda edição, já demonstra que o programa AVA foi exitoso, por favorecer a formação técnica e científica dos voluntários na gestão ambiental, contribuir para a cooperação entre a sociedade e a gestão pública, favorecer a interação entre a comunidade do entorno com os voluntários e os profissionais da Sema, e possibilitar a participação cidadã em atividades de conservação e conscientização ambiental.

Salienta-se também como experiência exitosa do programa, a contratação de 03 (três) jovens, dos 20 voluntários que participaram na Edição 2019/2020, como colaboradores terceirizados da Sema, para exercerem atividades de educador ambiental no Parque Botânico, Parque do Cocó e como técnico ambiental na Cedib/Cobio.

## ■ 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Sema, por meio do AVA, objetiva que as pessoas exerçam sua cidadania, seu comprometimento com o futuro do meio ambiente e com a qualidade de vida da população, através do incentivo ao voluntariado na gestão ambiental das UCs. Sendo assim, o

voluntário poderá atuar como corresponsável, junto aos gestores das UCs, em diversas ações de conservação da natureza, tais como pesquisa, proteção, visitação e educação ambiental.

Experiências como essas do Programa AVA, onde jovens de forma voluntária, pró ativa e bem sucedida, demonstram seu potencial, transformando em ações suas atitudes e cuidado com o meio ambiente, instiga-nos a considerar o protagonismo juvenil como inspiração, ao se pensar políticas públicas para a juventude. Este programa nos mostra que, embora ainda isolado, permite vislumbrar a viabilização de um amplo programa de voluntariado para as Unidades de Conservação e que poderia contribuir positivamente para o intercâmbio de conhecimentos e experiências, agregando-se valor a tais ações e incentivando-se a difusão em outras Unidades de Conservação.

## ■ REFERÊNCIAS

BOURDIER, Pierre. “A Juventude é apenas uma palavra”. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRENER, Branca Sylvia. **O que é protagonismo juvenil?** Disponível em: <[https://fundacaotelefonicaativo.org.br/noticias/o-que-e-protagonismo-juvenil/#\\_titulo4](https://fundacaotelefonicaativo.org.br/noticias/o-que-e-protagonismo-juvenil/#_titulo4)>. Acesso em: 18 mar. 2021.

CEARÁ, **Lei nº 14.950**, de 27 de junho de 2011. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – Seuc. Fortaleza, 2011. Disponível em: <<https://www.sema.ce.gov.br/legislacao-uc/>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

CEARÁ, **Instrução Normativa nº 05**, de 08 de julho de 2015. Cria o Programa Agente Voluntário Ambiental (AVA) em Unidades de Conservação da Secretaria do Meio Ambiente.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Protagonismo juvenil: Adolescência, educação e participação democrática**. Salvador, 2014.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 24, set/out/nov/dez, 2003, p. 40 – 52.

**Edital de Chamamento 2017.** Programa Agente Voluntário Ambiental em Unidades de Conservação Estaduais do Ceará. Disponível em: <[www.sema.ce.gov.br](http://www.sema.ce.gov.br)>. Acesso em: 16 mar. 2021.

**Edital de Chamamento 2019.** Programa Agente Voluntário Ambiental em Unidades de Conservação Estaduais do Ceará. Disponível em: <[www.sema.ce.gov.br](http://www.sema.ce.gov.br)>. Acesso em: 16 mar. 2021.

FEITOSA, Rafaela Machado. **O programa Agente Ambiental Voluntário no Estado do Amazonas:** Guia de ferramentas práticas para implantação. Dissertação (Mestrado). Inpa, Manaus, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

**Lei Nº 6.938,** de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Brasília, 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2021.

**Lei Nº 9.985,** de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/civil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/l9985.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2021.

**Lei Nº 12.651,** de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2021.

NASCIMENTO, Hermógenes Henrique Oliveira. Agente Voluntário Ambiental: Um instrumento de gestão para as Unidades de Conservação estaduais do Ceará. **Revista Eletrônica uso público em Unidades de Conservação.** Niterói, RJ. Vol. 5, nº 9, 2017. Disponível em: <[http://www.periodicos.uff.br/uso\\_publico](http://www.periodicos.uff.br/uso_publico)>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Muitas palavras: A discussão recente sobre juventudes nas Ciências Sociais. **Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP.** Ano 1. Versão 1.0, 2007.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado.** Volume 25, número 2, Maio - Agosto, 2010.

## **Contribuição do Laboratório de Saúde Pública do Estado do Ceará (Lacen-CE) para o diagnóstico laboratorial da Covid-19 durante a Pandemia do SARS - CoV-2 no período de 2020/2021**

- Liana Perdigão Mello
- Daisy Maria Meireles Arruda Loureiro
- Elza Gadelha Lima

O mundo amanheceu em 12 de dezembro de 2019 com uma notícia vinda de Wuhan (China) de que um novo agente infeccioso viral causador de uma Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS) semelhante à causada pelo Sars-CoV identificado em 2002 e ao Mers-CoV identificado em 2012 como agente etiológico da síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS). Imediatamente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) denominou o novo agente de SARS-CoV-2 (sigla do inglês que significa síndrome respiratória aguda grave coronavírus 2) e a doença de Covid-19 (significa doença do Coronavírus 19) que se propagou por todo o mundo.

Os Coronavírus que causam infecção respiratória grave são zoonoses. Vários foram descobertos inicialmente em aves domésticas na década de 1930, causam doença respiratória, gastrointestinal, hepática e neurológica nos animais. Apenas sete coronavírus sabidamente causam doença nos humanos. Quatro deles causam mais frequentemente (15 a 30%) sinais e sintomas do resfriado comum (229E, OC43, NL63 e HKU1). Em casos raros, pode haver infecção grave do trato respiratório inferior, incluindo bronquiolite e pneumonia, principalmente em crianças, idosos e pacientes imunocomprometidos. Três destes causam infecções respiratórias muito mais graves nos humanos, por vezes fatais, do que os outros

Coronavírus e causaram grandes surtos de pneumonia fatal no século 21(Sars-CoV, Mers-CoV e Sars-CoV2).

O Sars-CoV2 possui uma transmissão significativa de pessoa para pessoa. Até então, pouco se sabia do comportamento desse novo agente, mas logo que seu genoma foi sequenciado, observou-se que o mesmo era 96% semelhante ao vírus RaTG13, encontrado no morcego *Rhinolophus affinis*. Outra descoberta importantíssima foi que o domínio ligante do receptor do SARS-COV-2 se aderiu com uma alta afinidade a um receptor humano chamado ACE2. Dessa forma, toda a comunidade médica e científica tinha em suas mãos um enorme desafio para descobrir como se dava a transmissão, a prevenção, os meios de tratamento e como fazer o diagnóstico laboratorial. Apesar do envolvimento de todos, uma coisa era certa, não havia medidas profiláticas e nem tratamento eficaz que conseguissem parar o alto grau de transmissão e muito menos as mortes. Naquele momento, o tratamento era totalmente sintomático, ou seja, relacionado a sanar os sintomas e suprir os estoques de oxigênio.

Em 3 de fevereiro de 2020, o Brasil, através do Ministério da Saúde (MS), declara a Covid-19 como emergência de saúde pública em todo território nacional. No mesmo mês (26), um indivíduo que retornara a São Paulo de uma viagem na Itália, foi diagnosticado com Covid-19.

Em março desse mesmo ano, acontece o primeiro óbito em São Paulo e o MS anuncia estado de alerta na saúde pública em todo o Brasil. Concomitantemente, no Ceará, foram confirmados três casos de pessoas com Covid-19, enquanto no resto do país já haviam 200 casos confirmados. No entanto, todos os Laboratórios de Saúde Pública (Lacen) dos Estados receberam a incumbência de realizar o diagnóstico laboratorial da Covid-19.

O Lacen-CE é uma Instituição Pública, estratégica para as ações de Vigilância em Saúde do Estado e, desde a sua criação, em 1961, tem se engajado fortemente nas questões relacionadas com a

saúde pública e o bem-estar da população.

O Lacen-CE é o Laboratório de Saúde Pública de Referência do Estado do Ceará. Sua história se confunde com a trajetória cearense com o enfrentamento dos principais problemas e emergências de saúde do Ceará. É parte integrante do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública - Sislab do Ministério da Saúde, com a realização de ensaios diagnósticos das doenças de notificação compulsória e outros agravos de interesse epidemiológico, assim como realiza o controle da qualidade de produtos de interesse da Vigilância Sanitária e Ambiental.

As respostas dadas em situações críticas recentes, como foram os casos da emergência sanitária da epidemia de Zika, da situação da Dengue e Chikungunya e atualmente na pandemia do novo Coronavírus são exemplos da relevância da instituição na resposta aos problemas sanitários.

Recentemente, a Secretária de Saúde (Sesa) determinou a instalação de um Centro de Testagem para reforçar as ações para controle e enfrentamento da Covid-19 no Aeroporto Internacional de Fortaleza Pinto Martins, objetivando detectar precocemente algum viajante com síndrome gripal, através da aferição de temperatura corporal e triagem de sintomas realizadas pelas barreiras sanitárias. Essa avaliação dos passageiros é muito importante, considerando que, desta forma, faremos uma busca ativa de pessoas com suspeita, sejam assintomáticas ou não. Podemos, assim, identificar e barrar a circulação do vírus, e quem sabe, de novas cepas do vírus que ainda não circulou em nosso Estado. A partir desta demanda o Lacen prontamente treinou 16 profissionais de saúde para a realização do Teste Rápido para Covid-19 e coleta de *swab* nasofaríngeo para o exame RT-PCR.

Esse projeto da Sesa propõe escolher 5% de seus passageiros de modo aleatório para realização do teste rápido, no qual se pesquisa o antígeno do Coronavírus. Se o viajante apresentar sintomas para síndrome gripal, detectado pela barreira sanitária, também

seria submetido ao teste. Sendo assim, o passageiro, com testagem positiva, imediatamente faria a coleta do exame RT-PCR no Centro de Testagem para Viajantes, temporariamente instalado nas Vans de testagem móvel do Laboratório Central de Saúde Pública (Lacen).

Todas essas ações só intensifica a importância do Lacen e o cumprimento de sua **missão**: *“Realizar análises laboratoriais de excelência, gerando conhecimento, fortalecendo as ações de Vigilância em Saúde e a assistência individual de alta complexidade, com acessibilidade em todo o estado e promovendo o ensino e pesquisa”*.

Neste cenário, no período de março a dezembro de 2020, o Lacen - CE treinou 182 profissionais da área de saúde, entre eles médicos, enfermeiros, farmacêuticos, técnicos e auxiliares de enfermagem e de laboratório, em “Biossegurança no enfrentamento da Covid -19”, e ao mesmo tempo, realizando treinamento em “Coleta de *swab* de nasofaríngeo para síndromes respiratórias agudas” e realização de teste rápido para Covid - 19, que se tornaram multiplicadores em suas unidades de saúde públicas e privadas da capital e do interior do Estado.

Uma outra ação estratégica exercida pelo Lacen - CE foi a implantação do diagnóstico da Covid - 19 a partir de 15 de março de 2020 até 30 de junho de 2021, onde se realizaram 525.888 testes de RT-PCR (do inglês que significa reação de transcriptase reversa seguida de reação em cadeia da polimerase) para SARS-CoV2, metodologia considerada “padrão ouro” para o diagnóstico da Covid-19, de acordo com a OMS.

Ressaltando, mais uma vez, o papel importantíssimo do Laboratório Central de Saúde Pública do Estado do Ceará – Lacen - CE, que de acordo com o Boletim do COE – Centro de Emergências em Saúde Pública nº 12 – Covid - 19, a partir de 10 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde, adotou mais uma ação estratégica envolvendo o diagnóstico laboratorial, incluindo a rede de laboratórios de Análises Clínicas e Medicina Laboratorial, ligados a instituições de saúde complementar na detecção do SARS-CoV-2.

Para tal, foram incluídos requisitos e padrões técnicos nacionais e internacionais, principalmente em relação aos protocolos oficiais para serem adotados pelos laboratórios privados, e com o intuito de prestar um serviço de qualidade, estabeleceu, conforme orientação do COE, os seguintes critérios para habilitar os laboratórios Análises Clínicas e Medicina Laboratorial para a realização dos exames para detecção do SARS-CoV-2:

- Realização da metodologia de RT-PCR em tempo real para detecção de SARS-CoV-2 por protocolos preconizado pela OMS;
- Visita técnica para verificar infraestrutura (área física, equipamentos e condições de Biossegurança)
- Realização de Painel de amostras cegas para habilitação do laboratório;
- Envio de alíquota da primeira amostra positiva de SARS-CoV-2 para realização de contraprova do resultado no Lacen - CE;
- Encaminhamento das alíquotas de amostras positivas de SARS-CoV-2 ao Lacen para armazenamento e constituição do Banco Nacional de amostras de Coronavírus, para sequenciamento genético e investigação do perfil do vírus no território nacional (Biobanco de SARS-COV-2).

Dessa forma, o Lacen - CE, seguindo todos os critérios pré-estabelecidos pela OMS e MS habilitou 12 laboratórios no Estado para realização do diagnóstico da Covid - 19. Até os dias de hoje, o mundo inteiro continua empreendendo esforços para conter o avanço do novo Coronavírus.

Em meio à atual conjuntura, o Lacen - CE trabalha arduamente para o enfrentamento dessa emergência em saúde pública. O nosso aprendizado diante de todos esses fatos é incalculável. Aprendemos como nos prepararmos em tempo hábil e com presteza diante de surtos, endemias ou pandemias inesperadas.

Observamos ainda, a importância da valorização e da necessidade de investimentos na Rede de Laboratórios de Saúde Pública que faz parte do Sistema Único de Saúde, uma vez que, essa instituição não fosse uma rede comprometida e organizada em todos os Estados, estaríamos hoje vivendo um caos de proporções intangíveis, ressaltando que os testes são de alto custo para serem pagos no setor privado.

Assim sendo, o laboratório teve que implementar novos fluxos, adquirir equipamentos automatizados e aumentar o seu quadro de profissionais, capacitá-los e qualifica-los em tempo hábil, agilizando o trabalho com presteza e qualidade com a finalidade de atender à sociedade diante dessa emergência.

A equipe de profissionais do Lacen vem trabalhando arduamente, incluindo sábados, domingos e feriados, para atender aos pacientes de todo o Estado do Ceará. E esse esforço pode ser traduzido nos nossos números, onde foram realizados desde 15 de março de 2020 até 30 de julho de 2021, um total de 580 mil exames. No início da pandemia, os exames eram realizados em até 24h da solicitação. No entanto, diante do grande volume de casos suspeitos de Covid-19 no Ceará, a demanda de exames a serem realizados, se tornou uma realidade assustadora, diante da qual tivemos de adaptar e acelerar nosso trabalho, passando de 100 exames/dia em 2020 para 3.000 exames/dia em 2021, no pico da pandemia.

A situação epidemiológica da Covid - 19 no Estado do Ceará, de fevereiro de 2020 a 17 de julho de 2021, observou-se 909.498 casos da doença e 23.314 óbitos em consequência da Covid - 19, representando uma letalidade de 2,4%.

Portanto, ainda é cedo para saber quando a vida voltará ao normal no Brasil, e os próximos meses serão preponderantes para qualquer previsão. Apesar desse cenário, o Lacen - CE muito se orgulha por conseguir dar resposta ao Sistema de Vigilância Epidemiológica, contribuindo com a saúde da população Cearense.

## ■ REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletins epidemiológicos da Covid-19 [Internet]**. Brasília: Ministério da Saúde; 2020 [2020 abr 27]. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/boletins-epidemiologicos>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus: o que você precisa saber e como prevenir o contágio.** [cited 2020 Feb 18]. Disponível em: <<https://saude.gov.br/saude-de-a-z/coronavirus>>; <<https://saude.gov.br/saude-de-a-z/coronavirus>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus Brasil [Internet]**. Brasília: Ministério da Saúde; 2020. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM n. 188, de 3 de fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV) [Internet]. **Diário Oficial da União**, Brasília (DF); 2020 fev. 4 [citado 2020 Apr. 27]; Seção Extra:1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/portaria/prt188-20-ms.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt188-20-ms.htm)>.

CAVALCANTE, João Roberto *et al.* Covid-19 no Brasil: evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v. 29, n. 4, e2020376, set. 2020. Disponível em: <[http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742020000400016&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742020000400016&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 31 jul. 2021.

CEARÁ. Secretária da Saúde. Boletim Epidemiológico da Covid-19 [Internet]. Disponível em: <[https://www.saude.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2020/02/BOLETIM\\_COVID-19\\_N26\\_22\\_07\\_21.pdf](https://www.saude.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2020/02/BOLETIM_COVID-19_N26_22_07_21.pdf)>.

GUAN, W; NI, Z; HU, Y *et al.* Clinical characteristics of Coronavirus disease 2019 in China. **N. Engl. J. Med.** 2020. DOI: 10.1056/NEJMoa2002032. <<https://doi.org/10.1056/NEJMoa2002032>>.

OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde. Folha informativa da Covid-19. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>>.

PORTAL do Governo do Estado (CE) [Internet] Disponível em: <<https://www.saude.ce.gov.br/2020/10/14/secretarias-da-saude-e-de-seguranca-publica-realizam-acao-educativa-no-aeroporto-de-fortaleza/>>.

WHO. World Health Organization. Novel Coronavirus China: disease outbreak news [Internet]. Geneva: World Health Organization; 2020 [cited

2020 Apr 27]. Disponível em: <<https://www.who.int/csr/don/12-january-2020-novel-coronavirus-china/en/>>.

WHO. World Health Organization. Coronavirus disease 2019 (Covid-19): situation report – 30 [Internet]. Geneva: World Health Organization; 2020 [cited 2020 Apr 27]. Disponível em: <[https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200219-sitrep-30-covid-19.pdf?sfvrsn=3346b04f\\_2](https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200219-sitrep-30-covid-19.pdf?sfvrsn=3346b04f_2)>.

WHO. World Health Organization. WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on Covid-19 [Internet]. Geneva: World Health Organization; 2020 [cited 2020 Apr 28]. Disponível em: <<https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>>.

## **A implantação do Núcleo de Saúde Mental e o enfrentamento das demandas geradas pela pandemia**

- Lídia Andrade Lourinho
- Cristiane Sales Leitão
- Rejane Sales Oliveira
- Ana Saskya Vaz de Araújo
- Ana Carmen Ferreira Freire
- Maria do Socorro Tavares Timbó

### **■ 1 INTRODUÇÃO**

O presente ensaio teórico discute a implantação do Núcleo de Saúde Mental no Departamento de Assistência Social e Saúde da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Dsas), diante da necessidade de atender às demandas geradas pela pandemia da Covid-19 que atingiu os servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece). Busca analisar os impactos das ações do Núcleo diante de um momento atípico e de grande relevância por conta dos efeitos do isolamento social e das perdas advindas da pandemia.

Cabe esclarecer que o Núcleo foi pensando para atender às demandas da Alece assim como as do Estado no que se refere as propostas da frente parlamentar Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Mental e Combate à Depressão e ao Suicídio. O Núcleo de Saúde Mental está estruturado de forma interdisciplinar, contando com uma equipe multiprofissional formada por psicólogas, psiquiatras, terapeutas sistêmicas, entre outras. O núcleo é operacionalizado em associação com as demais células do Dsas e a Frente Parlamentar.

Com a pandemia da Covid-19, as medidas de isolamento social tiveram um impacto não somente nas questões financeiras, mas também na saúde física e principalmente na emocional. Muitos trabalhadores acabaram ganhando mais peso por conta da falta dos exercícios físicos, de uma alimentação desequilibrada e da ansiedade crescente. Associado a tudo isso, veio também a depressão, o estresse com a dupla ou tripla jornada de trabalho e até mesmo os ataques de pânico.

De acordo com Lima (2018), a pandemia causou uma transformação organizacional em empresas públicas e privadas. Tais mudanças geram estresse, angústias e incertezas nos trabalhadores.

E com os altos custos econômicos associados aos transtornos mentais, o planejamento e investimento em estratégias de tratamento em saúde mental pode levar tais ganhos tanto para a saúde física quanto para a economia. Para além de um medo real da morte, a pandemia da Covid-19 trouxe implicações para outros contextos: o isolamento social, a reorganização familiar, o fechamento de diversas e diferentes instituições, muitas mudanças nas rotinas de trabalho, promovendo sentimentos de desamparo e abandono, que aumentou a sensação de insegurança por conta das repercussões econômicas e sociais dessa situação inusitada e inesperada.

A discussão está pautada nas seguintes premissas: riscos e agravos em saúde mental e o impacto da pandemia na saúde mental do servidor público.

## ■ 2 O NÚCLEO DE SAÚDE MENTAL DA ALECE

O Núcleo de Saúde Mental da Alece foi inaugurado no dia 29 de março de 2021, em solenidade no formato virtual, com o objetivo de desenvolver ações para o combate à depressão e a prevenção do suicídio no nosso Estado e, em conjunto com a célula de psicologia do Departamento de Assistência Social e Saúde (Dsas), ofertar atendimento psicológico para servidores e moradores das comunidades próximas à Assembleia.



O compromisso do núcleo é com a saúde mental! Portanto, é importante destacar que o mesmo veio atender às demandas da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Mental e Combate à Depressão e ao Suicídio, criada em 2019.

É preciso lembrar que a pandemia nos trouxe momentos bastantes difíceis de luto não vivenciados plenamente, com a perda de mais de 500 mil brasileiros, dos quais mais de 23 mil cearenses. Além disso, ainda estamos com a rede pública de saúde saturada e temos os impactos negativos advindos do isolamento social e das dificuldades econômicas, que suscitaram incertezas em relação ao futuro, salientando os transtornos mentais.

Todos esses fatores atuam de forma negativa na saúde mental das pessoas, que, cada vez mais, necessitam de cuidados. O contexto atual apontou a necessidade de cuidar do outro, de colocar em prática um projeto de grande relevância, tanto para a Casa (Alece), como para a sociedade cearense. O intento do Núcleo de Saúde Mental é fortalecer essa causa a partir de ações que possam ter impacto em todo o Estado e para tanto, as parcerias são fundamentais.

O primeiro passo foi a busca por parcerias que auxiliassem na concretização das ações. A procura por entidades parceiras que tratam do assunto, a exemplo do Ministério Público, por meio do projeto Vidas Preservadas.

Como um dos resultados dessa ampla discussão, a Frente apresentou propostas legislativas para fortalecer a causa. Entre elas, a lei que institui o Selo Empresa Amiga da Saúde Mental e a que determina a veiculação de informações sobre cuidados com a saúde mental em sites oficiais, ambas já sancionadas pelo governador Camilo Santana. Além do mais, a Frente também indicou a criação de um conselho estadual e de um fundo específico para destinar recursos a este segmento.

Além de refletir sobre as políticas públicas, o Núcleo pretende cuidar da saúde dos servidores da Assembleia e comunidades do entorno, com atendimentos realizados por psicólogos e psiquiatras

do Departamento de Saúde e Assistência Social (Dsas). “Esta é uma maneira de cuidar de quem se dedica diariamente ao Poder Legislativo, mesmo em tempos de pandemia. Vamos planejar e executar ações que minimizem o problema da depressão e do suicídio em nosso Estado, que tem como finalidade maior salvar vidas”, nas palavras do presidente da casa legislativa, Deputado Evandro Leitão.

### ■ 3 O COMPROMISSO É COM A SAÚDE MENTAL

A pandemia nos trouxe um sentimento de insegurança e medo e é comum encontrarmos as pessoas em estado de alerta, preocupadas, confusas, estressadas diante das incertezas do momento. Sendo assim, estima-se que entre um terço e metade da população exposta a uma epidemia pode vir a sofrer alguma manifestação psicopatológica, caso não seja feita nenhuma intervenção de cuidado específico para as reações e sintomas manifestados.

Os mais diversos motivos que causam o impacto psicossocial são referentes à amplitude da epidemia e ao grau de vulnerabilidade em que a pessoa se encontra no momento. Contudo, é relevante enfatizar que nem todos os problemas psicológicos e sociais apresentados poderão ser considerados como doenças; boa parte serão considerados como reações normais frente a uma situação anormal.

Uma pandemia, como a Covid-19, provoca perturbação psicossocial que pode ir além da capacidade de enfrentamento da população afetada. Considera-se, até mesmo, que a população total do país passa por um impacto psicossocial nos mais diferentes graus de intensidade e gravidade (WHO, 2020; BRASIL, 2020).

E mesmo que a maioria dos problemas psicossociais sejam considerados reações e sintomas normais diante de uma situação anormal, calcula-se um aumento da incidência de transtornos psíquicos equivalente com a magnitude do evento, com o grau

de vulnerabilidade psicossocial, o tempo e a natureza das ações psicossociais.

Para conceber um plano de cuidado amplo, o núcleo apostou na inclusão de ações em diferentes pontos de apoio complementares, alternando desde estratégias mais amplas de intervenção com a população em geral, até as mais específicas direcionadas aos servidores da Alece, visando à garantia de cuidados especializados.

As ações do Núcleo de Saúde Mental do Dsas estão disponibilizadas na imagem abaixo (Figura 1):

|  |
|--|
| Junto ao núcleo de saúde do trabalhador do Dsas, construiu informações educativas sobre formas de contágio, com ênfase para os grupos vulneráveis, do ponto de vista psicossocial e do protocolo de biossegurança para o retorno às atividades presenciais.  |
| Convocação e capacitação de equipes com experiência em atenção psicossocial e saúde mental.  |
| Ampliação do plantão psicológico, possibilitando o pronto atendimento junto às demandas de crise com atendimentos presenciais ou online.   |
| Parcerias com entidades, encontros temáticos, com o intuito de discutir temas como resiliência emocional, autocuidado e saúde mental.  |
| Promoção de webinar e palestras de sensibilização com temas voltados à saúde integral de indivíduos e grupos, no intuito de promover uma reflexão acerca da importância do cuidado com a saúde mental e integral de todos os colaboradores da Alece.   |
| Prática de meditação, implementada uma vez por semana por uma hora a prática de meditação para todos os servidores de forma livre em sala virtual/presencial.  |
| Grupos de acolhimento, que são grupos psicoeducativos, como suporte psicológico. São encontros temáticos na metodologia breve focal no intuito de disseminar conhecimentos específicos acerca de determinada problemática para a comunidade e demais servidores. (Exemplo: Obesidade, Enlutamento etc.). |

Implementação do programa ato de amor para as pessoas que estão vivenciando a dor da perda e do luto. Proposta de uma vez por semana realizar contato com o servidor enlutado para envio de mensagem e/ou escuta ativa.

Implementação do Programa de Liderança para gestores e demais profissionais do Dsas. Proposta de quatro módulos a realizar-se em duas horas semanais durante seis meses.

Implementação de cronograma planejado com a área de comunicação no intuito de sensibilizar as mídias, instituições sociais, poderes constituídos, públicos e privados, em relação à importância de projetos estratégicos, políticas públicas, espaços sociais e outras iniciativas visando valorizar o universo da saúde mental.

Cineterapia, implementação de sessões de cinema voltadas a temáticas de saúde através de um planejamento de documentários, filmes ou até vídeos no intuito de promover rodas de conversas para a comunidade.

Facilitação de grupos de biblioterapia, utilizando livros e textos para promover resiliência e autoconhecimento através do contato grupal.

Projeto Debater Psi, Implementação de estudos de casos acerca dos atendimentos realizados pela Célula de Psicologia do Dsas.

Grupos de sala de espera com pais e responsáveis de crianças atendidas pelos núcleos do Dsas, promovendo um espaço de autocuidado e relaxamento para os cuidadores.

Afetos Literários, saudade de dar um abraço em alguém? Transforme esse abraço em mensagem de carinho! Envie para um colega sua mensagem de um livro que você leu e gostou! Implementação da ação pela área de comunicação.

Perante a pandemia de Covid-19, podem acontecer estresse pós-traumático e depressão, ambos demandam intervenções psicossociais (HOLMES *et al.*, 2020). E as consequências na saúde irão depender dos recursos de enfrentamento disponíveis, visto que a pandemia da Covid-19 estabelece ao indivíduo a associação com estratégias de enfrentamento do estresse de forma adaptativa.

Verifica-se que, no contexto contemporâneo da pandemia, algumas necessidades que estão diretamente afetadas - o medo da contaminação e o distanciamento social podem comprometer os relacionamentos, o senso de competência para agir e o senso de autonomia para a tomada de decisões.

Portanto, é importante enfatizar que durante um evento estressor de grandes proporções como a pandemia pela Covid-19 e a falta de uma fonte confiável e oficial de informação, acarretam para a população a procura por fontes alternativas e nem sempre confiáveis de estratégias de enfrentamento ou mesmo de escuta e decorrentes de tal situação, o conflito de informações aumenta a incerteza e o medo (TORALES, O'HIGGINS, CASTALDELLI-MAIA, VETRIGLIO, 2020).

É nesse sentido que o Núcleo de Saúde Mental consolida o seu espaço e demonstra a sua relevância no contexto do cuidado junto aos servidores da Alece.

#### ■ 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do real impacto da pandemia pela Covid-19 na saúde mental da população requererá tempo, pesquisas e estudos pertinentes. Porém, referenciado em situações similares de epidemias mais recentes e desastres de grandes proporções, acredita-se que o adoecimento mental é inevitável e existe uma propensão a superar a morbidade relacionada diretamente à infecção.

No contexto brasileiro esta condição piora em função de diversos fatores, incluindo os crise políticos-institucionais, os de divulgação e de divergências de orientações de fontes oficiais, ampliando a insegurança e ansiedade. Desta forma, as instituições públicas ou privadas, devem buscar por estratégias alternativas para lidar com as consequências da pandemia e o impacto na saúde mental e física de seus colaboradores. Estratégias que permitam colocar em prática o importante papel no cuidado da saúde mental da população, a partir da identificação dos estressores e principais fatores de risco para o adoecimento mental.

## ■ REFERÊNCIAS

AHMED MZ, Ahmed O; AIBAO Z, Hanbin S; SIYU L, Ahmad A. Epidemic of Covid-19 in China and Associated Psychological Problems. **Asian J. Psych.**, 2020; 51:102092.

Brasil. Ministério da Saúde (MS). **Brasil confirma primeiro caso da doença** [acessado 2020 jul. 25]. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>>.

HOLMES, E. A.; O'CONNOR, R. C.; PERRY, V. H.; TRACEY, I.; WESSELY, S., ARSENEAULT, L.; BULLMORE, E. (2020). **Multidisciplinary research priorities for the Covid-19 pandemic: a call for action for mental health science.** *The Lancet Psychiatry*, 15, 1-14.

LINHARES, Maria Beatriz Martins; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Reflexões baseadas na Psicologia sobre efeitos da pandemia Covid-19 no desenvolvimento infantil. **Estudos de psicologia**, Campinas, v. 37, 2020. p. 1-13. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2020000100510&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2020000100510&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14 ago. 2020.

RECOMENDAÇÕES e orientações em saúde mental e atenção psicossocial na Covid-19 / organizado por Débora da Silva Noal, Maria Fabiana Damasio Passos e Carlos Machado de Freitas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020.

RYAN, R. M., & DECI, E. L. (2017). **Self-determination theory: Basic psychological needs in motivation, development and wellness.** New York: The Guilford Press.

SCHMIDT, B. *et al.* Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19). **Estudos de psicologia**, Campinas, v. 37, 2020. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2020000100501&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2020000100501&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14 ago. 2020.

TORALES J, O'Higgins M; CASTALDELLI-MAIA JM, Ventriglio A. The outbreak of Covid-19 Coronavirus and its impact on global mental health. **Int. J. Soc. Psychiatry**. 2020;66(4):317-20.

WHO. World Health Organization. **Coronavirus disease 2019 (Covid-19): situation report, 1** [acessado 2020 jul. 25]. Disponível em: <[https://www.who.int/docs/default-source/Coronaviruse/situation-reports/20200121-sitrep-1-2019-ncov.pdf?sfvrsn=20a99c10\\_4](https://www.who.int/docs/default-source/Coronaviruse/situation-reports/20200121-sitrep-1-2019-ncov.pdf?sfvrsn=20a99c10_4)>.

## Avanços da concepção do PPA no impulso às políticas de estado

- Luiz Carlos Holanda Antero
- Maria Aparecida Rodrigues Façanha
- Lara Maria Silva Costa

### ■ 1 INTRODUÇÃO

Este artigo contextualiza o atual patamar do processo evolutivo da concepção do planejamento, relacionada à elaboração, com antecedentes nos planos de governo, do Plano Plurianual. E elege, enquanto momento culminante, o PPA 2020-2023 e sua inserção, nas circunstâncias da crise multifacetada em curso no ano de 2020, da Unidade Federativa do Ceará. O estudo adota como foco da sua abordagem o desafio que consiste no aprimoramento do Plano, em sua acepção de ferramenta de orientação, na gestão da busca por resultados para a sociedade — enquanto corolário de um planejamento estratégico de longo prazo.

Se identificado à percepção dialética de suas possibilidades, este alcance metodológico se adequa à ressignificação do papel do Estado<sup>1</sup> e à identificação e aprimoramento das políticas de Estado<sup>2</sup> historicamente formuladas, em processo de maturação, sem ignorar sua interveniência nas circunstâncias da trágica e coincidente pandemia em curso.

1 Na Constituição Federal de 1988 (Art. 3º), cabe ao Estado, na República Federativa do Brasil, a missão precípua de construir uma sociedade livre justa e solidária, erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais, entre outros objetivos fundamentais questionados pela visão neoliberal do “estado mínimo” que ainda no atual século tenta-se impor ao Brasil.

2 Políticas formuladas no interesse da sociedade que transcendem as transições de governo, se mantêm e fortalecem ao longo do tempo, com sua legitimidade contestada pelos seus resultados favoráveis, nos termos de sua eficiência, eficácia e impacto na realidade onde surge, afirma e confirma sua necessidade.

O Plano Plurianual (PPA) configura-se como o principal instrumento de planejamento legalmente constituído, cujo papel é estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública do Estado do Ceará, tanto para as despesas de capital, ou seja, as relativas ao aumento patrimonial, quanto as de natureza continuada, advindas, em sua maioria, dos projetos de expansão da oferta de serviços públicos à sociedade<sup>3</sup>. O rito formal da edificação deste Planejamento, em contínuo processo de aprimoramento, se estabelece a partir do Projeto de Lei que sistematiza e institui o Plano Plurianual (PPA), de acordo com o que preconizam os referidos dispositivos constitucionais<sup>4</sup>.

Entre seus antecedentes mais próximos, está o Decreto<sup>5</sup> que regulamentou o modelo de Gestão para Resultados do Poder Executivo do Estado do Ceará, instituindo a gestão de projetos de investimento público — que, nesta reflexão, assume basilar importância para o fortalecimento do papel do Estado e de suas políticas longevas e efetivas quanto à Saúde, Educação, Recursos Hídricos, entre outras, também diante dos fenômenos imponderáveis ou imprevisíveis —, na qual o poder executivo estadual, no uso das atribuições conferidas pelo Art. 88, incisos IV e VI, da Constituição o Estadual, deve:

(1) orientar a ação governamental para o atendimento prioritário à sociedade cearense e seus cidadãos, segmentados em públicos-alvo claramente identificados, visando entregar melhores serviços à população;

(2) buscar maior eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas, de condicionar o ciclo de gestão — planejamento, orçamento e processo decisório — aos objetivos e resultados almejados;

---

3 Conforme disposto nos Artigos 165 da Constituição Federal de 1988 e 203 da Constituição do Estado do Ceará de 1989.

4 Idem, no §1º do Artigo 165 da CF de 1988, e, no §1º do Artigo 203 da CE de 1989.

5 Decreto 32.216, de 08 de maio de 2017

(3) considerar que a orientação para resultados representa uma mudança de perspectiva nos modelos da administração pública, ao vislumbrar um novo olhar para o funcionamento das organizações, retirando o foco dos meios (procedimentos, recursos e requisitos formais) para colocá-lo, principalmente, nos resultados transformadores de interesse do cidadão, com ênfase na entrega de produtos e serviços;

(4) pautar a ação governamental pelos princípios da flexibilidade, proatividade e tempestividade, visando ao fortalecimento do modelo de Gestão para Resultados (GpR) no Governo do Estado do Ceará;

(5) aprimorar a gestão dos projetos de investimento da Administração Pública Estadual, de acordo com o disposto no art.2º da Lei 13.875, de 07 de fevereiro de 2007<sup>6</sup>.

Sob tais premissas, estabelece-se, no curso da consolidação desta experiência de fortalecimento do Estado e de suas políticas, as bases da formulação prospectiva de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo, destacando-se, nos pilares do Plano, em seu viés de planejamento de médio prazo, a determinação fundamental dos dispositivos constitucionais.

## ■ 2 O PPA 2020-2023, SUA CONCEPÇÃO E DIRETRIZES

As diretrizes estratégicas alinhadas na proposta do PPA 2020-2023 — que se lastreiam e respaldam na experiência cumulativa das gestões que precedem sua elaboração, de modo mais notável e imediato no atual século — entrelaçam-se ao arcabouço da legislação orçamentária de planejamento governamental, que inclui as Leis de Diretrizes Orçamentárias e as Leis Orçamentárias Anuais.

Mediante a integração desses instrumentos, busca-se o aprimoramento, a harmonização e o alinhamento entre o planejamento estratégico de médio e longo prazo, a implementação das políticas públicas em vigência, alimentadas desde 2015 pela experiência dos sete Cearás.

6 Revogada pela Lei Nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018.

Na medida em que entrelaça a visão estratégica e a atuação tático-operacional externada nos programas, reunindo suas iniciativas e entregas, o PPA representa relevante ferramenta do planejamento de médio prazo da Gestão Pública Estadual — que deve persistir continuamente orientada para resultados.

Neste sentido, trata de efetivar a realização das metas gestadas na expectativa da maioria da sociedade, na busca contínua das transformações progressistas, no espectro da realidade social, econômica, cultural, científica, tecnológica e ambiental de nosso Estado, desde os fundamentos das suas múltiplas determinações.

O Plano Plurianual 2020-2023 — alicerçado na formulação teórica e conceitual dessa experiência construída — busca, em seu viés prospectivo, sequenciar e fomentar, nos anos subsequentes, as transformações inspiradas num pressuposto que se pretende coletivo. Uma concepção de mundo que identifica o Ceará, na perspectiva anunciada na Apresentação do PPA 2016-2019 — enquanto ambiente *iluminado pelo desenvolvimento sustentável, com prosperidade, qualidade de vida, equidade social e regional*.

Neste prumo estratégico, o PPA, ao incorporar novos elementos metodológicos, trata de reafirmar e aprimorar o referido arcabouço, no qual os Programas exerceram protagonismo nos anos recentes, desdobrando-o como dispositivo inteligente de organização do desempenho governamental no âmbito do estado do Ceará.

Trata-se aqui de buscar impacto estrutural na realização dos resultados socialmente desejados, à medida que se persegue, além da ampliação dos investimentos, a resolução da recorrente equação das demandas — no patamar das dificuldades, obstáculos, entraves ou gargalos — atuando na criação ou maximização de novas oportunidades de desenvolvimento, a exemplo do que se logrou realizar na execução do PPA 2016-2019.

Estes referidos Programas superaram o imprevisto dos arranjos técnicos, demonstrado no esforço da realização dos seus

objetivos principais: a melhoria das condições de vida de todos os cearenses e o fomento ao mais amplo desenvolvimento qualificado, mediante a oferta de bens e serviços nas diversas áreas, entre as quais se destacam, no horizonte da maturação de políticas de Estado, a Educação, Saúde, Segurança Pública, Trabalho e Empreendedorismo, Infraestrutura e Mobilidade, Recursos Hídricos e Meio Ambiente.

Ressaltou-se, na formulação do PPA 2020-2023, uma avaliação positiva da ênfase no estímulo à interação, integração e diálogo com o conjunto da sociedade e das instituições do setor público e do setor privado, procurando-se gestar uma ampla articulação e colaboração das parcerias necessárias ao desenvolvimento estadual, fermentando o debate e o fomento às novas ideias, desde o participativo protagonismo social, no prumo da governança compartilhada.

Neste sentido, entre as inovações na elaboração do PPA 2020-2023, destacam-se:

- Alinhamento a outras diretrizes estratégicas: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e do planejamento estratégico de longo prazo;
- Discussão dos temas transversais de modo participativo, os quais ganharam mais destaque a partir da definição de resultados e de estratégias transversais;
- Construção de indicadores de programas e definição de metas para todos os indicadores (estratégicos, temáticos e programáticos);
- Identificação da vinculação das ações às entregas (bens e serviços) no próprio PPA, incluindo seu detalhamento, de modo que sejam claramente declaradas às ações necessárias para viabilizar as entregas que serão ofertadas, bem como o custo envolvido, no caso das ações que necessitam de aporte financeiro.

### ■ 3 PARTICIPAÇÃO CIDADÃ, GOVERNANÇA COMPARTILHADA E OS SETE CEARÁS

Neste âmbito, o aprimoramento dos meios de participação cidadã, mediante o múltiplo e diversificado envolvimento das classes e camadas sociais representativas da sociedade cearense, revigorou a relevância do controle social — imprescindível fundamento da eficiência, eficácia, impacto ou efetividade na implementação das políticas públicas.

O PPA 2020-2023, ao envolver, de modo reiterado, nesta evolução do primado metodológico em movimento, o dinâmico e diversificado entrelaçamento da intersetorialidade e transversalidade, tende a contribuir para a continuidade, num patamar superior, do enfrentamento dos grandes desafios, alinhados aos esforços voltados à democratização da distribuição da renda e da riqueza — enquanto política de Estado que, como se propõe adiante nas Considerações Finais, requer amadurecimento cimentado na trajetória de outras formulações germinadas, construídas ou em processo de consolidação.

O corolário desses esforços deve fomentar a disseminação de uma cultura de paz no cerne da antítese à violência e à desagregação social, favorável à criativa geração de mais emprego e ocupações produtivas, do trabalho emancipado, à recuperação e uso sábio e consciente do meio ambiente, antecipando políticas de preservação às novas gerações, articuladas ao desenvolvimento econômico, social e territorial.

Neste perfil metodológico, o PPA 2020-2023 desdobra, em novo impulso, a abrangência do processo que abarca planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas — estruturadas nos sete grandes Eixos Governamentais de Articulação Intersetorial, identificados como “Sete Cearás” e idealizados na inspiração do desenvolvimento de perfil estrutural, dinâmico, produtivo, integrado.

É uma valorização qualitativa que, de modo original, qualifica o referido perfil metodológico, no qual se entrelaçam as articulações da intersectorialidade e da transversalidade.

Nesta referência, o eixo **Ceará Acolhedor** sustenta seu fundamento no respeito à pluralidade e à liberdade individual de escolhas e respeito aos direitos humanos, ao assegurar políticas públicas inclusivas, priorizando prevenção e combate à vulnerabilidade social — mediante mais robustas estruturas e instâncias de participação (conselhos municipais, tutelares, fóruns) e políticas públicas de Acesso à Terra e Moradia, Assistência Social, Inclusão Social e Direitos Humanos, e Segurança Alimentar e Nutricional.

Uma ênfase que vai ao encontro das classes e camadas sociais mais vulneráveis, desde o estímulo governamental no sentido da redução da pobreza e iniciativas como a da criação do Programa para Superação da Extrema Pobreza Infantil no Ceará.

O eixo **Ceará da Gestão Democrática para Resultados** elege o crescimento constante, equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário, e a redução persistente das desigualdades, numa aproximação do resultado estratégico adequado à população atendida com serviços públicos estaduais planejados e geridos de forma eficiente, eficaz e efetiva, em consonância com as necessidades e demandas regionais — desde a transparência, controle social, equidade e sustentabilidade fiscal.

Aqui se trata de ampliar a qualificação técnica e política dos processos de incorporação social e do atendimento à população, levando o Estado a uma atuação mais decisiva no fomento ao desenvolvimento e na superação das desigualdades; contribuindo no sentido da reversão das sequelas da divisão social do trabalho, desconcentrando investimentos públicos rumo ao interior do Estado, na busca de uma redução consistente das disparidades entre o entorno da Grande Fortaleza e demais regiões.

O eixo **Ceará de Oportunidades** busca integrar os fundamentos de sustentação econômica do desenvolvimento diante de imensos desafios, ao articular-se à interiorização do desenvolvimento territorial *pari passu* à geração e reprodução do emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza. Um processo requerido pelo movimento de recuperação da economia cearense a partir de 2017, após a queda ocorrida em 2015 e 2016, incrementada pela tendência à quebra da ordem constitucional e sequelas entrelaçadas — que registram novo agravamento em 2020, acirradas pelos vastos efeitos da pandemia, da crise sanitária, e novas consequências econômicas e sociais, expondo ainda mais as fraturas da desigualdade.

Tais fundamentos repercutem num espaço geográfico dotado de múltiplas possibilidades na Agricultura Familiar, Agronegócio, Comércio, Serviços, Indústria, Infraestrutura e Mobilidade, Pesca, Aquicultura, Trabalho, Empreendedorismo, Turismo — pelo resultado estratégico do Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado.

O eixo **Ceará do Conhecimento** trata de alicerçar a construção de uma sociedade esclarecida, na sustentação dos pilares de uma economia mais avançada, adotando uma estratégia de estímulo ao salto de qualidade no perfil socioeconômico do Ceará, erguendo-se neste eixo a determinação de proporcionar à população uma formação cidadã integral, inclusiva e de qualidade, com ênfase na equidade social e diversidade, produção do conhecimento e inovação, dentro do objetivo de assegurar o provimento das condições para a produção da riqueza e sua distribuição equitativa na sociedade, persistindo na edificação de bases sólidas para a sociedade do conhecimento.

Pretende uma revolução na política de desenvolvimento econômico e social, na democratização da produção científica e tecnológica, da educação superior, da cultura para as classes e camadas sociais excluídas do processo pedagógico que se busca universalizar.

Na confluência da missão do Estado, persiste o eixo **Ceará Pacífico**, dimensionado na concepção de uma Sociedade Justa e Solidária, e ancorado na compreensão do direito universal à proteção, amparo, defesa e justiça, na qual o Estado emerge como protagonista e fiador, buscando a participação social e a governança compartilhada como coadjuvantes na conquista de uma cultura de paz.

Neste eixo, alargam-se as fronteiras aos propósitos que podem assegurar a toda a sociedade, de forma ampla, qualificada e igualitária, a efetiva segurança cidadã e a justiça dignas de um Estado efetivamente voltado a um novo padrão civilizatório.

Sua sustentação pressupõe uma abordagem multissetorial integrada, com foco na prevenção da violência pela redução da vulnerabilidade social de amplos contingentes da população, projetando-se o reordenamento distributivo dos bens e serviços públicos e das relações econômicas e sociais no horizonte da plena justiça social.

Ancora-se precipuamente no eixo **Ceará Saudável**, que enfatiza os pressupostos da cidadania, garantia de direitos, a criação de ambientes favoráveis ao bem-estar, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e de habilidades pessoais, promoção da saúde, fortalecimento das ações comunitárias, de ambientes favoráveis e novos estilos de vida.

Ocorre aqui, neste arcabouço conceitual e metodológico, o entrelaçamento que fomenta a cultura de paz e compreende, no prumo transversal, ações articuladas e compartilhadas no espectro das políticas públicas de Esporte e Lazer, Saneamento Básico e Saúde, alinhadas a outras como Educação, Habitação, Segurança Alimentar e Nutricional, e programas relacionados, contribuindo para a realização de políticas transversais voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população.

Enfim, o **Ceará Sustentável** é o eixo que se valoriza em abrangência e contempla a implementação de uma estratégia pautada na preservação econômica criativa dos recursos naturais.

Aqui nasce uma política de Estado, a partir do diagnóstico segundo o qual o Ceará possui a quase totalidade de seu território encravado no semiárido — um ambiente no qual predomina a sazonalidade de secas frequentes e prolongadas, que gera graves dificuldades para a população —, valorizando as políticas de convivência e resiliência que tratam de atenuar os impactos climáticos, alimentadas pela existência das diversificadas alternativas e estratégias disponíveis desde o aproveitamento do Bioma Caatinga.

É exemplar desta valorização a exitosa experiência de Preparação e Resposta às Secas<sup>7</sup>, trabalhada inicialmente nos municípios de Quixeramobim e Piquet Carneiro, no Sertão Central e Centro-Sul — ancorada no lastro cumulativo superior a três décadas do Projeto São José —, que passou a se desenvolver no âmbito da Câmara Técnica do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDR), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), com a perspectiva de assimilação de um progressivo contingente de municípios.

#### ■ 4 CONCEPÇÃO DO PPA, PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E GESTÃO COMPARTILHADA

Não obstante um quadro fortemente restritivo — agravado pelas desigualdades sociais e pela tormenta da crise sanitária da pandemia mundial, com graves e letais repercussões em milhares de vidas no Ceará —, o Estado persistiu na busca da realização de investimentos, nas alternativas em parte construídas pelo protagonismo da sociedade e adequadas à efetivação do acesso aos recursos naturais e outros bens fundamentais, diante do resultado estratégico voltado à expectativa do meio ambiente protegido numa utilização racional.

---

7 Avaliação da Governança Participativa Desenvolvida nos Municípios de Piquet Carneiro e Quixeramobim, na Implementação do Plano Piloto Agropecuário Municipal de Preparação e Resposta as Secas do Ceará. Dissertação de Mestrado de Josias Farias Neto: Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2019.

Dessa forma, se compreendem os resultados pretendidos em cada um dos eixos, sob o pressuposto que este Plano Plurianual se orienta por uma metodologia que valoriza a construção participativa e a gestão compartilhada — que requer uma progressiva articulação entre o Estado e o cidadão, aprimorando a eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas no processo de planejamento, monitoramento e avaliação de projetos e atividades relacionados a sua implementação.

Tal procedimento metodológico esteve novamente contemplado na edificação do PPA<sup>8</sup> no ano de 2019, na realização dos encontros regionais participativos, promovidos nas 14 regiões de planejamento — redistribuição geopolítica que reforça o compromisso de promover o desenvolvimento territorial —, ocasiões nas quais se compartilhou, de forma reiterada, o pedagógico desafio da formulação de políticas públicas integradas às necessidades e às vocações de cada território, incrementando a aproximação entre poder público e sociedade.

Essa concepção do planejamento participativo motivou maior amplitude na reflexão estruturada e descentralizada da realidade cearense, ampliando a percepção da complexidade dos imensos desafios, devidos ao déficit remanescente de políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento, garantia do bem-estar e provisão de bens públicos.

São desafios que cabem ao Estado — enquanto provedor de bens públicos, avalista da proteção social e indutor de investimentos, da produtividade e do emprego —, tratados neste PPA 2020-2023, com ênfase nas proposições que incrementam a inclusão social, combate à pobreza, geração de empregos e renda, oferta de serviços essenciais a um contingente de milhões de pessoas, na expectativa do desenvolvimento sustentável e da equidade social.

---

8 **Metodologia de Elaboração do PPA 2020-2023.** Governo do Estado do Ceará. Seplag (Secretaria de Planejamento e Gestão). Fortaleza, dezembro 2019.

Desde as Diretrizes de Alinhamento Estratégico aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e à renovada dialética do planejamento de longo prazo, em permanente construção de seus projetos e governança compartilhada nos próximos anos e décadas, numa realidade movediça, imprevisível e impactante que se renova cada vez mais rapidamente, à construção conceitual das bases estratégica, tática e operacional, entrelaçadas à Metodologia de Formulação do PPA, encontra-se a confluência ao modelo de Gestão para Resultados — num arcabouço de considerações articuladas à atualidade da valorização e requalificação do papel do Estado, que o pensamento conservador acreditava superado, e às políticas de Estado, em renovado processo de amadurecimento.

A base de inovação para a sustentação da resistência e resiliência a novos eventos impactantes — que espera-se progressivamente amparados no Planejamento, na medida da sua eficiência, eficácia e efetividade minuciosamente preventivas — é o arcabouço preexistente, possuído pelo estado do Ceará, reunido numa experiência de resgate histórico de 60 anos e numa série de documentos norteadores dos resultados e trajetórias de políticas públicas cumulativas reconhecidas enquanto fundamento de outras — concebidas para os próximos anos.

Tais registros são significativos das diretrizes estratégicas e regionais, as quais determinam o alinhamento necessário à elaboração dos programas reunidos no PPA 2020-2023, com abrangência que incorpora, desde compromissos internacionais firmados para o desenvolvimento sustentável do planeta, até agendas de políticas setoriais internas, definidas pelo governo estadual e a sociedade na construção de suas prioridades para o desenvolvimento regional.

Este arcabouço contribui desse modo para o objetivo estratégico que emerge no processo de ressignificação e revalorização do papel do Estado em seu protagonismo aos interesses da maioria da sociedade, consubstanciados no amadurecimento das referidas

políticas de Estado, e alinhados aos vínculos estratégicos com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Na prática, essa construção atual é alimentada «a partir destes direcionadores estratégicos, levando em consideração a evolução das políticas públicas estaduais nos últimos anos, verificadas no desempenho dos resultados e programas » do PPA 2016-2019 e, em última instância, trata de resgatar sua precedência concreta nas formulações dos planos de governo das últimas seis décadas, desde o berço, em 1963, do Planejamento no setor público estadual, sucedidas pelo evento, em 1988, do PPA enquanto versão do planejamento de médio prazo.

Um arcabouço em resgate num processo que elege como referência o panorama socioeconômico do Ceará, valorizando, em seu momento culminante, os principais desafios da atualizada implementação do Plano Plurianual 2020-2023, definidos em diretrizes fundamentadas em prioridades que humanizam e valorizam a relação entre Estado e Sociedade — com ênfase no fomento à inclusão dos mais vulneráveis, com seu acolhimento, na redução das desigualdades sociais e econômicas, na erradicação da miséria; defesa dos direitos humanos e civis, do amplo espectro das diversidades sociais e culturais, educacionais, de gênero, étnicas, da primeira infância, da juventude, incorporando-se à geração de emprego e renda.

## ■ 5 CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA E POLÍTICAS DE ESTADO

A natureza científica das nossas conclusões e dos avanços alcançados no aprimoramento metodológico, entretanto, ganha substância porque reside, na referida trajetória, na factual sustentação histórica das políticas de Estado que sobreviveram e prosperaram às transições entre os governos, se desenvolveram e consolidaram às expensas da afirmação, na forma de políticas públicas, de suas práticas numa sociedade que, no contínuo processo de tomada de consciência para si de seu potencial transformador, foi impactada

pelos resultados de sua eficiência, eficácia e impacto/efetividade, no cotidiano da sua vivência e da realização de suas necessidades. E que, articuladas à reafirmação do Estado enquanto guardião dos interesses da maioria da sociedade, sustentam o prumo não linear da sua renovação.

Foi assim desde a emergência do Planejamento, nos anos 1960, num processo embrionário que germinou ações de continuidade sobre os múltiplos aspectos da contraditória realidade estadual, numa obra de gradual superação — nem sempre alicerçada numa força subjetiva consciente e organizada mas sempre referenciada na valorização dos seus resultados — , dos velhos discursos e práticas oligárquicas, repetitivos e remanescentes nos anos 1890 do século XIX<sup>9</sup> — hegemônicos e ainda revigorados na vigência da Velha República do primeiro quartel do século XX.

São notáveis, entre esses antecedentes — que o processo de aprimoramento metodológico deve naturalmente reconhecer e valorizar em seu desenvolvimento — alguns elementos passíveis de exame e avaliação, de modo mais atento e acurado, em sua relevância embrionária no processo de amadurecimento das políticas públicas e da ressignificação progressista do papel do Estado diante da supremacia dos interesses da maioria da sociedade, em sua evolução nas décadas subsequentes, desde meados dos anos 1960, transitando pelas décadas de 1970 e 1980 aos dias atuais, tratando-se de evitar sua quebra e descontinuidade:

Emergem da prática de intervenção do Estado na segunda metade do século XX, aportando aos anos 1970, elementos que, sistematizados, precedem a formulação hoje conhecida como Gestão para Resultados (GpR), em suas raízes, a partir de experiências como o Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI, em seguida denominado Projeto Ceará).

---

<sup>9</sup> **História da Agricultura no Norte-Nordeste.** Plefann/FGV. Célia Guabiraba (Coord. e Red.) *et al.*, Edição Instituto da Memória do Povo Cearense, Fortaleza, 1989.

Sob execução da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (Cepa, vinculada à Secretaria de Planejamento – Seplan), e inicialmente previsto para serras e vales úmidos, o PDRI deflagrou um projeto-piloto (1924-BR, financiado pelo Banco Mundial) na Serra da Ibiapaba. Sua execução demonstraria a possibilidade, desde a intervenção do Estado nas serras e vales úmidos, de fertilizar resultados produtivos de substancial eficiência, eficácia e impactos/efetividade, a partir de uma estratégia que uniria organização dos produtores e integração interinstitucional, desde uma metodologia centrada na participação da sociedade em todos os seus níveis de gestão – antecipando práticas contemporâneas não reconhecidas. Outros elementos e ações de Estado se encontram na base das formulações gestadas nas décadas subsequentes, a exemplo da política estadual de recursos hídricos<sup>10</sup>, que logrou uma complexidade estruturante capaz de assegurar, desde sua implementação, uma autêntica engenharia dotada de um planejamento estratégico – prevendo inclusive, a partir do Eixo Norte da Integração do Rio São Francisco às bacias do Nordeste Setentrional, o Cinturão das Águas, que, em seu projeto, envolve todo o Estado, através de um conjunto de canais e adutoras, com extensão de três mil quilômetros, visando a sustentação de segurança hídrica a 92% da população cearense.

Nos antecedentes da contínua ação do Estado, encontra-se a política pública educacional do Ceará, premiada no país por sua amplitude e qualidade no programa de Escolas de Tempo Integral, no projeto Avance – Bolsa Universitário, Centro Cearense de Idiomas

10 Prevista no Artigo 326 da Constituição Estadual, disciplinado pela Lei nº 11.996, de 24/07/1992, com os objetivos de: I - compatibilizar a ação humana, em qualquer de suas manifestações, com a dinâmica do ciclo hidrológico no Estado do Ceará, de forma a assegurar as condições para o desenvolvimento econômico e social, com melhoria da qualidade de vida e em equilíbrio com o meio ambiente; II - assegurar que a água, recurso natural essencial à vida, ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social possa ser controlada e utilizada, em padrões de qualidade e quantidade satisfatórios, por seus usuários atuais e pelas gerações futuras, em todo o território do Estado do Ceará; e III - planejar e gerenciar, de forma integrada, descentralizada e participativa, o uso múltiplo, controle, conservação, proteção e preservação dos recursos hídricos.

(CCIs), nos índices que destacaram o Ceará na liderança nacional em Educação (Ideb, Iede e ANA)<sup>11</sup>. São resultados que apontam a tríplice formulação que autoriza e valoriza uma política de Estado, em seus fundamentos na pactuação, planejamento e investimento, ao adotar a Educação enquanto política pública fundamental — num cenário prospectivo de distribuição da renda e da riqueza e na construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária.

Inicialmente como Inspetoria Geral da Instrução Pública, através do Decreto 1.375, de 15 de setembro de 1916, tinha como objetivo a inspeção do ensino primário do Estado da execução das deliberações do Governo para esse mesmo ensino. Em dezembro de 1945, o Decreto Lei nº 1.440 cria a Secretaria de Educação e Saúde do Estado do Ceará e seus serviços. A partir de um decreto assinado em 1961, o governo retira da pasta as atividades da área de saúde<sup>12</sup> e inclui a cultura, passando a chamar-se Secretaria de Educação e Cultura. Somente em 1996 a Secretaria teve seu nome mudado para Secretaria de Educação Básica na 87 Lei nº 12.613, de 07/08/1996.

Numa sensível inserção, menciona-se aqui, entre as políticas de Estado que, elevando-se em importância na dramática situação de pandemia, devem ser reconhecidas em seu emergente aprimoramento, a continuidade da edificação de uma rede de saúde que hoje prevê a atenção primária enquanto “porta de entrada” do sistema — incluindo postos, centros e unidades de Saúde da Família. Na “normalidade” precedente à pandemia, a partir desse primeiro atendimento, o cidadão é encaminhado para outros serviços de maior complexidade da saúde pública, como hospitais e clínicas especializadas, que pertencem à atenção secundária e terciária. A rede da atual Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (Sesa) possui

---

11 <<https://www.ceara.gov.br/2019/11/05/resultados-do-ceara-sao-destaque-e-estado-premiado-em-evento-nacional-de-educacao/>>.

12 A lei que criou a Secretaria de Saúde e Assistência foi a 5.427, publicada no **Diário Oficial do Estado** no dia 28 de junho de 1961, promulgada pelo então governador Parsifal Barroso. <<https://www.saude.ce.gov.br/institucional/a-secretaria/>>.

11 hospitais — oito na capital e três no interior<sup>1314</sup>, ampliando-se na situação emergencial da pandemia.

Outras políticas públicas se estabelecem nesta construção quando reconhecemos, por exemplo, que o Ceará foi o primeiro Estado brasileiro a criar uma Secretaria da Cultura. “Há exatos 50 anos, o Governo do Estado do Ceará percebeu a relevância da dimensão cultural nas políticas públicas, criando uma pasta própria com a Lei 8.541, de 9 de agosto de 1966”.

Destaca-se, enfim, a resolutiva cultura fiscal que, no patamar financeiro dos investimentos, oferece sustentação às necessidades de financiamento requeridas pelas políticas públicas, extrapolando o nível do incentivo aos municípios (repasso de ICMS). Resulta, por sua vez, de uma política de equilíbrio e sustentabilidade fiscal, na qual a arrecadação e as receitas geradas lastreiam despesas orçamentárias, de modo bem-sucedido em seus antecedentes mais remotos, desde o berço do Planejamento, e sua afirmação no atual século, assegurando a efetiva possibilidade dos maiores investimentos voltados ao desenvolvimento — inclusive para que o Ceará se afirme no panteão das unidades federativas mais resilientes às crises, mantendo os compromissos com seu povo e com a União.

---

13 Em Fortaleza, são hospitais de nível secundário, com atendimento especializado e de média complexidade: Hospital Geral de Fortaleza (HGF), Hospital Geral Dr. César Cals (HGCC), Hospital Infantil Albert Sabin (Hias), Hospital São José de Doenças Infecciosas (HSJ), Hospital de Messejana Dr. Alberto Studart Gomes (HM) e Hospital de Saúde Mental Professor Frota Pinto (HSMM). No interior, os três hospitais são terciários, com atendimento regionalizado: Hospital Regional Norte, em Sobral; Hospital Regional do Cariri, em Juazeiro do Norte e Hospital Regional Sertão Central, em Quixeramobim, <https://www.saude.ce.gov.br/ultimas-noticias/servico/hospitais-e-unidades/>.

14 PIÚBA, Fabiano dos Santos. Ceará, um Estado da Cultura. *Jornal O Povo*, 09/08/2018.

Os fundamentos dessa política remontam à trajetória da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, que teve origem na criação da Thesouraria Provincial, em 1836<sup>15</sup>.

## ■ 6 POLÍTICAS DE ESTADO E PACTO FEDERATIVO

Neste arcabouço construído, o processo de aprimoramento metodológico deve, ao reconhecer que o estado do Ceará não é uma ilha isolada do país na elaboração de seu PPA, incorporar as premissas da articulação que favoreçam, no Congresso Nacional e outras instâncias dos poderes da República e do Pacto Federativo, a sustentação às políticas de Estado voltadas à distribuição da renda e da riqueza e e à redução das imensas disparidades sociais que travam a resolução das grandes questões estruturais, voltadas aos interesses da maioria da sociedade.

A construção pretendida aqui, portanto — não obstante sua formulação inspirada em políticas de Estado historicamente determinadas em seu protagonismo — reconhece a inserção do Ceará num país que requer o amplo consenso de um projeto nacional de desenvolvimento incompatível com a existência contemporânea de um imenso contingente de 14,1 milhões de trabalhadores desempregados ou na informalidade nos umbrais do ano de 2021<sup>16</sup>, da maior desigualdade social do planeta, com o exponencial crescimento do fosso entre ricos e pobres, do país em

---

15 Lei nº 58 de 26/09/1836, sancionada pelo presidente da Província José Martiniano de Alencar, pai do escritor cearense José de Alencar. Com a República, a Thesouraria Provincial teve seu nome alterado para Secretaria da Fazenda na Constituição estadual, elaborada de acordo com o modelo federativo adotado. Sefaz: **Tributo à história** / Organizadores: Márcio William França Amorim e Walda Maria Mota Weyne. Fortaleza : Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, 2006. 209p. ; il. ; 30cm. Edição comemorativa dos 170 anos de criação da Sefaz 1. Tributos. 2. Tributação no Brasil. 3. História dos Tributos. 4. Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará. I. Título. II. Sefaz – CEARÁ . III. Amorim, Márcio W. França. IV. Weyne, Walda Maria Mota.

16 Cálculo divulgado pelo IBGE em outubro de 2020. Com isso, a taxa de desocupação ficou em 14,3%, um crescimento de 0,5 ponto percentual (p.p.) em relação ao trimestre anterior. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

que cinco bilionários brasileiros concentram patrimônio equivalente à renda da metade mais pobre da população do Brasil, superior a 100 milhões de brasileiros<sup>17</sup>.

Toda essa compreensão assume relevância exponencial diante de uma situação extrema, nos remetendo às grandes lições oriundas do « imprevisto » e « inusitado » evento da pandemia, do qual emerge a eminente e iminente necessidade de promover, de modo acelerado, as grandes mudanças requeridas no âmbito da Federação.

Esta contribuição em perspectiva se articula, desse modo, a um projeto no qual o Pacto Federativo se volte à profilaxia das ameaças que pairam sobre o povo brasileiro, comprometendo-se com a construção efetiva e financiamento das políticas públicas; a emergência de uma renda mínima básica para a população submersa na miséria, dando-lhe dignidade; a importância de revirar a tributação da renda, os ganhos especulativos e o patrimônio das grandes fortunas no âmbito de uma Reforma Tributária progressiva e incompatível com a concentração, em apenas dez entes federativos, incluindo toda a região Sudeste e dois dos três entes federativos da região Sul, de 80% da principal fonte de arrecadação fiscal (ICMS)<sup>18</sup>, considerando-se que 80% de todos os tributos arrecadados (federais, estaduais e municipais) são oriundos das regiões Sul e Sudeste<sup>19</sup>, voltando-se à necessidade de redução das desigualdades regionais e sociais, rumando a uma ampla e necessária harmonização da sociedade brasileira, no âmbito de um projeto nacional de desenvolvimento que contemple as necessidades do desenvolvimento regional.

17 **Fonte:** Oxfam (2018), ONG britânica de combate à pobreza. Para fazer seus levantamentos, a Oxfam usa dados sobre bilionários da revista “Forbes”, e informações sobre a riqueza em escala global de relatórios do banco Credit Suisse.

18 **Fonte:** Minifaz/Cotepe. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

19 **Fonte:** Relatório da Receita Federal. Carga tributária no Brasil 2016. Análise por tributos e bases de incidência (BRASIL, 2015).

## ■ 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui evidenciam-se as prognósticas necessidades de atualização e adequação metodológicas relacionadas às fragilidades expostas pelas variáveis, entre as quais se incluem as sanitárias, não previstas em sua conexão aos objetivos contidos no arcabouço programático do Planejamento, entre os aspectos estruturais da realidade evidenciados de modo mais impactante na crise desencadeada pela pandemia — uma impactante possibilidade dada como imprevisível, na forma de uma variável que fez emergir, de modo mais enérgico e catastrófico, não somente a nítida percepção da formidável concentração da renda e da riqueza, mas da flagrante necessidade de sua distribuição.

Esta percepção se destacou na medida da exposição em que, desde a deflagração da pandemia, os vastos contingentes da população localizados nas periferias, em especial, se destacaram entre os mais afetados pelo contágio e mais suscetíveis aos óbitos, devido às péssimas condições de sobrevivência econômica, prejudicados diante da necessidade do isolamento social, desde que acantonados em aglomerações urbanas, em moradias precárias, de acentuada insalubridade e baixíssimo padrão de qualidade de vida.

Nas circunstâncias, será necessária, como se prevê na expectativa deste PPA 2020-2023, bem mais que a superlativa estruturação de uma governança compartilhada, participativa, colaborativa, convergente, em gestões orientadas para resultados; o aprimoramento da prestação dos serviços públicos estaduais com garantia de celeridade, eficiência, eficácia e efetividade no atendimento das necessidades e demandas regionais; a garantia da sustentabilidade fiscal do Estado e apoio ao equilíbrio fiscal dos municípios; ou o estímulo ao desenvolvimento econômico do Ceará, territorialmente equilibrado, com ênfase em vocações competitivas globais e convivência produtiva com o semiárido.

Também serão necessárias outras ações estruturantes, além

de assegurar previstas metas de maximizar a implementação e ampliação de estratégias de melhoria da qualidade de vida da população, do saneamento básico e do estímulo à autopromoção da saúde, reduzindo os índices de morbi-mortalidade; o apoio ao desenvolvimento de cidades resilientes, pacíficas e inclusivas, orientadas pelo desenvolvimento sustentável; ou o esforço de expansão da formação cidadã integral, inclusiva e de qualidade, na qual prevaleça a equidade e a diversidade, e o estímulo à produção do conhecimento e à inovação, fundamentados na proteção do meio ambiente e no fomento à utilização racional dos recursos naturais.

Mais do que nunca, prevalecerá a premente necessidade de atualização do Planejamento, a importância da governança compartilhada, a ressignificação do papel do Estado e de suas políticas públicas de vigorosa e renovada permanência social.

## ■ REFERÊNCIAS

BARBOSA, Arnaldo Parente Leite. **Planejamento governamental: Aspectos teóricos e uma análise das experiências mundial, brasileira e cearense.** Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Estadual do Ceará – Uece, 1987.

BRASIL **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 05 out. 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.829. Estabelece as normas para a elaboração e execução do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União, e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 30 out. 1998.

CAMPOS, José Nilson B. **Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos.** Estudos Avançados, vol. 28, n. 82. São Paulo, out./dez. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142014000300005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000300005)>.

CEARÁ. **Constituição do Estado do Ceará, 1989** – Fortaleza: Inesp, 2016. 182p. Atualizada até a Emenda Constitucional de 16.02.2016.

HOLANDA, Marcos Costa; ROSA, Antônio Lisboa Tele; LACERDA, Keyla Christina Albuquerque; CAVALCANTE, Antônio Sérgio Montenegro. O modelo aplicado de Gestão Pública por Resultados (GPR) no Estado do Ceará. In: Holanda, Marcos Costa (Org.) **Ceará: a prática de uma gestão por**

resultados. Fortaleza: Ipece, p. 54-75, 2006.

LEÃO, Fernando Antônio de Oliveira. **Planejamento como Instrumento de Gestão Pública**: uma análise dos planos de governo do estado do Ceará nos últimos 50 anos. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 32.216, de 08.05.17** - GpR\_GIP: Regulamenta o modelo de Gestão para Resultados do Poder Executivo e institui a Gestão de Projetos de Investimento Público no Estado do Ceará.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei que sistematiza e institui o Plano Plurianual (PPA), de acordo com o que preconiza a Constituição Federal, no §1º do Artigo 165, e a Constituição Estadual<sup>20</sup>, no §1º do Artigo 203.

LEI Nº 11.996, DE 24 DE JULHO DE 1992 (Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, prevista no Artigo 326 da CE, institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos – SIGERH e dá outras providências).

\_\_\_\_\_. **I Plano de Metas Governamentais (I Plameg)**. Fortaleza: Seplan, 1963.

\_\_\_\_\_. **Plano de Ação Integrada do Governo (Plaig)**. Fortaleza. Imprensa Oficial, 1967.

\_\_\_\_\_. **Plano de Governo do Estado do Ceará 1971-1974 (Plagec) - Síntese**. Fortaleza, Secretaria do Planejamento e Coordenação, 1971a.

\_\_\_\_\_. **Mensagem à Assembleia Legislativa 1971**. Fortaleza: Seplan, 1971b.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 10.367**, que cria o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI e dá outras providências. Fortaleza, CE, 07 dez. 1979.

\_\_\_\_\_. **I Plano Quinquenal de Desenvolvimento do Ceará 1975-1979 (Plandece)**. Volume I - Diagnóstico. Fortaleza: Seplan, 1975a.

\_\_\_\_\_. **I Plano Quinquenal de Desenvolvimento do Ceará 1975-1979 (Plandece)**. Volume II - Plano Estratégico. Fortaleza: Seplan, 1975b.

\_\_\_\_\_. **Mensagem à Assembleia Legislativa 1975**. Fortaleza: Seplan, 1975c.

\_\_\_\_\_. **II Plano de metas governamentais 1979-1983 (II Plameg)**. Diagnóstico. Fortaleza: Seplan, 1979a.

\_\_\_\_\_. **II Plano de metas governamentais 1979-1983 (II Plameg)**. Programação. Fortaleza: Seplan, 1979b.

\_\_\_\_\_. **Realizações governamentais. II** – Projeto: Estudos e Pesquisas (março de 1979 a março de 1981). Fortaleza: Seplan, 1981.

\_\_\_\_\_. **Realizações governamentais. I** – Obras Concluídas (março de 1979 a

março de 1982). Fortaleza: Seplan, 1982.

\_\_\_\_\_. **Plano Estadual de Desenvolvimento 1983-1987 (Planed)**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1983.

\_\_\_\_\_. **Mensagem à Assembleia Legislativa 1984**. Fortaleza: Seplan, 1984.

\_\_\_\_\_. **Plano de mudanças 1987-1991**. Fortaleza: Seplan, 1987a.

\_\_\_\_\_. **Mensagem à Assembleia Legislativa 1987**. Fortaleza: Seplan, 1987b.

\_\_\_\_\_. **Mensagem à Assembleia Legislativa 1991**. Fortaleza: Seplan, 1991a.

\_\_\_\_\_. **Plano Plurianual 1992-1995**. Fortaleza: Seplan, 1991b.

\_\_\_\_\_. **Plano Ceará Melhor 1992-1995**. Fortaleza: Seplan, 1992.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará 1995-1998**. Fortaleza: Seplan, 1995.

\_\_\_\_\_. **Mensagem à Assembleia Legislativa 1996**. Fortaleza: Seplan, 1996.

\_\_\_\_\_. **Mensagem à Assembleia Legislativa 1999**. Fortaleza: Seplan, 1999a.

\_\_\_\_\_. **Plano Plurianual 2000-2003**. Fortaleza: Seplan, 1999b.

\_\_\_\_\_. **Consolidando o novo Ceará: Plano de Desenvolvimento Sustentável 1999-2002**: Fortaleza: Seplan, 2000.

\_\_\_\_\_. **Mensagem à Assembleia Legislativa 2003**. Fortaleza: Seplan, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Ceará Cidadania: Crescimento com Inclusão Social. Plano de Governo 2003-2006**. Fortaleza: Seplan, 2003b.

\_\_\_\_\_. **Plano Plurianual 2004-2007**. Fortaleza: Seplan, 2003c.

\_\_\_\_\_. **Mensagem à Assembleia Legislativa 2004**. Fortaleza: Seplan, 2004.

\_\_\_\_\_. **Mensagem à Assembleia Legislativa 2006**. Fortaleza: Seplan, 2006.

\_\_\_\_\_. **Mensagem à Assembleia Legislativa 2007**. Fortaleza: Seplag, 2007a.

\_\_\_\_\_. **Plano Plurianual 2008-2011: Desenvolvimento justo e solidário “Novo jeito de fazer”**. Fortaleza: Seplag, 2007b.

\_\_\_\_\_. **Plano estratégico dos recursos hídricos do Ceará / Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos**. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; Eudoro Walter de Santana (Coordenador). Fortaleza: Inesp, 2009.

\_\_\_\_\_. **Mensagem à Assembleia Legislativa 2011**. Fortaleza: Seplag, 2011.

\_\_\_\_\_. **Plano Plurianual 2012-2015**. Fortaleza: Seplag, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Mensagem à Assembleia Legislativa 2012**. Fortaleza: Seplag, 2012b.

- \_\_\_\_\_. **Mensagem à Assembleia Legislativa 2013**. Fortaleza: Seplag, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Mensagem à Assembleia Legislativa 2015**. Fortaleza: Seplag, 2015a.
- \_\_\_\_\_. **Plano Plurianual 2016-2019**. Fortaleza: Seplag, 2015b.
- \_\_\_\_\_. **Mensagem à Assembleia Legislativa 2016**. Fortaleza: Seplag, 2016.
- \_\_\_\_\_. **Mensagem à Assembleia Legislativa 2017**. Fortaleza: Seplag, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Mensagem à Assembleia Legislativa 2018**. Fortaleza: Seplag, 2018.
- \_\_\_\_\_. **Mensagem à Assembleia Legislativa 2019**. Fortaleza: Seplag, 2019.
- \_\_\_\_\_. **Mensagem à Assembleia Legislativa 2020**. Fortaleza: Seplag, 2020.
- \_\_\_\_\_. **Mensagem do Governo - PPA 2020-2023**: Apresenta o processo de concepção do Plano, destacando, de modo sucinto, premissas, conceitos e processos utilizados para sua elaboração (pp. 28 a 48).
- \_\_\_\_\_. **Metodologia de Elaboração do PPA 2020-2023**. Governo do Estado do Ceará. Seplag (Secretaria de Planejamento e Gestão). Dezembro 2019.
- \_\_\_\_\_. **Plano estratégico dos recursos hídricos do Ceará**. Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos/Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Orgs.) – Fortaleza: Inesp, 2009. 408 p.
- NASPOLINI, Antenor. **A Reforma da Educação básica no Ceará**. Estudos Avançados, volume 15, nº. 42. São Paulo May/Aug. 2001. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000200006](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200006)>.
- NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. **Modernização do atraso: a hegemonia burguesa do CIC e as alianças eleitorais da “Era Tasso”**. Tese de Doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008.
- NUNES, André de Castro Pereira. **Atração de Investimentos como Instrumento de Política Industrial: O Caso do Ceará no Período 1985-2002**. Dissertação de Mestrado. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- SEDUC. **Resultados do Ceará são destaque e estado é premiado em evento nacional de Educação**. 06.11.2019. Ascom. Casa Civil Governo do Estado do Ceará.
- SEFAZ: Tributo à história / Organizadores, Márcio William França Amorim, Walda Maria Mota Weyne. - Fortaleza: Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, 2006. 209p. ; il. ; 30cm. Edição comemorativa dos 170 anos de criação da Sefaz 1. Tributos. 2. Tributação no Brasil. 3. História dos Tributos. 4. **Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará**. I. Título. II. Sefaz – CEARÁ . III. Amorim, Márcio W. França. IV. Weyne, Walda Maria Mota.

## Os desafios da Coordenação Escolar em tempos de pandemia x ensino híbrido e/ou remoto

- Marcos Arruda Portela
- Betânia Tágela Portela Fernandes Canuto

### ■ 1 INTRODUÇÃO

O presente Memorial de Formação Acadêmico-profissional e Intelectual, reflete as vivências da Coordenação Escolar da EEM Agostinho Neres Portela de Rafael Arruda – Sobral/CE, em 2021, sempre fazendo um paralelo aos estudos realizados no Curso de Fortalecimento da Atuação dos Coordenadores Escolares – (Face), Ministrado pelo Centro de Educação a Distância do Ceará (CED/Sobral/CE.) pela plataforma Avaced, mantido pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará.

A Escola de Ensino Médio Agostinho Neres Portela, localizada na Rua Maria Araújo Damasceno, Distrito de Rafael Arruda – Sobral, é uma escola pública mantida pela Secretaria da Educação do Ceará, com Núcleo Gestor o Diretor Claudio Paulo de Almeida, os Coordenadores Marcos Arruda Portela e Betânia Tágela Portela Fernandes Canuto.

A Educação vem passando por grandes transformações mediante aos novos desafios postos pela sociedade atual, que anseia por novos conhecimentos e informações cada vez mais rápidos e eficazes para o enfrentamento dos novos tempos. Porém, em 2020 foi introduzido a todo esse contexto, uma nova variável que chegou mudando para sempre o modo como vivemos. A Pandemia do novo Coronavírus (Covid-19) chegou abalando todas as estruturas sociais, econômicas, culturais, políticas, enfim, a maneira como

vivemos e entendemos o mundo. Na educação não seria diferente, de uma hora para outra, tivemos que nos adaptar e aprender às novas Tecnologias da informação e comunicação em tempo hábil junto com os alunos para conseguir manter as o ensino mesmo à distância. Nessa perspectiva, nós como Coordenadores Escolares tivemos que buscar mais conhecimentos, estratégias, métodos para garantir que o ensino-aprendizagem acontecesse de forma prazerosa e eficiente e assim, promover o desenvolvimento das competências e habilidades mínimas necessárias para a série na qual cada aluno está inserido.

## ■ 2 DESENVOLVIMENTO

A escola iniciou o ano letivo de 2021 com 469 alunos regularmente matriculados, que vem mantendo, mesmo na pandemia, com aulas remotas utilizando os sites de relacionamento como WhatsApp, Google Meet, e Google Classroom. Os níveis de abandono são relativamente pequenos e ainda acontecem devido a muitos fatores sociais e econômicos, como êxodo rural, onde as famílias vão para os grandes centros do país, em busca de emprego e renda para o sustento do lar, desestruturação familiar, que acaba abalando o futuro educacional de sua prole e podemos citar até a questão cultural, onde a maioria das famílias de baixa renda e com pouco conhecimento formal, não vêem no estudo uma saída para situação atual em que vivem, somando a isso tudo, as causas e efeitos da pandemia na vida de todos.

A Instituição busca, incansavelmente, reverter a atual situação junto às famílias, pois ainda está longe de alcançar esse objetivo, porém já mudou muito ao longo dos anos; hoje, a mídia e outros canais de comunicação, estão enfatizando muito a importância do estudo, principalmente as grandes empresas que já começaram a exigir, pelo menos, a conclusão do Ensino Médio, obrigando todos a refletirem sobre a importância de está preparado para ingressar no mercado de trabalho. É importante ressaltar que o



Curso “Face” proporcionou momentos de grandes reflexões acerca do atual momento que vivemos, pois disponibilizou material e discussão referente ao ensino híbrido e/ou remoto, metodologia nova para nós que sempre trabalhamos de forma presencial e não tivemos uma formação na Universidade que nos preparasse para o ensino híbrido e/ou remoto. O curso foi de grande ajuda, visto que, além do material para aprofundamento sobre o tema, ainda acontecia as Webinars, via YouTube, sobre os temas debatidos e, para finalizar, ainda tínhamos os fóruns onde discutíamos vários aspectos com ótimas intervenções e visões dos assuntos propostos pelos outros colegas de curso elevando ainda mais o nível das discussões. Na escola, sempre buscamos atrelar as nossas vivências com as teorias estudadas no Face, pois a cada módulo um retrato do nosso cotidiano era posto à prova, mas que devido ao nosso entrosamento, troca de experiências, como algumas citadas pelos colegas, seguimos adequando e criando mediante nossa realidade mecanismos que pudessem apoiar nossas demandas educacionais nesses momentos de incertezas provocadas pela Pandemia da Covid-19. A coordenação escolar primava em elencar os pontos positivos e negativos e, a partir dessa perspectiva, buscar uma melhor relação entre teoria e prática pedagógica como diz Lima e Gomes:

O professor como sujeito que não reproduz apenas o conhecimento pode fazer do seu próprio trabalho de sala de aula um espaço de práxis docente e de transformação humana. É na relação refletida e na redimensão de sua prática que o professor pode ser agente de mudanças na escola e na sociedade. (LIMA E GOMES, 2002, p. 169).

Ou seja, o professor pode, no ato de educar, refletir sua prática docente em prol da melhoria de seus alunos buscando sempre corrigir os rumos mediante a análise de suas ações na sala de aula. Isso impactará diretamente na transformação na escola e

na sociedade. Deve ser uma atividade constante, rotineira, sempre baseada na reflexão de todo processo de ensino e aprendizagem. Não será um processo simples, fácil, mas se feito com dedicação e muita atenção colherá bastante frutos. Outro ponto que podemos destacar foi a rapidez com que tivemos que nos adaptar e incorporar às novas tecnologias dentro de nosso planejamento, quase concomitantemente adotado pelo núcleo gestor, professores, alunos, enfim, toda comunidade escolar. Isso aumentou ainda mais o desafio da gestão, pois tivemos que agilizar o quanto antes essas mudanças no intuito de subsidiar o trabalho dos demais segmentos da escola, orientando, aprendendo simultaneamente para garantir uma escola mais eficaz nesses tempos de incertezas causados pelo Coronavírus (Covid-19). Assim diz Bacich, Neto e Trevisani:

O que a tecnologia traz hoje é integração de todos os espaços e tempos. O ensinar e o aprender acontecem em uma interligação simbiótica, profunda e constante entre os chamados mundo físico e digital. Não são dois mundos ou espaços, mas um espaço estendido, uma sala de aula ampliada, que se mescla, hibridiza constantemente. (BACICH, NETO E TREVISANI, 2015, p. 56)

Mediante esse pensamento, vemos que a tecnologia veio para somar e integrar os alunos em ambientes e momentos diferentes e até mesmo, simultâneos, uma relação de vínculo com o que se ensina e o como se ensina por meio dessa ferramenta. Observamos a notória necessidade, principalmente, nesse momento da interligação entre o físico e virtual, ampliando as possibilidades de ir além, facilitando assim, a aprendizagem de todos por meio da interação no tempo e espaço. Nessa visão, de sala de aula ampliada, devemos seguir disseminando o sentido de que, apenas promovemos um espaço diferente do habitual, um ambiente onde os horizontes se estendem proporcionalmente a capacidade de cada aluno de internalizar essa primícia e de expandir ainda mais suas pesquisas de acordo com suas necessidades.

A continuidade das práticas exitosas trabalhando em rede e difundindo os avanços nesse campo de conhecimentos, iremos galgar grandes oportunidades de desenvolver estratégias de ensino direcionadas às nossas necessidades cotidianas e assim, alcançar nossos objetivos de tornar nossa instituição eficaz na arte de ensinar.

### ■ 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de viver e relatar o que passamos nos últimos meses no nosso trabalho estabelecendo um paralelo com o Curso Face (Fortalecimento da Atuação dos Coordenadores Escolares) foi muito gratificante e instigante, pois nos concedeu a oportunidade de refletir sobre nossa prática docente e na gestão de nossa escola nesse momento tão complexo e difícil de se viver. Porém, devemos enfrentar e superar os desafios postos. Alcançamos bons resultados e envolvemos nossos professores e alunos numa prática mais construtiva de conhecimentos, com melhoramento de nosso entendimento sobre a necessidade em mudar o modo como encaramos os processos educacionais no ensino remoto e/ou híbrido, principalmente os mecanismos de avaliação da aprendizagem que requerem um olhar mais aprofundado e amplo, englobando todos os aspectos como participação, assiduidade, desenvoltura, resultados esperados, esforços mediante os desafios sociais, econômicos, culturais e psicológicos nos dias atuais.

Como Coordenadores, nos vemos mais direcionados para o rumo certo, mesmo sabendo que agora que começamos nossa jornada, pois muita coisa ainda precisa melhorar e avançar para que possamos retornar para o novo “normal”.

### ■ REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; TREVISANI, Fernando de Mello. **Ensino híbrido: Personalização e tecnologia na educação** [recurso eletrônico] – (Orgs.) Porto Alegre: Penso, 2015.

BACICH, Lilian; MORAN, José Manuel. Aprender e ensinar com foco na educação híbrida. **Revista Pátio**, v. 17, n. 25, p. 45-47, 2015. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2015/07/hibrida.pdf>>.

COMUNIDADES VIRTUAIS – Um Novo Espaço de Aprendizagem. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/242688865\\_COMUNIDADES\\_VIRTUAIS\\_-\\_UM\\_NOVO\\_ESPACO\\_DE\\_APRENDIZAGEM](https://www.researchgate.net/publication/242688865_COMUNIDADES_VIRTUAIS_-_UM_NOVO_ESPACO_DE_APRENDIZAGEM)>. Acesso em: 15 maio 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro, ed. Paz e Terra, 1992.

LIMA, Maria Socorro Lucena; GOMES, Marineide de Oliveira. **Redimensionando o papel dos profissionais da educação**: Algumas considerações. In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro. Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. (Orgs.) 2 Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 226p.

MARQUES, Mário Osório. Projeto pedagógico: A marca da escola. In: Revista Educação e Contexto. **Projeto Pedagógico e identidade da escola**. Ijuí, Unijuí, abr./jun. 1990.

## **Implantação da modalidade online na Educação Corporativa de agentes públicos na área de Gestão Financeira e de projetos de investimentos prioritários do Governo do Estado do Ceará: limites e possibilidades em tempos de pandemia**

- Marcos Medeiros de Vasconcellos
- George Kilmer Chaves Craveiro
- Daniele Passos de Lima Albuquerque
- Maria Carmelita Sampaio Colares

### **■ 1 INTRODUÇÃO**

Em 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto do novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Essa decisão buscou aprimorar a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus.

Atendendo ao chamado internacional, o Governo do Ceará instituiu uma série de medidas restritivas para controle da disseminação da Covid-19 no âmbito estadual. Ao mesmo tempo, a situação da gestão fiscal se torna crítica em virtude de redução da atividade econômica decorrente da pandemia e consequente queda da arrecadação do tesouro estadual.

Diante do contexto, a gestão governamental do estado do Ceará orientou a automação e digitalização de processos, de forma a atender a controles mais rígidos, bem como para otimizar o trabalho remoto, condição essencial para a continuidade das ações, considerando as condições impostas de isolamento social.

Essa diretriz demandou uma atuação proativa da Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, tanto para elaborar e implementar esses novos processos e sistemas, como para capacitar de forma corporativa os agentes públicos envolvidos nos trabalhos desenvolvidos nas diversas Secretarias e Órgãos estaduais.

No que concerne à área de atuação da Cofip/Coplo, a mudança de cenário imposta pela pandemia exigiu para além do conhecimento dos processos e regras de negócios relacionados à gestão financeira e de projetos de investimentos do Governo do Estado do Ceará. A impossibilidade de atividades presenciais impôs também a necessidade de mudanças nas metodologias utilizadas no ambiente da sala de aula utilizadas pela Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGPCE), tanto no ensino presencial como na formatação da modalidade a distância EaD<sup>21</sup>.

A prevalência do trabalho remoto impôs uma situação em que a maioria dos técnicos setoriais não estava tão familiarizada, no caso a capacitação na modalidade online com execução de aulas síncronas, ou seja, aulas em tempo real com interação entre professor e aluno, ao mesmo tempo, em um espaço virtual<sup>22</sup>.

O presente trabalho apresenta uma análise dessa experiência vivenciada pela Cofip/Coplo, com base em reflexões acerca dos limites e possibilidades da tecnologia online no cotidiano da Educação Corporativa do Governo do Estado do Ceará. O relato da experiência aponta reflexões sobre o caráter inovador da modalidade online na Educação Corporativa; sobre a possibilidade

---

21 As ferramentas e tecnologias do ensino presencial são totalmente diversas das utilizadas no ensino online. A modalidade do ensino a distância, na formatação até então utilizada pela Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGPCE), também não atendia às necessidades, pois a urgência na mudança dos processos não permitia o tempo necessário para a programação dos conteúdos gravados e/ou apresentados para leitura na plataforma Moodle e a flexibilidade de acesso para os alunos dentro da disponibilidade de tempo de cada um.

22 Na Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGPCE), as plataformas mais utilizadas são Google Meet e Zoom.

da permanência durante todo o período da pandemia; e se a tecnologia reúne condições para permitir a efetividade da gestão do conhecimento e para a transformação do comportamento organizacional.

## ■ 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho não pretende uma revisão bibliográfica extensiva sobre a Educação Corporativa e Continuada no setor público, mas apresentar um estudo de caso sobre uma experiência concreta de capacitações corporativas na área de planejamento da gestão financeira e de projetos de investimentos do Governo do Estado do Ceará, num contexto emergencial de pandemia, evidenciando os desafios, os limites e as possibilidades observadas.

Para corroborar com a reflexão é importante situar a modalidade da Educação Corporativa e Continuada como política pública de Estado na área de Desenvolvimento de Pessoas, bem como os desafios postos no atual contexto de pandemia para qualificar os agentes públicos e garantir o desenvolvimento profissional como um componente da qualidade na prestação do serviço público.

Parafraseando Morais (2016), citando Caon (2007:29), na Gestão de Pessoas a ênfase repousa na valorização das pessoas e na forma de integrá-las ao ambiente de trabalho, utilizando e integrando processos, bem como alinhando objetivos individuais e organizacionais a fim de que a organização possa permanecer competitiva. Essa reflexão é importante pois guarda relação com as diretrizes contidas nas políticas de desenvolvimento de pessoas no setor público nos últimos anos, tanto em nível nacional como estadual.

Conforme o Guia da Gestão da Capacitação por Competências (Brasil, 2013), publicado pelo então Ministério do Planejamento e Gestão (MPOG), hoje Ministério da Economia, a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP), instituída em 2006 pelo Decreto Federal Nº 5.707, veio consolidar a visão sobre a

relevância da dimensão do desenvolvimento profissional como um componente da qualidade na prestação do serviço público.

A partir da instituição da PNDP, os referenciais sobre competências assumem papel central na discussão sobre os processos de capacitação e desenvolvimento de pessoas na Administração Pública, destacando-se a perspectiva mais estratégica desses modelos no contexto das organizações. Essa política desencadeou novas diretrizes e expectativas em relação ao desenvolvimento profissional dos servidores, e propôs grandes desafios às instituições públicas, às escolas de governo em todo o Brasil e aos próprios servidores.

A repercussão das diretrizes da PNDP no âmbito do Governo do Estado do Ceará se consolida em 2009, quando o Executivo Estadual publica o Decreto Nº 29.642, de 05 de fevereiro de 2009, que institui a Política Estadual de Desenvolvimento de Pessoas da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica, Fundacional, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Alinhada à política nacional, o estado do Ceará considera a capacitação dos agentes públicos como uma das estratégias para tornar a máquina administrativa mais ágil e compatível com as necessidades e interesses da coletividade.

No mesmo ano o Governo do Estado do Ceará sanciona a Lei Nº 14.335, de 20 de abril de 2009, criando a Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGPCE) (Ceará, 2009a). O atual regulamento da EGPCE instituído pelo Decreto Nº 33.436, de 15 de janeiro de 2020, dispõe como missão institucional o desenvolvimento do processo educacional em gestão pública, com vistas ao aprimoramento das competências dos atores públicos, possibilitando a melhoria da prestação dos serviços ao cidadão (CEARÁ, 2009b).

Para tanto, entre outros objetivos, a escola deve buscar estratégias integradas de Formação, Qualificação e Educação Continuada e Corporativa, reforçando o aperfeiçoamento das capacidades técnicas operacionais, especialmente orientadas para

a adoção e adaptação de novos conhecimentos e tecnologias em Gestão Pública.

Salienta-se que a Educação Continuada consiste em processos de formação e desenvolvimento dos recursos humanos, no caso os agentes públicos, com a finalidade de aprimorar de forma contínua o perfil de gestão e técnico operativo, por meio da inserção de novos conhecimentos, no desenvolvimento de novas habilidades e no aceite de novos desafios. Com relação à Educação Corporativa, esta estratégia se configura como um dos mecanismos para a implementação da gestão por competências na Administração Pública, tendo em vista a necessidade de gerir perfis profissionais desejados de forma a propiciar maior retorno para as organizações públicas.

Marisa Eboli, estudiosa dos Sistemas de Educação Corporativa em empresas, entende que a estratégia precisa sempre ser desenhada com ênfase no negócio e relacionada com a cultura organizacional, devendo os cursos, programas e ações da organização atenderem a este alinhamento.

[...] Neste sentido, é sempre bom lembrar que o alinhamento estratégico e inserção na cultura organizacional são os tópicos mais nobres e efetivos de um Sistema de Educação Corporativa (SEC). Em essência, é esse salto que diferencia o SEC de um tradicional Centro de Treinamento e Desenvolvimento (EBOLI, 2016).

Em pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Administração (FIA), essa mesma autora mostra de que forma as ações educacionais influenciam o desenvolvimento das competências organizacionais e até onde contribuem para formação de sua cultura. Resultados da pesquisa mostraram que a atuação estratégica é o desafio mais apontado na utilização da estratégia da Educação Corporativa, seguido pela avaliação e mensuração de resultados e pela promoção do autodesenvolvimento dos colaboradores (EBOLI, 2015).

Além de propiciar o desenvolvimento de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) direcionadas a áreas de negócios das instituições públicas, a estratégia da Educação Corporativa estabelece ainda os processos de aprendizagem que vão ensinar ou aprimorar as competências exigidas do profissional de cada área, podendo ainda criar programas específicos e personalizados de acordo com as necessidades dos agentes públicos, e, principalmente, da Administração Pública, levando ainda em consideração o contexto social, político e econômico.

Assim, é imprescindível para as duas estratégias, Educação Corporativa e Continuada, que os recursos utilizados nos processos de aprendizagem possam ser facilmente adaptados, personalizados e utilizados de maneira mais consistente, de acordo com as necessidades reais de cada momento. Daí que a estratégia pode acontecer de diferentes maneiras: presencial, virtual, por meio de uso de tecnologias informatizadas e conectividades, ou ainda de forma híbrida.

Outra estratégia utilizada pela EGPC para fortalecer a Educação Corporativa é a identificação de pessoas dentro da própria administração pública com perfil para atuar como instrutores dos cursos demandados. Essas parcerias enriquecem os processos de aprendizagem pois facilitam o desenvolvimento de competências necessárias para que outros agentes públicos possam desempenhar suas funções e exercer as atividades inerentes ao cargo, conforme as necessidades de cada área de negócio das Secretarias e Órgãos de Governo. Essa estratégia também foi constatada na pesquisa supramencionada realizada no setor privado, em que os próprios colaboradores da organização e as empresas de consultoria especializadas em EaD são os principais contendedores de programas a distância. IES e parcerias são menos comuns Eboli (2016).

A reflexão teórica acima é necessária para entender como a flexibilidade metodológica adotada pela EGPC nos processos de Educação Corporativa foi fundamental para instituir novas

experiências de capacitação no atual contexto de pandemia da Covid-19.

Morais (2016) reflete que a efetividade da gestão do conhecimento está diretamente ligada à elaboração de novos modelos institucionais (processos, sistemas gerenciais e estruturas) e também à liderança sustentável capaz de encarar as barreiras que impedem a transformação do comportamento organizacional. O determinante do sucesso da instituição é sua eficiência no processo de transformação e aplicação do conhecimento. Cabe à entidade exercer suas atividades como agente organizador do conhecimento, tornando-o aplicável e gerando novas aprendizagens e experiências.

Daí a importância do estudo de caso da experiência da Cofip/Coplo nas capacitações online. Considera-se importante refletir sobre alguns aspectos da experiência, quais sejam: A experiência se configura como uma modalidade inovadora na Educação Corporativa do estado do Ceará? Na possibilidade da permanência da pandemia ainda por um período longo, assim como afirma a Organização Mundial da Saúde (OMS), a modalidade online reúne condições para permitir a efetividade da gestão do conhecimento e até que ponto contribui para a transformação do comportamento organizacional? A experiência online apresentou ganhos para a gestão neste período de pandemia? Quais os limites e possibilidades dessa tecnologia no cotidiano corporativo do Governo do Estado do Ceará?

## ■ 3 PASSOS METODOLÓGICOS

### 3.1 A Estratégia de Análise

A metodologia utilizada no presente trabalho é o estudo de caso. Considera-se que essa estratégia metodológica possibilita a análise da experiência das capacitações online realizadas pela equipe técnica da Cofip/Coplo a partir do relato sobre a vivência e contexto real, as variáveis que influenciaram na execução dos trabalhos, os limites e as possibilidades para a sua continuidade,

especialmente num contexto de permanência da pandemia por tempo ainda indeterminado.

Gil (2009) aponta alguns propósitos dos estudos de caso: 1) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; 2) preservar o caráter unitário do objeto estudado; 3) descrever a situação do contexto em que está sendo feita uma determinada investigação; 4) formular hipóteses ou desenvolver teorias e 5) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações complexas que não permitam o uso de levantamentos e experimentos.

### **3.2 Relato da Experiência: O Experimento e o Aprendizado**

Como apresentado anteriormente, a mudança de cenário imposta pela pandemia, com o Estado em isolamento social e com prevalência do trabalho remoto, aliado aos problemas acarretados pela redução na arrecadação do tesouro estadual e a necessidade de implantação de novos processos de controle e automação, exigiu dos técnicos da Cofip/Coplo a busca de formas inovadoras para capacitação dos técnicos dos órgãos da administração pública. Com apoio técnico da área de Recursos Humanos, articulou-se a possibilidade de capacitação online, modalidade até então não utilizada pela Escola de Gestão Pública (EGPCE) nas capacitações no âmbito da Educação Corporativa e Continuada.

Mudanças nas metodologias utilizadas no ambiente da sala de aula foram necessárias, pois as ferramentas e tecnologias do ensino presencial, modo predominante até então, eram totalmente diversas das usadas no ensino online. Portanto, a experiência ora apresentada se configurou como um projeto piloto na modalidade online.

Foram experimentados três formatos distintos de estratégias de capacitação dos técnicos dos órgãos:

1. Treinamento através de oficinas de capacitação com duração de três horas com até 30 técnicos, em ambiente online.

2. Treinamento através de uma única palestra, com até 300 técnicos, em ambiente online, com a duração de duas horas.
3. Treinamento através de uma palestra com até 300 técnicos, em ambiente online, com a duração de duas horas, seguido de oficinas de capacitação com duração de três horas, com até 30 técnicos.

Estes três formatos de capacitação foram testados durante o período de maio de 2020 a junho de 2021, na implantação de rotinas de controles financeiros e novos sistemas de informática.

Todas as palestras e treinamentos utilizados neste estudo de caso foram realizados nos processos da Cofip/Coplo.

Ao longo do segundo semestre de 2020 e durante o primeiro semestre de 2021, foram realizados cursos, palestras e oficinas de capacitação à medida que o governo foi demandando novas rotinas e sistemas de informática para otimizar a máquina pública, possibilitando que os trabalhos fossem realizados de forma remota. O desenvolvimento dos processos e sistemas exigiu a capacitação dos técnicos de todos os órgãos da administração direta e indireta na utilização das diversas ferramentas desenvolvidas.

Foram desenvolvidas as seguintes rotinas e processos:

- Novas rotinas de controles financeiros;
- Automação da solicitação de limites de custeio ao Cogerf;
- Elaboração do Plano Operativo 2021;
- Execução do Plano Operativo 2021;
- Novas rotinas de monitoramento de gastos de custeio;
- Novas rotinas para execução de contratos de gestão;
- Novas rotinas para acompanhamento de projetos Mapp;
- Implantação do *Webmapp 3.0*;
- Rotinas de acompanhamento de entregas Mapp no *Webmapp 3.0*.

A primeira rotina a ser desenvolvida e implantada foi a de controles financeiros, devido a Deliberação N° 07/2020 do Cogerf que estabelecia limites para vários grupos de despesas. Neste momento testou-se a implantação através de oficinas com três horas-aula e 30 participantes.

Realizadas todas as oficinas das rotinas de controles financeiros, observou-se que os participantes apresentavam níveis de conhecimento bem variados, dificultando o aprendizado em um tempo reduzido.

Neste primeiro momento foi muito difícil tanto para as equipes da Cofip/Coplo como para os agentes públicos dos demais Órgãos estaduais. O modelo de trabalho remoto nunca tinha sido utilizado na administração do Estado, o que fez com que os técnicos tivessem muita dificuldade na utilização das novas ferramentas para o trabalho online, bem como as plataformas de treinamento a distância. Além disso, naquele momento não existia uma orientação clara do Estado sobre as ferramentas a serem utilizadas para o trabalho remoto, fazendo com que cada setorial utilizasse a ferramenta indicada pela sua área de TI. Ao longo da pesquisa, foram utilizadas as plataformas Cisco Webex, Microsoft Teams e Google Meets.

É importante deixar bem claro que até aquele momento, nem a EGPCE nem os instrutores da Cofip/Coplo tinham experiência na realização de capacitações nos formatos online com a utilização dessas plataformas. Até então só se tinha trabalhado nas capacitações no modelo presencial ou EaD.

Passou-se então para a segunda fase da experiência, testar a opção de estratégia com palestra e oficinas de capacitação. Desta vez, a implantação foi feita com a realização de uma palestra, com duração de duas horas, para 250 a 300 técnicos setoriais, para promover um nivelamento de conhecimentos, seguida de treinamentos para grupos de 30 técnicos setoriais com duração de

três horas, com um aprofundamento da teoria na primeira hora e práticas de sistema nas duas horas restantes. Foram implantados os seguintes processos seguindo esta estratégia:

- Automação da solicitação de limites de custeio ao Cogerf;
- Elaboração do Plano Operativo 2021;
- Execução do Plano Operativo 2021;
- Novas rotinas de monitoramento de gastos de custeio;
- Novas rotinas para acompanhamento de projetos Mapp;
- Implantação do *Webmapp 3.0*;
- Rotinas de Acompanhamento de Entregas Mapp no *Webmapp 3.0*.

Este modelo se mostrou desde o início bem eficiente, o que pôde ser observado na crescente complexidade dos processos que foram sendo implantados.

A continuidade dos trabalhos levou a equipe a testar a terceira estratégia de implantação, que seria a realização apenas da palestra de duas horas. Esta estratégia foi utilizada na implantação das novas rotinas para Execução de Contratos de Gestão. Neste caso foram realizadas duas palestras para um público de 50 participantes cada. A experiência mostrou que a realização apenas de palestras de duas horas-aula não é suficiente para propiciar um aprendizado necessário dos técnicos setoriais para a utilização dos sistemas, demandando muito das equipes de suporte em orientações posteriores.

A seguir, tem-se uma tabela com os 69 eventos de capacitação realizados durante o período da pesquisa.

**Tabela 1:** Capacitações Online Realizadas de Maio de 2020 a Junho de 2021.

| Curso   | Tipo de evento | Nº de eventos | Período                           | Carga horária | Total de Participantes |
|---|----------------|---------------|-----------------------------------|---------------|------------------------|
| Oficina Controles Financeiros Decorrentes da Resolução Cogerf 07/2020         | curso          | 9             | 25 de maio a 23 de junho de 2020  | 03h/a         | 97                     |
| Palestra Novos procedimentos para solicitação de limites de custeio ao Cogerf | palestra       | 1             | 30 de junho de 2020               | 02h/a         | 112                    |
| Novos procedimentos para solicitação de limites de custeio ao Cogerf          | curso          | 6             | 25 de junho a 24 de julho de 2020 | 3h/a          | 126                    |
| Palestra Abertura do Plano Operativo 2021                                     | palestra       | 1             | 12 de novembro de 2020            | 02h/a         | 191                    |
| Oficina Capacitação no Plano Operativo 2021                                   | curso          | 9             | 11 a 20 de novembro de 2020       | 3h/a          | 193                    |
| Palestra Execução POA 2021  | palestra       | 1             | 12 de janeiro de 2021             | 02 h/a        | 84                     |
| Capacitação Execução POA 2021   | curso          | 9             | 14 a 27 de janeiro de 2021        | 03h/a         | 289                    |
| Capacitação Acompanhamento de projeto   | curso          | 1             | 05 de fevereiro de 2021           | 04h/a         | 12                     |
| Curso Siap  | curso          | 1             | 8 a 17 de fevereiro de 2021       | 20 h/a        | 12                     |
| Palestra "Orientações gerais para acompanhamento de projetos"                 | curso          | 1             | 18 de fevereiro de 2021           | 2 h/a         | 299                    |

|  |          |           |                                 |        |              |
|--|----------|-----------|---------------------------------|--------|--------------|
| Oficina Integração dos Instrumentos                                | curso    | 1         | 26 de fevereiro de 2021         | 3 h/a  | 41           |
| Palestra “Orientações Gerais para Execução de Contratos de Gestão” | palestra | 2         | 3 e 4 de março de 2021          | 2 h/a  | 82           |
| Palestra “Monitoramento de Gastos”                                 | palestra | 1         | 9 de março de 2021              | 02 h/a | 112          |
| Curso “Monitoramento de Gastos”                                    | curso    | 4         | 5 a 12 de março de 2021         | 03h/a  | 136          |
| Capacitação Acompanhamento de projeto                              | curso    | 4         | 24 a 30 de março de 2021        | 03h/a  | 178          |
| Palestra Webmapp 3.0 e operacionalização Siap                      | palestra | 1         | 6 de maio de 2021               | 03h/a  | 448          |
| Curso “Webmapp 3.0 e operacionalização Siap”                       | curso    | 11        | 7 de maio a 16 de junho de 2021 | 03h/a  | 338          |
| Curso “Acompanhamento de Entregas Mapp”                            | curso    | 6         | 9 a 28 de junho de 2021         | 03h/a  | 12           |
| <b>TOTAL</b>   |          | <b>69</b> |                                 |        | <b>2.762</b> |

**Fonte:** Elaborada pelos Autores.

#### ■ 4 RESULTADOS

O modelo de implantação através unicamente de oficinas de capacitação apresentou resultado razoável, porém demandou dos instrutores um esforço maior para o nivelamento do conhecimento dos participantes, exigindo um tempo maior para se atingir o resultado pretendido.

A opção de se ter apenas palestras para um número maior de técnicos, apesar de apresentar um menor custo, não se mostrou muito eficaz, sobretudo na implantação de processos mais complexos ou

nos sistemas com um maior número de funcionalidades. Neste caso, foi observado um esforço das equipes de atendimento ao usuário na orientação das funcionalidades do sistema, bem como lentidão na execução dos processos controlados por estas rotinas, sobretudo no início do processo de implantação.

O modelo de implantação com palestra seguido de oficinas de capacitação foi o que se mostrou mais eficiente. A palestra promovia o nivelamento teórico de todas as partes envolvidas no processo e o conhecimento do sistema através de uma rápida apresentação. Nas capacitações posteriores, os técnicos já chegavam com um conhecimento prévio e com algumas dúvidas o que era sanado durante a oficina. Esta dinâmica tornou todo o processo de implantação bem mais eficiente.

A análise da experiência apontou que o modelo online para a capacitação contínua dos técnicos setoriais é eficaz e de custo inferior ao modelo presencial. Como limites e possibilidades na execução online foram observadas as seguintes situações:

#### **4.1 Limites:**

- A cultura do trabalho presencial ainda é prioritária nas Secretarias e Órgãos de Governo. Observam-se pontuais resistências à regulamentação do teletrabalho e em capacitações online;
- Os técnicos das diversas Secretarias e Órgãos, por terem seus processos presenciais e físicos, têm dificuldade da utilização das novas ferramentas tecnológicas, o que já é comum nas instituições que instituíram técnicas de trabalho remoto;
- No atual momento o Estado ainda não definiu a padronização de ferramentas para o trabalho remoto e capacitações online, fazendo com que os Órgãos utilizem a ferramenta indicada pela sua área de TI;
- Problemas nas equipes de suporte e atendimento a usuários de sistemas.

## 4.2 Possibilidades:

- O estabelecimento de um modelo de trabalho remoto é condição importante para este modelo de capacitação. Percebeu-se que os técnicos que faziam os treinamentos no local de trabalho eram requisitados por suas chefias durante o curso, o que não ocorre quando estão em suas residências ou na escola de gestão, nas aulas presenciais;
- As capacitações online, diferentemente das capacitações presenciais, não limitam o número de participantes;
- A liberação para a participação em cursos e capacitações online, por parte das chefias, é mais frequente do que no modelo presencial;
- O cenário que se apresenta para o mundo indica a necessidade de investimentos em tecnologias digitais e modelos de trabalho remoto, o que exige das instituições a manutenção de programas de capacitação continuada de forma que seus colaboradores acompanhem estas mudanças;
- Os modelos de trabalho remoto e capacitação online demandam menores investimentos em infraestrutura e outros tipos de despesas nas unidades setoriais do que o modelo de trabalho e capacitação presenciais. No caso dos Órgãos localizados fora da capital, os técnicos não precisam se deslocar para a sede da EGPCE, na capital Fortaleza, reduzindo ou até eliminando custos com viagens e diárias. Isso se reflete em maior volume de recursos disponíveis para investimentos e custeio aplicados em ações finalísticas junto aos cidadãos;
- Na modalidade online os agentes públicos não precisam se deslocar até a EGPCE, o que impacta na sua qualidade de vida, melhor utilização do tempo livre, diminuição de ausências e atrasos no momento inicial das capacitações em que ocorre o controle da frequência;
- Seria interessante para o estado do Ceará regulamentar o teletrabalho nos moldes que ocorreu em nível nacional no

Ministério da Economia (IN nº 65 de 30 de julho de 2020), além das experiências locais já regulamentadas, a exemplo da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará (Portaria nº 71/2020 de 01/09/2020), Secretaria da Fazenda, Tribunal de Contas do Estado do Ceará, entre outros.

## ■ 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da Covid-19 e o isolamento social implementado no Estado em decorrência deste novo cenário provocaram mudanças nos modelos de trabalho utilizados. Para dar continuidade aos trabalhos, os agentes públicos tiveram que reinventar formas de trabalho para desenvolver as tarefas remotamente.

Demandas da gestão forçaram a experiência de metodologias diferentes das até então utilizadas como a modalidade presencial e a EaD, ocasionando a capacitação online. Portanto, a experiência com essa modalidade de capacitação pode ser considerada como inovadora.

O estudo desta experiência evidenciou que as capacitações no modelo online, como um mix de palestra e oficinas de capacitação, são eficazes para se ter um programa de capacitação continuada eficaz, de baixo custo, além de agregar um maior número de pessoas simultaneamente no processo de capacitação. Portanto, na possibilidade da permanência da pandemia ainda por um período longo, assim como afirma a Organização Mundial da Saúde (OMS), a modalidade online reúne condições para permitir a efetividade da gestão do conhecimento no estado do Ceará.

A adoção de programas de formação continuada de técnicos que atuam na área pública, no modelo online, a exemplo da experiência de capacitações corporativas na área de gestão financeira e de projetos de investimentos do Governo do Estado do Ceará, organizadas pela Cofip/Coplo, mostrou-se muito vantajosa para a gestão e pode contribuir para a transformação do comportamento organizacional.

Apesar dos limites identificados, os quais devem ser encarados como desafios, o investimento na modalidade de caráter inovador tem potencial para aumentar a produtividade e a qualidade do trabalho dos servidores; pode promover mecanismos para atrair servidores, motivá-los e comprometê-los com os objetivos estratégicos do estado do Ceará; contribui para a melhoria de programas socioambientais, com a diminuição de poluentes e a redução no consumo de água, esgoto, energia elétrica, papel e de outros bens; estimular o desenvolvimento de talentos, o trabalho criativo e a inovação; economiza tempo e reduz custo de deslocamento dos servidores até o local de trabalho e da EGPCE; e, principalmente, contribui para a redução de custos no poder público.

Como apresentado neste trabalho, o determinante do sucesso da instituição é sua eficiência no processo de transformação e aplicação do conhecimento. Cabe ao estado do Ceará exercer suas atividades como agente organizador do conhecimento, tornando-o aplicável, gerando novas aprendizagens, experiências e implantação de novas tecnologias. E às lideranças à frente das Secretarias e Órgãos, cabe exercer um perfil de liderança sustentável capaz de encarar as barreiras que impedem a transformação do comportamento organizacional, especialmente num contexto de pandemia.

## ■ REFERÊNCIAS

BRASIL. **Guia da Gestão da Capacitação por Competências**; Ministério do Planejamento e Gestão (MPOG); 2013.

CEARÁ. Lei Nº 14.335, de 20 de abril de 2009. Altera dispositivos da Lei Nº13.875, de 7 de fevereiro de 2007 e alterações subsequentes e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado (DOE) de 23 de abril de 2009. SÉRIE 3 ANO I Nº 072.**

CEARÁ. Decreto Nº33.436, de 15 de janeiro de 2020, aprova o regulamento da Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGPCE). **Diário Oficial do Estado (DOE)**, de 20 de janeiro de 2020. SÉRIE 3. ANO XII Nº 013. Caderno Único.

EBOLI, Marisa. **3ª Pesquisa Nacional Práticas e Resultados da Educação Corporativa**. Alguns resultados de destaque. 2015. 22 slides. Disponível em: <[http://www.abed.org.br/arquivos/Dia\\_Nacional\\_EaD\\_2015\\_Marisa\\_Eboli.pdf](http://www.abed.org.br/arquivos/Dia_Nacional_EaD_2015_Marisa_Eboli.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2021.

EBOLI, Marisa. **Educação corporativa**: Como aplicar de forma estratégica na organização. TeD Gestão Corporativa, São Paulo, 18 maio 2016a. Disponível em: <<http://tedgestaocorporativa.com.br/educacao-corporativa/>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 175 p.

MORAES, Salus Augusto Resende. A Educação Corporativa como Fator Estratégico para o Comprometimento Organizacional: O Caso da Universidade dos Correios – ÚNICO. **Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098**. Centro de Ensino Superior de São Gotardo Número XIII, jan-ju, 2016. Disponível em: <///C:/Users/Usuario/Downloads/256-1042-1-PB.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2021.

## A atuação da superintendência escolar em tempos pandêmicos: uma análise do acompanhamento dos indicadores de acesso e interação pedagógica em Escolas do Ensino Médio do Ceará

- Maria Aurilene Pinto Sampaio
- Francisco Rafael Mota de Sousa
- Marcos Andrade Alves dos Santos

### ■ 1 INTRODUÇÃO

Com a rápida proliferação do vírus da Covid-19, o mundo todo se viu impelido ao isolamento do convívio social no trabalho, no comércio e, inclusive, na escola. No Brasil, o primeiro caso foi registrado aos findos do mês de fevereiro, alastrando-se sem trégua pelo país desde março de 2020, gerando uma crise sanitária e humanitária sem precedentes.

Na visão de Santos (2020), a crise pandêmica que estamos enfrentando representa um dramático desdobramento dos acontecimentos ocorridos no âmbito do capitalismo. De certa forma, a pandemia da Covid-19 aprofunda a situação de crise amplamente induzida pela reconFiguração do capital desde a década de 1980, a qual tem como maior expressão o neoliberalismo. A crise dissimula, portanto, os processos que legitimam e aprofundam desigualdades sociais históricas, enquanto se adia a tomada de providências no sentido de evitar uma iminente catástrofe ambiental.

Consequentemente, o contexto pandêmico veio exigir mudanças rápidas nos modelos de comportamento e interação social. No que diz respeito ao contexto escolar, as instituições educacionais transpuseram os muros e prédios e passaram a

ocupar espaços virtuais, com moldes remotos de ensino adaptados às realidades impostas. Tal condição tornou as rotinas, desde os processos pedagógicos, financeiros e até os de gestão de pessoas, antes sistematizadas e adaptadas aos encontros presenciais, integralmente remotas, fato que torna ainda mais desafiador proporcionar à comunidade escolar políticas públicas eficazes e equitativas de educação.

Diante deste cenário pandêmico, fez-se urgente que a atuação da Superintendência Escolar, enquanto estratégia de “acompanhamento da gestão escolar com foco no aperfeiçoamento do trabalho pedagógico e na aprendizagem do aluno” (CEARÁ, 2008) se efetivasse com ações articuladas e planejadas que atingissem os novos indicadores de acompanhamento da aprendizagem e das rotinas escolares, com vistas a contribuir para uma maior qualidade no atendimento aos estudantes, aprimorando os indicadores de aprendizagem e mitigando os riscos agravados pela desigualdade social e de acesso dos estudantes às aulas remotas.

Assim, cientes de que o/a superintendente escolar ocupa um espaço estratégico de gestão (pois, além de monitorar os processos educacionais, garante o apoio e alinhamento das ações com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (doravante Seduc) agindo como um canal de interlocução entre as escolas, a Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (Crede 2) e a Seduc), tencionamos discutir neste trabalho aspectos das estratégias de atuação profissional que contribuíram para o crescimento dos indicadores de acesso às aulas remotas e interação pedagógica dos estudantes do Ensino Médio das escolas públicas estaduais acompanhadas pela Crede 2, mesmo diante dos desafios atrelados ao contexto de pandemia.

A discussão, nesse sentido, gira em torno dos resultados gerados pelas atividades de acompanhamento e monitoramento do acesso e interação pedagógica dos estudantes às aulas remotas no primeiro período do ano de 2020, entre os meses de março e abril,

logo após o Decreto N° 33.510, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento e contenção da infecção pelo Coronavírus. Tal acompanhamento foi possível por meio de instrumental elaborado em planilha compartilhada pela equipe da Célula de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem (Cedea 2), da qual a Superintendência Escolar faz parte.

No tópico a seguir, visando fundamentar a discussão sobre a atuação da Superintendência Escolar em tempos pandêmicos, apresentamos alguns fundamentos que norteiam a função e os objetivos do cargo, seguido da discussão sobre a adoção de estratégias e das possibilidades adequadas ao modelo remoto de trabalho.

## ■ 2 A ATUAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA ESCOLAR NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DO ESTADO DO CEARÁ

O acompanhamento pedagógico e o monitoramento dos processos educacionais no âmbito escolar é uma tarefa desempenhada pelas equipes gestoras das unidades escolares em parceria e interlocução entre as Crede/Seduc por intermédio da Superintendência Escolar, ação que se efetua por atividades de acompanhamento e monitoramento às equipes gestoras das escolas, realizadas por profissionais lotados nas Credes. Tal ação, estratégia do Programa Aprender pra Valer, do Governo do Estado do Ceará, mostra-se cada dia mais fundamental para alavancar os resultados educacionais de fluxo, de frequência escolar e aprendizagem dos estudantes do Ensino Médio. Para um aprofundamento do contexto histórico, das funções e dos objetivos da Superintendência Escolar, no âmbito da Seduc, recomendamos a leitura do trabalho de Freitas (2017).

Sobre o trabalho da Superintendência Escolar, Pereira (2013) destaca que ele deve se constituir de modo a gerar reflexão e aprendizagens nas escolas, sobretudo por oportunizar que a gestão escolar desloque o olhar para pontos centrais do processo

educativo. De fato, essa proposição tem reverberado nos processos desenvolvidos pela Superintendência Escolar na Crede 2, mediado pelos diálogos na Cedeia 2 e pelo acompanhamento da Seduc, através de atividades de cunho formativo e analítico dos indicadores educacionais, bem como visitas remotas e sistematizadas às escolas, que têm se mostrado satisfatórias no processo de acompanhamento e monitoramento exigido pela função de superintendente.

Nesse sentido, compreendemos a importância da função de ‘superintender’ as escolas, visto que (o/a superintendente escolar) desempenha o papel de ‘consultoria externa’, a fim de sinalizar/viabilizar propostas pedagógicas de acompanhamento e aplicabilidade das políticas públicas educacionais. Em vista disso, corroboramos com o objetivo maior da Superintendência Escolar, segundo consta da cartilha oficial do Estado do Ceará:

A Superintendência Escolar visa fomentar um movimento de reflexão e ação em torno de três eixos principais: indicadores, processos escolares e instrumentos de gestão. A ação da Superintendência deve gerar pensamento e aprendizagem na escola, oportunizando ao diretor sair de sua roda viva cotidiana para refletir sobre pontos centrais, objetivos macros, mas também sobre a rotina escolar. (CEARÁ, s/a, p. 6)

Em outras palavras, a atuação da Superintendência Escolar junto à equipe gestora é desempenhar um papel decisivo para o alinhamento de metas e articulação das ações pedagógicas, com vistas no crescimento e manutenção da frequência e permanência do aluno na escola, vislumbrando, por fim, a elevação do desempenho de aprendizagem, além de apoiar e contribuir para organização da rotina e acompanhamento pedagógico diário. Em suma, “trata-se de um servidor que, entre outras funções, é fundamental no papel de intermediação entre as escolas e as secretarias de educação e regionais de ensino” (INSTITUTO UNIBANCO, 2021).

Dentre outras ações de atuação, são funções primordiais da Superintendência Escolar:

- a) Realizar o acompanhamento da gestão escolar com foco na permanência e na melhoria da aprendizagem dos alunos;
- b) Favorecer a autonomia da escola e a responsabilização por seus resultados;
- c) Promover, na escola, um circuito permanente de reflexão e ação em torno de seus indicadores, metas, processos e instrumentos de gestão;
- d) Contribuir para articulação entre Seduc e escolas na implementação de programas e projetos, bem como na troca de informações do funcionamento geral da rede;
- e) Fortalecer a gestão escolar e auxiliar a escola a assumir seu papel central como protagonista no processo educativo de seus alunos.

É importante destacar que o acompanhamento realizado pelos superintendentes escolares se efetiva por meio de visitas às escolas, por encontros sistemáticos com todos os diretores escolares e/ou reuniões com grupos menores de diretores e coordenadores, bem como por audiência individual com o diretor escolar. Nesses encontros, são desenvolvidos exercícios de escuta da comunidade escolar, reflexão e tomadas de decisão em prol do bom funcionamento do ambiente escolar para garantir o desenvolvimento das aprendizagens.

Todavia, dada a conjuntura social imposta pelo período pandêmico, a partir de março de 2020, vimo-nos diante de um processo passível de muitas “incertezas”, uma vez que todos os processos de acompanhamento que se davam presencialmente precisaram ser adaptados ao modelo remoto, assim como todas as demais atividades da Educação Básica do Estado do Ceará.

Dada a condição imposta, destacamos que Freitas (2017) salienta para a necessidade de aplicação de políticas de acompanhamento

e monitoramento da gestão escolar para o desenvolvimento e aprimoramento das práticas pedagógicas, com fins de fortalecer a gestão escolar para o desenvolvimento de um olhar atento para os indicadores dos processos pedagógicos dentro da escola. Assim, com vislumbre da qualificação dos processos educacionais e diante da conjuntura instaurada, a Superintendência Escolar se viu diante de um desafio de acompanhamento remoto que atendesse as demandas e as necessidades imbuídas pelo afastamento social, logo, que atendessem ao modelo remoto de ensino, a fim de mitigar os danos na aprendizagem e na formação dos educandos.

Deste modo, o estreitamento das relações entre escola/Crede 2 e Seduc se tornou ainda mais imperativo. Por isso, a atuação da Superintendência Escolar, principal elo entre as instâncias Seduc/Crede 2 para com a escola, é reafirmada como uma atribuição estratégica que requer dos profissionais compromisso e dedicação. Conforme, ainda, nos pontua Freitas (2017), o profissional atuante na função precisa atender demandas específicas que são requeridas, usando seus conhecimentos técnicos e pedagógicos e sendo capaz de gerir e mobilizar a gestão escolar na busca pela qualidade e pela equidade na aprendizagem dos estudantes.

### ■ 3 PASSO A PASSO DA DISCUSSÃO: CAMINHOS

O impacto do isolamento social causado pelo período pandêmico, no Brasil e no mundo, deixará marcas indeléveis em todas as instâncias sociais, sobretudo na área da educação, discussão que não será empenhada neste trabalho, visto que merece um tratamento ampliado e com aprofundamento que não cabe nestas linhas.

Porém, como aponta Santos (2020), a pandemia e o isolamento social decorrente da Covid-19 não são vividos de formas equivalentes pelas diferentes populações. Na verdade, viver o isolamento social pode ser ainda mais desafiador para determinadas populações, especialmente aquelas que já se encontravam expostas a uma

alarmante precariedade no período anterior ao vírus. Para o autor, o vírus da Covid-19 não mata indiscriminadamente suas vítimas, ele ataca de forma mais cruel e devastadora essas populações que compõem o chamado “sul”.

O que Santos (2020) denomina como “sul” corresponde a uma alegoria do humano dramaticamente exposto à exploração capitalista, ao assédio e a violência promovidas pela discriminação sexual e racial. Desta forma, um conjunto de populações já expostas experimenta a pandemia e entra em isolamento social sofrendo mais riscos. A lista não se encerra nestas, mas podemos citar mulheres, trabalhadores informais ou autônomos, trabalhadores de rua, as populações de rua, os moradores da periferia dos centros urbanos, os imigrantes e os refugiados, as pessoas com deficiência, os idosos, as populações LGBTQIA+, indígenas, ciganas e negras.

Essas questões atravessam a escola e seguramente nos impõe desafios analíticos, sobretudo em um contexto no qual se exige que a instituição apresente reflexões e ensaie respostas à situação de crise. Neste sentido, cientes das perdas e prejuízos advindos do contexto de pandemia, foi imperativo a todos os profissionais da educação “o reinventar”. Atualmente, parece clichê o uso do termo; no entanto, não há expressão que melhor represente as mudanças impostas e necessárias advindas do contexto remoto de acompanhamento da Superintendência Escolar, visto que a rotina de acompanhamento era sistematizada para o modelo presencial, por meio do método do Circuito de Gestão<sup>23</sup>, a principal ferramenta de acompanhamento da Superintendência Escolar.

Com o isolamento social, toda a equipe de superintendentes subsidiada pela Seduc/Crede 2 precisou aderir a novos métodos

23 “Criado exclusivamente para o sistema educacional brasileiro, este incorporou métricas nacionais, o calendário letivo, a estrutura administrativa prevista na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a cultura e a forma de funcionamento das escolas e secretarias. Ele é implementado por meio de uma parceria entre o Instituto Unibanco e as redes estaduais de educação, com atuação nas três instâncias: nas escolas, nas regionais e na secretaria.” (INSTITUTO UNIBANCO, 2021)

e modelos de acompanhamento que atendessem ao labor remoto. Logo, as telas das chamadas de vídeo, reuniões via Google Meet e permanência no WhatsApp passaram a fazer parte da rotina e se constituíram em ferramentas de trabalho, bem como as planilhas de acompanhamento compartilhadas e os sistemas de monitoramento. Outra ferramenta rapidamente disponibilizada pela Seduc em parceria firmada, ainda no início de abril de 2020, com o Google foi o GSuíte, plataforma que oferece uma série de ferramentas como Google Sala de Aula, Google Drive, Gmail, Hangout e Google Agenda.

Assim, analisar os procedimentos adotados no trabalho da Superintendência Escolar, tendo em vista os três eixos de orientação propostos pela Seduc, a saber, os indicadores, os processos escolares e os instrumentos de gestão, é o que buscamos agora discutir. Para tanto, analisamos a atuação da Superintendência Escolar junto às escolas no período de isolamento social a partir de uma abordagem metodológica qualitativa e de cunho descritivo. Tendo como referência os eixos dispostos e a experiência profissional de atuação na Crede 2. Por questões de espaço, delimitamos a análise a um procedimento adotado no acompanhamento e monitoramento dos processos educacionais junto às escolas.

#### ■ 4 ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES DE ACESSO E INTERAÇÃO PEDAGÓGICA

Faz-se necessário alertar que “a presença da Superintendência na escola não supõe intervenção direta; não lhe cabe ditar soluções ou formas de agir” (CEARÁ, s.d. p. 09), e sim acompanhar e monitorar o trabalho das unidades escolares, de modo a alinhar as ações às políticas públicas vigentes. Portanto, o acompanhamento por meio de indicadores permite que a gestão escolar tenha uma visão da atuação e do funcionamento da escola e possa alinhar os indicadores às metas propostas a fim de garantir qualidade no processo educacional.

O acompanhamento dos indicadores se dá em várias frentes, a exemplo da frequência, da promoção, do fluxo, do desempenho acadêmico, dentre outros. Com o isolamento social e a emergência do modelo remoto de ensino, deparamo-nos com um novo e importante indicador: o *acesso* e a *interação pedagógica*. Esses dados nos apontam o alcance da escola e a qualidade de interação pedagógica dos educandos nas aulas remotas; portanto, no momento pandêmico, o indicador mais importante para o andamento dos processos rumo ao objetivo vislumbrado pelo sistema educacional, que é a aprendizagem dos alunos.

Inicialmente, ainda no ano de 2020, após a publicação da Portaria Estadual N. 0268/2020, de 13 de abril de 2020, que instituiu o regime de trabalho especial para os profissionais da educação e com isso a implantação de política escolar para atendimento aos estudantes durante o isolamento social, a equipe Cedeia 2 em articulação com a Crede 2 elaborou uma planilha compartilhada com vista no acompanhamento por perfil de acesso dos estudantes, conforme Figura a seguir:

| DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES POR CENÁRIO/ESCOLA |                          |                    |           |                    |        |                      |        |                     |        |                      |       |                             |        |             |
|--|--------------------------|--------------------|-----------|--------------------|--------|----------------------|--------|---------------------|--------|----------------------|-------|-----------------------------|--------|-------------|
| MUNICÍPIO                                      | ESCOLA                   | TIPO ESCOLA        | MATRICULA | INTERAÇÃO SÍNCRONA | %      | INTERAÇÃO ASSÍNCRONA | %      | WHATSAPP UNICAMENTE | %      | ATIVIDADES IMPRESSAS | %     | NÃO ACOMPANHADOS ATUALMENTE | %      | OBSERVAÇÕES |
|  | <b>EEM de Amontada</b>   | TEMPO PARALELO     | 1233      | 0                  | 0,00%  | 0                    | 0,00%  | 836                 | 75,91% | 113                  | 9,16% | 156                         | 12,65% |             |
| Amontada                                       | EEEF Luis Corrêa F. Neto | ESCOLA PROFSSIONAL | 309       | 188                | 60,84% | 84                   | 27,18% | 7                   | 2,27%  | 30                   | 9,71% | 0                           | 0,00%  |             |

Fonte: Crede 2.

A planilha é composta por colunas para preenchimento de dados quantitativos com o tipo de acesso do estudante, a saber: Interação síncrona - por meio de plataformas como o Google Meet, que permite interação síncrona; Interação assíncrona - com acesso a material disponibilizado em plataformas como Google Sala de Aula; WhatsApp unicamente - alunos em que o único o acesso às atividades/aulas propostas é por meio da ferramenta WhatsApp; Atividades impressas - o acesso às atividades se dá somente em

material impresso ou livro didático; Não acompanhado atualmente - estudantes que a escola não tem nenhum tipo de contato e observações específicas em cada unidade escolar.

O acompanhamento via planilha permitiu que a gestão escolar fizesse o monitoramento quantitativo e real e, nesse sentido, logo foi possível conhecer a condição de acesso de cada estudante individualmente. O instrumental, que estava em diálogo constante com a Superintendência Escolar, possibilitou o planejamento de ações de intervenção pedagógica que atendessem ao tipo de perfil do aluno e a necessidade individual da condição de interação. As ações perpassam por busca ativa<sup>24</sup>, aplicação de metodologias ativas, organização de arranjo pedagógico de aulas, planejamentos de aulas, dentre outras.

É importante ressaltar que a planilha foi compartilhada a todas as escolas acompanhadas pela Crede 2, com solicitação de alimentação semanal e livre visualização para acompanhamento da Superintendência Escolar. Tal ação possibilitou que pudéssemos identificar de modo individual a forma de acesso e interação quantitativa e qualitativa dos alunos por unidade escolar, assim, personalizando o atendimento aos alunos, conforme dados ilustrativos na planilha (ver Planilha1).

Logo, a ferramenta de acompanhamento ampliou o olhar sobre os processos escolares, tendo em vista que dispõe de dados importantes para a deliberação das ações pedagógicas voltadas para a qualificação da aprendizagem.

Costa, Freitas e Azevedo (2021, p. 2) destacam que “diante deste desafio e do cenário de pandemia faz-se necessário uma

---

24 No Estado do Ceará, a busca ativa consiste em ações articuladas de trabalho coletivo para promover a permanência dos que já participam das atividades e estimular o retorno dos que não estão frequentes. Dar-se por meio de contatos telefônicos, contato via rede social, quando possível visitas presenciais. A prática deve acontecer constantemente e partir de um diálogo que vise ao acolhimento com um olhar atento e generoso que possa estar livre de preconceitos e carregado das competências socioemocionais da amabilidade e empatia.



comunicação efetiva e ações articuladas que atinjam, de forma equalizada, todas as unidades de ensino”. Portanto, a ação de monitoramento do acesso e interação pedagógica dos estudantes visou a promoção da qualidade no atendimento, bem como a efetiva comunicação da rede, visando a atuação em regime de colaboração e partilha de dados para a melhoria nos indicadores de aprendizagem. Tal ação busca minimizar os efeitos do agravamento da desigualdade realçados pelo isolamento social, dada as reais desigualdades de acesso dos estudantes.

Com a urgência do acompanhamento remoto, a Superintendência Escolar, em comunicação contínua de orientação e acompanhamento das equipes gestoras, manteve-se presente (nos moldes virtuais de presença) de modo a “reinventar-se” e articular as ações que contribuem com as atividades e rotinas da escola, mesmo longe das paredes e prédios que a compõe.

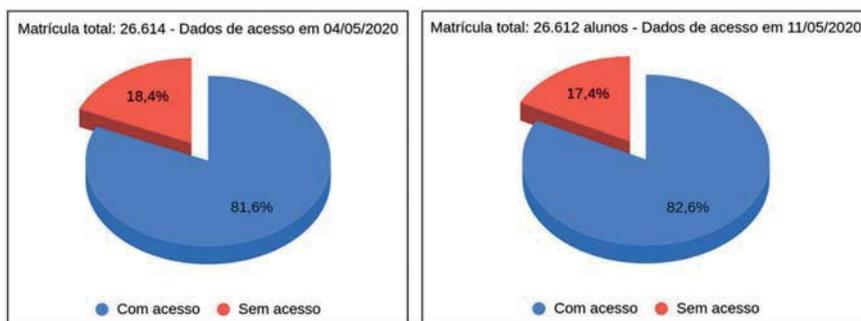
Ressaltamos que o instrumento de acompanhamento discutido neste trabalho teve como foco inicial a manutenção do vínculo dos estudantes com a escola e se revelou de fundamental importância para a manutenção dos processos educacionais, mesmo em tempos de isolamento social.

Um dado da Crede 2 que merece destaque é que, mesmo em tempos pandêmicos e em isolamento social rigoroso, conseguiu-se a marca de 99,73% dos alunos de 3º ano do Ensino Médio inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), resultado obtido em 20 de maio de 2020, quando faltavam dois dias para o encerramento das inscrições pelo Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão responsável pela aplicação da avaliação.

É importante destacar que o acompanhamento do acesso e interação pedagógica realizado pelas escolas e mediado pelo monitoramento da superintendência influenciou diretamente sobre os resultados obtidos pelas escolas do órgão regional, tendo a escola, mesmo em tempos remotos e em isolamento social mais

rigoroso, conforme estabelecido pelo Decreto N<sup>o</sup> 33.574, de 5 de maio de 2020, que institui, no município de Fortaleza, a política de isolamento social rígida como medida de enfrentamento à Covid-19 e o Decreto N<sup>o</sup> 33.575, da mesma data, que prorroga, no âmbito Estadual, as medidas restritivas de enfrentamento ao vírus, alcançado a marca considerável de 21.993 alunos com acesso às aulas remotas, segundo o levantamento do quantitativo de acesso dos estudantes às aulas remotas, realizado no dia 4 de maio de 2020 em comparação a outro recorte realizado em 11 de maio do mesmo ano. Chamamos a atenção para o crescimento significativo, dado o curto espaço de tempo, conforme visualização nos gráficos a seguir:

**Gráficos 1 E 2:** Dados de Acesso



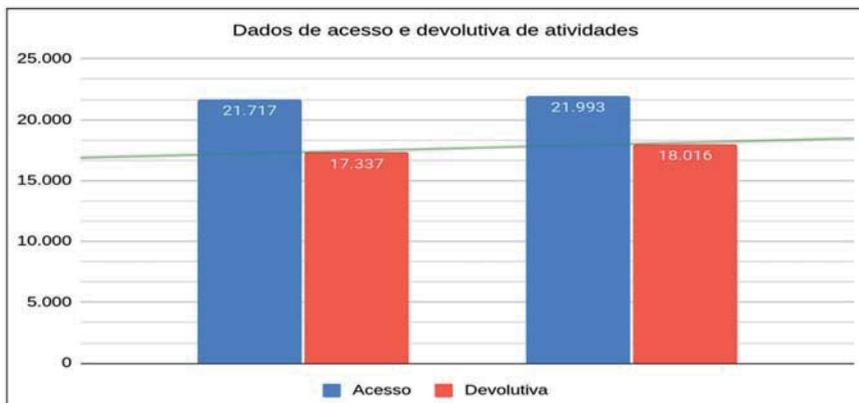
**Fonte:** Elaborado pelos Autores.

Outro indicador importante que aponta para a qualidade e equidade das aprendizagens diz respeito ao acompanhamento quantitativo e qualitativo na devolutiva das atividades realizadas pelos alunos, variante acompanhada pela equipe pedagógica das escolas e em constante pauta no acompanhamento da Superintendência Escolar.

Os dados apresentados a seguir (Gráfico 3) são concernentes ao recorte de espaço tempo do dia 04/05/2020 ao dia 11/05/2020, ou seja, 7 (sete) dias de acompanhamento, e revela a constante redução

do quantitativo de alunos sem acesso às atividades e o crescente número de alunos com devolutiva de atividades, conforme gráfico ilustrativo a seguir:

**Gráfico 3:** Dados de Acesso e Devolutiva de Atividades.



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Assim, entendemos que a função da Superintendência Escolar não é apenas a de monitorar dados, mas promover discussões reflexivas que gerem ações, de modo a relacionar os dados às metas, sobretudo em situações que fujam do esperado, a fim de agir preventivamente, de maneira a garantir educação inclusiva e equitativa e de qualidade.

Por fim, considerando a urgência de uma nova arquitetura de acompanhamento, bem como com o imperativo na mudança de olhar para os indicadores, motivada pelos efeitos do isolamento social, a Superintendência Escolar foi rápida e eficiente no auxílio às escolas, instigando as equipes gestoras para desenvolver um olhar atento aos dados. Desse modo, a gestão escolar foi fortalecida para a permanente reflexão e ação em torno dos indicadores escolares, das metas propostas, dos processos educacionais, vislumbrando, por fim, a permanência do aluno na escola para fins de aprendizagem e formação.

## ■ 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vislumbrando mitigar o agravamento da desigualdade realçado pelo isolamento social e dada as reais desigualdades ao acesso às aulas remotas pelos estudantes, os profissionais da educação buscaram metodologias de acompanhamento, a fim de “reinventar” os processos educacionais. Nesse sentido, tendo a Superintendência Escolar a premissa da promoção, junto à equipe de gestão escolar, de uma permanente reflexão crítica sobre os processos e funcionamento da escola, pôde-se proporcionar às equipes gestoras um olhar externo, fortalecendo a liderança, discutindo estratégias, analisando indicadores e, com isso, atrelando qualidade aos processos educacionais.

Dado o exposto, a discussão travada neste trabalho focou no instrumento de acompanhamento dos indicadores de acesso e interação pedagógica, que se revelou, naquele período, de fundamental importância para a manutenção dos processos educacionais mesmo em tempos de isolamento social, pois o acompanhamento de acesso e interação pedagógica, realizado pelas escolas e mediado pelo monitoramento da superintendência, influenciou diretamente sobre os resultados obtidos pela Crede 2, tendo a escola, mesmo em tempos remotos e em isolamento social mais rigoroso, obtido resultados significativos de alunos com acesso às aulas e em crescimento constante no número de alunos com devolutivas positivas das atividades propostas, bem como, um resultado excelente no quantitativo de alunos de 3º ano inscritos na avaliação do Enem.

Portanto, é a Superintendência Escolar o suporte que representa e acompanha as informações sobre um grupo de escolas, e assim possibilita à equipe gestora aguçar o olhar para os dados e pontos de atenção em torno dos indicadores escolares, das metas propostas, dos processos educacionais, vislumbrando, por fim, a permanência e vínculo do aluno na escola, sobretudo em tempos pandêmicos.

## ■ REFERÊNCIAS

CEARÁ. **Superintendência escolar**. Fortaleza: Seduc/CE, 2020. Disponível em: <[https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2018/09/livro\\_superintendencia.pdf](https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2018/09/livro_superintendencia.pdf)>. Acesso em: 19 jul. 2021.

CEARÁ. **Decreto Nº 33.510, de 16 de março de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento e contenção da infecção pelo Coronavírus. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/decretos-do-governo-do-ceara-com-aco-es-contra-o-Coronavirus/>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

CEARÁ. **Decreto Nº 33.574 e Decreto Nº33.575 , de 05 de maio de 2020**. Dispõe sobre a política de isolamento rígido no enfrentamento da Covid-19 e o prorrogamento das medidas restritivas no Estado do Ceará. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/decretos-do-governo-do-ceara-com-aco-es-contra-o-Coronavirus/>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

CEARÁ. **Portaria Estadual Nº 0268/2020, de 13 de abril de 2020**. Instituiu o regime de trabalho especial para os profissionais da educação e a implantação de política escolar para atendimento aos estudantes durante o isolamento social. Disponível em: <<https://www.seduc.ce.gov.br/2020/03/30/material-de-apoio-e-orientacoes-para-o-periodo-de-suspensao-das-atividades-presenciais/>>. Acesso em: 14 jul. 2021.

CEARÁ. **Lei nº 14.190, de 30 de julho de 2008**. Cria o Programa Aprender pra Valer que desenvolverá ações estratégicas complementares para o fortalecimento da aprendizagem dos alunos do ensino médio e sua articulação com a educação profissional e tecnológica. Fortaleza: Palácio do Governador, [2008].

COSTA, F.; FREITAS, N.; AZEVEDO, M. O apoio da superintendência escolar aos gestores escolares do Ceará durante a implantação do ensino remoto: uma análise sob a ótica dos gestores da regional crede 3, Acaraú. **Regae: Rev. Gest. Aval. Educ. Santa Maria** v. 10 n. 19 p. 1-12. 2021 Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/61863/pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

FREITAS, M. **A Superintendência Escolar na rede pública estadual de ensino no Ceará: perspectivas e desafios**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. 132p. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/5886/1/mariamarlenevieirafreitas.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2021.

INSTITUTO UNIBANCO. **Gestão:** Supervisores são fundamentais no apoio à escola. São Paulo: Instituto Unibanco. Disponível em: <[https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/55 />](https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/55/). Acesso em 10 jul. 2021.

PEREIRA, A. **O papel do superintendente escolar como apoio à gestão das escolas de ensino médio no município de Iguatu - Ceará.** Juiz de Fora: UFJF 2013. 83f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação.

SANTOS, B. **A cruel pedagogia do vírus.** São Paulo: Boitempo, 2020.

## Metodologias ativas para o ensino de Língua Inglesa: uma experiência exitosa no ensino público estadual

• Marta Maria de Sousa Matos

### ■ 1 INTRODUÇÃO

O ensino de língua inglesa na escola pública brasileira por muitos anos foi visto como um item irrelevante no currículo. O ensino detinha-se ao estudo de vocabulário e gramática, de maneira superficial e descontextualizada da realidade do aluno. Na tentativa de reverter tal situação, propõem-se o uso das metodologias ativas para o ensino de língua inglesa.

Trata-se de uma concepção educacional que coloca o aluno como protagonista do seu aprendizado, através do aperfeiçoamento do senso crítico e reflexivo desse aprendiz, proporcionando-o autonomia para que ele esteja apto a conduzir seu processo de aprendizagem. Nessa concepção de ensino, o professor se apresenta como o facilitador do processo e jamais como o único detentor do conhecimento.

Estimular o uso de metodologias ativas no ensino de língua da escola pública brasileira, permitindo que o aprendiz se coloque como protagonista da sua aprendizagem, compreendendo os aspectos cognitivos, socioeconômicos, afetivos, políticos e culturais que envolvem esse processo.

Ao fazer uso das metodologias ativas no ensino de língua inglesa, o professor tem a possibilidade de significar a aprendizagem de língua inglesa, além de possibilitar o desenvolvimento das quatro habilidades linguísticas durante as aulas; estimular o protagonismo e autonomia dos alunos; dinamizar o processo de

ensino e aprendizagem de língua inglesa e ampliar o conhecimento cultural dos educandos.

Este artigo é resultado de uma pesquisa de campo desenvolvida durante os anos de 2018 a 2020 nas aulas de língua inglesa da Escola de Educação e Ensino Profissional Monsenhor José Aloysio Pinto, situada no município de Sobral, Ceará. A pesquisa de campo acompanhou as aulas ministradas em quatro turmas, totalizando 169 alunos.

A partir da observação das aulas e análise dos testes aplicados durante o ano letivo, chegou-se à conclusão de que o uso de metodologias ativas nas aulas de língua inglesa apresenta-se como uma experiência exitosa e possível de ser aplicada na realidade da escola pública da rede estadual de ensino.

## ■ 2 O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Segundo Lima (2009, p. 30), “[...] há três funções básicas do ensino de LE [Língua Estrangeira] na escola pública. A primeira é de natureza legalista: cumprir o que o Ministério da Educação (MEC) determina por meio dos PCNs”. Mesmo que as determinações do MEC não sejam cumpridas em sua totalidade e que não se concorde com tais determinações, não se pode ignorá-las. A segunda razão é de natureza social, pois “[...] o desenvolvimento da leitura em língua estrangeira pode ajudar o estudante no processo de inserção cultural na medida em que ele pode se tornar um cidadão mais consciente de si mesmo e dos outros” (ibidem, p. 30). A terceira razão consiste no fato que “[...] a aprendizagem de línguas estrangeiras cumpre a função de ajudar o estudante a se desenvolver cognitivamente já que o auxilia na construção de conhecimentos” (IBIDEM, p. 30).

Sendo esta última um dos pilares para a elaboração de toda proposta de ensino, pois caso não haja uma função clara, ou seja, um objetivo bem definido para o ensino aprendizagem, não há sentido em manter uma Língua Estrangeira no currículo das escolas públicas brasileiras.

Portanto, a discussão gira em torno de qual seria a real função do ensino de Línguas Estrangeiras para o aluno da escola pública, pois se ele não aprende a LE na escola, não há justificativa para o ensino e a solução seria excluí-la do currículo. Da mesma forma, as demais disciplinas também deveriam ser eliminadas, já que ninguém conclui o ensino médio apto a tornar-se, por exemplo, um geógrafo, historiador, biólogo, matemático, físico ou químico (MOITA LOPES, 1996). Então, a forte exigência de que o aluno conclua o ensino médio proficiente na língua estrangeira estudada não tem fundamento, se igualmente ele não domina por inteiro os conteúdos das demais disciplinas do currículo.

As opiniões dos autores que estudam o assunto divergem em certos pontos, mas a maioria concorda com a necessidade de uma delimitação de objetivos claros e possíveis de serem realizados para um verdadeiro ensino-aprendizado de língua estrangeira nas escolas públicas brasileiras.

A realidade é que as Línguas Estrangeiras (LEs) compõem o currículo escolar oficial, sendo “[...] responsabilidade dos especialistas em LEs torná-las possíveis de serem aprendidas no contexto da escola, de modo que os setores da sociedade que não tenham acesso a cursos de LEs possam aprendê-las” (MOITA LOPES, 1996, p. 129).

Aqui há outro fator crucial para a oferta do ensino-aprendizado de línguas estrangeiras na escola pública: o professor, o qual muitas vezes é apontado como responsável pela má qualidade na oferta de ensino de língua estrangeira. Na verdade, o despreparo do professor deveria ser o termo correto, pois assim como existem professores incompetentes, existem ótimos profissionais, que são bem conceituados e dividem sua atuação entre o ensino médio e escolas de idiomas, portanto, não se pode generalizar.

Ademais, o professor não é o único responsável pela aprendizagem do seu aluno, as condições físicas da escola, o material didático, assim como o suporte oferecido pela equipe

gestora e o interesse do aprendiz são fatores determinantes para a concretização do ensino aprendizagem.

Não se pode atribuir toda a culpa pela defasagem do ensino de línguas aos professores das escolas públicas, na verdade,

[...] é preciso reconhecer que a formação dos profissionais que atuam nesse contexto tem sido insatisfatória. É comum, não só em nosso país, mas também em outros da América Latina, constatar-se que os professores de inglês demonstram níveis insatisfatórios de proficiência linguística e de preparo profissional para lidar com as situações adversas da maioria das salas de aulas (LIMA, 2009, p. 108).

Tal realidade pode ser atribuída à precariedade das políticas educacionais que, mesmo através de inúmeras tentativas, ainda não chegaram efetivamente a parte pobre da população brasileira. “São inúmeros os fatores que ocorreram para esse quadro, desde a desvalorização da profissão de professor até a ausência de uma política de incentivo ao aprendizado de línguas estrangeiras” (IBIDEM, p. 108).

Outro fator que contribui para o atual contexto escolar da educação pública é o corpo discente. Os alunos que cursam o ensino médio encontram-se em uma idade que lhes permitem terem a consciência “[...] da capacidade e do estilo de aprendizagem próprios deles” (HOLDEN, 2009, p. 37), talvez seja por isso a dificuldade encontrada pelo professor de línguas ao adequar o conteúdo exigido pelo currículo aos interesses desse alunado. Mesmo que estes façam uso da língua estrangeira com certa frequência em suas vidas cotidianas, na maioria das vezes para utilizar a Internet.

Portanto, os alunos da escola pública conhecem a importância de estudar inglês, não só para enfrentar o mercado de trabalho, mas para conectar-se as mais variadas redes sociais, jogar videogame, navegar na Internet, ou seja, viver em mundo globalizado. E eles

fazem uso dessas ferramentas, assim como, também utilizam seus conhecimentos de língua inglesa. No entanto, mesmo sabendo disso, “[...] os alunos tratam o ensino de língua inglesa na escola pública ora com desprezo, ora com indiferença, o que causa na maioria das vezes a indisciplina nas salas de aula” (LIMA, 2009, p. 126).

Cabe uma reflexão por parte do corpo docente atuante no ensino médio, a fim de descobrir os motivos de tamanha indiferença, e analisar se os conteúdos abordados em sala de aula condizem com a realidade social do seu aluno, bem como, se atendem as suas necessidades. Ou se a ação pedagógica não está restrita somente ao cumprimento dos conteúdos exigidos pelo programa curricular da instituição. Pois a insistência em focar o ensino de Língua Estrangeira na resolução de “[...] exercícios sobre determinados itens gramaticais onde a língua é tratada de forma artificial ou, ainda, a tradução de textos escolhidos pelo professor e que nem sempre são de interesse do aluno” (LIMA, 2009, p. 33), dificilmente transformará essa realidade.

Os atores educacionais têm conhecimento sobre a realidade que permeia o contexto escolar no qual estão inseridos. Infelizmente, muitos destes, assumem duas posturas que em nada ajudam para a oferta de um ensino eficiente nesse país: ou eles se acostumaram com os problemas enfrentados diariamente, acomodaram-se, e culpam o sistema educacional brasileiro por tudo o que acontece dentro da escola; ou dedicam horas do seu dia a criticar, apontar e enumerar as falhas desse sistema. Não é necessário ser um especialista no assunto para afirmar que as duas posturas não levam a nenhum resultado.

A discussão sobre a qualidade do ensino de língua inglesa na escola pública brasileira está presente em Lima (2009, p. 28), que mesmo entendendo a existência de elementos complicadores, defende o desenvolvimento das quatro habilidades linguísticas durante as aulas de línguas estrangeiras, pois “[...] para que [o aluno] possa construir um discurso com indivíduos falantes-

ouvintes de outra língua, ele precisa saber falar, ler e escrever nessa língua, além de entender o que nela seja falado”.

No entanto, Moita Lopes (1996) coloca-se de forma prática e realista diante do assunto, afirmando que considera “irreal” o ensino das quatro habilidades linguísticas nas salas de aulas de Línguas Estrangeiras das escolas públicas brasileiras, e elenca os seguintes fatores como responsáveis por tal impossibilidade: “[...] carga horária reduzida (50 minutos); um grande número de alunos por turma (média 40 alunos por turma); domínio reduzido das habilidades orais por parte da maioria dos professores; ausência de material instrucional extra” (MOITA LOPES, 1996, p. 132).

Já que não é possível o desenvolvimento das quatro habilidades linguísticas, o ideal seria focar a ação pedagógica no ensino de apenas uma habilidade, aquela que realmente fosse útil para a vida social do aluno: a leitura, pois esta “[...] é a única habilidade que atende às necessidades educacionais e que o aprendiz pode usar autonomamente ao término de seu curso de LE [Língua Estrangeira]” (MOITA LOPES, 1996, p. 131).

No entanto, Lima (2009, p. 18) apresenta-se contrário à proposta de focar o ensino de Língua Estrangeira no desenvolvimento apenas da habilidade de leitura. O autor defende que ao estabelecer-se:

[...] como meta o ensino exclusivo de leitura em língua estrangeira (e nada mais!), não motiva as faculdades e universidades a melhorarem os programas de ensino em língua estrangeira. Uma política de ensino de línguas que enfatiza somente a leitura enfraquece o perfil do professor de língua estrangeira, e existe o perigo de escolas contratarem professores de outras áreas que saibam ler, talvez precariamente, na língua estrangeira com finalidade de resolver o problema da “falta de professor” de qualquer jeito. A língua estrangeira tende a ser a matéria “prima pobre” nas escolas. (LIMA, 2009, p. 18).

Não pode-se discordar totalmente dos argumentos apresentados pelo autor, mas a proposta apresentada por Moita Lopes (1996) continua sendo uma solução viável e prática para melhoria de oferta do ensino de línguas estrangeiras nas escolas públicas brasileiras. A perspectiva apresentada por Moita Lopes (1996) foca o ensino em apenas uma habilidade, a leitura, mas sem deixar de ter um objetivo educacional geral. O autor considera dois propósitos para a reformulação apresentada: “um utilitário e outro educacional” (MOITA LOPES, 1996, p. 134). Isso porque essa proposta de ensino centra o processo de ensino aprendizagem em “[...] uma habilidade que é útil para os aprendizes” (IBIDEM, p. 134).

Além disso, há a possibilidade do desenvolvimento da capacidade leitora do aluno em língua materna e ainda, a expansão da visão de mundo desse aluno, “[...] já que, através da leitura em uma LE, pode-se ser exposto a visões diferentes do mundo, de sua própria cultura e de si mesmo como ser humano” (ibidem, p. 134).

A proposta defendida pelo autor apresenta-se viável de ser executada na realidade educacional brasileira, tendo em vista que se trata apenas de uma questão de delimitar objetivos, levando em consideração a real função do ensino de línguas estrangeiras no contexto escolar do ensino público: capacitar o aluno a fazer uso do idioma estudado. Se isso não é possível de ser realizar com as quatro habilidades linguísticas, o foco em apenas uma, a leitura, seria a real solução para uma verdadeira oferta de ensino de Língua Inglesa ou Espanhola na escola pública.

A solução apresentada por Moita Lopes (1996) apresenta-se ainda mais próxima do ideal, porque na maioria das escolas públicas desse país, o ensino de língua estrangeira resume-se ao repasse da gramática com ênfase no vocabulário, pois muitos professores defendem a ideia de que lecionar uma língua estrangeira é ensinar sua gramática. Portanto, não é exigido do aluno proficiência na fala, escrita e compreensão. Na realidade, raramente existe foco na

comunicação em Língua Inglesa. Então, se as determinações dos PCNs não estão sendo cumpridas, a solução é adequar o ensino de língua estrangeira à realidade da escola pública e a necessidade de seus alunos.

### ■ 3 METODOLOGIAS ATIVAS

O uso das metodologias ativas permite que o aluno seja o centro do processo de ensino-aprendizagem. Muito diferente do que ocorre no modelo mais tradicional, onde o professor se apresenta como o centro do processo e o aluno como mero receptor, assumindo uma posição passiva durante sua aprendizagem.

O objetivo principal ao se usar metodologia ativa é estimular que o estudante assuma uma postura mais autônoma e participativa durante o processo de ensino-aprendizagem. Essa metodologia se baseia na pirâmide de Glasser (2001), uma teoria desenvolvida pelo psiquiatra americano William Glasser, que busca explicar como as pessoas aprendem. De acordo com ele, os estudantes aprendem apenas 10% lendo; 20% escrevendo; 50% observando e escutando; 70% discutindo com outras pessoas; 80% praticando; 95% ensinando.

Exemplos de aplicação da metodologia ativa em sala de aula são: Sala de aula invertida; *blending learning*; aprendizagem baseada em projetos; estudo de caso; aprendizagem baseada entre pares ou time.

Durante as aulas de língua inglesa da EEEP Monsenhor José Aloysio Pinto, onde essa pesquisa foi desenvolvida, usa-se a sala de aula invertida, “*flipped classroom*”, onde há a substituição da aula meramente expositiva por conteúdos visuais, por meio da utilização de “*flash cards*”, posters, e demais materiais visuais, além de ferramentas e aplicativos online como: *duolingo for schools*, *kahoot*, *sounter*. O que possibilita maior interação entre a turma e engajamento com o conteúdo estudado. Além de melhorar a concentração e dedicação dos estudantes, por meio da utilização de diversos formatos, como vídeos, imagens, textos, áudios.

Já o “*blended learning*”, ensino híbrido, ocorre quando não há necessariamente a presença do professor e o uso de tecnologia, possibilitando que o aluno estude sozinho, em casa, fazendo uso da internet, ou em sala, mediante atividades em grupos. O principal objetivo desse método é o desenvolvimento do pensamento crítico do aprendiz, além de sua autonomia e protagonismo diante do processo de ensino-aprendizagem.

A aprendizagem baseada em projetos também é utilizada durante as aulas de língua inglesa, esse método consiste em promover a aquisição do conhecimento através da solução colaborativa de problemas ou desafios. Nesse sentido, o professor lança um desafio a ser cumprido, que pode ser desde a resolução de uma atividade proposta no livro ou qualquer outro desafio, e os alunos são instigados a desenvolverem seu senso investigativo e trabalho em equipe, colaborando entre si para atingir um objetivo comum, que é a solução do desafio proposto. Esse tipo de atividade contribui ainda para o desenvolvimento da criatividade, criticidade e pensamento crítico para solução de problemas. É importante que ao fim da atividade o professor dê um *feedback* para a turma, apontando possíveis erros e destacando os acertos e pontos positivos.

Enquanto a Aprendizagem baseada em Projeto se baseia na parte mais prática, onde o aluno coloca a mão na massa, a Aprendizagem Baseada em Problema propõe que o aluno use o lado mais teórico na resolução de problemas, construindo um aprendizado conceitual.

O Estudo de Caso pode ser um exemplo de Aprendizagem baseada em Problemas, ao oferecer aos estudantes a possibilidade de construir conhecimento através da tentativa de resolver situações complexas.

A Aprendizagem entre Pares ou Times se baseia na formação de duplas ou times para que haja uma aprendizagem colaborativa. Um exemplo desse método durante as aulas de língua inglesa é o Projeto Study Buddy, onde a professora escolhe duplas para

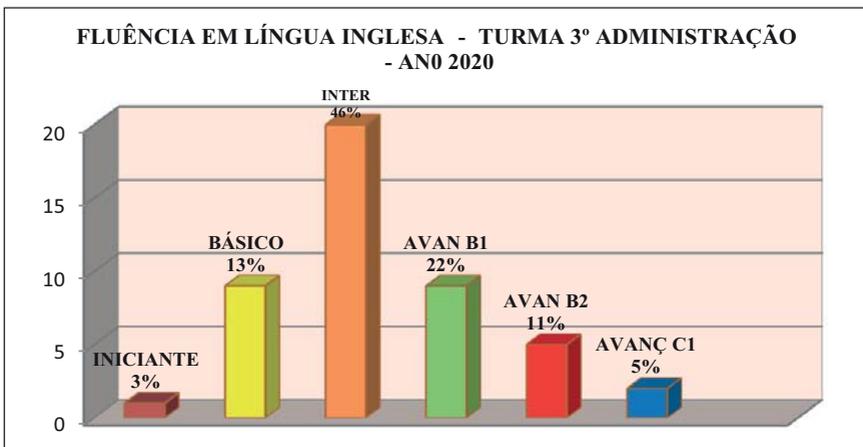
trabalharem juntas durante o ano, baseada no nível dos estudantes, onde um aluno com maior facilidade em inglês ajuda um aluno que apresente dificuldade, durante todo o ano letivo. Os alunos recebem recompensas quando conseguem atingir os níveis propostos.

#### ■ 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após os três anos de estudo, com a aplicação das metodologias ativas, verificou-se que os alunos adquiram fluência, apesar de ainda apresentarem níveis mistos a evolução é nítida. Após os três anos de estudo, verificou-se: 5 alunos com nível Iniciante; 35 com nível Básico; 59 alunos com nível Intermediário; 42 alunos Avançado B1; 20 alunos Avançado B2; 8 alunos Avançado C1.

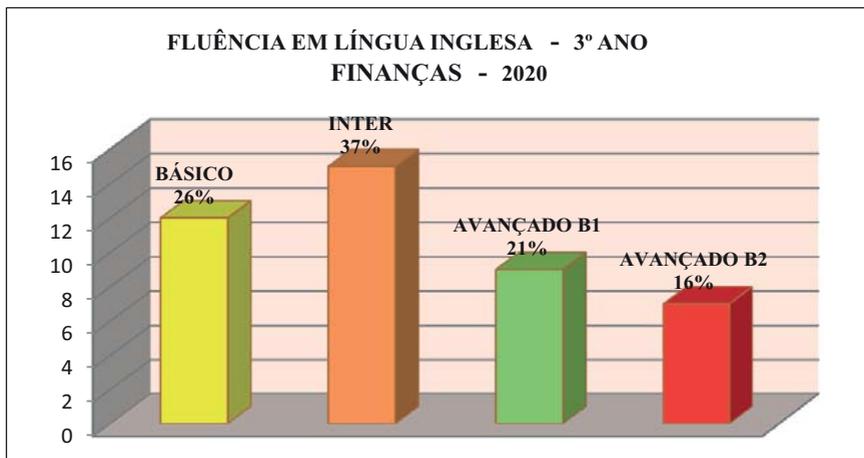
Os gráficos abaixo apresentam os níveis de proficiência adquiridos pelos alunos após os três anos de estudo de Língua Inglesa.

**Gráfico 1:** Fluência em Língua Inglesa Turma 3ª Administração



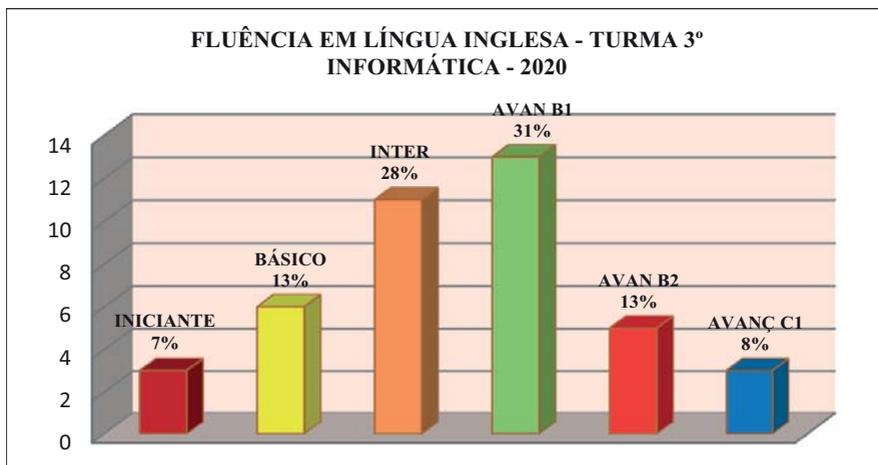
**Fonte:** Elaborado pela Autora.

**Gráfico 2:** Fluência em Língua Inglesa Turma 3º Finanças



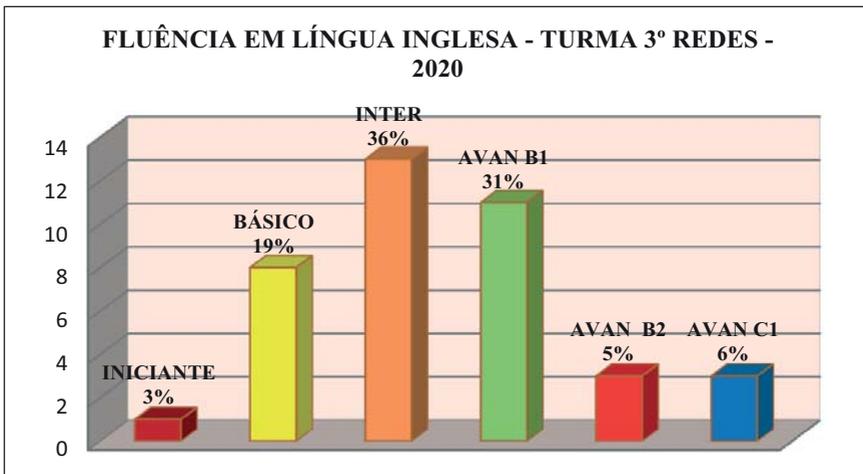
Fonte: Elaborado pela Autora.

**Gráfico 3:** Fluência em Língua Inglesa. Turma 3º Finanças



Fonte: Elaborado pela Autora.

Gráfico 4: Fluência em Língua Inglesa Turma 3º Finanças



Fonte: Elaborado pela Autora.

## ■ 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o uso da Metodologia Ativa durante as aulas de língua inglesa da EEEP Monsenhor José Aloysio Pinto, é possível concluir que esta colaborou para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. A sala de aula apresenta-se como um espaço de interações, onde os estudantes debatem, questionam, propõem soluções e aguçam a curiosidade, o que resulta na tomada de consciência de que eles são os protagonistas do seu próprio crescimento e desenvolvimento estudantil e profissional ao longo da vida.

Essa pesquisa mostra sua relevância no sentido de proporcionar uma nova visão de mundo sobre o processo de ensino e aprendizagem, provocando a autonomia do aprendiz com relação a sua aprendizagem. Os alunos envolvidos no projeto demonstram responsabilidade, compromisso e seriedade com as aulas de língua inglesa, o que eleva o nível das aulas e facilita o desenvolvimento das quatro habilidades linguísticas.

Essa pesquisa teve início no ano de 2018 e já é possível observar o impacto do uso da metodologia ativa durante as aulas de Língua Inglesa ministradas na EEEP Monsenhor José Aloysio Pinto. São indicadores positivos dos resultados obtidos:

- Melhoria das quatro habilidades linguísticas: oralidade (*speaking*), auditiva (*listening*), escrita (*writing*), leitora (*reading*);
- Facilidade em desenvolver trabalhos em equipe;
- Uso de diferentes fontes de informação;
- Prática do respeito aos diferentes tipos de opiniões;
- Planejamento da rotina escolar e cumprimento de prazos (o que irá se refletir posteriormente no mercado de trabalho);
- Postura autônoma para a busca de novos aprendizados;
- Queda na taxa de alunos em recuperação paralela das avaliações bimestrais;
- Queda na taxa de reprovação dos alunos.

O uso de metodologia ativa traz benefícios não só para os estudantes, mas para as instituições de ensino. Enquanto os alunos adquirem maior autonomia e confiança durante o processo de ensino-aprendizagem. As instituições também são beneficiadas ao notarem maior satisfação dos alunos no ambiente escolar. Aumento do reconhecimento no mercado de trabalho. E aumento na captação e retenção dos estudantes. Isso pode ser comprovado na EEEP Monsenhor José Aloysio Pinto, onde houve uma procura por parte da comunidade discente, além de alcançar taxa zero de desistência durante esses quatro anos.

## ■ REFERÊNCIAS

DEWEY, John. **Vida e educação**. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 51. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015.

HOLDEN, Susan. **O ensino de língua inglesa nos dias atuais**. São Paulo: Special Book Services Livraria, 2009.

GLASSER, William. **Teoria da Escolha**: Uma nova psicologia de liberdade pessoal. Editora Mercuryo, 2001.

JÓFILI, Zélia. **Piaget, Vygotsky, Freire e a construção do conhecimento na escola**. Educação: Teorias e Práticas, 2002.

LIMA, Diógenes Cândido (Org.) **Ensino e aprendizagem de Língua Inglesa: Conversas com especialistas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

MARKHAM, T.; LARMER, J.; RAVITZ, J. **Aprendizagem baseada em projetos**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MOITA LOPES, L. P. (1996) **A função da aprendizagem de línguas estrangeiras na escola pública**. In: MOITA LOPES, L. P. Oficina de Linguística Aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas. Campinas, SP: Mercado de Letras, p. 127-136, 1996.

MOITA LOPES, L. P. **Oficina de linguística aplicada**: A natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas. Campinas, SP: Mercado de Letras, p. 179-188, 1996.

# A importância da regularidade nas transferências de recursos aos consórcios públicos de saúde do Estado do Ceará, mediante Contrato de Rateio, com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços assistenciais à saúde

• Paulo de Tarso Cardoso Varela

## ■ 1 INTRODUÇÃO

Visando cumprir suas funções primordiais nas atividades que se propõem, os Consórcios Públicos de Saúde do Estado do Ceará, como qualquer outro órgão público, necessitam de efetividade de receita para viabilizarem suas demandas e garantirem a regularidade na prestação dos serviços de saúde de forma contínua, ampliando o acesso do usuário aos serviços de maior complexidade, objetivando garantir maior oferta, resolubilidade e qualidade.

Nessa perspectiva, apresentamos uma proposta de ação no sentido de resolver definitivamente o problema acerca da descontinuidade das transferências de recursos aos Consórcios por parte dos entes consorciados mediante contrato de rateio<sup>25</sup> no início do exercício financeiro, isto é, ainda no mês de janeiro de cada ano.

---

25 Instrumento jurídico formal de define as responsabilidades financeiras por parte de cada ente consorciado e a forma do repasse de recurso de cada participante, para custeio de despesas com o consórcio público. **Consórcios públicos de saúde no Ceará: da implantação à gestão** / Luciene Alice da Silva, Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira e Washington Willem Mendes de Santana – Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014.

Por força da Lei 11.107/2005<sup>26</sup>, que regulamenta as normas gerais de contratações dos consórcios, precisamente em seu art. 8, os entes consorciados somente entregarão recursos aos Consórcios Públicos mediante contrato de rateio, sendo este o instrumento legal de repasse financeiro referente à cota parte do Estado e dos Municípios consorciados, formalizado em cada exercício financeiro e com prazo de vigência não superior ao das dotações que o suportam.

Portanto, por imposição legal o citado contrato inicia sua execução no mês de janeiro e término em dezembro do mesmo ano, respeitando o exercício financeiro vigente e o princípio orçamentário da anualidade, haja vista que contratos vencidos ficarão precários após tal período.

O Art. 34 da Lei 4.320/64<sup>27</sup>, por sua vez, dispõe que o exercício financeiro coincidirá com o ano civil, com o calendário anual, correspondendo a 1º de janeiro a 31 de dezembro. Ou seja, a vigência do contrato de rateio não pode ultrapassar o exercício.

Leciona nesse sentido (MACHADO, 2015, p. 27), “O exercício orçamentário deverá ser realizado e previsto para o período de um ano ao qual a previsão de receita e a fixação das despesas registradas na Lei Orçamentária Anual – LOA se referir”.

Pois bem, na prática, historicamente, observa-se que os Consórcios não conseguem agilizar a confecção dos contratos de rateio para que as parcelas lhes sejam garantidas ainda no mês de janeiro, justamente pelo fato de demandar alguns critérios específicos na sua tramitação que lhes fogem à competência, dependendo de terceiros envolvidos.

Nessa ótica, saltam aos olhos que há um desarrazoado intervalo entre o início/preparação e finalização/efeito do processo para que

---

26 Lei 11.107/05 Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.

27 Lei 4.320 /64. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

o contrato surta efeitos, ocasionando um verdadeiro desequilíbrio entre receitas e despesas.

Cronologicamente seguem algumas das fases naturais de sua tramitação, a saber: compartilhamento pelo Estado, em meados do mês de dezembro, da tabela de projeção do imposto sobre circulação de mercadoria e serviços - ICMS que servirá como base de cálculo dos contratos; confecção dos contratos pelo Consórcio; a dificuldade de adesão dos representantes dos entes consorciados – Prefeitos; os protocolos internos da Secretaria de Saúde do Estado; a necessária revisão jurídica e contábil; a publicação no Diário Oficial do Estado, em tempo hábil, para que surta seus efeitos legais e, por fim, envio dos extratos de publicação à Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – Sefaz para retenção de valores e posterior repasse aos cofres do Consórcio.

Assim, devido ao interstício temporal exposto acima, os Consórcios que já trabalham com poucos recursos, desorganizam-se financeiramente e, por conseguinte, inviabilizam a continuidade da prestação do serviço indispensável ao seu funcionamento. Atrasando folha de pagamento, encargos sociais, fornecedores, dentre outros.

Com efeito, o resultado de toda esta crise financeira ainda poderá levá-lo a incorrer em multas junto à Receita Federal, Previdência Social e Ministério do Trabalho em razão do inadimplemento dos tributos, dos encargos sociais e salários de empregados públicos, respectivamente, chegando à situação extrema de aderir posteriormente a parcelamento, sob pena de suspensão de repasses junto à União, ampliando ainda mais o transtorno econômico, administrativo e todo o seu planejamento estratégico.

Não obstante, ainda poderá incorrer o gestor público, ordenador de despesa, responsável pelo Consórcio, na conduta de crime de improbidade administrativa, além de outros desdobramentos junto aos órgãos de controle externo gerado a partir desse imbróglio financeiro.

Noutro norte, ressalta-se que é obrigação dos Consórcios repassar aos entes consorciados (Estado e Municípios) todas as informações financeiras para fins de consolidação em suas contabilidades<sup>28</sup>, ainda no exercício referente.

Porém, em inúmeras vezes, essa obrigatoriedade tem sido desrespeitada em razão das parcelas dos contratos de rateio ultrapassarem o exercício seguinte, quando suas retenções iniciam de forma tardia, ou seja, no segundo ou terceiro mês do ano, o que tem gerado um problema sem precedentes no fechamento do balanço contábil dos entes.

Soma-se a isso, que a publicação tardia dos citados contratos de rateio tem gerado outra consequência que importa relatar, no tocante ao comprometimento das finanças dos municípios consorciados.

Sabe-se que quando o município faz adesão ao Consórcio, mediante Protocolo de Intenção e posterior ratificação mediante leis das respectivas Casas Legislativas de todos os participantes, como determina o Art. 5º da Lei 11.107/05<sup>29</sup>, obriga-se a dispor de dotação orçamentária específica ou créditos adicionais suficientes para assumir as despesas fixadas em contratos de programa e/ou rateio.

A execução orçamentária do contrato de rateio, firmado entre o município e o Consórcio, é operacionalizada financeiramente sob forma de desconto nas receitas tributárias constitucionais devidas ao Ente, ou seja, há retenção de um quinhão referente ao ICMS, que não poderá ultrapassar 10% (dez por cento) e 7,5% (sete e meio por cento) para custeio de Policlínica e Centro de Especialidade

---

28 Decreto 6.017 de 17 de janeiro 2017. Art. 17. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o consórcio público deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

29 Lei 11.105/05. Art. 5º. O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções.

Odontológica – CEO, respectivamente, concedido pelo Ente autorizador, *in casu*, o município consorciado, cabendo ao Estado aporatar a diferença.

Ambos percentuais são devidamente calculados proporcionalmente, levando-se em consideração o número de habitantes que potencialmente se valerão daquele serviço de saúde especializado. Para embasar o cálculo, leva-se em consideração o último senso realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Definiu-se desde a constituição dos Consórcios de saúde no Estado do Ceará, que os percentuais de sua cota parte seriam estes acima estabelecidos, portanto, limitando-os àquela cota mensal desde a origem.

Na prática, devido ao atraso das parcelas ocasionado pela lentidão no trâmite dos contratos de rateio, que em tese deveriam ser repassadas ao Consórcio ainda no mês de janeiro, a Sefaz tem adotado o comportamento de não debitar mais de uma parcela dentro do mesmo mês, uma vez que, se o fizer, extrapolará o percentual de custeio estabelecido acima, como também comprometerá significativamente os valores de ICMS destinados ao município, causando-lhe diminuição significativa na arrecadação.

Assim, a alternativa que resta à Sefaz para honrar na integralidade o contrato de rateio é postergar as retenções das parcelas para o exercício financeiro seguinte, como vem, indevidamente, acontecendo.

Noutras palavras, a ausência de celeridade na vigência do contrato de rateio afeta o funcionamento dos consórcios, posto a falta de regularidade nos repasses. Infringe a legislação, quando desrespeita o princípio da anualidade. Compromete a saúde financeira dos municípios e ainda causa um verdadeiro transtorno na Sefaz, obrigando-a a debitar valores decorrentes de contratos já encerrados, portanto, precários.

Esse descompasso tem gerado transtornos irreversíveis em todos os entes envolvidos nesse processo, merecendo, portanto, um ajuste imediato.

Em razão disso, a relevância da sugestão da correção se faz necessária para que busquemos ferramentas de adequações junto aos atores envolvidos: Estado, Municípios, Consórcios e Sefaz, num planejamento comum para o aprimoramento de técnicas que viabilizem maior celeridade na arrecadação dos consórcios, no sentido de garantir a regularidade nas transferências de recursos para viabilização das prestações do serviço que se propõe respeitando, pois, a legislação vigente.

## ■ 2 OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS

Não há alternativa senão cumprir o que determina a lei. Partindo dessa premissa, os Consórcios Públicos de Saúde precisam, com a máxima urgência, enfrentar o desafio e corrigir um problema que os acometem desde a sua fundação.

Dessa forma, objetiva-se criar mecanismos e ferramentas para minimizar o lapso temporal existente entre a confecção do contrato de rateio e seus efeitos legais, adequando-o às normas estampadas nos diplomas legais em espécie, no intuito de respeitar o princípio da anualidade, aplicável ao direito orçamentário, decorrente da Constituição Federal 1988<sup>30</sup>, em seus artigos 48, II, 165, III, e §5º, e 166.

Espera-se, além de cumprir a determinação legal acima citada, regularizar as transferências feitas pelos entes consorciados aos cofres dos Consórcios no início do exercício financeiro vigente, o que garantirá a continuidade dos serviços e sua adimplência perante seus credores.

---

30 Constituição Federal 1988.

### ■ 3 PLANO OPERACIONAL (AÇÕES, TÉCNICAS, RESPONSÁVEIS E PRAZOS)

O plano operacional consiste na criação de um manual com normas orientadoras regulamentando todas as etapas e procedimentos relativos ao trâmite dos citados contratos, operacionalizado através de uma comissão composta por representantes de todas as esferas envolvidas neste processo (Estado, Municípios, Consórcio e Sefaz).

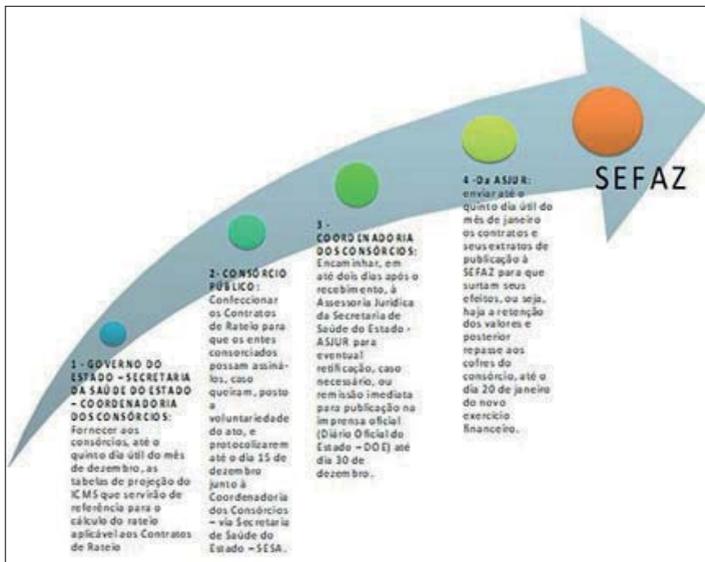
Será determinado o passo a passo de todo o fluxo existente, da confecção à publicação, definindo papéis, responsabilidades e obrigações, resguardando transparência nos protocolos e andamentos internos junto à Secretaria de Saúde do Estado, respeitando prazos a serem seguidos.

O manual também orientará acerca da necessidade de criação de uma ferramenta que permitirá acesso remoto pelos Consórcios, através de um *software*, cujo acesso se dará mediante *login* e senha, ligado à rede mundial de computadores, que garantirá o monitoramento em tempo real do trâmite dos contratos junto aos setores envolvidos.

Auxiliará e servirá como material de consulta para nortear os gestores dos Consórcios, municípios, técnicos da Secretaria de Saúde do Estado, servidores da Sefaz, dentre outros, na condução de todas as etapas do processo de trabalho, com a finalidade de demonstrar o efeito positivo de sua tempestividade.

As atribuições da comissão estarão previstas no manual de normas regulamentadoras, cujos trabalhos iniciarão na primeira semana de dezembro, com término dia 20 de janeiro do ano vindouro.

Para facilitar a visualização do processo e garantir maior celeridade no seu fluxo, vejamos o indicativo na página seguinte:



#### ■ 4 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Sugere-se, também, a criação de uma comissão técnica de monitoramento e avaliação formada por um representante da Secretaria de Saúde do Estado, um representante do Consórcio Público de Saúde, um representante da Secretaria da Fazenda do Estado e um representante da Secretaria de Finanças de cada Município consorciado, cujas competências serão determinadas no manual de normas reguladoras, com objetivo de monitorar todas as etapas.

O monitoramento será realizado, inicialmente, no momento em que o Estado se propõe a enviar aos Consórcios as tabelas que servirão de base de cálculo para criação dos contratos de rateio e permanecerá por todas as etapas envolvidas no processo até surtir o efeito desejado, ou seja, retenção de valores e posterior repasse ao consórcio ainda no mês de janeiro.

Acredita-se que o envolvimento direto desta comissão, levando-se por base o manual de normas, é uma ferramenta eficaz no sentido de acelerar a tramitação dos processos de trabalho referente

aos contratos de rateios, haja vista sua capacidade de articulação mediante participação em todas as etapas naturalmente envolvidas.

Dito isto, percebe-se que somente através destas ações poderemos corrigir a forte discrepância histórica existente no tocante à regularidade das transferências financeiras feitas aos Consórcios Públicos de Saúde, melhorando, por conseguinte, seus resultados, buscando superar o temido obstáculo da limitação de recurso, dando ênfase ao princípio da eficiência<sup>31</sup>, como também respeitando os dispositivos legais acerca dos contratos.

Ademais, frisa-se que por se tratar de área da saúde, portanto, vulnerável e sensível pela natureza que lhe é peculiar, o mecanismo de otimização da tramitação dos contratos de rateio é medida que se impõe.

## ■ 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que somente através destas ações acima citadas é possível corrigir a visível discrepância histórica existente no tocante à regularidade das transferências financeiras feitas aos Consórcios Públicos de Saúde.

Os resultados esperados de um serviço eficiente evoluem na medida em que se supera o temido obstáculo da limitação de recurso, sem perder de vista, todavia, a sintonia com o princípio da eficiência<sup>32</sup>, como também os dispositivos legais que regem os contratos.

---

31 MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo. Ed. Malheiros, 2002, p.168: “o que se impõe a todo o agente público de realizar suas atribuições com prestação, perfeição e rendimento profissional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.”

32 MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo. Ed. Malheiros, 2002, p. 168: “O que se impõe a todo o agente público de realizar suas atribuições com prestação, perfeição e rendimento profissional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.”

Seguramente pode-se afirmar que é sintomático que a organização financeira do ente garante como consequência um fluxo regular em toda estrutura de funcionamento operacional que se espera de um órgão público.

Assim, por se tratar de área da saúde, portanto, vulnerável e sensível pela natureza que lhe é peculiar, o mecanismo de otimização da tramitação dos contratos de rateio é medida que se impõe.

Uma vez obedecido esse fluxo a prestação do serviço de saúde especializado e de qualidade atingirá seu objetivo principal que é o usuário. E é para ele a finalidade de todo esse propósito.

## ■ REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 22 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.017**, de 17 de janeiro de 2007. Regulamenta a Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de Consórcios Públicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6017.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6017.htm)>. Acesso em: 21 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.107/05**. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.320/64**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2020.

MACHADO JR, J. Teixeira; REIS, Heraldo Costa. **A lei 4.320 comentada**. Rio de Janeiro: IBAM, 2015.



MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo brasileiro**. São Paulo. Ed. Malheiros, 2002, p. 168.

SILVA, Luciene Alice da; NOGUEIRA, Maria de Fátima Nepomuceno; SANTANA, Washington Willem Mendes de. **Consórcios Públicos de Saúde no Ceará**: Da implantação à gestão. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014.

MANUAL dos Consórcios Públicos em saúde do Ceará. Disponível em: <[https://www.saude.ce.gov.br/wcontent/uploads/sites/9/2018/06/manual\\_consortorios\\_publicos\\_saude\\_ceara\\_030310.pdf](https://www.saude.ce.gov.br/wcontent/uploads/sites/9/2018/06/manual_consortorios_publicos_saude_ceara_030310.pdf)>. Acesso em: 07 mar. 2020.



## **Sistema de Georreferenciamento Operacional do Ceará - da ideia à realidade**

- **Ricardo Rodrigues Catanho de Sena**
- **Flávio Nascimento Moreira Júnior**

### **■ 1 INTRODUÇÃO**

O exercício das atividades de Segurança Pública, no Brasil e no Mundo, exige, entre outros fatores, uma gama de inovações, pesquisas e construções de políticas públicas eficientes e eficazes para a consecução deste mister protetivo, seja pelo prisma reativo, seja pelo viés preventivo.

Nessa mesma linha de pensamento, faz-se imprescindível o uso de múltiplas ferramentas, inclusive de cunho tecnológico para corroborar com a efetividade desta segurança pública, a qual, normativa e conceitualmente, não se restringe a crimes e violência. Pelo contrário, sua amplitude e complexidade abrange circunstâncias diversas, tais como sinistros de desabamentos de edificações, resgates de pessoas presas em ferragens, tentativas de suicídios e incêndios, entre outras conjunturas em que haja a necessidade de qualificada proteção, a qual, não necessariamente está atrelada a fatores de ordem criminal e afins.

Num extrato delimitativo ao primeiramente comentado, no que diz respeito aos sinistros de incêndios, entre outros males, estes estão relacionados a danos como queimaduras de diferentes níveis, as quais, conforme (SENA, 2020a, p. 464):

[...] as vítimas sequeladas por queimaduras estão sujeitas a diversas problemáticas, temporárias e/ou permanentes, tais como a possível diminuição da força muscular, além da redução ou mesmo a perda total de mobilidade,

acompanhadas, em grande frequência, de dores agudas e/ou crônicas, numa conjuntura que pode incapacitar o indivíduo laboralmente e/ou dificultar seu convívio social [...]. [...] além dos traumas psíquicos ligados ao sinistro em tela, inclusive de ordem estética, associados ou não a depressões, ansiedades, *bullyings* e tentativas de suicídio, com possível repercussão colateral abrangendo familiares e entes queridos do acometido pelas queimaduras.

Somando-se ao anteriormente dito, de modo díspar ao que as pessoas em geral podem pensar, os incêndios possuem alto grau de mortalidade no Mundo, de tal forma que baseado em informações do Instituto Sprinkler do Brasil (2015), a nação brasileira chegou a ocupar o 3º lugar mundial de óbitos em função de incêndios, quanto a dados do ano de 2011, alcançando o quantitativo de 1.051 (um mil e cinquenta e um) mortos, tendo os Estados Unidos da América, um total de 3.192 (três mil cento e noventa e dois) óbitos, atingindo o ápice, na referida classificação.

Numa perspectiva quantitativa, no que diz respeito às ocorrências de incêndios, em todas as suas classificações, ao largo de todo o Estado do Ceará, no ano de 2020, consoante informações do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará, foram registrados 12.431 (doze mil quatrocentos e trinta e um) sinistros ígneos.

No âmbito da cidade de Fortaleza e sua região metropolitana, consoante Sena (2020a), num comparativo entre os meses de janeiro a julho dos anos de 2019 e 2020, houve um aumento de 54% dos incêndios, dentro da classificação de Incêndios em Edificações Residenciais Multifamiliares.

Pertinentemente esclarece-se que um único registro de incêndio (principalmente um incêndio de médio ou grande porte) pode reverberar dezenas ou até centenas de óbitos ou sequelas decorrentes, como deformações, amputações, danos cardiopulmonares e/ou cerebrais, psicológicos e outros mais.

À título concernentemente ilustrativo, Sena (2020b) comenta o caso paradigmático da Boate Kiss (em 27 de janeiro de 2013, no interior do Estado do Rio Grande do Sul), no qual quantitativamente há o registro de 01 (uma) ocorrência de incêndio, porém oriundos desta, são verificados 242 (duzentos e quarenta e dois) mortos e 636 (seiscentos e trinta e seis) feridos.

Diante destes e demais dados correlatos, aduz-se a crescente e justificada necessidade de incessante aprimoramento quanto a lidar com as problemáticas, no campo da Segurança Pública e suas respectivas peculiaridades, envolvendo o incremento de fatores como a gestão operacional, a qual perpassa por desafios como o tempo/resposta (tempo despendido entre o chamado e o atendimento da ocorrência), poder operacional (condições múltiplas de atendimento às ocorrências), acesso da equipe apta à ocorrência e demais aspectos congruentes.

E, no campo destes serviços públicos essenciais, na esfera da segurança, até mesmo o retardo e/ou a solução de continuidade no decorrer dos atendimentos, pode significar o respectivo insucesso, que também pode ser traduzido no não salvamento de vidas e patrimônios.

Neste sentido, o presente texto objetiva explanar sobre a idealização, desenvolvimento e implementação de determinada solução tecnológica concebida junto a um dos órgãos vinculados à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS), qual seja, a Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (Supesp), bem como almeja corroborar na disseminação de conhecimento sobre a mencionada entidade de pesquisa e o seu produto ora em comentário, numa concatenação ao pensamento de (SENA, 2015, p. 7) ao externar que: “Não existe melhor maneira de construir um juízo de valor, senão por meio do real conhecimento inerente.”

Por ocasião do citado estudo, também com delineamento reflexivo e fomentador, mais enfático à esfera dos serviços de

segurança pública, postam-se pertinentes questionamentos quanto à eficácia e eficiência da solução tecnológica ora em pauta, considerando as metas por ela propostas, as quais envolvem aspectos como baixo custo ao erário público e aprimoramento dos trabalhos operacionais de combate a incêndio, empreendidos pelo Corpo de Bombeiros Militar do Ceará, na cidade de Fortaleza.

## ■ 2 METODOLOGIA

Coerentemente a esta proposição textual, tem-se uma metodologia de ordem eminentemente bibliográfica, com o uso, em regra, de dados puros, numa contextualização técnica sobre os dados colhidos e desenvolvendo um trabalho de natureza qualitativa e explicativa, com fins tidos majoritariamente, como descritivos.

## ■ 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A temática da Segurança Pública é algo que se notabiliza em quaisquer gestões públicas do Brasil e do Mundo, haja vista a sua relevância, seja pelo prisma estatal, seja pela ótica da sociedade como um todo. Razão pela qual, ainda neste ponto inicial, externam-se alguns entendimentos conceituais sobre Segurança Pública, começando pelo pensamento de (SOUZA NETO, 2007, p. 98) tem-se que:

[...] a segurança pública é um serviço público que deve ser universalizado de maneira igual. Ademais de resultar dos princípios fundamentais acima mencionados, é a compreensão extraída do fato de o caput do Art. 144 afirmar que a segurança pública é “dever do estado” e “direito de todos”. Desde o contratualismo dos séculos XVII e XVIII, preservar a “ordem pública” e a “incolumidade das pessoas e do patrimônio” é a função primordial que justifica a própria instituição do poder estatal. Na Era Moderna, a segurança era o elemento mais básico de legitimação do Estado, o mínimo que se esperava

da política. Na retórica novecentista do laissez faire, a segurança chegava a ser concebida como a única função do estado “guarda-noturno”. O estado social não só mantém a preocupação central com a segurança, como amplia o seu escopo, concebendo-a como “segurança social” contra os infortúnios da economia de mercado [...]

Pautando-se pelo acima visto, já se percebe a complexidade que permeia o assunto segurança pública, bem como se permite verificar a necessidade de constantes inovações e adequações para a sua efetividade.

Por outro prisma, (SILVA, 2007, p. 635) utiliza um entendimento mais sintético para tratar sobre a Segurança Pública, asseverando que a mesma é: “[...] uma feição de garantia, proteção, estabilidade de pessoas ou situação em diversas circunstâncias [...]”.

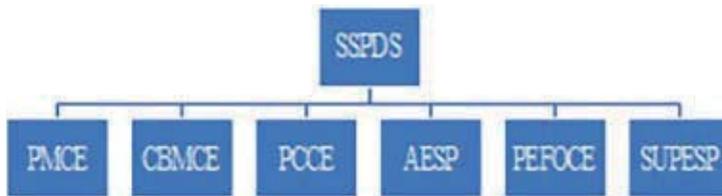
Considerando as essências destes e outros pensamentos literários quanto à conceituação da Segurança Pública, pode-se neste momento, usar uma definição intermediária, nem tão extensa, nem tão sintética para traduzir segurança pública como um amálgama em constante construção, de múltiplas políticas de foro majoritariamente normativo e voltadas às necessidades da sociedade, para a proteção da integridade de seus membros e respectivos bens, seja de modo preventivo, seja de maneira reativa, consoante suas especificidades e dinâmicas, com participação estatal, individual e coletiva.

Neste sentido, depreende-se inequivocamente, que Segurança Pública não se limita a questões de crime e/ou violência, mas sim, tem amplitude bem maior para poder viabilizar o disposto na (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988) em seu Art. 144: “[...]segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a **preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio**, [...]” Grifo nosso.

Observando-se o texto constitucional supra citado, com os respectivos destaques, tem-se uma ratificação de que a segurança pública permeia esferas muito além da violência e do crime, pois até mesmo no bojo da norma maior, tem-se o amplo direcionamento de proteção à incolumidade das pessoas e seus bens.

Desta feita, no macro âmbito do sistema de Segurança Pública do Estado do Ceará, tem-se a composição organizacional abaixo constituída, a fim de exercer a segurança ora em comentário:

**Organograma 1:** Composição Atual dos Órgãos Vinculados à SSPDS/Ce



**Fonte:** Elaborado pelos Autores Conforme Informações Normativas.

Pelo acima disposto, observa-se a distribuição dos órgãos encarregados diretamente pela efetividade da Segurança Pública em solo cearense, iniciando-se por aquela responsável pela gestão matricial da supra mencionada segurança, a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), que por sua vez possui 06 (seis) órgãos vinculados, com suas respectivas missões, mas trabalhando diuturnamente e de modo essencialmente integrado, sendo eles, a Polícia Militar (PMCE), o Corpo de Bombeiros Militar (CBMCE), a Polícia Civil (PCCE), a Academia Estadual de Segurança Pública (Aesp), a Perícia Forense (Pefoce) e o mais novo órgão vinculado à SSPDS, a Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (Supesp).

Em continuidade de raciocínio contextual, externa-se que a mencionada entidade de pesquisa teve sua origem por meio da Lei nº 16.562, de 22 de maio de 2018 e regulamentada pelo Decreto nº 32.796, de 30 de agosto de 2018, cujo conteúdo legal

também fundamenta a que a mesma atue primordialmente quanto a formulação de estudos e estratégias voltadas às diferentes necessidades da segurança pública.

Para a efetividade dos seus trabalhos, a Supesp conta em seus quadros, com profissionais de diferentes formações acadêmicas como por exemplo nas áreas de Geografia, Estatística, Mecatrônica, Economia, Direito, Políticas Públicas, Gestão de Projetos, Segurança Pública e outras mais.

Dentre eles, há componentes das diferentes forças de Segurança Pública cearense, cedidos por suas respectivas instituições e munidos de conhecimento empírico e científico, entre Mestres e Doutores, sendo todos eles, atualmente, liderados por um Superintendente, que reúne qualificações como a de Professor, PHD e Perito da Polícia Federal.

Neste contexto, dado o conhecimento operacional de um dos membros da Supesp, enquanto Oficial do CBMCE, também foi levantada a problemática crônica e quase centenária, de que as equipes de combate a incêndios do CBMCE, dependiam exclusivamente da memória/experiência de determinados bombeiros militares para localizar os hidrantes circunvizinhos aos incêndios.

E, por oportuno, neste ponto textual vale-se da fala de Sena e Moreira Júnior para explanar sobre os hidrantes urbanos de modo subsidiário ao tema:

[...] o hidrante urbano se apresenta como um equipamento de grande importância nas estratégias de combate a incêndios, com potencial de fornecer água às mangueiras e/ou às viaturas de combate a incêndios do CBMCE quando estas exaurem sua capacidade, quando estão próximas disto e/ou para promover mais pressão aos veículos mencionados, viabilizando um fornecimento deste agente extintor (água) frente a um sinistro de grande poder destrutivo, o qual necessita ser combatido de modo

eficiente e sem solução de continuidade, pois do contrário, os danos decorrentes desta ameaça à segurança pública podem abranger desde prejuízos materiais, como móveis e equipamentos até perdas imateriais e irreparáveis, como patrimônios culturais e o maior de todos os bens: a vida. (SENA e MOREIRA JÚNIOR, 2019, p. 44).

Nesta perspectiva funcional, dentro de uma das vertentes de trabalho, buscou-se otimizar os serviços de combate a incêndios, utilizando uma tecnologia de plataforma com fácil e rápido manuseio, de baixo custo e que proporcionasse aos operadores da CIOPS (Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança Pública – setor componente da SSPDS, responsável pelo gerenciamento das ocorrências de segurança) condições mais eficazes e eficientes de gestão operacional.

Num viés de planejamento, entre outros, à luz de (SILVA, 2013, p. 10) envolvendo itens como o “estabelecer objetivos e missão; examinar as alternativas; determinar as necessidades de recursos; criar estratégias para alcance dos objetivos organizacionais”, foram feitas correlações com a realidade existente e pretendida, englobando fatores de análise, avaliação e monitoramento, para corroborar com as melhores tomadas de decisão sobre as condições operacionais de enfrentamento a sinistros na cidade de Fortaleza, proporcionando assim um aprimoramento gerencial desta face da segurança pública.

Neste esteio de acontecimentos, foi idealizado, desenvolvido e implementado, o Sistema de Georreferenciamento Operacional – Sigo, como fruto da união de várias pesquisas, experiência operacional e uso de tecnologias inovadoras e intuitivas, concebido de modo a atuar dentro de boas práticas de gestão, quanto ao constante aprimoramento no atendimento ao cidadão cearense, numa alusão, entre outros, à visão de Martins (2011), no que tange à governança pública e elementos basilares de qualidades,

desempenho, colaboração e valor público, que no caso em questão está majoritariamente voltado à esfera da segurança pública.

Desta feita, o SIGO, com o uso de determinadas camadas de dados, permite integrar e visualizar as exatas localizações georreferenciadas das unidades do CBMCE, os locais de sinistros e os hidrantes, simultaneamente, apontando as melhores rotas entre si, além de contribuir com a execução dos serviços dos operadores da Ciops, à medida em que apresenta aos mesmos, as condições de operacionalidade de cada uma das Unidades do Corpo de Bombeiros Militar, colaborando assim com a melhor tomada de decisão para a escolha da(s) mais adequada(s) equipe(s), conforme cada caso de sinistro em questão.

Cabe acentuar que a mencionada escolha, ao não se limitar apenas ao critério de proximidade geográfica em relação ao incêndio, mas também considerando o seu respectivo poder operacional, viabiliza a que seja enviada a equipe mais apta para cada ocorrência específica, conforme cada situação.

Isto posto, o Sigo também pode ser usado para acionar forças operacionais de Salvamento, ainda que não haja incêndios, tais como em determinadas tentativas de suicídio ou desmoronamentos de edificações de maneira proporcional e contemplando as especificidades de cada situação.

Soma-se a isto, a capacidade do Sigo, de informar antecipadamente, as dimensões das vias (ruas) circunvizinhas ao local do sinistro, com grande importância operacional, tendo em vista que isso potencialmente impede a perda de tempo, quanto ao uso de vias que não comportem as dimensões das viaturas de grande porte do CBMCE, também impedindo assim, possíveis danos às viaturas.

O Sigo tem sido usado na Ciops, de maneira a que regularmente haja treinamento e capacitação de 100% dos operadores concernentes, para pleno emprego, conforme as respectivas necessidades, tais como as mais de 8.000 ocorrências de incêndios, registradas no

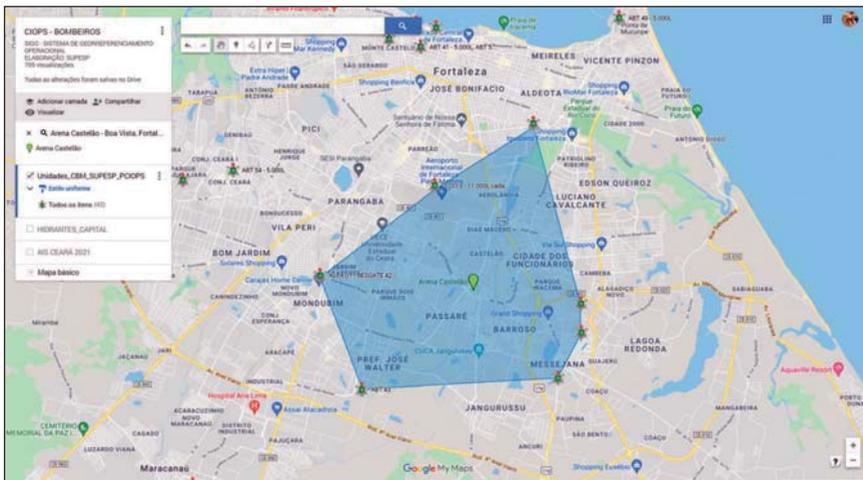
território da chamada Grande Fortaleza, com a concorrente redução a 00% de problemática para localização dos hidrantes, em todo o território da capital do Estado, ao longo do ano de 2020, num inédito processo de gerenciamento e monitoramento dos incêndios em solo alencarinense.

Além do que, a solução tecnológica em comentário tem potencial de replicação para outros municípios, estados e até países, bem como expansão adaptativa para outras forças de segurança, considerando, por evidente, as suas respectivas peculiaridades e somando-se a já comprovadas viabilidades de integração a outros sistemas mais robustos, inclusive de outras instituições pertinentes.

Muito embora a premissa inicial era de que o produto Sigo tivesse um baixo custo, este superou as expectativas ao apresentar um custo zero para o erário público, haja vista que desde a sua idealização até a sua implementação, perpassando por vários estudos, mineração, construção e sobreposição de camadas de dados georreferenciados, tudo se deu sob um institucional gerenciamento de projetos, exercido majoritariamente por dois servidores da Supesp, cruzando um caminho da ideia à realidade e, tendo entre outras inspirações, os ensinamentos de Chiavenato (2000), quanto às variáveis da Teoria da Administração e das Organizações, envolvendo as pessoas, o ambiente, a tecnologia, as tarefas e a estrutura.

Por esta linha de raciocínio, tem-se abaixo uma demonstração visual, em que há uma ocorrência fictícia junto à Arena Castelão e são visualizadas as unidades do CBMCE em sua circunvizinhança, contendo seus respectivos poderes operacionais (por exemplo viaturas e com concernentes capacidades de carga d'água, contingente, comandante, entre outros) e cuja visualização detalhada precisa de um simples toque, podendo também expor ou não, o posicionamento exato dos hidrantes na região, conforme a necessidade, associando-se as rotas entre os mesmos, após as escolhas analíticas:

Figura 01: Tela Operacional de Despacho com o Uso do Sigo



Fonte: Os Autores.

Em função das qualificações e contextualizações de desempenho empreendidas pelo Sigo, o mesmo foi reconhecido e contemplado com a premiação internacional relativa ao VI Prêmio Anual *Gestion para Resultados en el Desarrollo* 2020, sob a tutela do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de maneira a prestigiar o trabalho da Supesp, da SSPDS, do Governo do Estado do Ceará e abrilhantar o nome do Brasil, haja vista que o Sigo, nesta ocasião, foi o único representante cearense e brasileiro, na categoria “Monitoramento e Avaliação – Províncias e Estados”, o qual tem como objetivo o reconhecimento de práticas de gestão para resultados desenvolvidas por governos e gestores de países da América Latina e Caribe.

Além do que, com validação prévia da alta gestão da Supesp, por motivações análogas ao anteriormente comentado, o Sigo também foi indicado a concorrer à premiação referente ao Prêmio Excelência em Competitividade, (com alusão ao ano de 2020), sendo este, com abrangência de certame na esfera nacional, sob a

responsabilidade organizacional do Centro de Liderança Pública (CLP), com o fito de analisar boas práticas de gestão pública, dentro de critérios como inovação, replicabilidade, avaliação e competitividade, sustentabilidade e equidade.

#### ■ 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, verifica-se que o Sigo inova a metodologia de combate a incêndios e salvamentos na capital do Estado do Ceará, agregando-se o fato de que não somente atendeu a todos os quesitos a que se propôs, mas superou as expectativas, considerando, entre outros pontos, que não teve custo baixo, mas sim um custo inexistente ao erário público e paralela eficácia.

Além do que, promoveu a quebra de um paradigma de quase um século de atuação do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará, na qual dependia do possível conhecimento empírico de componentes das equipes de combate a incêndios, para conseguir localizar os necessários hidrantes e rotas de endereços de sinistros junto à citada urbe.

Soma-se a isto, o potencial de expansão para outras regiões do território do Ceará, de modo a também contemplar mais cearenses com este viés da Segurança Pública.

As características do trabalho ora em comento, também conduzem à visão de uma prática criacional com potencial de replicação em outras searas, tendo como plataformas basilares, a criatividade, a vontade e as diretrizes governamentais concernentes, numa produção de reflexão e fomento à criação e/ou aprimoramento de outros serviços públicos, dentro das suas áreas de atuação.

No campo da segurança pública, sua complexa e mutante realidade exige incessantes adequações, inovações e investimentos, inclusive no âmago das políticas públicas de segurança contra incêndio e, desta feita, as macro motivações que levaram à criação do Sigo, agrupadas sinergicamente a tantas outras, haverão de conduzir a novas ideias e novas conquistas, numa demonstração fática de que o trabalho não para em prol do povo cearense.

## ■ REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.

CEARÁ. **Lei Estadual nº 16.562, de 22 de maio de 2018**. Dispõe sobre a criação da Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Estado do Ceará – SUPESP, no âmbito da administração pública estadual. Disponível em: <<https://bela.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/trabalho-administracao-e-servico-publico/item/6212-lei-n-16-562-de-22-05-18-d-o-23-05-18>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

CEARÁ. **Decreto Estadual nº 32.796, de 30 de agosto de 2018**. Aprova a estrutura e o regulamento e dispõe sobre a distribuição e denominação dos cargos de provimento em comissão da Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Estado do Ceará (Supesp). Disponível em: <[https://www.supesp.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/89/2021/05/do20180831p01\\_DECRETO-32.796-31.08.2018.pdf](https://www.supesp.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/89/2021/05/do20180831p01_DECRETO-32.796-31.08.2018.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2021.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

INSTITUTO SPRINKLER BRASIL. **Imprensa Brasil é o terceiro país com maior número de mortes por incêndio**. Disponível em: <<https://www.sprinklerbrasil.org.br/imprensa/brasil-e-o-3o-pais-com-o-maior-numero-de-mortes-por-incendio-newsletter-no-5/>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

MARTINS, Humberto Falcão. Um composto de governança pública. **Revista Governança Social - IGS**, Belo Horizonte, ano 4, ed. 10, jul. 2011.

SENA, R. R. C. **A Competência constitucional e infraconstitucional do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará no âmbito da segurança pública**. São Paulo: Nelpa, 2015.

SENA, Ricardo Rodrigues Catanho de.; MOREIRA JÚNIOR, F. N. O desenvolvimento da camada de dados georreferenciados da rede de hidrantes da cidade de Fortaleza como ferramenta de combate a incêndios pelo Corpo de Bombeiros Militar do Ceará. **Revista Segurança em Foco**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 40-47, 2019.

SENA, Ricardo Rodrigues Catanho de. Reflexos do coronavírus nas políticas públicas de segurança contra incêndio com foco nos sinistros de queimaduras ligadas ao ambiente doméstico. In: FROTA, Francisco

Horácio da Silva; Silva, Maria Andréa Luz da; Frota, Maria Helena de Paula (org.). **O impacto da Covid-19 nas políticas públicas**. Fortaleza: Editora Edmeta. 2020. p.456- 474. Disponível em: <https://storage.woese.com/documents/88ba515bf0e412e771d2e03307a213a70230590d.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020a.

SENA, Ricardo Rodrigues Catanho de. **A segurança contra incêndio e pânico urbano no eixo governamental das políticas públicas de segurança do estado do Ceará**. 2020. 247 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020b.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. A Segurança pública na Constituição Federal de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução das políticas. **Revista de Direito do Estado**. 2007.

SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à Constituição**. São Paulo: Malheiros, 2007.

SILVA, Reinaldo Oliveira da. **Teorias da administração**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2013.

## **Assédio moral aos servidores públicos: o uso opressor de aplicativos de mensagem e análise revisional das legislações estaduais**

• Rickardo Léo Ramos Gomes

### **■ 1 INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa aborda sobre o Assédio Moral nas Relações de Trabalho, bem como suas consequências para quem o sofre. Tomando como embasamento, autores que retratam a temática e contribuem para o enriquecimento do assunto. O assédio moral é pouco discutido e abordado nas organizações, mas é algo que acontece muito.

O assédio pode ser intencional ou não intencional, ter agressões e causar danos físicos e psicológicos; sendo que esse também é tratado como uma forma de violência, pois o indivíduo sofre com os acontecimentos.

O objetivo geral deste artigo é abordar o assédio moral em uma revisão bibliográfica para demonstrar a necessidade de avanços nas legislações estaduais. Os objetivos específicos são os seguintes: demonstrar a importância da informação para o combate ao assédio moral; comprovar que o gestor inseguro comete assédio moral e analisar as legislações vigentes nos estados brasileiros.

Esta pesquisa justifica-se por se tratar de uma temática preocupante no sentido de preservar a saúde mental e melhorar a produtividade do servidor público promovendo o combate do assédio moral.

Os procedimentos metodológicos empregados neste artigo científico estão imersos em uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, e com objetivos exploratórios e descritivos, além

disso, empregou-se os seguintes procedimentos de pesquisa: duas revisões uma bibliográfica e outra documental.

O artigo ficou organizado dessa maneira: no início apresenta-se a introdução onde compartilha-se os objetivos a justificativa e a metodologia empregado no desenvolvimento deste artigo; em seguida desenvolveu-se a fundamentação teórica dividida em três subtópicos compreendendo discussões envolvendo a importância da informação no combate ao assédio moral, ao *insecure manager* e as legislações estaduais. Após a fundamentação teórica destacou-se a metodologia adotada para a pesquisa em tela e, por fim, temos as considerações finais.

## ■ 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica seguiu uma estruturação que foi dividida em três subtópicos. No primeiro demonstrou-se a importância da informação para o combate ao assédio moral. No segundo comprovou-se que o gestor inseguro comete assédio moral e, no terceiro e último subtópico, procedeu-se a análise das legislações vigentes nos estados brasileiros.

### 2.1 Importância da Informação para o Combate ao Assédio Moral

O assédio moral no ambiente de trabalho é considerado uma circunstância que ocorre continuamente já faz muito tempo. O assédio moral é bastante confundido com outros tipos de assédio, mas para Barreto (2008), o assédio moral acontece quando trabalhadores são expostos a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções.

Isso acontece com o intuito de desestabilizar emocionalmente e profissionalmente o indivíduo, em alguns casos pressioná-lo a pedir demissão, provocar sua remoção para outro local de trabalho e se sujeitar a condições humilhantes e constrangedoras no trabalho.

Entretanto, somente nas últimas décadas é que este tipo de assédio foi identificado como um acontecimento destrutivo no

ambiente laboral, não só ocasionando uma significativa diminuição da produtividade, mas também, provocando o absenteísmo por causa dos efeitos danosos que provoca.

Lúcia Vasconcelos esclarece que:

A prática do assédio moral corporativo consolida-se a partir de uma polaridade de influências, onde um polo “comanda” a relação e o outro “aceita” passivamente as coordenadas (temporariamente ou não), incitado por condicionantes diversos. Essa polaridade nem sempre é de natureza funcional, mas, indubitavelmente, cria uma hierarquia invisível, informal e não legitimada de poder. Por esse ângulo, o assédio no âmbito trabalhista também alcança indivíduos pertencentes a um mesmo nível hierárquico (assédio moral de linha ou horizontal). Não obstante se reconheça essa possibilidade, o assédio mais observado é o vertical, incidente sobre a mão de obra situada na base da hierarquia funcional. (VASCONCELOS, 2015, p. 02).

O assédio relacionado com o trabalho implica perseguições direcionadas às atividades e ao desempenho da vítima, tais como metas inatingíveis, sobrecarga de trabalho, ignorar opiniões, excesso de supervisão, reter informações, atribuir tarefas abaixo do nível de competência ou outros tipos de comportamentos que dificultem as condições de realização do trabalho.

Diante desta violência é muito importante que o servidor público tenha o máximo de informações para combater e diminuir as consequências resultantes do assédio moral, pois conhecendo detalhadamente seu conceito e suas características, o servidor, poderá se defender melhor.

Mundialmente falando, considera-se que o conceito sobre assédio moral mais conhecido e mais respeitado é o da Dra. Marie-France Hirigoyen:

Assédio moral é toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se, sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer danos a personalidade, a dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho. (HIRIGOYEN, 2006, p. 65).

Para Hirigoyen (2006 *apud* AGUIAR; SIMÕES; GOMES, 2016) quando se fala em agressão psicológica, não se pode esquecer a questão da intencionalidade, pois o caráter intencional agrava o impacto da agressão.

Quando a característica intencionalidade é mencionada, há duas informações importantes a discutir: “[...] consciente (tenho vontade de fazer o mal) ou inconsciente (não quero fazer o mal, mas é mais forte do que eu e não consigo me impedir de feri-lo ou colocá-lo em dificuldade)” (HIRIGOYEN, 2006, p. 64”).

De acordo com o observado acima, a autora afirma que as ações e práticas do assédio moral/assediador, podem ser inconscientes. Entretanto, Heloani (2005) deixa claro que existe a intencionalidade no assédio moral.

Igualmente como Schatzmam *et al.* (2009, p. 30) que entendem que o assédio moral é sempre intencional e explicam:

[...] as práticas hostis são deliberadas, mesmo que o objetivo final imediato não seja o de prejudicar o assediado. O processo de assédio pode visar: i) ao enquadramento ou à submissão de uma pessoa às regras do grupo (assédio interpessoal) ou da empresa (assédio organizacional); ii) ao aumento do ritmo de trabalho ou da produtividade (assédio organizacional).

As definições vistas acima trazem em seu contexto as características do assédio complementando entre si e diferindo na maneira de como, cada autor aborda, a temática, tornando-se o assunto, ainda, mais interessante, devido suas várias vertentes.

O servidor público tem como um de seus objetivos, ou desejos, que o seu trabalho tenha sentido. Ao ingressar em um órgão estadual, busca, entre outras coisas, fortalecer seus valores que refletem em autênticas necessidades de que seu trabalho seja um veículo que o conduza a uma transformação positiva.

Muito embora Sina (2007, p. 127) afirme que há “profissionais que abdicam de sua dignidade aceitando tratamento hostil e desrespeitoso”.

A sequência acumulativa e repetitiva do assédio moral, configura um fenômeno invisível, mas que vem merecendo especial atenção das organizações, dos servidores, dos acadêmicos e da sociedade como um todo devido aos prejuízos que este provoca.

## **2.2 O Gestor Inseguro Comete Assédio Moral**

Um gestor que não tem segurança na sua gestão ou que, por excesso de cuidados pretende garantir sua permanência no posto que assumiu, comete, muitas vezes, ações que podem configurar assédio moral.

Este fato não é incomum em instituições públicas. Este tipo de gestor não visualiza o servidor público como um agente colaborativo, que atua em equipe e que pode, mediante orientações precisas e fundamentadas, atuar com mais compromisso no desenvolver das suas obrigações. Apenas considera que o servidor público deve ser comandado de forma austera e sem limites de poder.

Os estudos revelam que o principal ato de um gestor inseguro (*insecure manager*) é a criação de mecanismos de controle, de vigilância e de cobranças exageradas. Então submetem os servidores públicos a acelerados ritmos de trabalho, impondo controle do método de trabalho, cobrando atividades fora do período de trabalho etc. (NOGUEIRA *et al.*, 2020; VASCONCELOS; BERTINO, 2020; LOPES; SANTOS, 2020)

Um dos mecanismos de controle mais conhecido é a criação de um grupo em um aplicativo de mensagem. Por meio deste grupo

o *insecure manager* passa a desenvolver um conjunto de condutas abusivas e intencionais, que se repetem de maneira prolongada durante o período de trabalho e fora dele. (LOPES; SANTOS, 2020)

Então, pelo aplicativo, o *insecure manager* exige relatórios que podem ser horários ou diários, ordenam que o servidor público diga o que está fazendo e onde ele está em variados momentos. Ainda, através do grupo criado no aplicativo, ele repreende publicamente o servidor e manda outro substituí-lo de forma humilhante. Demanda atividades exaustivas, não confia nos resultados apresentados e, inclusive, envia “emissários” para vigiar estas atividades (agentes que, também, cometem assédio moral).

Alguns *insecure managers* argumentam que, durante suas férias anuais, o servidor público pode sim ser cobrado (incomodado), períodos de lanche, ou de almoço também sofrem intervenções que conFiguram, sobremaneira, um ataque planejado à dignidade do servidor público.

Ressalte-se, aqui, que tal intervenção não se trata de apenas tirar uma dúvida ou de perguntar onde se encontra determinado documento por exemplo, mas, sim, de manifestar que as férias devem ser interrompidas e que o servidor deve voltar ao trabalho imediatamente.

Estas intervenções são caracterizadas como multiofensivas, e ferem, inclusive, direitos fundamentais, a saber: “o direito à integridade física e moral, o direito à intimidade, o direito ao tratamento não discriminatório, dentre outros”. (PAMPLONA FILHO; WYZYKOWSKI; BARROS, 2016, p. 15)

Para estes casos o uso do aplicativo fica, totalmente, descaracterizado já que o mesmo “é destinado à troca de mensagens instantâneas, facilitador da comunicação de curta e longa distância”. (LOGUERCIO; BEIRO; MATIAS, 2021, p. 01)

Lopes e Santos (2020, p. 13) alertam que:

O assédio moral organizacional virtual consiste na tortura psicológica perpetrada por um conjunto de condutas abusivas e reiteradas, praticadas por meio de comunicação escritos, orais e visuais, por intermédio de plataformas eletrônicas, aplicativos de mensagens instantâneas, correio eletrônico ou sistemas informatizados, [...] dirigidas a todos os trabalhadores (**servidores públicos inclusive**), indistintamente ou a determinado setor ou perfil de trabalhadores, cuja finalidade é exercer o controle sobre a coletividade [...]. (Grifo nosso)

É comum o *insecure manager*, através do grupo de controle por ele criado, chamar atenção, de forma humilhante, uma equipe e enaltecer outra em detrimento da primeira. Em mais uma contribuição de Lopes e Santos (2020, p. 12) os autores asseguram que:

Destarte, se a utilização dos sistemas informatizados for feita de modo desarrazoado, submetendo o empregado a uma vigilância ostensiva, geralmente seguida por mensagens de cobrança ou de desqualificação, restará caracterizado o assédio moral organizacional virtual. A exigência de conexão permanente e respostas imediatas (telepressão), também ocasiona assédio moral virtual, haja vista a sujeição do trabalhador a uma constante pressão para realizar as atividades, independentemente do lugar, dia ou horário.

É óbvio que o assédio moral organizacional virtual afeta o descanso, o lazer e o convívio familiar do trabalhador, infringindo sua dignidade e seu direito fundamental à desconexão. (LOPES; SANTOS, 2020). Já Loguercio, Beiro e Matias (2021, p. 02) apresentam o seguinte argumento:

[...] em se tratando de ambiente de trabalho, certamente o aplicativo de mensagem [...], cada vez mais, se faz

presente nas relações de empregos, fenômeno que, por sua peculiaridade, tem relevância para o mundo jurídico, pois a sua irrestrita e má utilização pode gerar supressão de direitos e acarretar demandas judiciais trabalhistas, conforme já se observa no dia a dia forense.

Ser acionado por meio do aplicativo de mensagens após o término do expediente ou durante o intervalo para o almoço ou durante o período de férias para resolver assuntos relativos ao trabalho vai se caracterizar em um tempo que o servidor público ficou à disposição do gestor e, neste caso, deve gerar horas extras, que na concepção do *insecure manager*, não é um direito do servidor público...

Recorre-se, novamente, a Loguercio, Beiro e Matias (2021, p. 02), que asseguram que

[...] os excessos dos gestores por meio do aplicativo na cobrança de metas, a referência de forma degradante e/ou pejorativa em face do empregado, a exposição negativa e vexatória do trabalhador são elementos aptos a configurar assédio moral e impulsionar reclamação trabalhista, por meio da qual se pleiteará indenização por danos morais.

Como observado, o emprego do aplicativo de mensagens, nas relações de trabalho, é cercado de similaridades que merecem atenção tanto pelo servidor público quanto pelo gestor imediato, de modo a evitar desrespeito aos direitos trabalhistas e, dessa maneira, provocar demandas judiciais. Nesse contexto, recomenda-se, a instalação de medidas preventivas, por parte dos gestores superiores (sob risco de serem coadjuvantes do assédio moral instalado). Estas medidas podem e devem ser desempenhadas com o desígnio de evitar os aborrecimentos provenientes da relação virtual (LOPES; SANTOS, 2020; LOGUERCIO; BEIRO; MATIAS, 2021).

## 2.3 Análise das Legislações

Este artigo, neste tópico, procura analisar as legislações estaduais pertinentes quanto à temática aqui abordada.

Esta análise fundamenta-se nos achados de Nogueira *et al.* (2020)<sup>33</sup> que desenvolveram uma pesquisa envolvendo as legislações dos estados brasileiros. O que se pretende aqui é buscar subsídios que revelem o atual estado da legislação cearense, em comparação com as dos demais estados brasileiros, quanto à prática do assédio moral contra servidores públicos.

Constata-se que, em todo território nacional, existem três categorias legislativas estabelecidas. A primeira categoria é composta por estados que não têm legislação específica, e nem genérica, relativa ao assédio moral, são eles: Acre, Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe. (NOGUEIRA *et al.*, 2020)

A segunda categoria é constituída por estados que apresentam legislação genérica: Bahia, Mato Grosso, Roraima e Tocantins. Saliente-se que Bahia, Roraima e Tocantins apresentam dispositivos específicos nas suas legislações, enquanto que na legislação de Mato Grosso os dispositivos são amplos.

A terceira categoria reúne os estados do Amapá, Amazonas, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo e o Distrito Federal.

Nestes entes federativos a legislação é reconhecida como específica e tem por finalidade, clara e objetiva, conter e punir o exercício, não só do assédio moral, como, também, dos outros tipos de assédio, na esfera dos governos estaduais.

---

33 NOGUEIRA, Rafael Maia; NUNES, Thiago Soares; CARVALHO NETO, Antônio; FERREIRA, Raphael Rodrigues. A sistematização legislativa do assédio moral no trabalho no âmbito das administrações públicas estaduais no Brasil. **Rev. Ciênc. Admin.**, Fortaleza, Edição Comemorativa 30 anos. 2020. e-ISSN:2318-0722. DOI: 10.5020/2318-0722.2020.8011.

É preciso destacar a importância de uma legislação específica, posto que ela deverá (ou deveria) tratar, de forma direta, cada episódio de assédio moral que aconteça no estado na qual ela foi promulgada. Não se pode esquecer que no serviço público, o assédio moral pode perdurar por anos, já que o agente opressor e o agente que sofre opressão podem ter estabilidade (HIRIGOYEN, 2008).

Em se tratando do servidor público que sofre a opressão é mais complicado porque o seu emprego é a única maneira que ele tem para a sobreviver e sustentar sua família, então, para Hirigoyen (2008) ele toma uma afilida decisão: aguentar firme a violência que está sofrendo, atitude que vai provocar mais efeitos danosos na sua saúde.

Por sua vez, na compreensão do agressor, sua estabilidade, é compreendida como algo que vai protegê-lo de punições, tais como uma sumária demissão, pois fica muito difícil comprovar o assédio moral, principalmente pela sutileza com que várias táticas hostis são cometidas. (NUNES, 2016)

A Lei que trata do assédio moral no Ceará é a Lei Nº 15036 de 2011, denominada de Lei Estadual de Combate ao Assédio Moral no Serviço Público Cearense, mas alguns estados têm leis mais antigas como por exemplo, Rio de Janeiro (2002), Rio Grande do Sul (2006) e São Paulo (2006).

Com a finalidade de torna esta lei mais acessível a Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (Seplag) difundiu, em 2011, o “Manual de Prevenção e Combate ao Assédio Moral na Administração Pública” (mais detalhes estão disponíveis no blog: [reconhecerparacombateroassediomoral.blogspot.com.br/](http://reconhecerparacombateroassediomoral.blogspot.com.br/)), onde são abordadas medidas de prevenção e a devida penalidade ao assédio na gestão pública estadual, em qualquer circunstância na hierarquia organizacional estadual.

A Lei faz o seguinte destaque caracterizando, de forma firme, o assédio moral:

Exigir, sem aquiescência do servidor público, com ou sem ameaça, o cumprimento de atribuições estranhas ou de atividades incompatíveis com as suas atribuições, em condições e prazos inexecutáveis, com o intuito de menosprezá-lo; exigir, sob reiteradas ameaças, o exercício de funções triviais ao exercente de funções técnicas, especializadas, ou aquelas para as quais, de qualquer forma, exijam treinamento e conhecimentos específicos; sonegar de informações que sejam necessárias ao desempenho de suas funções ou úteis à sua vida funcional. (*apud* NOGUEIRA *et al.*, 2020, p. 09)

Outro destaque desta Lei, referente ao isolamento e recusa de comunicação, especifica uma situação de assédio moral: “Desprezar, ignorar ou humilhar o servidor, de forma que o isole de contatos com outros servidores de qualquer nível, sujeitando-o a receber informações, atribuições, tarefas e outras atividades através de terceiros ou por quaisquer outros meios”. (*apud* NOGUEIRA *et al.*, 2020)

Lamenta-se que nas leis dos estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul e na lei do Distrito Federal, até 2020, não apresentem nenhum dispositivo sobre isolamento e recusa de comunicação.

É necessário destacar que tanto o isolamento, como a recusa de fala, resulta em uma circunstância de exclusão social do oprimido, que pode padecer agravos psicológicos ao ser ultrajado ou privado do convívio social (HIRIGOYEN, 2014).

A Lei Estadual de Combate ao Assédio Moral no Serviço Público Cearense (2011) levou em consideração, situações de atentado contra a dignidade apresentando o seguinte dispositivo:

Divulgar rumores e comentários maliciosos, bem como críticas reiteradas, ou subestimar esforços, com a intenção de atingir a dignidade do servidor; expor o servidor a situações adversas, com efeitos físicos ou mentais,

culminando em prejuízos do seu desenvolvimento pessoal, profissional ou financeiro. (*apud* NOGUEIRA *et al.*, 2020, p. 10)

Ressalte-se que as leis dos estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul não apresentam, de forma lamentável, nenhum dispositivo relacionado a este tipo de assédio moral.

Para os casos de violência verbal e física, a legislação do Ceará é, tristemente, omissa, mas no Brasil este tipo de assédio moral encontra-se previsto nas leis dos estados do Amazonas, Goiás, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo. (NOGUEIRA *et al.*, 2020)

Esta omissão põe em risco muitas situações de assédio moral no nosso estado especialmente porque este tipo de violência é a:

Por outro lado, com relação ao sistema de denúncia, apuração e punição do assédio moral, a legislação cearense merece total destaque, por ser a única vigente no Brasil. Recomenda-se, inclusive, que os demais estados deveriam acompanhar os dispositivos da Lei Nº 15036/11 com a intenção de estabelecer uma Comissão de Prevenção e Combate ao Assédio Moral de modo a tornar mais efetiva a proteção de seus servidores. (NOGUEIRA *et al.*, 2020)

Com relação ao amparo às vítimas de assédio moral, novamente o Ceará encontra-se em destaque por ser um dos quatro estados cuja legislação apresenta dispositivo neste sentido como relatam Nogueira *et al* (2020, p. 12),

O Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará – ISSEC prestará a devida assistência médica, psicológica e social gratuita aos servidores públicos que apresentarem transtornos físicos e mentais decorrentes de assédio moral. Diagnosticado em servidor público transtorno físico e mental decorrente de assédio moral no trabalho, o ISSEC

comunicará o fato ao dirigente máximo do órgão de onde provém o servidor e às comissões de prevenção e combate ao assédio moral, sendo a comunicação juntada aos autos do procedimento.

Fica evidenciado que é muito importante o incremento de mecanismos, destinados ao aprimoramento das leis vigentes em cada estado brasileiro, dessa maneira será possível identificar cada prática enfatizada no decorrer deste subtópico, com a intenção de adotar medidas de prevenção e de combate a este abuso no ambiente laboral, decorrente do assédio moral.

Forma mais visível e violenta de assédio, podendo se enquadrar em vários crimes tipificados no Código Penal, como lesão corporal (Art. 129), assédio sexual (Art. 216-A) ou mesmo estupro (Art. 213). Como pode ser observado, são listadas formas de assédio relacionadas à exposição a riscos físicos ou mentais, violência propriamente dita, bem como manutenção de relações involuntárias e violência sexual. (*apud* NOGUEIRA *et al.*, 2020, p. 11)

### ■ 3 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos empregados neste artigo científico estão imersos em uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, e com objetivos exploratórios e descritivos, além disso, empregou-se os seguintes procedimentos de pesquisa: duas revisões uma bibliográfica e outra documental.

Foram pesquisados artigos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais, livros e documentos oficiais para que os argumentos, aqui compartilhados, fossem alicerçados em opiniões de autores que, também, pesquisam a mesma temática.

Dentre estes autores destacam-se Hirigoyen (2006; 2008; 2014), Nunes (2016), Nogueira *et al* (2020), Vasconcelos e Bertino (2020), Lopes e Santos (2020) e Loguercio, Beiro e Matias (2021).

## ■ 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa demonstra que o assédio moral, ainda, é uma preocupação nacional. Esta preocupação torna evidente a necessidade de combater este tipo de violência psicológica que tem contribuído para o comprometimento da saúde dos servidores públicos no Brasil.

Destaque-se, principalmente o uso inadequado de aplicativos de mensagens por parte do que se convencionou chamar de *insecure manager*. A utilização deste tipo de aplicativo deve ser monitorada por servidores e por gestores no sentido de permitir seu uso de maneira estritamente profissional, relacionando-o, somente, às questões de trabalho, já que o aplicativo, se bem monitorado, pode se constituir em uma excelente ferramenta para otimizar o trabalho cotidiano.

Em relação a análise documental das legislações estaduais vigentes cumpre-se destacar a legislação cearense como uma das melhores na atuação direcionada para a redução do assédio moral entre seus servidores.

Observa-se que as legislações analisadas apresentam uma evolução bastante considerável, sobretudo nos últimos dez anos, quando a quantidade de legislações, praticamente dobrou.

Entretanto lamenta-se que em pleno século XXI, quase que a metade dos estados ainda não elaborou dispositivos de natureza específica em suas respectivas legislações, fato que pode representar um “afrouxamento” das normas provocando um sentimento de impunidade vigente no combate ao assédio moral.

Deixa-se claro que esta pesquisa não almeja ser conclusiva. Entende-se que novas pesquisas possam ser mais desenvolvidas, mas que os resultados aqui discutidos podem servir para novos estudos no campo da gestão pública.

Uma nova e potencial investigação poderia se concentrar em uma análise de eventuais condenações por assédio registradas

nos estados brasileiros, de modo a estudar o alcance punitivo das legislações vigentes.

## ■ REFERÊNCIAS

AGUIAR, Karla Shisleny de Castro; SIMÕES, Maria Adriana Mesquita Braga; GOMES, Rickardo Léo Ramos. O Assédio Moral nas Relações de Trabalho. **Revista Caribeña de las Ciencias Sociales**, v. 1, n. 10 / 2016. ISSN: 2254-7630.

BARRETO, M. M. S. **Violência, saúde e trabalho: Uma jornada de humilhações**. São Paulo: EDUC, 2008.

HELOANI, R. Assédio moral: A dignidade violada. **Aletheia**, 22,101-108. 2005. ISSN: 1981-1330.

HIRIGOYEN, M-F. **Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HIRIGOYEN, M. F. **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Todo lo que hay que saber sobre el acoso moral en el trabajo**. Barcelona: Paidós Contextos, p. 21-44, 2014.

Lei nº 15036, de 18 de novembro de 2011. **Diário Oficial do Estado**, Fortaleza.

Lei 13.314, de 15 de outubro de 2007. **Diário Oficial do Estado**, Recife.

Lei Complementar nº 116, de 11 de janeiro de 2011. **Diário Oficial do Estado**, Belo Horizonte.

Lei Complementar nº 127, de 20 de janeiro de 2015. **Diário Oficial do Estado**, João Pessoa.

Lei nº 121, de 28 de setembro de 2012. **Diário Oficial do Estado**, Manaus.

Lei nº 12250, de 09 de fevereiro de 2006. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo.

Lei nº 12561, de 12 de julho de 2006. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre.

Lei nº 1818, de 22 de abril de 2014. **Diário Oficial do Estado**, Macapá.

Lei nº 18456, de 30 de abril de 2014. **Diário Oficial do Estado**, Goiânia.

Lei nº 1860, de 10 de janeiro de 2008. **Diário Oficial do Estado**, Porto Velho.

Lei nº 2310, de 9 de outubro de 2001. **Diário Oficial do Estado**, Campo Grande.

Lei nº 2949, de 19 de abril de 2002. **Diário Oficial do Estado**, Brasília.

Lei nº 3921, de 23 de agosto de 2002. **Diário Oficial do Estado**, Rio de Janeiro.

LOGUERCIO, José Eymard; BEIRO, Nilo; MATIAS, Eduardo Surian. **Uso de WhatsApp na relação de emprego**. São Paulo: LBS Advogados, 2021. Disponível em: <<https://www.lbs.adv.br/artigo/uso-de-whatsapp-na-relacao-de-emprego>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

LOPES, Adriano Marcos Soriano; SANTOS, Solainy Beltrão dos. A prova judicial do assédio moral e sexual nas relações de trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. Belo Horizonte, v. 66, n. 101, p. 105-129, jan./jun. 2020. ISSN:0076-8855.

NOGUEIRA, Rafael Maia; NUNES, Thiago Soares; CARVALHO NETO, Antônio; FERREIRA, Raphael Rodrigues. A sistematização legislativa do assédio moral no trabalho no âmbito das administrações públicas estaduais no Brasil. **Rev. Ciênc. Admin.**, Fortaleza, Edição Comemorativa 30 anos. 2020. e-ISSN:2318-0722. DOI: 10.5020/2318-0722.2020.8011.

NUNES, T. S. **A influência da cultura organizacional na ocorrência do assédio moral no trabalho na Universidade Federal de Santa Catarina**. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2016.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; WYZYKOWSKI, Adriana; BARROS, Renato da Costa Lino de Goes e. **Assédio Moral Laboral: E Direitos Fundamentais 2**. Ed. São Paulo: LTr80, 2016. ISBN: 9788536188676.

SCHATZMAM, M. et al. Aspectos definidores do assédio moral. In: GOSDAL, T. C.; SOBOLL, L. A. (Orgs.). **Assédio Moral Interpessoal e Organizacional: Um enfoque interdisciplinar**. São Paulo: LTr, 2009. p. 17-32.

SINA, Amália. **A outra face do poder**. São Paulo: Saraiva, 2007.

VASCONCELOS, Yumara Lúcia. Assédio moral nos ambientes corporativos. **Cad. EBAPE.BR**, v. 13, nº 4, Artigo 9, Rio de Janeiro, out./dez. 2015. ISSN: 1679-3951.

VASCONCELOS, Yumara Lúcia; BERTINO, Rafaela Maria José. Limites do Poder Diretivo do Gestor nas Relações de Trabalho: Uma Análise de Casos de Assédio Moral e Profissional. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 15, n. 3 / 2020 e37184. ISSN 1981-3694. DOI 10.5902/1981369437184.

## Observatórios de cultura: construção e desafios dentro de um conceito de democracia cultural

• Sandro Luiz Cardoso Santana

### ■ 1 INTRODUÇÃO

Para o interesse do estudo proposto, inicio este estudo delineando os conceitos de cultura com os quais irei fazer uma interlocução. Dito isso, torna-se importante a identificação e compreensão dos diferentes significados e valores que ao longo dos anos foram atribuídos à palavra “cultura” e avaliar quais dessas significações ainda persistem na contemporaneidade, para quem persiste e como se dá a contraposição de ideias entre essas diferentes significações atribuídas, historicamente, ao termo.

Obviamente, é impossível dar conta da complexa multiplicidade do conceito de cultura, que nos últimos cem anos se espalhou por diversas áreas, desde campos onde o tema se mostra historicamente afim, como as artes, antropologia e sociologia, até searas como economia, administração e direito, cuja objetividade e racionalidade pareciam impor magnetismo de repulsão ao tema. Em prol da objetividade deste estudo e por limitação do número de páginas, vou me concentrar nas noções de cultura na contemporaneidade e deixo como sugestão de leitura a reflexão feita por este autor na sua tese de doutoramento a respeito dos conceitos atribuídos a palavra “cultura” ao longo dos anos (SANTANA, 2019, pp. 61-66). Em seguida, aciono as contribuições de Paul Tolila, Octavio Getino e Coelho no sentido de dialogar e traçar definições, premissas, propostas de construção e desafios identificados por estes autores para a construção de um observatório dentro de uma política pública democrática e cidadã. Por fim, teço considerações

sobre a construção de um observatório cuja missão esteja em consonância com o conceito de democracia cultural, ao invés da mera democratização de acesso aos bens produzidos pela indústria cultural e as chamadas belas-artes.

Ainda que os primeiros observatórios de cultura brasileiros remetam à década de 1980, existe uma carência de literatura e pesquisas sobre o tema. O artigo também contribui para a construção de uma bibliografia sobre um tema ainda recente, em processo de institucionalização. A metodologia utilizada é qualitativa, que emprega fundamentalmente a pesquisa e revisão bibliográfica relacionadas com a temática central e com os eixos temáticos afins. Para tanto, foram utilizados como documentos: relatórios de congressos e grupos de trabalho, pesquisas, publicações, anuários, estudos e a produção bibliográfica do próprio autor.

## ■ 2 NOÇÕES DE CULTURA NA PÓS-MODERNIDADE

Em “A Verdade Seduzida: por um conceito de cultura no Brasil”, Muniz Sodré adverte que a multiplicidade das definições do termo “cultura” acompanha a diversidade de interesses institucionais ou disciplinares (SODRÉ, 1988, p. 43). Com razão, Sodré afirma que o termo “cultura” tornou-se uma palavra metafórica, capaz de se adaptar ao uso e necessidades daqueles que a conceituam em determinado momento histórico, deslizando de modo flexível e maleável de “um contexto para outro, com significações diversas” (SODRÉ, 1983, p. 8).

É justamente esse “passe livre” conceitual que universaliza discursivamente o termo, fazendo de sua significação social a classe de todos os significados. A partir dessa operação, cultura passa a demarcar fronteiras, a estabelecer categorias de pensamento, a justificar as mais diversas ações e atitudes, a instaurar doutrinariamente o racismo e a se substancializar, ocultando a arbitrariedade histórica de sua invenção. (SODRÉ, 1983, p. 8).

Segundo Stuart Hall (1997), após a segunda metade do século XX assistiu-se, no mundo ocidental e posteriormente em escala global, ainda que de forma irregular, uma “revolução cultural”. Esta revolução, alavancada por uma cultura fortemente midiaticizada, desloca o campo cultural de um ponto secundário para um papel central na vida social e torna-o cada vez mais penetrante em campos onde sempre teve pouca influência, como a política e a economia. Hall defende que a emergência deste papel central da cultura se evidencia em duas esferas, tanto no campo material quanto da produção simbólica.

A primeira esfera, chamada por ele de centralidade substantiva, é “o lugar da cultura na estrutura empírica real e na organização das atividades, instituições, e relações culturais na sociedade, em qualquer momento histórico particular” (HALL, 1997, p. 16). Esta centralidade está vinculada à importância auferida a onipresente indústria cultural e à compressão tempo-espaço imposta pelo desenvolvimento tecnológico, o que acelera as trocas culturais, num espaço que se comprime e tempo que se acelera. Estas transformações interferem na vida cotidiana dos indivíduos e nas relações destes com a coletividade, influenciando seu modo de agir, pensar e de interagir com culturas diferentes, o que propiciaria o surgimento de uma cultura global. Neste ponto, o autor jamaicano propõe um olhar diferente daqueles teóricos que advertem sobre a inevitabilidade da homogeneização cultural e “mcdonaldização da sociedade” (RITZER, 1995) em tempos de globalização e desenvolvimento acelerado das tecnologias de informação.

Numa visão bem otimista, Hall vê na globalização a formação de uma identidade cultural que dilui fronteiras e integra culturas diferentes em torno da formação daquilo que seria uma cultura global, que não só não aniquila os traços característicos de um “local”, como também propõe formações identitárias alternativas ao binarismo das relações estabelecidas, novo *versus* velho, oriente *versus* ocidente, negro *versus* branco.

A globalização se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço – tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado. A globalização implica um movimento de distanciamento da ideia sociológica clássica da sociedade como um sistema bem delimitado e sua substituição por uma perspectiva que se concentra na forma como a vida social está ordenada ao longo do tempo e do espaço. (HALL, 2000, p. 75).

Com a centralidade epistemológica, definida como a “posição da cultura em relação às questões de conhecimento e conceitualização, em como a cultura é usada para transformar nossa compreensão, explicação e modelos teóricos do mundo” (HALL, 1997, p. 16), Hall traz o conceito de virada cultural e defende que as dimensões simbólicas e materiais não podem ser separadas e a nossa compreensão das práticas sociais depende dos discursos e significados que a constituem. Esta virada da cultura não pleiteia, segundo o autor, um lugar de disputa de hegemonia, mas sim uma centralidade que refuta binaridades, onde o centro não é visto como um lugar propagador para periferias que o recebem passivamente. O autor percebe esta centralidade como um local de tensões, onde o campo cultural não está acima dos demais, mas sim mantendo uma relação de interlocução e interpenetração com os campos político e econômico. Ao contrário, a cultura permeia os campos supracitados e a virada cultural a desloca para uma dimensão importante nesta análise.

Assim, este deslocamento posiciona a cultura num local de extrema importância e se torna imprescindível regular as práticas culturais de toda uma sociedade. Diante deste problema, ao invés de respostas, Hall propõe duas interrogações: 1) como a esfera cultural é controlada e regulada? 2) quais destas questões de

regulação cultural têm a possibilidade de se destacar como marcos de mudança, ruptura e debate no próximo século?

Sem apresentar respostas definitivas, o autor aponta para a regulação enquanto campo de tensões, onde mercado, Estado, economia, poder político e social interferem reciprocamente “impondo limites e exercendo pressões sobre o outro, mas nenhum deles tendo força o bastante para definir em detalhes o funcionamento dos demais” (HALL, 1997, p. 35).

Para Robert Kurz, esta centralidade da cultura apontada pelos teóricos dos estudos culturais, que tem em Hall sua voz mais otimista, é mais resultado de um discurso de uma crítica social “indigna deste nome”, que abandonou a crítica séria “do mercado, do dinheiro e do fetichismo da mercadoria como economismo antiquado e infrutífero” (KURZ, 1998, p. 3). O autor defende que a esquerda pós-moderna tornou-se “culturalista” e, assim como havia abandonado a economia ao refugiar-se na política, agora, aninhou-se no campo cultural. Não sem razão, Kurz adverte que nada escapa ao olhar zeloso da economia totalitária e a sua lógica de maximização dos lucros, radar do qual também não consegue se esquivar a cultura.

A esquerda pós-moderna tornou-se, sob todos os aspectos, “culturalista” e imagina-se, com toda seriedade, capaz de atuar “subversivamente” no âmbito da arte, da cultura de massas, da mídia e da teoria da comunicação, enquanto deixa praticamente de lado a economia capitalista e a menciona somente de passagem, com evidente enfado. Mas sejam quais forem as esferas sociais em que se refugia uma esquerda de pouca voz, a economia capitalista está sempre presente e lhe acena com um sorriso irônico (KURZ, 1998, p. 3).

O filósofo alemão traça um cenário de degradação para a cultura, que vai se acentuando em quatro momentos diferentes.

O primeiro deles seria na Modernidade, quando a cultura se desvincula das demais esferas da vida, a cultura é um *hobby*, uma atividade para o tempo livre, quase sempre associada às artes e à erudição. Uma atividade “supraeconômica”, que é utilizada como marca de distinção, bom gosto, vinculada ao que Lukács chamou de “velha cultura”, a cultura desprovida de qualquer relação com o sustento e que, portanto, só as classes dominantes poderiam exercer (LUKÁCS, 2005, Online).

A segunda degradação da cultura se dá quando os produtos culturais são submetidos à racionalidade empresarial. Se por um lado, a lógica do capital suprime os privilégios de casta e elimina também os privilégios culturais da sociedade de castas (LUKÁCS, 2005, Online), por outro, industrializa a cultura, que já se encontra no “estágio formal” de submissão ao capital, à “lógica da compra e venda do dinheiro” (KURZ, 1998, p. 3). Naquele momento, início do século XX, a reprodução material se estende às configurações imateriais da vida, o que leva, incontornavelmente, à lógica da maximização dos lucros e à racionalidade econômica ao campo cultural.

No decorrer do século XX a cultura atinge o “estágio real” de submissão ao capital, quando este não mais se contenta apenas em gerar mais valia com a produção imaterial e passa a ser um critério para esta produção. O mercado não é mais apenas o agente da circulação de bens culturais, mas a partir de então domina todo o processo de reprodução. Esta é a terceira degradação da cultura.

Arte e cultura de massas, ciência e esporte, religião e erotismo cresceram de produção como carros, geladeiras ou sabões em pó. Com isso, os produtores culturais também perderam sua “autonomia relativa”. A produção de canções e romances, de descobertas científicas e reflexões teóricas, de filmes, quadros e sinfonias, de eventos esportivos e espirituais só podia ocorrer como produção de capital (mais-valia) (KURZ, 1998, p. 3-4).

No entanto, Kurz adverte que a prosperidade alcançada após o fim da Segunda Guerra Mundial aliada à “cultura do Keynesianismo”<sup>34</sup> criou um amortecedor social que, em muitos países, protegeu parte da cultura contra o impacto devastador da economia. Ainda que a subvenção estatal tenha imposto limites à autonomia dos bens culturais, este financiamento estava aberto a críticas e discussões públicas, pois era possível negociar com funcionários e políticos, mas não com as leis do mercado. Este período se estendeu até a nova crise mundial e a ascensão do neoliberalismo, na década de 1980.

Por meio da “cultura do keynesianismo” uma parte da produção cultural dependeu apenas indiretamente da lógica do dinheiro. Enquanto emissoras de rádio e televisão, universidades e galerias, projetos artísticos e teóricos eram subsidiados ou dirigidos pelo Estado, não era preciso submeter-se diretamente aos critérios empresariais; havia um certo campo de ação para a reflexão crítica, os experimentos e as “artes improdutivas” minoritárias, sem que os ameaçasse as sanções materiais (KURZ, 1998, p. 4).

Para Kurz, a ascensão neoliberal e o fim do keynesianismo abalaram fortemente a cultura, que se viu privada dos seus meios de financiamento sem as exigências tirânicas do mercado. Os incentivos estatais protagonizam as discussões em torno do financiamento da cultura e as leis do mercado tornam-se, definitivamente, os únicos parâmetros que legitimam o investimento de recursos estatais, através da renúncia fiscal, em bens culturais. Essa é a quarta degradação da cultura.

Não há mais direitos sociais e civis, mas apenas o arbítrio caritativo dos ganhadores do mercado. Os produtores culturais veem-se expostos aos humores pessoais dos rajás

---

34 Para saber mais sobre o Keynesianismo ver KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

do capital e dos mandarins da administração, para cujas esposas eles devem servir de hobby e passatempo. Como os bobos da corte e os serviçais da Idade Média, eles são obrigados a portar os emblemas de seus senhores, a fim de serem úteis ao marketing. (KURZ, 1998, p. 4).

Ao analisar as transformações das políticas culturais na contemporaneidade, tendo como parâmetro as ideias no campo das Humanidades, portanto, as transformações dos conceitos de cultura, Teixeira Coelho (COELHO, 2007, p. 10) defende que não bastam medidas isoladas em favor da cultura ou que se sirvam da cultura. É necessário um procedimento sistêmico que contemple as questões que pautaram os debates nos seminários e fóruns internacionais desde a década de 1980 e foram temas protagonistas na elaboração de documentos assinados pelas organizações que representam as sociedades dos Estados e blocos continentais na década seguinte. O autor explica que este sistema deve tomar como pilares sete tópicos: 1. Direitos culturais; 2. Diversidade cultural; 3. Sociedade civil; 4. Centralidade da cultura; 5. Sustentabilidade da cultura; 6. Conectividade. 7. Inovação. No cerne destas questões estão o desenvolvimento humano e o rompimento com os vetores que inspiraram as tradicionais políticas culturais. “Embebidas de passado e nutridas pela nostalgia” (COELHO, 2007 P. 10), estas políticas culturais baseadas no patrimonialismo se assentam em conceitos como nação, identidade, povo, classe social e já não respondem aos anseios e ao imaginário do século XXI. O sistema proposto por Teixeira Coelho criaria as condições

[...] para que sempre que se fale em desenvolvimento se pense em desenvolvimento humano, com sua consequência que é o desenvolvimento econômico, e se criem de fato as condições para implementar um e outro (COELHO, 2007, p. 11).

A política cultural proposta por este sistema deve ser uma ferramenta para o rompimento com o *habitus* cultural (BOURDIEU, 2007) e a fixidez, travestidos no discurso politicamente correto, e a domesticação da cultura, que instrumentaliza o bem cultural em favor da manutenção de um tecido social e de um discurso de combate à violência e promoção do desenvolvimento social (COELHO, 2008, p. 10). O autor adverte que a cultura só poderá exercer sua função de “alavanca da governabilidade laica, republicana, e de uma qualidade de vida que preserve o mundo” (COELHO, 2008, p. 12) enquanto não for cerceada sua rede de paradoxos, contraditórios, pontos cegos e negatividades. Uma política cultural não pode prescindir de uma dimensão da cultura pela cultura, dimensão esta que não pode ser quantificada, nem mensurada. Como uma esfera transcendental que não precisa, necessariamente, prestar contas em relação a um retorno econômico ou social.

No seu artigo “Políticas culturais e crise de desenvolvimento”, Canclini define políticas culturais enquanto.

O conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, pelas instituições civis e pelos grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social. (CANCLINI, 2019, p. 56).

Ao enfatizar o desenvolvimento simbólico e a satisfação das necessidades culturais da população, Canclini propõe um noção de cultura e política cultural dentro do conceito de democracia cultural desenvolvido pelo autor, em detrimento da noção de democratização da cultura, historicamente, em voga nos países latino-americanos. Para Canclini, o paradigma condutor da ideia de democratização da cultura concebe a política cultural enquanto um programa de difusão da arte, do conhecimento científico e das demais formas de cultura estabelecida. (CANCLINI, 1987, p. 46-49).

Já o conceito de democracia cultural vai além da mera distribuição de bens culturais da chamada “alta cultura”, e alarga a noção de cultura. Assim, a cultura deixa de ser a difusão da produção cultural das elites e reconhece não só os fazeres e saberes populares, como também os seus processos de criação. Ademais, esta concepção de política cultural também pensa a cultura enquanto processo de criação, fruição, acesso e poder de decisão em relação à destinação destes recursos.

### ■ 3 OBSERVATÓRIOS CULTURAIS: MODELOS, DESAFIOS E PROPOSTAS

Como afirma Clarissa Semensato, no artigo “O surgimento dos observatórios de Cultura e de Políticas Culturais: Reflexões iniciais para construção de tipologias”, apesar da disseminação no final do século passado, ainda são poucos os estudos sobre os observatórios e mais raros ainda os que têm como objeto observatórios latino-americanos (SEMENSATO, 2015, p. 57). Na sua dissertação de mestrado, uma das poucas pesquisas de folego sobre o tema, Selma Silva define o observatório de cultura enquanto “dispositivo de informação, típico da sociedade contemporânea, que se apropria de metodologias e teorias interdisciplinares para acompanhar e compreender o campo cultural” (SILVA, 2016, p. 6). Como ponto de partida, este conceito nos ajuda a dar uma ideia da atualidade e importância da produção crítica de um observatório que reivindique este nome. A pesquisa de Silva, que, como reconhece a própria autora, se inspira nos estudos da espanhola Cristina Ortega Nuere, traça uma genealogia e aponta alguns caminhos para a identificação e metodologias dos observatórios no Brasil. Já num primeiro momento, ela cita a premissa básica da pesquisa de Nuere ao identificar um observatório: a publicização de dados e a comunicação com a sociedade. Ou seja, um observatório que reivindique este título deve ser um produto da sociedade da informação e fazer uso das tecnologias para a publicização das

suas análises, bibliotecas, pesquisas e base de dados e indicadores (ORTEGA NUERE apud SILVA, 2016, p. 28).

No seu estudo, fica evidente a deficiência de uma bibliografia que dê conta de conceitos ou definições, mas que se concentra na diferenciação de modelos. Para isso, Silva cita autores (PHÉLAN, LACAILLE, LACROIX, 2007; ALBORNOZ, HERSCHMANN, 2006, 2008; BELAEN, 2009; ORTEGA NUERE, 2010 apud SILVA, 2016) que dividem os observatórios de cultura em dois modelos: fiscal e *think tank*.

Embora haja uma grande variedade e riqueza de observatórios de informação, comunicação e cultura é possível dividi-los em dois conjuntos, com os seguintes enfoques básicos: um primeiro grupo, em que os observatórios são concebidos como espaços articuladores da cidadania a partir do qual pode-se monitorar o funcionamento dos meios de comunicação (“observatório fiscal”) e, outro, em que são considerados como novos organismos que colaboram através de suas intervenções e reflexões na formulação de políticas públicas (“observatório *think tank*”). (ALBORNOZ; HERSCHMANN, 2006, p. 5).

Para os objetivos deste artigo, que já traz no seu título uma proposta conceitual de política pública para a cultura dentro de uma noção de democracia cultural, é mais interessante nos concentrarmos nos estudos propositivos, que apontam as atividades e funções imprescindíveis à instituição. Enfim, os desafios que serão enfrentados para o desenvolvimento de um observatório independente, com agenda própria e um modelo que dê conta da sua produção crítica e de retornos para a sociedade civil, “por exemplo, processos de análise, observação, avaliação, formação e disseminação de certa ‘informação cultural’ ou informação para o campo cultural” (SILVA, 2016, p. 37). Dentro deste paradigma, aciono pensadores como Paul Tolila, Teixeira Coelho e Octavio

Getino, cuja experiência teórica se coaduna à vivência enquanto gestores de observatórios e instituições culturais.

Paul Tolila defende que os observatórios culturais devem ser independentes, com estrutura organizacional, produção e orçamento contínuo, que assegure as suas atividades de forma crítica. Ou seja, cujo financiamento e manutenção não estejam à mercê dos interesses nem das intempéries ideológicas decorrentes da geografia do poder e do capital. O autor coloca como pedra angular desta construção “uma estrutura de observação democraticamente digna de crédito e metodologicamente confiável”.

A criação de um observatório de desenvolvimento cultural é, nesse sentido, um meio poderoso para que a cultura e as políticas públicas culturais entrem no domínio não-contestável das estratégias a serviço de um desenvolvimento nacional e internacional real, contínuo e sólido, tanto no plano dos governos como naquele dos cidadãos (TOLILA, 2007, p. 36).

Teixeira Coelho, idealizador do Observatório de Políticas Culturais da ECA/USP, criado no final da década de 1980, e consultor do Observatório Itaú Cultural, adverte que “a observação afeta o observado”. O autor explica que “observar, entender o que está sendo observado, perceber o efeito que a observação provoca, aceitar afetar, buscar afetar” (COELHO, 2017, Online) são enfrentamentos básicos de um observatório cultural e que a premissa básica para entender o que observa é o primeiro desafio a ser enfrentado.

Para entender o que observa – um fato de cultura ou de política cultural –, um observatório deve ser capaz, primeiro desafio, de entender a dinâmica cultural geral em que se inscreve o fato observado – antes de observá-lo. E nunca o observar como suposto fato isolado. Essa dinâmica é global, nacional e local. Um fato cultural ou de política cultural relaciona-se a outros na horizontal (como

os termos de um discurso formado por associação de uma série de outros fatos) e na vertical (como superposição de estratos diretamente conectados por uma relação de causalidade ou não) (COELHO, 2017, Online).

No mesmo texto, Coelho enumera mais três desafios a serem enfrentados por um observatório e que, levando em consideração o objeto deste estudo e a imprescindibilidade da voz de um autor cuja experiência teórica e empírica no campo cultural, de um modo geral, e na gestão de observatórios culturais, mais especificamente, iremos elencar. O segundo desafio apontado pelo autor reside em identificar os antecedentes de um fato cultural e, a partir daí, gerar um sistema sobre o qual desenhar um mapa do que será observado.

Antes de começar a atuar, um observatório deve entender que a cultura, sobretudo no que diz respeito à sua produção física (e econômica), aspecto habitualmente mais examinado, é um sistema em que cada componente ocupa um lugar, embora nem sempre necessário. Cada modo cultural tem seu sistema de produção, semelhante aos demais, mas com aspectos próprios, e esse sistema relaciona-se com outros na horizontal e na vertical. O capital cultural do observatório, sua capacidade de *data crushing*, de minerar e entender os dados, além de sua condição econômica para atuar, irão definir a quantidade de modos culturais que pode abarcar (COELHO, Online).

O terceiro desafio pode ser resumido na seguinte frase: “sem análise qualitativa, um observatório não propõe muita coisa”. Com isto o autor nos diz que é preciso estar preparado para observar o objeto. Ainda que o inesperado sempre pode surgir, devemos estar munidos para “ir a campo”. É fundamental que a sua equipe seja qualificada, seja do “ramo”. Entenda e vivencie os processos culturais.

O objetivo de um observatório é aumentar o repertório do que se sabe sobre o observado. Essa ampliação não deriva

da simples observação: resulta da observação refletida e preparada, i.e., embasada no entendimento de um processo e de seu sistema (COELHO, 2017, Online).

O quarto e último desafio enumerado pelo pesquisador é o da temporalidade: “um observatório tem de existir e persistir no tempo”. Não sem razão, Coelho se mostra cético em relação a esta capacidade ao levar em consideração a instabilidade e fragilidade das políticas públicas para a cultura desenvolvidas no Brasil.

Os efeitos de uma política cultural levam ainda mais tempo para se mostrar. Uma geração, às vezes. O observatório estará lá para registrá-la, suportará a pressão para apresentar logo quaisquer dados? Uma política voltada para o aumento do público de exposições de arte: depois de quanto tempo surtirá efeito e fornecerá uma fotografia confiável? Questão preliminar: sabem os observatórios culturais, e institutos que levantam dados culturais esparsos, o que é “público de cultura”? Quase sempre, não. Quando sabem, por razões imediatistas preferem fazer de conta que não, outro modo de promover a mentira, hoje dita pós-verdade (COELHO, 2017, Online).

Para encararmos os desafios apontados por Teixeira Coelho, o cineasta e pesquisador argentino Octavio Getino adverte que não se trata de apenas analisar a incidência de segmentos ou indicadores isolados de um setor cultural, mas sim estar atentos a processos recentes, que mesmo “com escassos resultados legitimados”, ainda assim, exigem um esforço epistemológico que contribuam para atualização e redefinição das políticas culturais na América Latina.

O que se impõe é a observação e a análise da evolução do conjunto dos mesmos, integrado também pelas diferentes atividades artísticas e serviços culturais. Um conjunto que caracterizamos como sistema de relações sinérgicas,

cuja importância estratégica está cada vez mais fora de questionamento. O que falta é apenas dimensionar seu real impacto, algumas vezes determinante, na formação da economia, da cultura, da democracia e do desenvolvimento das nações. (GETINO, 2007, p. 44).

#### ■ 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto nos parágrafos anteriores, podemos tecer algumas considerações levando em conta o objetivo deste artigo: refletir acerca da construção e desenvolvimento de um observatório cultural que tenha como propósito o compromisso com a produção crítica e o aperfeiçoamento da política cultural em consonância com o conceito de democracia cultural. Tendo em vista que o observatório proposto se insere numa política pública cujas bases se assentam na democracia e cidadania, é prudente estabelecer, primeiramente, a sua missão, aquilo que se quer observar. Afinal, quando se observa a tudo, na verdade, nos tornamos reféns de uma miopia que nos torna incapazes de identificar um objeto que esteja um palmo à frente da nossa visão.

Definido o conceito de gestão cultural – democracia cultural –, seguindo os aconselhamentos de Tolila (2007) e Coelho (2017), um observatório deve ser independente, o que torna inegociável a necessidade de uma estrutura e orçamento contínuo. A sua estrutura organizacional não pode estar submetida a outros órgãos. Deve ter total independência para criar sua agenda, estabelecer sua metodologia, compor uma equipe qualificada e publicizar seus dados sem mediações exteriores. Só assim poderá visualizar e propor estratégias de enfrentamento dos gargalos e de concentrações de recursos e o aperfeiçoamento de editais e ações culturais. Sem isso, não passará de um mero centro de levantamento e monitoramento de dados, criação de formulários e tabelas inócuas, a serviço de interesses que, na sua gênese, deveria combater.

Ainda que a cultura tenha atingido uma centralidade nos discursos e programas políticos (HALL, 1997), o seu protagonismo

se resume às efemérides e enquanto instrumento de venda de produtos e de modos de vida estandardizados pela indústria cultural. Como afirmou o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, em nossa era líquida, a cultura tornou-se um produto da moda, “uma gigantesca loja de departamentos com prateleiras cheias das mais variadas das ofertas”. Neste contexto, um observatório que reivindique este título deve ser independente na sua pauta e, sobretudo, nos processos de análise, observação e avaliação. Ele deve ir além do “fato cultural” e estar atento e crítico às consequências de “políticas culturais”, indignas deste nome, que confundem conceitos, seja por má-fé ou orgulho da sua ignorância, e se amparam na “inércia burocrática” (CANCLINI, 1995, p. 247). Não sem razão, a inércia burocrática torna-se um dos principais dispositivos usados pelos governos pseudodemocráticos, como método e justificativa. Este “vetor” de violação dos mais caros princípios democráticos, ao tratar os diferentes como iguais e transformar o que era pra ser um meio em um fim, torna o campo da cultura um espaço fértil para a disseminação do clientelismo, do patrimonialismo (confunde o público com o privado), das relações de compadrio e de bajuladores.

Por fim, sem instituições culturais, ainda assim, em maior ou menor grau e sofisticação, os artistas continuarão produzindo. Um observatório cultural democrático e cidadão não pode perder isso de vista. Caso contrário, se torna apenas um instrumento de tergiversação, tentando legitimar procedimentos autoritários e ações culturais desprovidas de qualquer meta, diretriz ou planejamento a médio e longo prazo.

## ■ REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, L. A.; Herschmann, M. Os observatórios ibero-americanos de informação, comunicação e cultura: balanço de uma breve trajetória. *E-Compós*, 7, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.30962/ec.102>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BANCO de dados: Do inerte cultural à cultura da vida, pp. 217-22. In: **Políticas culturais para o desenvolvimento: Uma base de dados para a cultura**. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: Crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2007.

CANCLINI, Néstor. **Consumidores e cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

COELHO, Teixeira. **A cultura e seu contrário: Cultura, arte e política pós-2001**. São Paulo: Iluminuras: Itáú Cultural, 2008.

DESAFIOS de um observatório cultural. **Observatório Itáú Cultural – 10 anos**. Disponível em: <[http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2017/02/Teixeira-Desafios\\_Observat%C3%B3rio.pdf](http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2017/02/Teixeira-Desafios_Observat%C3%B3rio.pdf)>. 2017. Acesso em: 25 maio 2021.

GETINO, Octavio. Experiências de alguns observatórios culturais: Para a melhoria das políticas de Desenvolvimento do setor cultural. **Revista Observatório Itáú Cultural**, Num.1, São Paulo: Itáú Cultural, pp. 43-52, jan./abr. 2007.

HALL, Stuart. A Centralidade da cultura: Notas sobre revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p.15-45, 1997.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

KURZ, Robert. Cultura Degradada. **Folha de S. Paulo**. Caderno Mais!, pp. 3-5, SP. 15 de março de 1998.

LUKÁCS, György. **Velha e nova cultura**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lukacs/1920/mes/cultura.htm>>. 2005. Artigo publicado originalmente em 1920, na **Revista Kommunismus**, nº 43. Acesso em: 25 maio 2021.

OBSERVATÓRIO ITÁÚ CULTURAL. A experiência internacional e a criação do Observatório Itáú Cultural. **Revista Observatório Itáú Cultural**, Núm. 1, São Paulo: Itáú Cultural, pp. 19- 28, jan./abr. 2007.

POLÍTICA cultural: Conceito, trajetória e reflexões. EDUFBA, 2019.

**Políticas culturales en America Latina**. Cidade do México: Editorial Grijalbo, 1987. Disponível Em: <<https://antroporecursos.files.wordpress.com/2009/03/garcia-canclini-n-bruner-j-j-y-otros-1987-politicas-culturales-en-america-latina.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2021.

POLÍTICA cultural em nova chave, pp. 9-23. In: **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 3 (set./dez. 2007) – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2007.

RITZER, George. S. d. **La Mcdonaldizacion de la sociedad**. Madri: Editorial Popular, 1995.

SANTANA, Sandro. **Das Leis de Incentivo ao Fundo Setorial do Audiovisual**: Uma análise das políticas públicas para o audiovisual no Brasil (2000-2015), Tese de doutorado, Pós-Cultura – Universidade Federal da Bahia, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/29757>>. Acesso em: 25 maio 2021.

SEMENSATO, Clarissa Guajardo. O surgimento dos Observatórios de Cultura e de Políticas Culturais: reflexões iniciais para políticas de tipologias. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura**. Rio de Janeiro, n.8, 2015, pp. 55-66. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/pragmatizes/>>. Acesso em: 25 maio 2021.

SILVA, Selma Cristina da. **Observatórios culturais no Brasil**: genealogia, práticas e contribuições ao campo cultural. 2016. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/D.27.2017.tde-15022017-160014.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida**: Por um conceito de cultura no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

TOLILA, Paul. Observatório Cultural: Ferramenta democrática de ação política. **Revista Observatório Itaú Cultural** – n. 1 (jan./abr. 2007) – São Paulo: Itaú Cultural, pp. 34-42, 2007.

## **Política estadual de resíduos sólidos no Estado do Ceará e a inclusão socioprodutiva de catadores(as): a experiência da secretaria das cidades**

- Suzana Pinho Lima Machado
- Adryane Marques Moraes
- Vanessa Luana Oliveira Lima

### **■ 1 INTRODUÇÃO**

A crescente taxa de geração de resíduos sólidos é um dos problemas mais agravantes da sociedade contemporânea, notadamente em função do crescimento urbano desordenado, reforçado pelo acentuado consumo popularizado pela globalização da economia. O reconhecimento dos distúrbios ambientais e das questões sociais associadas à destinação inadequada do material descartado pela sociedade levantou a necessidade da regularização dos serviços relacionados aos resíduos sólidos no Brasil.

Constitucionalmente, é de competência do poder público municipal o gerenciamento dos resíduos sólidos domiciliares e públicos produzidos em suas cidades. No entanto, a falta de equipe técnica capacitada para a gestão e operação dos serviços básicos de coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos (RSU) e a escassez de recursos financeiros para atender às demandas do setor contribuem para a enorme deficiência nessa esfera, especialmente em pequenos municípios.

Outros fatores relevantes à deficiência na gestão desse setor, em geral, são: ausência de cobrança pelos serviços prestados, baixa prioridade das administrações públicas municipais para o assunto,

inexistência de instalações adequadas ao correto gerenciamento desses resíduos e ausência de programas continuados de educação ambiental junto à população.

O Governo do Estado do Ceará tem reconhecido que os investimentos para a solução de problemas dessa magnitude estão acima da capacidade das gestões municipais e, por esse motivo, vem desenvolvendo ações com o objetivo de definir estratégias adequadas à gestão e gerenciamento de resíduos sólidos em seu território, de modo a reparar os impactos negativos causados pelo mau gerenciamento dos produtos descartados *in natura* no meio ambiente.

Nesse sentido, uma das estratégias da atual gestão do Governo Estadual, que em 2016 efetivou a atualização da Política Estadual de Resíduos Sólidos e a promoveu a elaboração do respectivo Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), tem sido desenvolver uma série de ações relacionadas ao planejamento regionalizado de gestão do material produzido no final da cadeia de consumo no Ceará, inclusive com financiamento de projetos que objetivam a gestão integrada de resíduos sólidos em regiões estratégicas do estado, propiciando as condições mínimas para o atendimento das Metas (Indicadores) estabelecidas no PERS.

Atualmente, o Estado trabalha a gestão dos resíduos através da constituição legal de 21 consórcios públicos para o manejo dos resíduos sólidos, contemplando 163 dos 184 municípios cearenses.

Com atribuições específicas, a Secretaria das Cidades (SCIDADES) desenvolve ações para implementar a política estadual de resíduos prestando serviços de apoio institucional a estes consórcios, subsidiando a elaboração e implantação de projetos de engenharia para soluções consorciadas de destinação adequada de resíduos e seus respectivos estudos ambientais, abrangendo também a inclusão de catadores de materiais recicláveis.

Considerando que o PERS tem como um de seus objetivos “Incluir os catadores de materiais recicláveis na responsabilidade

compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e capacitação continuada para gestão de resíduos sólidos” e estabelece ainda a “Emancipação socioeconômica dos catadores que, eventualmente, estejam nos lixões” e a “Coleta seletiva pública com inclusão de catadores implantada e em operação” como metas a serem alcançadas progressivamente no estado, o presente trabalho objetiva demonstrar as ações que vem sendo desenvolvidas para contribuir no atendimento desses indicadores sociais no âmbito do Programa Cidades do Ceará II - Vale do Acaraú e Vale do Jaguaribe da SCIDADES, que abrangem os Consórcios de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Sobral (CGIRS-RMS) e da Região do Vale do Jaguaribe (CGIRS-VJ), totalizando 31 municípios no escopo do estudo.

Tendo em vista a importante contribuição do Governo do Estado com a implantação de medidas estruturais e estruturantes no setor de resíduos sólidos em ambas as regiões citadas, através da análise de documentos e relatórios produzidos no contexto do Programa, serão avaliados os números relativos à quantidade de catadores de materiais recicláveis identificados nos municípios contemplados e o quantitativo de catadores beneficiados por meio das ações de inclusão socioproductiva desenvolvidas para o público durante o projeto.

## ■ 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O marco regulatório do setor de resíduos sólidos para o Brasil se deu no ano de 2010, quando houve a promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A Lei 12.305/2010 admitiu a distinção entre resíduos e rejeitos e introduziu conceitos e ferramentas inovadoras para o setor, dentre as quais: acordos setoriais, responsabilidade compartilhada, logística reversa, coleta seletiva, planos de resíduos sólidos, Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - Sinir, entre outros.

A PNRS define em seu Art. 3º a gestão integrada de resíduos sólidos como um “conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2010).

No entanto, a realidade da escassez de recursos e áreas acessíveis para a implantação de estruturas que permitam a destinação ambiental e economicamente vantajosa desses resíduos, dificulta a aplicação das normas atualmente vigentes no País para o setor de resíduos sólidos.

No ano de 2010 o Estado ainda não apresentava um plano estadual para a gestão integrada de resíduos sólidos, conforme a Lei Nº 12.305/2010 exigia, tornando-se essa questão prioridade na agenda do governo estadual. Ademais, a atualização da Política Estadual de Resíduos Sólidos do Ceará e dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos, como também a revisão de projetos existentes, tornara-se imprescindível para que atendessem às exigências da nova política nacional de resíduos.

Nesse contexto, através da Lei nº 16.032/2016 foi atualizada a Política Estadual à luz da lei nacional, inclusive com iniciativas avançadas de consorciamento de seus municípios, e posteriormente elaborado o Plano Estadual de Resíduos Sólidos – PERS, o qual prevê ações para alcance de Metas (Indicadores) em um período de 20 (vinte) anos, e atualizações periódicas de quatro anos (CEARÁ, 2016; SEMA, 2016).

**Tabela 1:** Metas do Plano Estadual de Resíduos Sólidos (SEMA, 2016).

| Meta (Indicador)  | Curto prazo | Médio Prazo | Longo Prazo |
|---|-------------|-------------|-------------|
|   | até 2020    | 2021 a 2028 | 2029 a 2046 |
| Disposição final ambientalmente adequada de rejeitos (% de municípios)  | 20%         | 40%         | 100%        |
| Áreas de lixões encerrados ambientalmente recuperadas (% de municípios)   | -           | 20%         | 100%        |
| “Lixões” encerrados (% municípios)  | 20%         | 40%         | 100%        |
| Emancipação socioeconômica dos catadores que, eventualmente, estejam nos lixões (% municípios)                                    | 50%         | 100%        | 100%        |
| Coleta seletiva pública com inclusão de catadores implantada e em operação (% municípios)   | 15%         | 75%         | 100%        |
| Coleta seletiva nos órgãos públicos do estado com doação dos materiais recicláveis aos catadores (% de órgãos públicos estaduais) | 20%         | 40%         | 100%        |
| Ecopontos implantados nos municípios do Estado (% de municípios)  | 20%         | 40%         | 100%        |
| Centrais de triagem de materiais recicláveis implantados nos municípios do Estado (% de municípios)                               | 15%         | 40%         | 100%        |

**Fonte:** PERS, 2016.

Desde 2016, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado - Sema, responsável pelo planejamento das ações necessárias ao cumprimento da Política de Resíduos no Ceará, tem incentivado a adoção de práticas denominadas “políticas pré-aterro”, as quais consistem em reduzir ao máximo o volume de resíduos a ser enviado para a destinação final.

Nesse sentido, alinhada à política estadual, a Sema contratou estudos para elaboração dos Planos de Coletas Seletivas Múltiplas, os quais se baseiam em modelos tecnológicos de economia circular para a implantação de sistemas regionais de gestão que reúnem um conjunto de operações e áreas específicas de manejo para diferentes tipos de resíduos, incluindo os recicláveis.

Além disso, em 2017, o Decreto Estadual N° 32.483 estabeleceu a garantia de recursos financeiros oriundos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS estadual para apoiar as gestões municipais na implementação dos referidos planos. Através da avaliação anual do Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente – IQM, o estado verifica o atendimento aos requisitos estabelecidos em instrumento específico e qualifica os municípios a receberem os recursos a serem aplicados na gestão municipal de resíduos sólidos no ano subsequente.

Para os municípios localizados nas regiões do Vale do Acaraú e Vale do Jaguaribe, os Planos de Coletas Seletivas Múltiplas foram adequados aos sistemas em implantação pelo Programa Cidades do Ceará II, tendo sido levados em consideração no cumprimento dos planos elaborados no sentido de incrementarem os índices de reciclagem das duas regiões.

Ademais, conforme previsto nas Políticas Nacional e Estadual, o atual governo tem adotado medidas para a inclusão socioeconômica dos catadores de recicláveis, a exemplo do Programa Auxílio Catador, estabelecido pela Lei N° 17.377/2020, incentivando a categoria a se organizar em associações e/ou cooperativas para que, através destas, possam ser recompensados pela prestação dos serviços ambientais prestados.

Através do Programa Cidades II, a Secretaria das Cidades também tem contribuído para a efetivação da política de resíduos no estado, tanto com a implantação de estruturas físicas necessárias ao manejo adequado de resíduos (medidas estruturais), quanto com a contratação de consultorias para auxiliar no planejamento

das ações, na sensibilização e capacitação dos atores envolvidos nos diferentes processos de gestão integrada de resíduos, especialmente a classe de catadores de materiais recicláveis, conforme discussão e resultados demonstrados a seguir.

### ■ 3 METODOLOGIA

O trabalho baseou-se na pesquisa documental de leis, decretos relacionados às Políticas Nacional e Estadual de Saneamento Básico e de Resíduos Sólidos, e na consulta aos relatórios de execução das atividades da Unidade de Gerenciamento do Projeto de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais – Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II) e da Célula de Resíduos Sólidos (Ceres) da Coordenadoria de Saneamento (Cosan) da SCIDADES.

### ■ 4 DISCUSSÃO

No ano de 2013 o Governo do Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) firmaram o Contrato de Empréstimo nº 2826/OC-BR (BR-L1176) para executar o Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais – Vale do Jaguaribe/ Vale do Acaraú - Programa Cidades do Ceará II. A SCIDADES foi definida como Órgão Executor do Programa por meio da Unidade de Gerenciamento do Projeto de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais – Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II), instituída por meio do Decreto Estadual nº 30.598, de 14 de julho de 2011, alterado pelo Decreto Estadual nº 31.322, de 31 de outubro de 2013, que redenominou as Unidades de Gerenciamento de Projetos da SCIDADES.

Dentre as ações contempladas no Componente de Melhoria da Infraestrutura Urbana (Obras) foram definidas, dentre outras, ações relacionadas a gestão de resíduos sólidos, com o objetivo de ampliar a cobertura e/ou melhorar a infraestrutura de manejo de resíduos sólidos urbanos em âmbito municipal e regional, a partir das seguintes intervenções:

**Tabela 2:** Projetos/Atividades Elegíveis para a Implantação de Sistemas Integrados de Resíduos Sólidos

|  |  |
|--|--|
| <p><b>a) Aterros Sanitários</b></p> <p>Projetos voltados para a melhoria da prestação de serviços de tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos de caráter intermunicipal.</p>                | <p>Instalações e equipamentos de aterros sanitários (obras de infraestrutura, vias de acesso, maquinário pesado para operação);<br/>                 Construção de estações de transbordo, compostagem e digestão acelerada;<br/>                 Intervenções para encerramento de lixões.<br/>                 Equipamentos e estrutura para aproveitamento energético de resíduos sólidos</p> |
| <p><b>b) Implantação de Sistemas Integrados de resíduos sólidos</b></p> <p>Projetos voltados para melhoria da prestação de serviço de coleta convencional e coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos.</p> | <p>Construção de galpões de triagem, pontos de entrega voluntária, áreas de transbordo, usinas de compostagem, etc.;<br/>                 Aquisição de equipamentos (caminhões, maquinário, etc.).</p>   |

**Fonte:** Regulamento Operacional (ROP) do Programa Cidades do Ceará II (2020).

Com o suporte da Coordenadoria de Saneamento da Secretaria das Cidades através (Cosan), por meio da Célula de Resíduos Sólidos (Ceres), a UGP II teve como responsabilidade as ações de assessoria técnica aos municípios e consórcio de resíduos sólidos, capacitação e assessoria técnica às organizações de catadores e implantação das obras necessárias implantação da coleta seletiva em âmbito municipal e à destinação final de forma regionalizada.

Assim, dos 42 (quarenta e dois) municípios atendidos pela UGP II no geral, 28 (vinte e oito) deles estão recebendo infraestrutura e equipamentos para o fortalecimento da gestão de resíduos, a saber:

- Central de Tratamento de Resíduos (CTR) para tratamento e destinação final de resíduos, contemplando: aterro sanitário, unidade de tratamento de resíduos de serviço de saúde (RSS), unidade de tratamento de resíduos da construção civil (RCC) e unidade de compostagem;
- Estações de Transbordo de Resíduos (ETRs) que servirão para recebimento e armazenamento temporário dos resíduos provenientes da coleta regular de municípios distantes do local de disposição final (CTR);

- Centrais Municipais de Reciclagem (CMRs)<sup>35</sup> receberão resíduos com potencial de reciclagem e/ou reutilização, onde será realizado o pré-beneficiamento e a comercialização desse material.

Abaixo está especificada a quantificação e localização das estruturas construídas pelo Governo do Estado, através da UGP II:

**Tabela 3:** Municípios Atendidos com CTR, ETR e CMR pelo Programa Cidades do Ceará II

| CONSÓRCIO    | Central de Tratamento de Resíduos (CTR) | Estação de Transbordo de Resíduos (ETR)                             | Central Municipal de Reciclagem (CMR)  |
|--------------|---|---|--|
| CGIRS RMS    | 01                                      | 06  | 19   |
|              | Sobral                                  | Cariré, Coreaú (Sede), Coreaú (Ubaúna), Forquilha, Massapê e Pacujá | Sobral (3 unidades), Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraujo, Pacujá, Santana do Acaraú, Senador Sá, Reriutaba, Varjota e Pires Ferreira |
| CGIRS VJ     | 01                                      | 06  | 11   |
|              | Limoeiro do Norte                       | Alto Santo, Iracema, Morada Nova, Palhano, Potiretama e Russas      | Morada Nova, Russas, Limoeiro do Norte, Alto Santo, Erere, Iracema, Palhano, Potiretama, Quixeré, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte   |
| <b>TOTAL</b> | <b>02</b>                               | <b>12</b>   | <b>30</b>  |

**Fonte:** Secretaria das Cidades.

Como condição para a aplicação dos recursos, ficou estabelecido que as referidas intervenções, após sua conclusão, devem ser operadas e gerenciadas pelos municípios integrantes dos consórcios de resíduos existentes nas duas regiões atendidas pelo Programa: Consórcio de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Vale do Jaguaribe (CGIRS-VJ) e Consórcio de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Sobral (CGIRS-RMS). Sendo este atualmente formado por 18 municípios que compõem a Região Metropolitana de Sobral (RMS): Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota. Já o CGIRS-VJ abrange um total de 13 municípios na Região Vale do Jaguaribe, são eles: Alto Santo, Ererê, Iracema, Itaiçaba, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Potiretama, Palhano, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.

Ressalta-se que os municípios de Mucambo (localizado no Vale do Acaraú), Itaiçaba e Jaguaruana (ambos do Vale do Jaguaribe) se consorciaram nos anos de 2019 e 2020, quando as obras das CMRs já estavam licitadas e/ou contratadas pela UGP II e, portanto, esses municípios não receberão esses equipamentos, mas utilizarão as ETRs e CTR para a destinação e tratamento de seus rejeitos.

A implantação desses equipamentos não apenas possibilita melhorias na gestão dos resíduos sólidos urbanos dos municípios contemplados pelo projeto, fazendo cumprir a legislação em vigor, como também incentiva a implantação de Programas de Coleta Seletiva com a inclusão de catadores de material reciclável, de forma a alavancar as taxas de reciclagem e promover a inclusão social e econômica das pessoas que vivem da catação nas duas regiões do Ceará.

No entanto, o processo de transição entre o atual modelo de



manejo de resíduos e o sistema de disposição e tratamento desenhado impõe o encerramento dos lixões municipais e a implantação de modelos de coleta diferenciados de resíduos, o que traz enormes desafios sociais como a integração do setor informal da cadeia de reciclagem já estabelecido, o apoio social para a mudança de hábitos e a implantação de tarifas e/ou taxas necessárias para subsidiar o novo sistema de gestão integrada.

Mesmo conhecendo os benefícios que o sistema provocará ao meio ambiente e na saúde e qualidade de vida da população de modo geral, é esperado que haja resistência de alguns atores envolvidos e inevitavelmente impactados pelas novas práticas exigidas para o adequado funcionamento do sistema, especialmente dos catadores de materiais recicláveis.

Por ser uma classe de trabalhadores majoritariamente em situação de vulnerabilidade social e historicamente explorada pelos agentes intermediários da cadeia de recicláveis, esse público deve ter atenção especial das autoridades governamentais pois terão as condições de acesso aos recicláveis significativamente alterada pela implantação do novo sistema, podendo impactar negativamente as condições de trabalho e conseqüentemente a renda familiar desses profissionais.

Assim, conforme preconiza o Art. 7 da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), é necessário a prever ações no sentido de promover a *“integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos”*, de modo diminuir o impacto na vida dessas famílias. (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, além de cumprir sua função primordial de dar destinação adequada a recicláveis e resíduos volumosos, as Centrais Municipais de Reciclagem (CMR) foram projetadas com objetivo de dar suporte aos catadores/as de material reciclável, oferecendo melhores condições de trabalho como infraestrutura adequada, higiene e segurança e promovendo a valorização dos recicláveis

com ganhos de escala para sua comercialização.

Considerando a legislação federal e estadual de resíduos vigente, como também as dificuldades inerentes à gestão integrada de resíduos sólidos no Brasil, especialmente no tocante a implantação de Programas de Coleta Seletiva com inclusão socioproductiva de catadores de materiais recicláveis, SCIDADES também tem contribuído com assessorias técnicas para realizar ações junto aos catadores dos municípios atendidos pelo Programa, tais como: identificação, cadastramento, sensibilização, mobilização e capacitação da categoria profissional de catadores, incentivando a formalização de organizações não governamentais com base nos princípios da economia solidária, inclusive fornecendo a assistência técnica e financeira necessária para tanto.

## ■ 5 RESULTADOS

Desde 2016, através da Unidade de Gestão do Programa Cidades II (UGP II), em parceria com a COSAN, os consórcios e as respectivas prefeituras municipais, foram realizadas diversas ações para sensibilização dos catadores de materiais recicláveis das duas regiões quanto a importância da categoria profissional para a gestão de resíduos sólidos urbanos e quanto a necessária organização da classe para a conquista de espaço político, econômico e social frente aos novos desafios que se impunham com o cenário que estava se desenhando.

Com objetivo de realizar o levantamento do número de pessoas possivelmente impactadas pela implantação do sistema de gestão integrada de resíduos projetado para as regiões abrangidas pelo Programa, no início de 2017 foi realizado o **Diagnóstico da Cadeia de Reciclagem** nos dois vales, onde foram cadastrados um total de **362 catadores** de materiais, sendo 163 pertencentes aos 14 municípios que faziam parte do CGIRS-RMS e 199 que atuavam nas 11 cidades da Região do Vale do Jaguaribe que integravam o CGIRS-VJ.

Ao final do ano de 2017, foram realizadas duas **Oficinas Informativas** que atingiram uma média de **300 catadores** cada uma: Oficina 1 “Sensibilização dos catadores”, com 160 catadores presentes no Vale do Jaguaribe e 165 Catadores participantes no Vale do Acaraú e Oficina 2 “Compreendendo a categoria profissional”, em que participaram 145 catadores no Vale do Jaguaribe e 153 no Vale do Acaraú.

Durante as oficinas foram apresentados os projetos das CMRs e das demais estruturas do sistema em implantação, comunicando também os direitos dos profissionais catadores quanto a prioridade, garantida por lei, de atuação nos serviços públicos relacionados à Coleta Seletiva, desde que estivessem organizados em associação e/ou cooperativa, encorajando-os a assumir o protagonismo na conquista de seus direitos.

A terceira etapa do Projeto se deu com a contratação de consultoria para realização de **Capacitações** para os catadores de materiais recicláveis dos municípios dos Consórcios do Vales do Acaraú e do Jaguaribe. Entre os anos de 2018 e 2019 foram realizadas 05 capacitações com temas relacionados ao assunto, conforme demonstra o quadro a seguir.

**Tabela 4:** Capacitações para os catadores de materiais recicláveis dos municípios dos Consórcios do Vales do Acaraú e do Jaguaribe

| Capacitação | Tema  | Período  | Catadores beneficiados |     |
|-------------|---|----------|------------------------|-----|
|             |   |          | VA                     | VJ  |
| Módulo 01   | Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – Coleta Seletiva (08 horas) | Out/2018 | 90                     | 104 |

|            |  |              |     |     |
|------------|--|--------------|-----|-----|
| Módulo 02  | Associação e Cooperativismo (04 horas)                   | Nov/2018     | 110 | 102 |
| Módulo 03  | Educação Ambiental e Segurança do Trabalho (08 horas)    | Dez/2018     | 121 | 122 |
| Módulo 04* | Gestão de Negócios (04 horas)                            | Fev-Mar/2019 | 42  | 39  |
| Módulo 05* | Elaboração de Projetos e Captação de Recursos (04 horas) | Abr/2019     | 58  | 46  |

**Fonte:** Secretaria das Cidades.

\*Dada a especificidade dos temas das Capacitações 4 e 5, o termo de referência do contrato previa um número limitado de vagas para essas duas últimas formações, sendo estas preferencialmente ocupadas pelos possíveis e/ou efetivos membros de diretoria de organizações de catadores.

Em um quarto momento, que se iniciou paralelamente às últimas atividades de capacitação, os catadores foram convidados a participar de reuniões preparativas para **formalização de organizações sociais (associação e/ou cooperativa)**. Para esta atividade, foi contratada a entidade não-governamental Cáritas Brasileira Regional Ceará, que já possuía experiência com atuação em favor das causas dos catadores, inclusive na região do Vale do Jaguaribe.

Através desse contrato, nos anos de 2019 e 2020, foram formalizadas e/ou regularizadas **31 organizações**, alcançando o total de **548 catadores** de materiais recicláveis nas duas regiões. Destas, 24 foram criadas no âmbito do contrato (18 no VA e 06 no VJ) e outras 07 foram regularizadas perante as instituições necessárias para seu pleno funcionamento e gozo de direitos.

Já em 2020, os esforços acima descritos foram compensados com as ações desenvolvidas pelo Governo Estadual em benefício da população mais vulnerável a fim de dar suporte frente às medidas de contenção da Pandemia de Covid-19, onde **212 catadores de**

**municípios do CGIRS-RMS e CGIRS-VJ** foram contemplados pelo Programa Estadual de Reforço à Renda Decorrente da Prestação de Serviços Ambientais no Estado do Ceará<sup>36</sup>, através do qual esses cidadãos receberam o auxílio financeiro correspondente a um quarto (1/4) do salário-mínimo vigente durante o período de 06 meses, na vigência do Estado de Calamidade Pública no Estado.

Com a promulgação da Lei nº 17.377, em 30 de dezembro de 2020, o Programa Auxílio Catador<sup>37</sup> tornou-se política pública social permanente, de modo que a seleção realizada através do Edital 01/2021-Sema atualmente beneficia a **748 catadores dos municípios integrantes do CGIRS-RMS e CGIRS-VJ** com o repasse mensal correspondente a um  $\frac{1}{4}$  (um quarto) de salário-mínimo vigente diretamente aos catadores, por meio de cartão bancário personalizado.

Importa destacar que para ter acesso ao benefício é necessário, dentre outros critérios estabelecidos em edital, ser catador residente no Estado e vinculado a associação ou cooperativa criada e em funcionamento há no mínimo 01 (um) ano, anterior a data de publicação do certame.

Com relação à implantação das infraestruturas necessárias à atuação das organizações de catadores, até julho de 2021 a UGP II da Secretaria das Cidades havia entregado as seis CMRs Tipo 02 para as cidades Polo do Programa: sendo três localizadas no município de Sobral, uma em Limoeiro do Norte, uma em Morada Nova e outra em Russas.

Destas centrais de reciclagem, apenas uma de Sobral e a de Limoeiro do Norte ainda estão em fase de preparação para início de operação pelas associações de catadores. Todas as demais já estão sendo utilizadas pelas organizações locais de catadores como equipamento de trabalho para suas atividades de recebimento,

<sup>36</sup> Lei Estadual nº 17.256, de 31 de julho de 2020,

<sup>37</sup> Disponível em: <<https://www.sema.ce.gov.br/residuos-solidos/auxilio-catador/auxilio-catador-permanente/>>, acessado em 03 ago. 2021.

triagem, armazenamento e comercialização de recicláveis, contribuindo para a melhoria de vida desses profissionais do ponto de vista ergonômico, higiene e saúde ocupacional, quanto do ponto de vista econômico, pois a qualidade do material que chega a CMR, através da Coleta Seletiva, é superior àquela encontrada no lixo comum, proporcionando maiores lucros com a venda.

Até o final de 2021, a expectativa é de conclusão de mais 08 CMRs na Região do Vale do Jaguaribe (Alto Santo, Ererê, Iracema, Palhano, Potiretama, Quixeré, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte) e 15 CMRs na Região do Vale do Acaraú Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Pacujá, Santana do Acaraú, Senador Sá, Reriutaba, Varjota e Pires Ferreira).

## ■ 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações sociais desenvolvidas através do Programa Cidades II, já manifestam resultados positivos, pois têm possibilitado aos catadores de materiais recicláveis beneficiados pelo projeto a acessarem serviços e benefícios oferecidos pelo poder público (ex.: Auxílio Catador).

Além disso, quatro das seis CMRs entregues já começam a operar em parceria com as associações regularizadas nos respectivos municípios, com apoio das Prefeituras Municipais e Consórcios de Resíduos.

A expectativa das ações da SCIDADES é que as prefeituras, que são titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, priorizem a contratação das organizações de catadores para operar as CMRs e para outras atividades relacionadas ao ciclo de vida dos produtos, podendo as parcerias serem feitas inclusive com dispensa de licitação, conforme possibilita a legislação em vigor.

No entanto, cita-se que o sistema de gestão de resíduos

projetado para as duas regiões, apesar de estar baseado em experiências consolidadas e possuir estudos de viabilidade e de modelos de gestão aprovados, são pioneiros no Estado, o que requer profissionais capacitados para propor aos gestores públicos os ajustes necessários a uma operação progressivamente mais eficiente do conjunto de serviços oferecidos.

Além disso, conhecendo as fragilidades de gestão de organizações de catadores, como as que foram formalizadas no âmbito do Programa, faz-se necessária a continuidade, monitoramento e avaliação das ações realizadas com esse público, no sentido de promover o fortalecimento da autogestão desses empreendimentos.

Conclui-se que a adequada operacionalização do sistema de gestão de resíduos implantado pelo Programa requer a execução de efetivos Programas de Coleta Seletiva pelas gestões municipais, que deverão priorizar a contratação das organizações de catadores, trazendo a necessidade de assessoramento técnico compatível com a realidade dos novos arranjos de negócios que surgirão dentro do contexto de gestão integrada de resíduos nos municípios integrantes do CGIRS-VJ e do CGIRS-RMS, demandando ao Estado a continuidade do apoio e assessoramento técnico aos consórcios, gestões municipais e organizações de catadores.

## ■ REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS**; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305)>. Acesso em: 02 ago. 2021.

CEARÁ, Lei nº 16.032, 20 de junho de 2016. Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos no Âmbito do Estado do Ceará. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, 29 de junho de 2016.

CEARÁ, Lei nº 17.377, 30 de dezembro de 2020. Torna Permanente a Política Pública Social Instituída por Meio da Lei Nº 17.256, de 31 de Julho de 2020, que Dispõe sobre Programa de Auxílio Financeiro aos Catadores do Estado do Ceará em Decorrência da Prestação de Serviços Ambientais. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, 30 de dezembro de 2020.

CEARÁ, Decreto nº 30.598, de 14 de julho de 2011. Dispõe sobre a Criação da Unidade de Gerenciamento do Projeto Cidades do Ceará (Litoral Leste/Jaguaribe e Sobral/Ibiapaba) e a Distribuição e a Denominação dos Cargos de Direção Superior e Direção e Assessoramento da Secretaria das Cidades. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, 18 de julho de 2011.

CEARÁ, Decreto nº 31.322, de 31 de outubro de 2013. Altera a Denominação das Unidades de Gerenciamento de Projetos e a Estrutura Organizacional da Secretaria das Cidades (Cidades), e dá Outras Providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, 04 de novembro de 2013.

CEARÁ, Secretaria das Cidades (SCIDADES). **Regulamento Operacional do Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais do Ceará**. Disponível em: <[https://www.cidades.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/12/2021/04/ROP\\_3aREVISAO\\_FINAL.pdf](https://www.cidades.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/12/2021/04/ROP_3aREVISAO_FINAL.pdf)>. Acesso em: 02 ago. 2021.

CEARÁ, Secretaria do Meio Ambiente (Sema). **Planos de Coletas Seletivas Múltiplas**. Disponível em: <<https://www.sema.ce.gov.br/plano-de-coletas-seletivas-multiplas/>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

CEARÁ, Secretaria do Meio Ambiente (Sema). **Plano Estadual de Resíduos Sólidos**. Disponível em: <<https://www.sema.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/36/2019/08/Plano-estadual-de-residuos-solidos.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

## Buscar, trazer e acolher – todos juntos na busca ativa

- Valderice Farrapo Costa
- Maria Osileusa Gomes Furtado
- Nacélia Pereira de Oliveira

### ■ 1 INTRODUÇÃO

O presente texto tem por finalidade colaborar com a discussão e reflexão sobre a necessidade da busca ativa no cotidiano escolar, em especial no ano de 2020, quando tivemos que ressignificar o ensino e possibilitar aprendizagem aos alunos e professores em meio a uma pandemia. O apoio da Seduc e da Crede 6 foi essencial para o desenvolvimento de ações que possibilitaram a criação do projeto “Buscar, Trazer, Acolher”, que tem como objetivo geral assegurar o ensino para 100% dos nossos alunos.

Embora nossa vida tenha sido desorganizada em razão da pandemia que atingiu todo o mundo, o compromisso com o direito à educação de crianças e adolescentes deve continuar sendo prioridade dos governos e da sociedade. E precisa receber ainda mais atenção neste momento, já que a emergência acentuou a situação de vulnerabilidade de muitas famílias e ampliou as desigualdades educacionais no país.

Fazer com que cada criança e adolescente estejam na escola é um dever social de cada cidadão e deve ser também um esforço coletivo. É preciso mais do que recursos financeiros, planos e metas. A participação de toda comunidade escolar é indispensável, o engajamento de todos – e de cada um de nós - é fundamental.

Um dos maiores problemas educacionais é a evasão escolar, que ocorre por vários fatores como gravidez na adolescência,

necessidade de trabalhar, dificuldades logísticas, desinteresse e falta de expectativa com o futuro, segundo apurou a equipe de Pesquisa e Avaliação da Fundação Roberto Marinho. Nesse cenário, os jovens iniciando o ensino médio são os que mais abandonam as escolas.

“Quando olhamos a taxa de evasão ao longo das etapas de ensino, claramente observamos um aumento nos anos finais do Ensino Fundamental com um pico na entrada do Ensino Médio”, destaca Katcha Poloponsky, especialista da Assessoria de Pesquisa e Avaliação da Fundação Roberto Marinho.

Aliado a esse fator histórico, deparamo-nos em 2020 com a pandemia causada pelo Coronavírus (Covid-19), fator que acentuou ainda mais as desigualdades sociais. Foi preciso reinventar a maneira de ensinar, as ferramentas digitais ganharam espaço e os celulares ganharam destaque na hora de estudar. No entanto, a EEMTI Pref. José Euclides F. Gomes Júnior apresenta um público bem diversificado, os alunos com menor poder aquisitivo ficaram de fora desse processo, gerando no núcleo gestor uma inquietação no sentido de alcançar todo nosso público e possibilitar aprendizagem a todos.

[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1998)

O Artigo 205 da Constituição Federal assegura a todos o direito à educação, mas esse direito fica restrito quando se esbarra nas desigualdades sociais e financeiras, principalmente em um cenário de aulas remotas.

Assim sendo, a EEMTI Prefeito José Euclides Ferreira Gomes Júnior elaborou o presente plano de ação “BUSCAR, TRAZER E ACOLHER” que possibilita a entrega de atividades domiciliares por meio da educação a distância e atividades remotas, a fim de

minimizar os impactos dessa pandemia na aprendizagem dos alunos.

O apoio dos PDTs (professores Diretores de Turmas) e os professores parceiros possibilitou o contato com alunos que estavam “fora da escola”, alunos que não participavam das aulas síncronas por causa de situações diversas, entre elas, a falta de equipamento (celular) para acessar as aulas.

A aprendizagem deve ser vista como uma atividade de indivíduos e grupos, que acontece continuamente e implica a ação de sistemas que intervém no sujeito, sendo estas ações interrelacionadas às relações, aos códigos culturais e linguísticos, que é desenvolvido à medida em que ele se incorpora à sociedade (BOSSA, 2007).

## ■ 2 BUSCAR, TRAZER E ACOLHER

O ensino remoto, como vem acontecendo durante a pandemia, é uma situação emergencial, pois a função de escolarizar é tarefa do profissional da educação. Não é simplesmente “transportar” a escola para a casa e agir naturalmente.

Em meio a tantos desafios, promover uma educação de qualidade onde o professor entenda a real necessidade de se refazer, apropriando-se de técnicas e metodologias que estimulem a criatividade e participação dos alunos, bem como “trazer” esse alunado para o processo e fazê-lo entender que o aprendizado acontece mesmo à distância, foram etapas que conseguimos, aos poucos, ultrapassar e atingir as metas estabelecidas.

Conforme Freire:

O futuro com que sonhamos não é inexorável. Temos de fazê-lo, de produzi-lo, ou não virá da forma como mais ou menos queríamos. É bem verdade que temos que fazê-lo não arbitrariamente, mas com os materiais, com o concreto de que dispomos e mais com o projeto, com o sonho, por que sonhamos. (1992, p. 102).

## 2.1 Organização do Projeto na Escola

O projeto nasceu da necessidade de atender a um público com diferentes perfis, sejam eles alunos que tinham celulares, mas não acreditavam na concretude do ensino remoto; alunos que não tinham celulares, portanto, ficavam fora do processo de ensino, e alunos que assistiam aulas de maneira esporádica, sem muita frequência nem devolutiva.

Buscar, foi o primeiro passo para desenvolvimento da ação. Mapeamos, com a ajuda dos PDTs, todos os alunos e suas dificuldades, selecionamos em grupos e começamos nossa Busca Ativa.

Trazer, depois de mapeados foi desafiador. A diretora Nacélia Pereira, por meio de emissoras de rádio e reuniões de pais, comunicou às famílias sobre a entrega de atividades impressas aos alunos sem acesso. Foi determinado que toda terça-feira, no turno da manhã, a escola entregaria as atividades preparadas pelos professores por área do conhecimento. Desse modo, conseguimos alcançar um número significativo de alunos que voltaram para o processo de ensino/aprendizagem.

Outra ação relevante dentro do processo foi a reunião por área de conhecimento com troca de experiências exitosas nas aulas remotas, esses diálogos proporcionaram aos professores a aquisição de metodologias mais atrativas e eficientes.

- a) A troca de experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua, nos quais cada professor é chamado a desempenhar simultaneamente, o papel de formador e de formado. A construção de dispositivos de (auto) formação assistida e participativa, através da diversificação das modalidades de apoio e de consultoria, favorece a elaboração de projetos pessoais de formação. A organização das escolas parece desencorajar um conhecimento profissional partilhado dos professores, dificultando o investimento das experiências significativas nos percursos de formação e a

formulação teórica. E, no entanto, este é o único processo que pode conduzir a uma produção pelos próprios professores de saberes reflexivos e pertinentes. (NÓVOA, 2002, p. 39)

Acolher, nesse passo, a ação procura manter os alunos envolvidos no processo, para tanto, a frequência dos alunos é monitorada por todos os professores que a disponibilizam nos grupos de WhatsApp, assim, o PDT tem o maior controle da frequência e ao final de cada mês, os alunos mais frequentes participam de sorteios de cestas básicas, sendo uma cesta para cada série, totalizando 3 (três) cestas mensais.

Assim como pensa Brandão (2005), a educação ocorre no momento em que aparecem os moldes de condução e controle sociais na educação diretamente ligada a iniciativa de ensinar e aprender, dessa forma, tais características atuam como um processo de transformação das qualidades humanas e de especificidade de cada cultura, com diretrizes que colocam a educação ligada ao desenvolvimento do indivíduo desde o nascimento até a sua morte.

O projeto conta ainda com aulas motivadores, onde cada área do conhecimento cria um projeto a ser desenvolvido pelos alunos com apresentação de vídeos, entrevistas, podcast, jogos, seminários, webinar, uso do Tik Tok, canva e outras ferramentas pedagógicas que estimulam e motivam os estudantes.

Assim, motivados, os alunos tornam-se protagonistas de seu próprio aprendizado. A emoção coordena todas as experiências num padrão de sensação de entusiasmo, muitas vezes expressivos que nos fazem tomar decisões que nos levam a prosseguir ou desistir de algo, ou seja, as emoções agem paralelamente a dispor o sentimento, de modo a preparar o indivíduo para se adaptar ou não a circunstâncias da vida, lembrando que existem emoções boas e ruins, “Emoção” é a palavra que os psicólogos usam para nomear este processo coordenado e sincronizado de sentir (MUSZKAT, 2014, p. 26).

### ■ 3 TODOS JUNTOS NA BUSCA ATIVA: DETALHAMENTO DO PROJETO

No projeto “Buscar, Trazer e Acolher”, a participação de todos foi primordial para sua execução. Fizemos uma reunião com todos os professores para apresentar o projeto e especificar qual seria o envolvimento de cada membro da escola. Foi importante definir os papéis e delegar funções, assim, ninguém ficaria sobrecarregado. Reunimos também os alunos protagonistas e gremistas no intuito de envolvê-los também nas ações.

Para Katzenbach e Smith (1994), o trabalho em equipe é formado por um grupo de pessoas em pequena quantidade, cujo conhecimento é complementado, os membros são compromissados com as metas e todos se mantêm conjuntamente responsáveis pela performance e alcance do objetivo, uma vez que a velocidade com que as mudanças ocorrem exige estruturas flexíveis e adaptáveis.

Com isso, buscamos envolver toda a comunidade escolar e fazíamos reuniões periódicas para analisarmos os resultados. O trabalho ficou dividido da seguinte forma:

- a) Professores de apoio: Os professores de apoio receberam os nomes e contatos de alunos com baixa frequência nas aulas remotas para acompanhá-los mais de perto, interagindo com as famílias e conversas individualizadas para motivar e ajudar em alguma dificuldade;
- b) Professores PDTs: Cada PDT acompanha as dificuldades de sua turma e relata ao núcleo gestor como está a frequência e acessibilidade do aluno, encaminha para os professores de apoio os alunos com baixa frequência e mantém contato direto nos grupos de WhatsApp;
- c) Professores Parceiros: A cada semana os professores reservam um tempo da aula para fazer a “busca ativa”, nesse momento o professor conversa com os alunos presentes e procura contato dos alunos que não estão participando,

- pedindo para que eles busquem pelos colegas que moram na vizinhança. As semanas ficaram assim divididas: semana 1 – Ciências da Natureza; semana 2 – Ciências Humanas; semana 3 – Linguagens e Códigos; semana 4 – Matemática.
- d) Protagonistas, Lideranças e Gremistas: Realizamos reuniões semanais com os alunos, mapeamos os endereços de alunos sem acesso e repassamos aos líderes para que eles identificassem alunos que morassem próximos de suas residências, a cada semana os protagonistas nos repassavam o feedback de sua busca ativa;
- e) Dia D: O objetivo foi resgatar por meio de programa de rádio, blogs e redes sociais, alunos para o ensino remoto, a diretora Nacélia usou o programa de rádio do Izaías Nicolau, programa de bastante repercussão na cidade para falar sobre a rotina da escola e avisar da entrega de livros e atividades impressas aos alunos sem acesso à internet.
- f) Aulas Atrativas: Cada área do conhecimento preparou atividades lúdicas e motivadoras para incentivar e mobilizar os alunos nas aulas remotas, com apresentação de seminários, palestras, vídeos produzidos pelos alunos, esquetes teatrais, entrevistas, jogos, exposição de fotografias, criação de memes e uso de Tik Tok para tornar as aulas mais atrativas e colaborativas.
- g) Coordenadores: Entrega de material impresso semanalmente e apoio pedagógico com todos os membros no sentido de fazer com que o projeto atinja seu objetivo; Produção e envio de tutoriais para acessar as plataformas digitais; Realização de reuniões com as famílias para repasse de toda rotina escolar, frequência e notas dos alunos; Reuniões semanais com professores e alunos para verificação das ações.

Autores como Katzenbach e Smith (1994), defendem o trabalho em equipe como uma ferramenta capaz de unir pessoas

em prol de um objetivo que dificilmente seria atingido se realizado individualmente e que as equipes fomentam o crescimento pessoal e o aprendizado, contribuindo para as mudanças que se fizerem necessárias.

#### ■ 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia abalou a normalidade. A educação apresenta um agravamento das grandes desigualdades de oportunidade, demandando mais dos nossos docentes, sem haver uma contrapartida sólida. Nesse contexto, é importante destacarmos os principais limitantes da docência em tempos de pandemia e a falta de equipamentos por parte dos alunos.

Atualmente, a rede de educação está com suas atividades escolares presenciais suspensas, atingindo milhões de estudantes em todo o país. Contudo, a educação não deve parar, daí a necessidade da adaptação e da superação por parte de professores e de alunos.

No período da pandemia, o mergulho no caos fez parte do nosso cotidiano. Mas, o caos tem potencial para tornar a criação possível. Pensar é vivenciar o caos e criar zonas de possibilidades e potencialidades. Portanto, mesmo diante de tantos obstáculos, a participação do grupo na execução do projeto tornou possível atender às demandas que a educação nos apresenta e promover um ensino de qualidade que minimize o “fracasso escolar”.

Diante do desafio de alcance e manutenção do engajamento dos estudantes durante o regime especial de atividades, bem como de promoção do uso correto das plataformas digitais, para o alcance da aprendizagem significativa, verificou-se que com bom acompanhamento e detalhamento das ações, é possível promover uma educação para todos, é desafiador, mas possível.

Diante disso, ações que envolvem toda comunidade escolar, com parceria entre professores e alunos, mostram-se cada vez mais eficazes para a obtenção de bons resultados. O Projeto “Buscar, Trazer e Acolher” busca atender a todos os estudantes,

houve, por parte de todos os envolvidos, uma preocupação em garantir aos alunos sem acesso ou equipamentos necessários para o acompanhamento das aulas uma aprendizagem baseada nas matrizes básicas de conhecimento, e assim, promover um ensino equânime, na tentativa de nivelar os aprendizados das turmas.

Segundo Katzenbach e Smith (1994), o comprometimento, união por objetivos comuns e melhoria dos resultados são elementos a serem conquistados dentro do trabalho em equipe. Com esse pensamento, entendemos que o sucesso escolar parte de um trabalho feito de muitas mãos, da partilha de experiências e apoio de todos os envolvidos no processo. Aqui destaco o grande apoio recebido pela Seduc e Crede 6, instituições que sempre estiveram presentes formando professores e possibilitando acesso ao ensino remoto a alunos com entrega de tablets e chips de acesso à internet.

Ainda não atingimos a marca de 100% de alunos alcançados, mas temos a certeza de que estamos dando um grande salto e aprendendo em cada etapa do processo. Pretendemos continuar com o projeto fazendo os ajustes necessários para não perdermos nem um aluno no caminho.

Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da esperança crítica, como o peixe precisa da água despoluída... Pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo... É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã (FREIRE, 1992, p.11).

E assim como Paulo Freire, seguimos acreditando que ter esperança é importante, mas precisamos partir para a ação, pois a esperança por si só não é capaz de transformar a realidade. Somos

movidos pela vontade de fazer, movidos pela necessidade de ter esperança para superar os desafios através de nossas ações. E que só conseguimos avançar quando o grupo está coeso, firme no mesmo objetivo.

## ■ REFERÊNCIAS

BOSSA, Nadia A. - **A Psicopedagogia no Brasil**: Contribuições a partir da prática. 3. ed.. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 46. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2016.

KATZENBACH, J.; SMITH, D. **A força e o poder das equipes**. São Paulo: Makron, 1994.

MUSZKAT, Mauro *et al.* **Neuroanatomia funcional básica para o neuropsicólogo**. In: Neuropsicologia: teoria e prática (Org.). 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 26-43.

NÓVOA, António. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: Educa, 2002.

Roraima em Tempo. **Evasão escolar tem aumento nos anos finais do Ensino Fundamental e pico na entrada do Ensino Médio**. Disponível em: <<https://93fmrr.com.br/evasao-escolar-tem-aumento-nos-anos-finais-do-ensino-fundamental-e-pico-na-entrada-do-ensino-medio/>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

## **Gestão da bateria de poços no Distrito de Taíba, São Gonçalo do Amarante, Ceará**

- Zulene Almada Teixeira
- José Guilherme Filgueira da Silva
- Alexsandro dos Santos Garces
- Davi Martins Pereira
- Glauter Magalhães Coutinho
- Micaella da Silva Teixeira Rodrigues

### **■ 1 INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos de seca, período entre 2012 e 2017, caracterizado por uma das secas mais severas dos últimos 100 anos, na Região Metropolitana de Fortaleza não faltou água e não houve racionamento. No entanto, foram necessárias ações que pudessem complementar o fornecimento da água superficial aduzida do Sistema Integrado Jaguaribe - RMF. Uma dessas ações foi a construção de duas baterias de poços. A primeira, no Cipp (Complexo Industrial e Portuário do Pecém), foi inaugurada em janeiro de 2017, com um total de 42 poços; a segunda (objeto deste estudo) possui 35 poços e está localizada no Distrito de Taíba, em São Gonçalo do Amarante.

Os poços foram construídos para captar do Aquífero Dunas, isto significa que todos têm uma profundidade média de 30 metros. A área foi identificada em 2013, quando a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh) realizou um estudo na região, entre o Pecém e o Paracuru, cujo objetivo era realizar o cálculo das reservas renováveis e permanentes, buscando conhecer a potencialidade das águas subterrâneas da região, considerando que esta, por causa do

Complexo Industrial e Portuário do Pecém, se encontra em grande desenvolvimento.

O conhecimento das precipitações na região, da reserva renovável e do monitoramento dos níveis estáticos que a Companhia realiza em poços das comunidades desde 2016, foi decisivo e nos deu confiança para colocar o projeto em prática. Aliado a tudo isso, a Cogerh adquiriu, por segurança, uma área de 95 hectares, com intuito de proteger e preservar a recarga e os poços.

À época do projeto, houve muitos protestos e conflitos por parte de moradores da região, pois estes acreditavam que uma bateria de poços poderia ocasionar o rebaixamento e até mesmo secar os poços das comunidades do entorno. Salienta-se que ocorreram várias reuniões e audiências públicas para que os gestores do Sistema de Recursos Hídricos do Ceará pudessem fazer os devidos esclarecimentos. A equipe técnica da Gerência de Estudos e Projetos da Cogerh elaborou o projeto, coordenou a execução, o desenvolvimento e a limpeza dos poços, além das condições de exploração da bateria. A realização da construção dos poços ficou sob responsabilidade da Superintendência de Obras Hidráulicas do Ceará - Sohidra. A construção dos poços foi iniciada em agosto de 2017 e finalizada em janeiro 2018. Com o intuito de aumentar a confiabilidade da bateria, foram construídos, adicionalmente, 10 poços de observação (piezômetros).

Este trabalho apresenta a gestão do sistema de operação dos poços, tendo como base a interpretação dos testes de vazão de cada poço. Salienta-se que todo o sistema é automatizado e configurado para bombear com a vazão e o nível dinâmico máximo, conforme determinado no projeto de gestão da bateria.

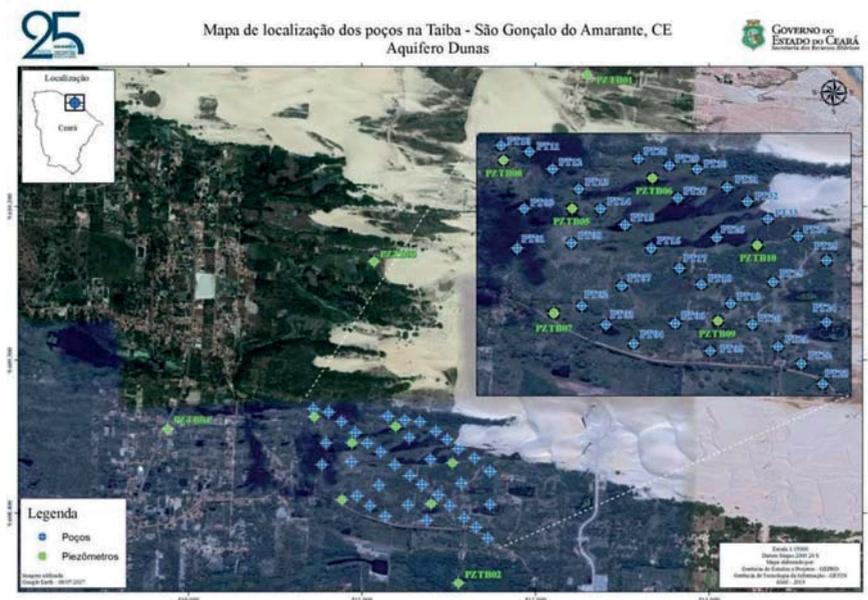
## ■ 2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DA BATERIA DE POÇOS

São Gonçalo do Amarante situa-se nas Bacias Metropolitanas, porção norte do Estado do Ceará, limitando-se com os municípios de Paraipaba, Paracuru, Pentecoste, Caucaia, Trairi e São Luiz do

Curu, além do Oceano Atlântico. Localiza-se nas coordenadas geográficas 3° 36' 26" S e 38° 58' 06". O município, em relação à Fortaleza, está a uma distância (linha reta) de 58 quilômetros (IPECE, 2017). Sua geologia é composta por sedimentos costeiros, inseridos nos domínios de planície litorânea, campo de dunas móveis e paleodunas, estendendo-se para o interior onde estão presentes os sedimentos da Formação Barreiras.

Do ponto vista hidrogeológico, a área é bastante promissora, considerando que o Aquífero Dunas apresenta bom potencial. A espessura saturada média é de 20 metros, de acordo com as prospecções geofísicas e os perfis litológico-constructivos dos poços. A Figura 01 apresenta a distribuição espacial dos poços de bombeamento e de observação.

**Figura 01:** Distribuição Espacial dos Poços de Bombeamento e de Observação



Fonte: Cogerh, 2019.

### ■ 3 METODOLOGIA

A gestão do aquífero foi pensada de forma que permitisse à Cogerh controlar as vazões e os níveis dinâmicos. As variáveis medidas são nível estático (NE), nível dinâmico (ND), vazão e volume (através de hidrômetros que foram instalados em cada poço). Os níveis d'água são medidos mensalmente e para que essa ação ocorra todos os poços são desligados 12 horas antes do monitoramento. No que diz respeito às variáveis qualitativas, são medidas Potencial Hidrogeniônico (pH), Condutividade Elétrica (CE), Sólidos Totais Dissolvidos (STD) e Temperatura (°C).

A Tabela 01 mostra os dados hidráulicos da bateria de poços da Taíba com suas coordenadas em UTM, profundidade, altura de boca, nível estático inicial, nível dinâmico de teste (etapa de maior vazão), nível dinâmico projetado para início da operação, vazão do teste (etapa de maior vazão), vazão projetada para o início da operação, dados de monitoramento qualitativo (pH, CE, STD e T (°C), referente ao mês de setembro de 2018 – estas variáveis podem apontar as possíveis mudanças na qualidade da água resultante de ações antrópicas, como salinização por avanço da cunha salina, esgoto doméstico e dejetos industriais.

As linhas sem dados, relacionadas ao monitoramento de setembro, representam poços que no referido mês ainda não haviam sido construídos.

**Tabela 01:** Resumo dos Dados Hidráulicos da Bateria de Poços Aquífero Dunas/Taíba/Cogerh

| ID do poço | Lat. (N) UTM | Long. (E) UTM | Cota Boca (m) | Prof (m) | Alt. Boca (m) | NE (m) | ND (m) Máx | Prof Crivo (m) | ND (m) Op jun/21 | Q (m <sup>3</sup> /h) Exp jun/21 |
|------------|--------------|---------------|---------------|----------|---------------|--------|------------|----------------|------------------|----------------------------------|
| PT01       | 9608677      | 510764        | 23,57         | 30,00    | 0,52          | 3,50   | 10,00      | 17,00          | 9,42             | 7,20                             |
| PT02       | 9608501      | 510970        | 26,15         | 30,00    | 0,50          | 8,55   | 12,59      | 20,00          | 11,35            | 20,00                            |
| PT03       | 9608439      | 511048        | 20,07         | 30,00    | 0,53          | 2,70   | 9,00       | 16,00          | 7,03             | 25,00                            |

|      |         |        |       |       |      |       |       |       |       |       |
|------|---------|--------|-------|-------|------|-------|-------|-------|-------|-------|
| PT04 | 9608377 | 511127 | 20,32 | 30,00 | 0,51 | 3,38  | 9,27  | 16,00 | 7,49  | 25,00 |
| PT05 | 9608360 | 511372 | 23,77 | 30,00 | 0,50 | 5,95  | 12,00 | 19,00 |       |       |
| PT06 | 9608448 | 511264 | 23,89 | 30,00 | 0,35 | 6,90  | 12,65 | 19,00 | 10,89 | 25,00 |
| PT07 | 9608572 | 511107 | 24,01 | 36,00 | 0,52 | 6,20  | 13,81 | 18,00 | 12,91 | 25,00 |
| PT08 | 9608696 | 510950 | 22,56 | 30,00 | 0,49 | 2,70  | 13,00 | 20,00 |       |       |
| PT09 | 9608820 | 510793 | 21,72 | 27,00 | 0,51 | 1,10  | 9,00  | 16,00 | 8,86  | 20,00 |
| PT10 | 9609013 | 510715 | 24,96 | 30,00 | 0,51 | 4,35  | 8,38  | 16,00 | 7,88  | 8,00  |
| PT11 | 9608997 | 510805 | 26,45 | 30,00 | 0,52 | 5,20  | 11,00 | 18,00 | 11,00 | 25,00 |
| PT12 | 9608935 | 510884 | 23,01 | 30,00 | 0,50 | 3,10  | 9,85  | 17,00 | 8,73  | 12,00 |
| PT13 | 9608873 | 510963 | 22,62 | 30,00 | 0,51 | 1,75  | 7,00  | 14,00 | 5,66  | 12,00 |
| PT14 | 9608810 | 511042 | 23,52 | 30,00 | 0,51 | 3,00  | 11,00 | 18,00 | 9,23  | 16,00 |
| PT15 | 9608748 | 511120 | 21,87 | 30,00 | 0,51 | 1,75  | 9,00  | 16,00 | 7,62  | 8,00  |
| PT16 | 9608686 | 511199 | 21,00 | 30,00 | 0,50 | 2,80  | 8,11  | 16,00 | 6,62  | 25,00 |
| PT17 | 9608623 | 511278 | 25,72 | 30,00 | 0,45 | 6,30  | 15,00 | 20,00 | 10,54 | 8,60  |
| PT18 | 9608561 | 511356 | 21,13 | 30,00 | 0,51 | 1,75  | 13,00 | 20,00 | 10,53 | 28,00 |
| PT19 | 9608499 | 511435 | 22,13 | 30,00 | 0,50 | 3,10  | 13,00 | 20,00 | 11,78 | 13,90 |
| PT20 | 9608437 | 511514 | 20,49 | 30,00 | 0,51 | 1,75  | 13,00 | 20,00 |       |       |
| PT21 | 9608375 | 511593 | 20,98 | 30,00 | 0,50 | 3,67  | 12,41 | 19,50 | 9,51  | 30,00 |
| PT22 | 9608319 | 511664 | 30,14 | 31,00 | 0,50 | 11,65 | 19,00 | 26,00 | 16,93 | 10,30 |
| PT23 | 9608261 | 511736 | 20,39 | 30,00 | 0,53 | 3,10  | 8,90  | 15,50 | 7,54  | 14,00 |
| PT24 | 9608452 | 511737 | 21,43 | 30,00 | 0,51 | 2,25  | 7,00  | 20,00 |       |       |
| PT25 | 9608580 | 511573 | 24,21 | 30,00 | 0,50 | 4,70  | 14,00 | 21,00 | 10,72 | 8,00  |
| PT26 | 9608717 | 511404 | 20,70 | 30,00 | 0,52 | 0,90  | 11,60 | 18,60 |       |       |
| PT27 | 9608843 | 511272 | 21,83 | 30,00 | 0,51 | 1,80  | 11,00 | 18,00 | 7,00  | 8,00  |
| PT28 | 9608969 | 511148 | 27,25 | 30,00 | 0,52 | 6,00  | 13,00 | 20,00 | 10,66 | 12,00 |
| PT29 | 9608955 | 511245 | 24,70 | 30,00 | 0,50 | 4,43  | 12,04 | 18,00 | 11,22 | 10,00 |
| PT30 | 9608937 | 511338 | 23,92 | 30,00 | 0,51 | 2,50  | 9,00  | 16,00 | 8,26  | 8,00  |
| PT31 | 9608890 | 511426 | 21,72 | 32,00 | 0,51 | 1,76  | 7,00  | 14,00 | 7,00  | 15,00 |
| PT32 | 9608834 | 511497 | 21,52 | 30,00 | 0,52 | 1,46  | 9,30  | 16,50 | 7,04  | 8,00  |
| PT33 | 9608781 | 511564 | 21,67 | 30,00 | 0,52 | 2,04  | 6,71  | 14,00 | 6,04  | 12,00 |
| PT34 | 9608716 | 511647 | 22,53 | 30,00 | 0,55 | 2,98  | 8,00  | 15,50 | 6,97  | 13,00 |
| PT35 | 9608641 | 511740 | 22,52 | 30,00 | 0,52 | 2,55  | 9,00  | 16,00 |       |       |

Fonte: Elaborado pelos Autores.

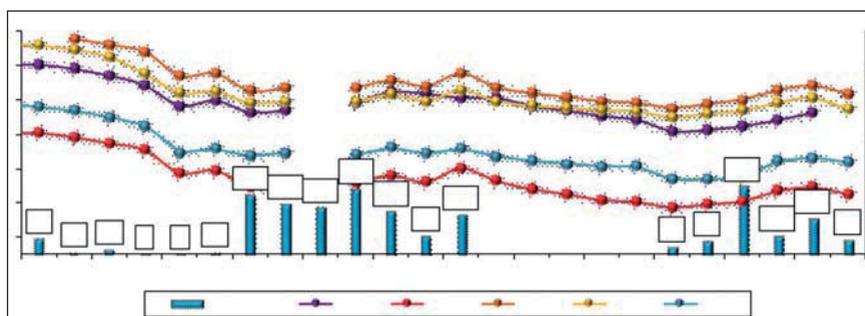
Salienta-se que os valores de nível estático inicial, nível dinâmico projetado para o início da operação, vazão de início da operação (destacados em negrito na Tabela 01) e rebaixamento máximo permitido (RMP), são utilizados como forma de controlar o rebaixamento durante a operação. O RMP foi obtido pela subtração de cinco metros a partir do ND projetado para o início da operação ou, definido pelo topo dos filtros, quando estes se encontrarem antes dos cinco metros abaixo do ND projetado.

Com relação ao sistema de bombeamento, propriamente dito, todos os poços são automatizados com instrumentos de controle, onde o tempo de operação diário de cada poço foi determinado a partir das condições ótimas de exploração.

#### ■ 4 SITUAÇÃO ATUAL

Considerando que a bateria de poços foi construída em 2018, ou seja, já se passaram aproximadamente três anos. Durante esse período, a Cogerh realizou continuamente o monitoramento, conforme descrito em parágrafos anteriores, e como esperado, não se observa rebaixamentos em reflexo de superexploração. A única variação de nível é reflexo da sazonalidade, marcada sempre no segundo semestre de cada ano, que corresponde aos meses de estiagem. A Figura 02 mostra um exemplo do monitoramento de NE *vs* PPT, onde se pode observar a variação sazonal, que em tempos de precipitação o nível estático (NE) sobe em função da precipitação (PPT). Salienta-se que a ausência de medidas no mês de março/2020 foi em função da Pandemia da Covid-19.

**Figura 02:** Precipitação e Nível Estático (NE) dos Poços do Sistema Taíba/Cogerh



**Fonte:** Elaborada pelos Autores.

## ■ 5 RESERVA RENOVÁVEL

O volume de água subterrânea presente em aquíferos livres está delimitado na base pelo substrato impermeável e pelo nível da superfície potenciométrica que é afetada por variações sazonais, de forma que as reservas dos aquíferos livres se baseiam essencialmente no estudo das flutuações da superfície potenciométrica (CASTANY, 1975).

Esta representa o volume de água que participa efetivamente do ciclo hidrológico em uma escala de tempo anual ou sazonal. Quando este potencial não é aproveitado por obras de captação, é reintegrado ao ciclo hidrológico ou se constitui como fluxo de base dos rios e oceanos (CAVALCANTE, 1990, 1998).

O método adotado para o cálculo da reserva renovável, que corresponde ao volume d'água infiltrado, ou seja, a recarga anual do sistema foi o de Vazão de Escoamento Natural ( $V_{en}$ ). A  $V_{en}$  é calculada a partir da porosidade efetiva, da área de ocorrência do aquífero e da variação do nível d'água subterrânea (COSTA, 1998).

$$V_{en} = A \cdot \Delta h \cdot \eta_e \quad (1)$$

Onde:

A – área de ocorrência do aquífero (m<sup>2</sup>);

$\Delta h$  – variação média do nível d'água subterrâneo (m);

$\eta_e$  – porosidade efetiva.

A variação do nível d'água subterrânea foi estabelecida por meio de medidas diretas, na bateria de poços, que captam do aquífero. Considerando-se que se trata de um aquífero livre e com características hidrogeológicas homogêneas, estabeleceu-se uma média dos valores das variações obtidas nos diversos poços medidos.

A porosidade efetiva aplicada nos cálculos são as obtidas por meio de tratamento de dados de teste de aquífero realizados em 10 poços construídos nos domínios do Aquífero Dunas/Paleodunas, quando foi realizado o estudo em 2013. Considerando que são inerentes às características do próprio aquífero. Aplicando: Reserva Renovável Atual

$$V_{en} = A \cdot \Delta h \cdot \eta_e \quad (2)$$

$$V_{en} = 161.492.500 \text{ m}^2 \times 2,5 \text{ m} \times 0,2127$$

$$V_{en} = 85.873.637 \text{ m}^3$$

$$V_{en} = 8,59 \times 10^7 \text{ m}^3$$

Como resultado da aplicação da equação se obteve o valor de 85.873.637 m<sup>3</sup> (8,59 x 10<sup>7</sup> m<sup>3</sup>) para a reserva renovável do aquífero Dunas/Paleodunas ocorrente entre as cidades de Pecém e Paracuru.

## ■ 6 MANUTENÇÃO DOS POÇOS

A manutenção dos poços trata especificamente de limpeza, desenvolvimento, testes de vazão e adequação das condições operacionais. A limpeza é necessária e de extrema importância, ponderando-se que ao longo do tempo de bombeamento, em geral, os poços diminuem as vazões, ou seja, ocorrem as perdas de carga, relacionando-se ao horizonte de vida útil do poço que no caso da bateria em questão é de 20 anos.

A limpeza e o desenvolvimento são realizados de duas formas, mecânica e química. A limpeza mecânica tem como objetivo a retirada de partículas sólidas e dos possíveis resíduos que são formados a partir dos produtos químicos utilizados durante a construção dos poços e/ou de limpezas com substâncias químicas. A limpeza química corresponde à remoção de incrustação das paredes do poço, dos filtros e do pré-filtro, utilizando produto químico biodegradável e não tóxico, capaz de chegar a regiões profundas do envoltório do poço (zona lavada), eliminando agentes bloqueadores como, por exemplo, argilas, sais e subprodutos de agentes biológicos. Essas ações são importantes serem descritas para que o leitor entenda os principais procedimentos de sustentabilidade de uma boa gestão dos recursos hídricos subterrâneos e de suas estruturas, sem as quais não é possível sustentar ou manter efetivamente o volume necessário.

A Tabela 02 apresenta os poços com as coordenadas em UTM, profundidade, crivo da bomba, NE, Vazão, ND, regime de bombeamento e produção diária. Esclarecendo que a vazão inicial de projeto é de 170L/s e com a recente manutenção houve um acréscimo de 22L/s, passando para 192L/s.

**Tabela 02:** Informações Gerais sobre os Poços do Projeto

| Poço nº | UTM WGS 84 |         | Prof. (m) | Crivo (m) | NE (m) Bom-bean-do | Vazão (m³/h) Recu-peran-do | ND (m) | Regime de bombeamento (h) |   | Produção diária (m³) |
|---------|------------|---------|-----------|-----------|--------------------|----------------------------|--------|---------------------------|---|----------------------|
| PT 01   | 510765     | 9608676 | 30,00     | 17,00     | 3,87               | 6,00                       | 9,65   | 20                        | 4 | 120,00               |
| PT 02   | 510964     | 9608492 | 30,00     | 20,00     | 8,55               | 23,00                      | 11,82  | 20                        | 4 | 460,00               |
| PT 03   | 511049     | 9608441 | 30,00     | 17,00     | 2,70               | 31,00                      | 8,12   | 20                        | 4 | 620,00               |
| PT 04   | 511129     | 9608377 | 30,00     | 20,00     | 3,38               | 30,00                      | 8,34   | 20                        | 4 | 600,00               |
| PT 05   | 511371     | 9608361 | 30,00     | 20,00     | 6,57               | 32,00                      | 11,97  | 20                        | 4 | 640,00               |
| PT 06   | 511264     | 9608448 | 32,00     | 21,00     | 6,90               | 28,00                      | 11,40  | 20                        | 4 | 560,00               |
| PT 07   | 511095     | 9608565 | 31,00     | 22,00     | 6,20               | 25,00                      | 12,91  | 20                        | 4 | 500,00               |
| PT 08   | 510950     | 9608699 | 30,00     | 18,00     | 3,70               | 32,00                      | 9,97   | 20                        | 4 | 640,00               |
| PT 09   | 510793     | 9608821 | 30,00     | 20,00     | 1,29               | 30,00                      | 8,99   | 20                        | 4 | 600,00               |
| PT 10   | 510719     | 9609013 | 30,00     | 20,00     | 4,35               | 10,00                      | 8,91   | 20                        | 4 | 200,00               |
| PT 11   | 510808     | 9608994 | 30,00     | 18,00     | 5,50               | 26,00                      | 10,10  | 20                        | 4 | 520,00               |
| PT 12   | 510889     | 9608933 | 30,00     | 20,00     | 3,10               | 14,00                      | 9,78   | 20                        | 4 | 280,00               |
| PT 13   | 510958     | 9608872 | 29,00     | 13,00     | 2,66               | 10,00                      | 6,78   | 20                        | 4 | 200,00               |
| PT 14   | 511042     | 9608812 | 30,00     | 18,00     | 3,90               | 22,00                      | 10,13  | 20                        | 4 | 440,00               |
| PT 15   | 511121     | 9608747 | 30,00     | 16,00     | 3,00               | 10,00                      | 8,55   | 20                        | 4 | 200,00               |
| PT 16   | 511201     | 9408685 | 30,00     | 18,00     | 2,80               | 26,00                      | 6,82   | 20                        | 4 | 520,00               |
| PT17    | 511277     | 9608622 | 30,00     | 22,00     | 7,80               | 13,00                      | 11,59  | 20                        | 4 | 260,00               |
| PT18    | 511357     | 9608562 | 30,00     | 20,00     | 2,89               | 32,00                      | 11,33  | 20                        | 4 | 640,00               |
| PT19    | 511436     | 9608500 | 30,00     | 20,00     | 4,05               | 17,00                      | 9,88   | 20                        | 4 | 340,00               |
| PT 20   | 511514     | 9608436 | 27,00     | 20,00     | 2,66               | 32,00                      | 6,98   | 20                        | 4 | 640,00               |
| PT 21   | 511594     | 9608374 | 29,50     | 20,00     | 3,67               | 32,00                      | 9,87   | 20                        | 4 | 640,00               |
| PT 22   | 511664     | 9608319 | 36,00     | 26,00     | 12,74              | 18,00                      | 18,33  | 20                        | 4 | 360,00               |
| PT 23   | 511736     | 9608257 | 30,00     | 16,00     | 3,10               | 16,00                      | 8,21   | 20                        | 4 | 320,00               |
| PT 24   | 511738     | 9608541 | 31,00     | 20,00     | 2,77               | 9,00                       | 12,05  | 20                        | 4 | 180,00               |
| PT 25   | 511572     | 9608579 | 31,00     | 23,00     | 5,30               | 11,00                      | 13,43  | 20                        | 4 | 220,00               |
| PT 26   | 511408     | 9608716 | 30,00     | 22,00     | 1,44               | 35,00                      | 8,09   | 20                        | 4 | 700,00               |
| PT 27   | 511272     | 9608846 | 30,00     | 18,00     | 2,05               | 6,00                       | 4,97   | 20                        | 4 | 120,00               |
| PT 28   | 511148     | 9608970 | 30,00     | 18,00     | 6,65               | 15,00                      | 11,15  | 20                        | 4 | 300,00               |
| PT 29   | 511245     | 9608958 | 30,00     | 20,00     | 4,43               | 10,50                      | 11,60  | 20                        | 4 | 210,00               |
| PT 30   | 511338     | 9608937 | 30,00     | 18,00     | 2,97               | 10,50                      | 10,85  | 20                        | 4 | 210,00               |
| PT 31   | 511427     | 9608893 | 30,00     | 18,00     | 1,02               | 12,00                      | 6,31   | 20                        | 4 | 240,00               |

| Poço nº | UTM WGS 84 |         | Prof. (m) | Crivo (m) | NE (m) Bombeando | Vazão (m³/h) Recuperando | ND (m) | Regime de bombeamento (h) |              | Produção diária (m³) |
|---------|------------|---------|-----------|-----------|------------------|--------------------------|--------|---------------------------|--------------|----------------------|
| PT 32   | 511491     | 9608834 | 30,00     | 18,00     | 1,46             | 10,50                    | 8,85   | 20                        | 4            | 210,00               |
| PT 33   | 511565     | 9608780 | 28,00     | 18,00     | 2,04             | 14,00                    | 6,84   | 20                        | 4            | 280,00               |
| PT 34   | 511647     | 9608717 | 30,00     | 24,00     | 2,98             | 15,00                    | 7,61   | 20                        | 4            | 300,00               |
| PT35    | 511741     | 9608641 | 31,15     | 20,00     | 2,77             | 28,00                    | 9,13   | 20                        | 4            | 560,00               |
|         |            |         |           |           |                  |                          |        |                           | <b>Total</b> | <b>13.830,00</b>     |
|         |            |         |           |           |                  |                          |        |                           | <b>m³/</b>   |                      |
|         |            |         |           |           |                  |                          |        |                           | <b>dia</b>   |                      |

**Fonte:** Elaborada pelos Autores

Dessa forma, a vazão média diária por poço é de 19,76 m³/h e a produção total atual para a bateria dos 35 poços é de 691,50 m³/h. Ficando a contribuição de 13.830,00 m³/dia, de forma sustentável e eficiente.

As Figuras 03 a 07 apresentam o registro fotográfico de inauguração, realizada em janeiro de 2017, e as estruturas que possibilitam a contribuição das águas subterrâneas para os usuários do município de São Gonçalo do Amarante.

**Figura 03:** Panorâmica da Área do Projeto



**Fonte:** Acervo dos Autores.

**Figura 04:** Perfuração de Poço



**Fonte:** Acervo dos Autores.

**Figura 05:** Inauguração da Bateria de Poços, Adutoras e Estações de Bombeamento



**Fonte:** Acervo dos Autores.

**Figura 06:** Placa de Inauguração



**Fonte:** Acervo dos Autores.

**Figura 07:** Consultor, Representantes da Cogerh, Sohidra, SRH e Governador do Ceará



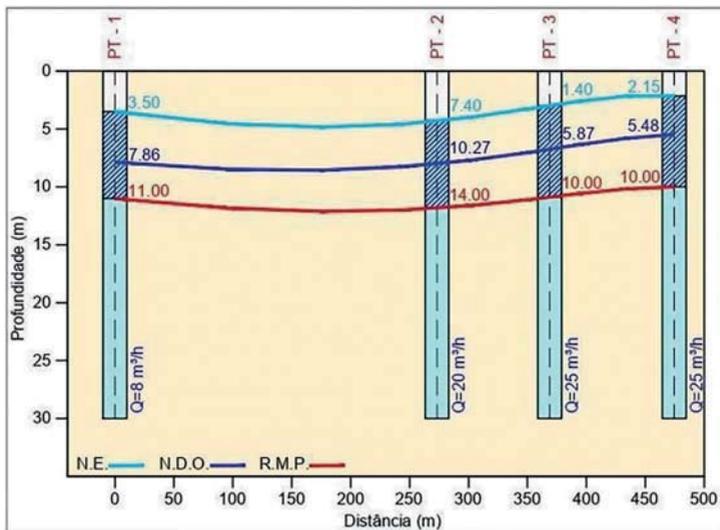
**Fonte:** Acervo dos Autores.

## 7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A bateria de poços tem capacidade de operar com 691,50 m<sup>3</sup>/h, no entanto, está projetada para explorar 615,00 m<sup>3</sup>/h, por no máximo 20 horas de bombeamento. Essa água será utilizada por comunidades da região e será distribuída pela Companhia de Saneamento, através de adutoras que foram projetadas para esse fim.

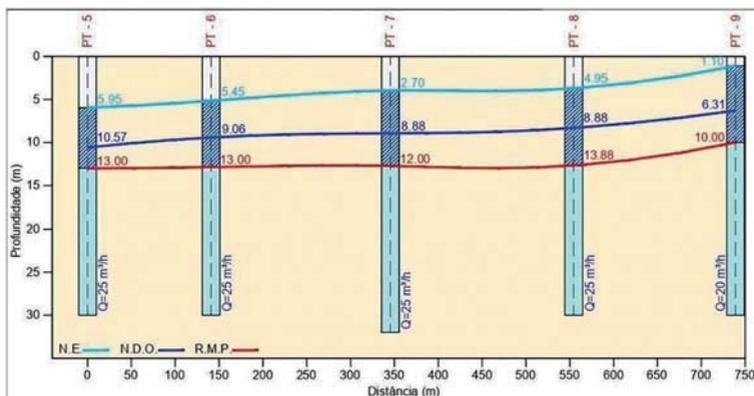
As Figuras 08 a 12 mostram os perfis esquemáticos de controle da operação do sistema de bombeamento da bateria de poços que captam do Aquífero Dunas. A linha azul clara representa o nível estático inicial, a linha azul escura, o nível dinâmico projetado para a vazão, definida pela equação ótima e a linha vermelha o rebaixamento máximo permitido. Todo o controle e monitoramento foram pensados de forma que a linha vermelha não seja ultrapassada.

**Figura 08:** Perfil Esquemático para Controle da Operação do Sistema de Bombeamento Dunas/Taíba/Cozerh



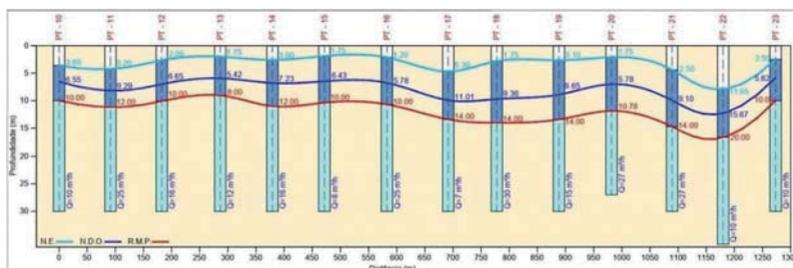
Fonte: Elaborada pelos Autores.

**Figura 09:** Perfil Esquemático para Controle da Operação do Sistema de Bombeamento Dunas/Taíba/Cogerh



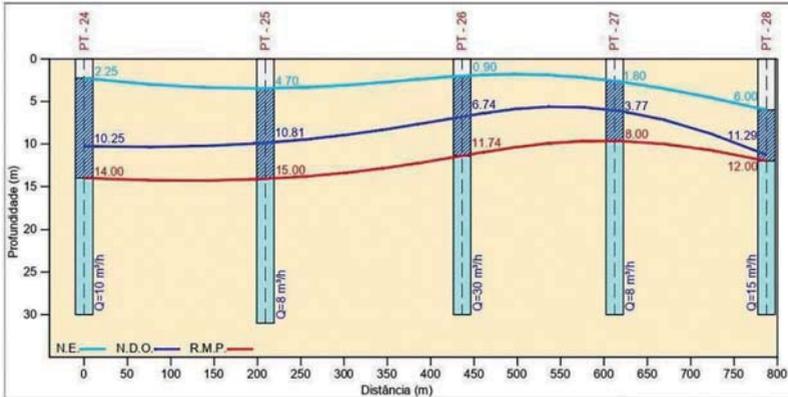
Fonte: Elaborada pelos Autores.

**Figura 10:** Perfil Esquemático para Controle da Operação do Sistema de Bombeamento Dunas/Taíba/Cogerh



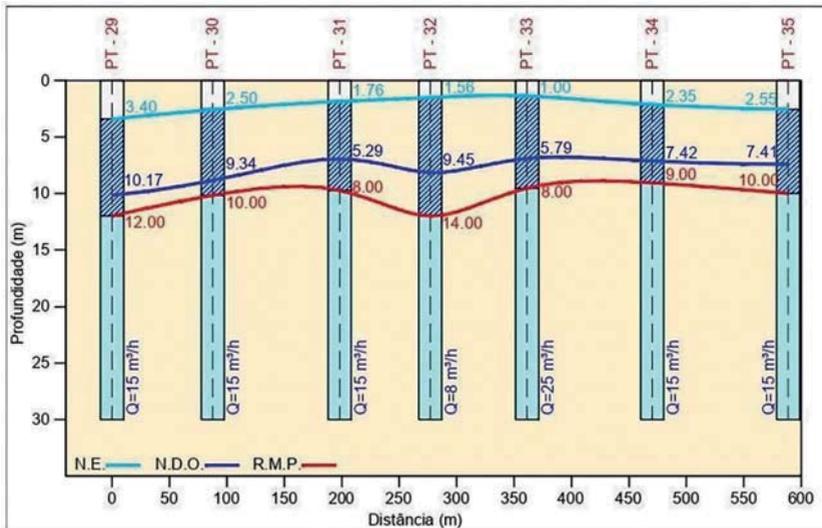
Fonte: Elaborada pelos Autores.

**Figura 11:** Perfil Esquemático para Controle da Operação do Sistema de Bombeamento Dunas/Taíba/Cozerh



Fonte: Elaborada pelos Autores.

**Figura 12:** Perfil Esquemático para Controle da Operação do Sistema de Bombeamento Dunas/Taíba/Cozerh



Fonte: Elaborada pelos Autores.

## ■ 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todas as etapas previstas e finalizadas, desde o projeto hidrogeológico, construção dos poços, testes de vazão, interpretações e manutenções preventivas, a bateria de poços vem contribuindo de forma significativa, complementando o abastecimento da porção oeste da Região Metropolitana de Fortaleza. A segurança está no efetivo monitoramento dos níveis estáticos e dinâmicos, vazão e volume de operação, variáveis qualitativas (medidas com sonda portátil) e a própria captação de água, uma vez que há mecanismos automatizados cujo ligamento/desligamento se dá por intermédio de mero acionamento de um botão, aptos a possibilitar a imediata suspensão da operação, bem como o improvável, extraordinário e eventual rebaixamento do respectivo lençol freático.

## ■ REFERÊNCIAS

- CASTANY, G. 1975. **Prospección y explotación de las aguas subterráneas**. Barcelona. Ediciones Omega S. A. 738p.
- CAVALCANTE, I. N.; ARAÚJO, A. L. *et al.* 1990. Qualidade das águas subterráneas de Fortaleza - CE. **Revista de Geologia da UFC**, Fortaleza – CE. v. 3 p. 89-97.
- CAVALCANTE, I. N. 1998. **Fundamentos hidrogeológicos para a gestão integrada de recursos hídricos na Região Metropolitana de Fortaleza, Estado do Ceará**. Tese de Doutorado. Área de Hidrogeologia. Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo/USP, São Paulo. 153p.
- COSTA, W. D. 1998. Avaliação de reservas, potencialidade e disponibilidade de aquíferos. In: **X Congresso Brasileiro de Águas Subterráneas**, São Paulo, SP. Anais. Publicação digital.
- IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil básico municipal 2017**. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/perfil-municipal-2017/>>. Acesso em: 27/07/2021.

## ■ SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

### ■ ADRYANE MARQUES MORAES

Graduada em Engenharia Sanitarista e Ambiental (IFCE), com Graduação anterior em Tecnologia em Gestão Ambiental pela mesma instituição de ensino. Atua na área de saneamento ambiental desde 2010, quando trabalhou na implantação de sistemas de esgotamento sanitário pelo Sanear II, na Cagece. Atualmente é Especialista Ambiental do Programa Cidades do Ceará II - Vale do Acaraú e Vale do Jaguaribe

E-mail: [adryane.moraes@quantaconsultoria.com](mailto:adryane.moraes@quantaconsultoria.com)

### ■ ALEXSANDRO DOS SANTOS GARCES

Graduado em Geologia (UFC -2010) e Mestre em Geologia (UFC - 2019). Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Geologia. Atua na Cogerh desde 2019, especificamente na área de Hidrogeologia.

E-mail: [alexsandro.garces@cogerh.com.br](mailto:alexsandro.garces@cogerh.com.br)

### ■ ANA CARMEN FERREIRA FREIRE

Bacharel em Psicologia (Unifor). MBA em Gestão de RH (Uninter). Psicóloga Organizacional do Dsas/Alece.

E-mail: [ana.freire@al.ce.gov.br](mailto:ana.freire@al.ce.gov.br)

### ■ ANA SASKYA VAZ DE ARAÚJO

Graduada em Fonoaudiologia (Unifor). cursando MBA em Gestão e Governança Pública pela Universidade do Parlamento do Ceará (Unipace). Formanda do Programa *Pathwork* de Transformação Pessoal (PPTP), metodologia com abordagem no autoconhecimento. Coordenadora do Centro Inclusivo para Atendimento e Desenvolvimento Infantil (Ciadi).

E-mail: [ana.vaz@al.ce.gov.br](mailto:ana.vaz@al.ce.gov.br)

#### ▪ **BETÂNIA TÁGELA PORTELA FERNANDES CANUTO**

Graduada em Biologia (Licenciatura Plena) pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, Especializada em Bioquímica Aplicada com Ênfase na Educação pela UVA, Especialista em Gestão e Organização do Ensino pela Unopar. Professora da Rede Estadual desde 2008, Professora da Educação Básica desde 2006, tendo vínculo municipal (Cariré) e Estadual (Seduc / Ce). Atua na Coordenação Escolar da EEMTI Agostinho Neres Portela desde 2013, além de coordenar o Projeto Professor Diretor de Turma na escola.

E-mail: betania.canuto@prof.ce.gov.br

#### ▪ **CRISTIANE SALES LEITÃO**

Graduada em Fonoaudiologia (Unifor). Especialista em Sistemas de Gestão Integrados da Qualidade, Meio Ambiente, Responsabilidade Social e Segurança e Saúde no Trabalho (Senac-SP). Mestre em Gestão em Saúde (Uece).

E-mail: cristianesalesleitao@gmail.com

#### ▪ **DAISY MARIA MEIRELES ARRUDA LOUREIRO**

Graduada em Farmácia (UFC). Especialista em hematologia e hemoterapia. Especialista em Biologia Molecular. Mestre em Patologia (UFC). Membro da diretoria da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas-Ceará, do biênio. Concursada da Secretaria Municipal de Saúde como Farmacêutica-Bioquímica. Concursada da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, lotada no Laboratório Central de Saúde de Pública do Ceará (Lacen). Foi professora substituta da UFC. Trabalhou no Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará - Hemoce. Trabalhou no Centro de Pesquisas em Doenças Hepato-Renais do Ceará. Plantonista pela Central de Transplante. Foi Chefe do setor de Hematologia, Chefe do setor Controle de Qualidade e Coordenadora Técnica do Laboratório de Patologia Clínica da Unimed. Foi gestora da Qualidade do

LabPasteur Unidade Monte Klinikum. Gestora do Núcleo Técnico Operacional e Núcleo Técnico Hospitalar do LabPasteur. Trabalhou no Laboratório Emílio Ribas. Atualmente professora do curso de Farmácia da Unifor e coordenadora do Centro de Estudo e Pesquisa do Lacen.

E-mail: daisy.arruda@lacen.ce.gov.br

▪ **DANIELE PASSOS DE LIMA ALBUQUERQUE**

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Controladoria e Finanças de Empresas pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi-FEA-USP). Especialista em Gestão Pública (Faculdade Entre Rios do Piauí) e Mestre em Economia Rural (UFC). Analista de Gestão Pública, atualmente atua como orientadora da Célula de Gestão do Custeio da Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag).

E-mail: danieleplima@yahoo.com.br

▪ **DAVI MARTINS PEREIRA**

Graduado em Geografia como Bacharelado (Uece-2016). Atua na gestão de contratos na Cogerrh desde 2017. Tem experiência em Gestão de Projetos e Geoprocessamento.

E-mail: davi.pereira@cogerrh.com.br

▪ **ELZA GADELHA LIMA**

Doutora em Biotecnologia em Saúde pela Universidade Estadual do Ceará (Uece). Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (Uece). MBA em gestão de negócios (FGV). Farmacêutica - Bioquímica pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Fonoaudióloga (Unifor). Especialista em Biossegurança (UFC). Especialista em Vigilância Epidemiológica pela Escola de Saúde Pública. Especialista em Gestão Pública e Desenvolvimento Gerencial (Uece). Instrutora em treinamentos de Biossegurança;

Formação de Auditores Internos - NBR ISO 19011:2018. Atualmente Coordenadora da Qualidade e Biossegurança do Laboratório Central de Saúde Pública / Secretaria da Saúde do Estado do Ceará; Professora do Centro Universitário Christus - Unichristus da disciplina de Gestão Laboratorial e Controle de Qualidade e Vice-Coordenadora e Professora do curso de especialização em Análises Clínicas e Gestão da Qualidade em Laboratórios da Universidade Estadual do Ceará - Uece.

E-mail: elza.gadelha@lacen.ce.gov.br

▪ **FLÁVIO NASCIMENTO MOREIRA JÚNIOR**

Mestrando em Geografia. Especialista em Geoprocessamento (PUC Minas). Geógrafo Bacharel e Licenciatura Plena em Geografia (Uece) e Pesquisador da Supesp.

E-mail: nascimento.flavio@gmail.com

▪ **FRANCISCO RAFAEL MOTA DE SOUSA**

Doutorando em Linguística Aplicada (Unicamp), onde desenvolve pesquisas sobre letramentos, práticas de análise linguística/ semiótica e formação de professores. Mestre em Linguística (UFC). É professor de Língua Portuguesa do Ensino Médio e atua como formador de professores no âmbito do programa MAIS PAIC, da Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Em parceria com a Crede 2, de Itapipoca, pública os fascículos do Projeto Descritores do Spaece na Sala de Aula.

E-mail: rafael.motta@hotmail.com

▪ **GLAUTER MAGALHÃES COUTINHO**

Graduado em Arquitetura e Urbanismo (Unifanor -2017). Tem experiência em projetos técnicos, atuando na Cogerh em estudos e projetos que incluem pranchas e plotagem, tratamento e georreferenciamento de imagens, cubagem de projetos de estradas e barragens, elaboração de superfície topográfica e perfil do terreno

no civil 3D aplicado a projetos de adutoras.

E-mail: [glauter.coutinho@cogerh.com.br](mailto:glauter.coutinho@cogerh.com.br)

▪ **GEORGE KILMER CHAVES CRAVEIRO**

Graduado em Ciências da Computação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Gestão Pública pela Faculdade Entre Rios do Piauí e Mestre em Engenharia de Transportes pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Analista de Planejamento e Orçamento, atualmente atua como Articulador de Sistemas da Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag).

E-mail: [kilmer.george@seplag.ce.gov.br](mailto:kilmer.george@seplag.ce.gov.br)

▪ **JOSÉ GUILHERME FILGUEIRA DA SILVA**

Graduado em Geologia (UFRN - 2010) e Mestre em Geofísica (UFRN - 2021). Atualmente é Geólogo na Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará, atuando na elaboração de projetos para análise técnica de viabilidade para captação de água subterrânea e em gerenciamento de projetos relacionados à prospecção de água subterrânea e monitoramento de aquíferos.

E-mail: [guilherme.figueira@cogerh.com.br](mailto:guilherme.figueira@cogerh.com.br)

▪ **KÁTIA NEIDE COSTA GOMES**

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Especialista em Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Faculdade Unyleya – Rio de Janeiro. Mestranda em Planejamento e Políticas Públicas na Universidade Estadual do Ceará – Uece. Gestora Ambiental da Semace desde 2010. Atualmente ocupa o cargo de Coordenadora Administrativa Financeira na Secretaria de Meio Ambiente – Sema.

E-mails: [katia.gomes@sema.ce.gov.br](mailto:katia.gomes@sema.ce.gov.br) e [katiangomes64@gmail.com](mailto:katiangomes64@gmail.com)

▪ **LARA MARIA SILVA COSTA**

Mestre em Economia do Setor Público (UFC). Possui Graduação em Ciências Econômicas (UFC - 2003) e Especialização em

Administração Pública pela Faculdade Estácio do Ceará (2012). É Analista de Planejamento e Orçamento da Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (Seplag), trabalhando atualmente como Gerente da Célula de Formulação de Políticas e Planos de Desenvolvimento, vinculada à Coordenadoria de Planejamento e Gestão para Resultados.

E-mail: lara.costa@seplag.ce.gov.br

▪ **LIANA PERDIGÃO MELLO**

Graduada em Farmácia (UFC). Especialista em Gestão Pública e Desenvolvimento Gerencial (Uece). Especialista em Biologia Molecular Aplicada ao Diagnóstico (UFC). Diretora do Lacen-CE. Implantou um Lacen em Juazeiro do Norte e no Crato. Coordenou o Laboratório de Análises Clínicas e Toxicológicas da Faculdade de Farmácia da UFC. Gestora do Laboratório de Análises Clínicas do Complexo HUWC/Meac da UFC. Responsável pelo Programa de Gestão da Qualidade do Laboratório de Análises Clínicas da Faculdade de Farmácia da UFC. Diretora do Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará.

E-mail: liana.perdigao@lacen.ce.gov.br

▪ **LÍDIA ANDRADE LOURINHO**

Pós-Doutora em Saúde Coletiva (Uece). Doutora em Saúde Coletiva (Uece/UFC/Unifor). Mestre em Educação em Saúde (Unifor). Pedagoga. Fonoaudióloga. Psicopedagoga. Pesquisadora do Laboratório de Saúde nos Espaços Educacionais com Foco na Educação em Saúde e na Formação em Saúde, ligado ao Doutorado em Saúde Coletiva (Unifor). Coordenadora do programa de Saúde coletiva do DSAS/Alece.

E-mail: lidiandrade67@gmail.com

▪ **LUIZ CARLOS HOLANDA ANTERO**

Graduado em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências

Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ) em janeiro de 1975; é Mestre em Sociologia do Desenvolvimento pela UFC desde março de 1984. Dissertação: Ideologia, Divisão do Trabalho e Habitação Popular. É Servidor Público estadual desde 1981, na Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (Cepa, extinta em 1990), e na Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), onde exerce as funções de Analista de Planejamento e Orçamento, centrando as preocupações sobretudo na elaboração voltada ao planejamento estratégico de longo prazo, desenvolvimento com desconcentração da renda e eliminação das desigualdades sociais.  
E-mail: lcarlosantero@gmail.com

▪ **MARCOS ANDRADE ALVES DOS SANTOS**

Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFRN). Mestre em Sociologia (Uece). Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (UFC). Agente de Gestão da Inovação Educacional na Crede 2. Poeta, Editor-Chefe da Revista *Devires Poéticos* e Coautor dos livros *A Mística dos Encantados* e *Caminhos Encantados*, publicados com Maria Toinha pela Editora Edições e Publicações.

E-mail: mcalves@prof.ce.gov.br

▪ **MARCOS ARRUDA PORTELA**

Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - (UVA), com Habilitação em Letras (Português e Inglês) pelo Instituto de Estudos e Pesquisa do Vale do Acaraú - IVA, Especialista em Gestão da Educação Pública pelo Centro de Apoio à Educação a Distância / Universidade Federal de Minas Gerais (Caed/UFMG), Especialista em Ciências da Educação pelo Centro Universitário INTA. Professor efetivo da Rede Municipal de Sobral desde 1997, com experiência em todas as modalidades da Educação Básica como professor e Coordenador, trabalhou cinco anos como Coordenador Pedagógico na mesma rede de ensino, lecionou

no Ensino Médio de 2003 a 2005 na Rede Estadual (Ceará), foi Professor Efetivo durante quatro anos na Rede Municipal de Cariré no Ensino Fundamental I quando saiu voluntariamente para dar mais prioridade à Gestão Escolar, pois, em 2005, assumiu a Direção Escolar da EEM Agostinho Neres Portela do Distrito Rafael Arruda, Sobral – CE, de março de 2005 a março 2018. Em abril de 2018, assumiu o cargo de Coordenador Escolar na mesma escola até os dias atuais.

E-mails: profmarcosarruda@hotmail.com, profmarocosportela@gmail.com

#### ▪ **MARCOS MEDEIROS DE VASCONCELLOS**

Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Especialista em Formação e Desenvolvimento de Empreendedores e Mestre em Engenharia Civil-Saneamento Ambiental pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Analista de Planejamento e Orçamento, atualmente atua como Articulador de Sistemas da Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag).

E-mail: marcos.medeiros@seplag.ce.gov.br

#### ▪ **MARIA APARECIDA RODRIGUES FAÇANHA**

Graduada em Economia (UFC). Especializações em Gestão Pública, Planejamento Estratégico Municipal (PEM); Metodologia de Planejamento e Elaboração de Projetos no Enfoque Participativo (método Zopp), pela Cooperação Técnica Alemã GTZ. Analista de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Planejamento e Gestão - Seplag. No período de 2013 - 2020 exerceu a coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Monitoramento da Prefeitura Municipal de Fortaleza - Sepog. Atualmente é coordenadora de Planejamento e Gestão para Resultados da Seplag.

E-mail: paitafacanha@gmail.com

▪ **MARIA AURILENE PINTO SAMPAIO**

Doutoranda e mestra em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (Uece). Especialista em Docência do Ensino Superior pelo Senac e Especialista em Ensino de Língua Portuguesa (Uece). É Professora de Língua Portuguesa do Ensino Médio, atuando como Superintendente Escolar na Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação - Crede 2. E-mail: aurilene.sampaio@prof.ce.gov.br

▪ **MARIA CARMELITA SAMPAIO COLARES**

Graduada em Serviço Social e Mestre em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará (Uece). Analista de Gestão Pública, atualmente trabalha como Orientadora da Célula de Desenvolvimento de Pessoas da Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag).

E-mail: carmelita.sampaio@seplag.ce.gov.br

▪ **MARIA DO SOCORRO TAVARES TIMBÓ**

Mestranda em Educação pela Universidade de Lisboa/Portugal (ULisboa). Especialista em Fonoaudiologia Clínica e Psicopedagogia, desenvolvendo um trabalho integrativo, sistêmico e corporal. Docente do IBFE (Instituto Brasileiro de Formação de Educadores) na Pós-Graduação em Psicopedagogia e da Academia de Palestrante do Ceará na Universidade MRH. Fonoaudióloga Clínica e Educacional. Orientadora da Célula de Fonoaudiologia (Alece). Terapeuta Centrada no Ser, focalizadora de classes e minigrupos na DEP (Dinâmica Energética do Psiquismo), com abordagem no autoconhecimento e no despertar da consciência. Coaching Sistêmica pelo ICF (*International Coach Federation*).

E-mail: mstimbo@yahoo.com.br

▪ **MARIA OSILEUSA GOMES FURTADO**

Especialista em Ensino da Matemática (UVA). Graduada em Ciências com Habilitação em Matemática (UVA). Professora da Rede

Estadual de Ensino e Coordenadora Escolar na mesma Unidade de ensino em exercício no município de Sobral, no Ceará.

E-mail: maria.furtado4@prof.ce.gov.br

▪ **MARTA MARIA DE SOUSA MATOS**

Graduada em Letras Língua Inglesa pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Especialista no Ensino de Língua Materna e Estrangeira. Experiência de 13 anos no ensino de Língua Inglesa. Atua como Professora de Língua Inglesa na Rede Estadual de Ensino e no Cursinho Pré-Universitário do Sesc Sobral. Lecionou no Programa de Aperfeiçoamento de Professores (Parfor) e no Curso de Letras Inglês, na UVA. Nos últimos anos tem se dedicado ao estudo sobre “O Impacto do Uso das Metodologias Ativas no Ensino de Línguas Estrangeiras”.

E-mail: tejucuoca@hotmail.com

▪ **MICAELLA DA SILVA TEIXEIRA RODRIGUES**

Graduada em Engenharia Civil (UFC-2010). Foi bolsista do Programa de Educação Tutorial (2006-2009), onde desenvolveu atividades de pesquisa e extensão, principalmente. Mestre em Engenharia Civil, Área de Concentração Recursos Hídricos/Saneamento Ambiental (UFC -2012-2014). Atua na Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará (Cogerh) na Gerência de Estudos e Projetos, desenvolvendo e gerenciando projetos de águas superficiais.

E-mail: micaella.rodrigues@cogerh.com.br

▪ **NACÉLIA PEREIRA DE OLIVEIRA**

Graduada em Ciências Sociais (UVA). Pós-Graduada em Gestão e Coordenação Pedagógica pela Faculdade de Tecnologia Darcy Ribeiro. Professora de Sociologia da Rede Estadual de Ensino do Ceará. Foi Coordenadora Pedagógica e atualmente é Diretora Escolar na EEMTI Professor José Euclides F. Gomes Júnior, em Sobral-Ceará.

E-mail: nacelia.oliveira@prof.ce.gov.br

▪ **PAULO DE TARSO CARDOSO VARELA**

Pós-Graduando em Direito e Processo Penal pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio de Ensino Universitário LTDA; Representante do Poder Legislativo Cratense (2013/2016); Membro da Comissão de Direito do Consumidor (2013/2016); Membro do Conselho Administrativo e Fiscal - CAF do Regime Próprio de Previdência Social - Previcrato (2013/2014 e 2015/2016); Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal do Crato, (2017); Atualmente Secretário Executivo do Consórcio Público de Saúde da Microrregião do Crato-CE.

E-mail: paulodetarsovarela@gmail.com

▪ **REJANE SALES OLIVEIRA**

Psicóloga Clínica. Pedagoga. Psicopedagoga. Mestre em Educação e Doutoranda em Comportamento Organizacional. Coordenadora do Núcleo de Saúde Mental do Dsas/Alece.

E-mail: rejane.sales@sefaz.ce.gov.br

▪ **RICARDO RODRIGUES CATANHO DE SENA**

Doutor e Mestre em Planejamento e Políticas Públicas (Uece). Especialista em Políticas Públicas (Unifametro). Especialista com MBA em Gerenciamento de Projetos (Unichristus). Bacharel em Segurança Pública (Academia Militar Gen. Edgard Facó). Pedagogo com Licenciatura Plena em Língua Portuguesa, Primeiros Socorros e Defesa Civil (Uece). Bacharel em Direito (Unifor). Tenente-Coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará. Pesquisador e Controlador Interno da Supesp.

E-mail: ricardo.sena@supesp.ce.gov.br.

▪ **RICKARDO LÉO RAMOS GOMES**

Prof. da Disc. de Met. do Trabalho Científico (Orientador) – Inst. Euvaldo Lodi; C. U. UniAteneu; C. U. Farias Brito; M. Sc. em Fitotecnia pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Spec. em Met.

do Ens. de Ciências pela Uece; Graduado em Agronomia pela UFC; Licenciado na Área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias pela UVA; Aperf. em Líderes de Aprendizagem pela Universidade de Harvard; Aperf. em Gestão de Riscos em Projetos pelo BID; Aperf. em Met. do Trabalho Científico pela Fiocruz. Curso Aperf. Rastreamento do Contato da Covid-19 pela *Johns Hopkins University* (JHBSPH); Consultor Internacional do BIRD para Laboratórios Científicos. Conveniado com a ABNT (Comitês 093 e 130). Fundador da RLRG Consultoria Científica. Prof. Dr (Tít. Cult.). Professor de Metodologia Científica; Orientador de Trabalhos Científicos; Membro da ABNT (Comitês 093 - Gestão de Projeto, Programas e Portfólio e 130 - Gestão da Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I); Consultor do BIRD para Laboratórios Científicos; Pesquisador do CNPq.

E-mail: rickardolrg@yahoo.com.br

#### ▪ SANDRO LUIZ CARDOSO SANTANA

Doutor em Políticas Culturais e Audiovisual (UFBA). Escritor e analista de cultura da Secult/Ce. Escreveu os livros *Festival de Música Educadora FM 10 Anos* (IRDEB, 2013) e *Música e Ancestralidade na Quixabeira* (Edufba 2012 e 2019). Direção, roteiro e direção musical do documentário *Cantos de Trabalho: Bois, Batas e Cantigas* (2020). Produziu três CDs, mais de 100 shows. Escreveu artigos sobre música, políticas culturais e audiovisual para sites e revistas.

E-mail: sandrosantanaster@gmail.com

#### ▪ SUZANA PINHO LIMA MACHADO

Graduada em Serviço Social (Uece). Mestre em Avaliação de Políticas Públicas (UFC). Analista de Desenvolvimento Urbano da Secretaria das Cidades, atuando na Unidade de Gerenciamento do Programa Cidades do Ceará II - Vale do Acaraú e Vale do Jaguaribe.

E-mail: suzana.lima@cidades.ce.gov.br

▪ **VALDERICE FARRAPO COSTA**

Mestranda em Ciências da Educação pelo Instituto Superior de Educação (Scecap/DF). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional e Graduada em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa (UVA). Professora de Língua Portuguesa e Redação da Rede Estadual de Ensino no Município de Sobral/CE. Atualmente exerce a função de Coordenadora Escolar na EEMTI Prefeito José Euclides Ferreira Gomes Júnior.

E-mail: valderice.costa@prof.ce.gov.br

▪ **VANESSA LUANA OLIVEIRA LIMA**

Graduada em Geografia (UFC) (Licenciatura e Bacharelado) e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Prodepa (UFC). Possui curso técnico em Turismo pela Escola Técnica Federal do Ceará (hoje, IFCE). Analista de Desenvolvimento Urbano da Secretaria das Cidades, atuando na Célula de Resíduos Sólidos (Ceres) da Coordenadoria de Saneamento (Cosan) da Secretaria das Cidades.

E-mail: vanessa.lima@idades.ce.gov.br

▪ **ZULENE ALMADA TEIXEIRA**

Graduada em Geologia (UFC-1998). Mestre em Hidrogeologia (UFC - 2001) e Doutora em Geologia, Área de Concentração Hidrogeologia (UFC - 2015). Atua como Gerente de Estudos e Projetos na Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará, principalmente na elaboração de estudos, termos de referências e gestão de contratos e projetos relacionados às águas subterrâneas e superficiais.

E-mail: zulene.almada@cogerh.com.br



Impressão e acabamento:

**Pouchain Impressos**

## **Coordenação**

### **Priscilla Dias Marreiras**

Diretora da EGPCE.  
Especialista em Marketing -  
Universidade de Fortaleza  
(UNIFOR).

## **Organizadores**

### **Fernanda Maria Diniz da Silva**

Coordenadora Pedagógica  
da EGPCE.  
Pós-doutora em Educação -  
Universidade Federal do Ceará  
(UFC).

### **Flávia Livino de Carvalho Costa**

Coordenadora da Assessoria de  
Desenvolvimento Institucional da  
EGPCE.  
Especialista em Propaganda e  
Marketing pela Faculdade Sete de  
Setembro (Fa7).

### **Inah Maria de Abreu**

Coordenadora da Assessoria  
Jurídica da EGPCE.  
Doutora em Meio Ambiente e  
Desenvolvimento - Universidade  
Federal do Ceará (UFC).

### **José Erivilson de Lima**

Coordenador Administrativo  
Financeiro da EGPCE.  
Especialista em Recursos  
Humanos e Psicologia  
Organizacional - Faculdade Entre  
Rios do Piauí.

### **Lorena Bastos Ximenes**

Assessora Especial da Diretoria  
da EGPCE  
Especialista em Direito e Processo  
de Família e Sucessões -  
Universidade de Fortaleza  
(UNIFOR).

Os impactos da pandemia de covid 19 para o mundo são incontestáveis, foram exigidas outras formas de se perceber o mundo e as relações sociais. Em curto espaço de tempo tivemos que nos adaptar a situações antes jamais imaginadas pela sociedade deste século.

Lidamos com sentimentos e emoções adversas nestes dois últimos anos e deles tiramos lições. E foi nesse contexto de (re)construção diante do enfrentamento da pandemia que vimos os esforços empreendidos por servidores públicos para dar luz a esse momento sombrio da história da humanidade transformando suas vivências e experiências profissionais no livro **Serviço Público no Estado do Ceará**: práticas e reflexões. Uma obra ímpar que aborda temas relacionados às políticas públicas e seus entrelaçamentos com a pandemia.

A Escola de Gestão Pública do Ceará ciente de seu papel perante o Estado e a sociedade, sente-se lisonjeada em ter contribuído com esse processo; pois buscamos incessantemente o desenvolvimento e aprimoramento das competências dos servidores do estado fomentando a produção e a socialização dos saberes. Desse modo, reiteramos a nossa crença de que Educação é um instrumento capaz de promover o desenvolvimento social na sociedade moderna.

**Priscilla Dias Marreiras**

Diretora da Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO  
PLANEJAMENTO E GESTÃO